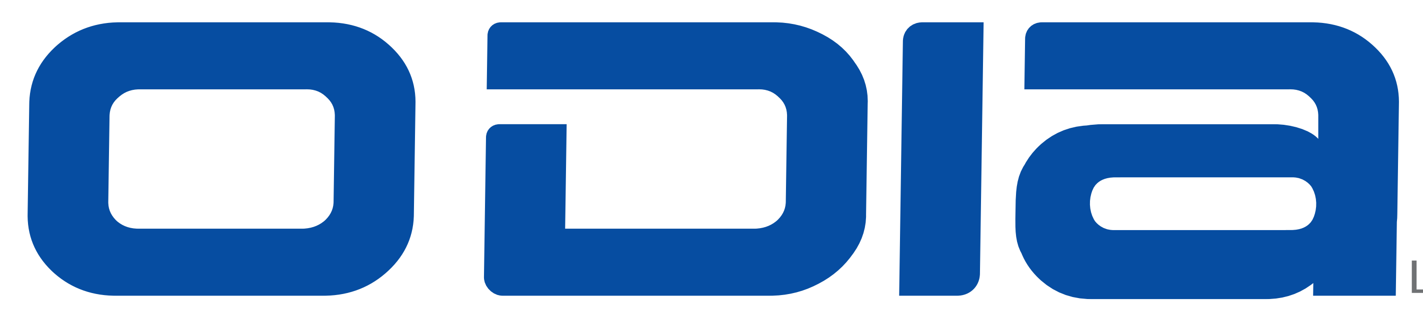

Assis Fernandes/ODIA

SEBASTIÃO MARTINS E RICARDO GENTIL TOMAM POSSE COMO PRESIDENTE E VICE-PRESIDENTE DO TRE-PI

» PÁG. 3

R$ 2,00 | NACIONAL R$ 4,00
ANO 73 - Nº 20.752
TERESINA, PIAUÍ, TERÇA, 9 DE ABRIL DE 2024
Fechamento 21h | 22 páginas



ODIA 73 anos
Líder em credibilidade
www.portalodia.com

FAMÍLIAS DEVEM SER RETIRADAS DE ÁREAS DE RISCO EM TERESINA APÓS AUMENTO DA VAZÃO DE BARRAGEM

Segundo a Chesf, o novo patamar de vazão da Barragem de Boa Esperança será de 800 metros cúbicos por segundo (m³/s), devendo permanecer inalterado até nova reavaliação. Diante disso, a Defesa Civil de Teresina está conscientizando as famílias que moram nas regiões ribeirinhas quanto ao risco de continuarem em suas residências devido ao perigo iminente para alagamentos na cidade.

» CAPA EM DIA

DOIS SALÁRIOS
COMISSÃO DO SENADO ANALISARÁ AUMENTO NA ISENÇÃO DO IR

» 7 EM DIA

BOMBEIROS
FONTELES PROMETE NOMEAR 200 NOVOS MEMBROS PARA O CB

» PÁG. 2

UESPI
GOVERNO DESISTE DE PL QUE MUDARIA PLANO DE CARGOS

» PÁG. 2


Arquivo O DIA

ELEIÇÕES
WELLINGTON DIAS PARTICIPARÁ DE CAMPANHA DE FÁBIO NOVO APÓS CONVENÇÕES

» PÁG. 3



Reprodução/Instagram

COMISSÃO TÉCNICA
RIVER ANUNCIA CONTRATAÇÃO DE ROBERTO FONSECA COMO NOVO TÉCNICO

» PÁG. 7

CONCURSO DA FMS: EDITAL COM 997 VAGAS SERÁ LANÇADO HOJE

» PÁG. 5



RodaViva

Otávio Neto
jornal@portalodia.com

PESQUISAS PARA QUE TE QUERO

As postagens do empresário Elon Musk, dono do X (antigo Twitter), contra o ministro Alexandre de Moraes, do STF, trazem à tona o debate da regulação das redes no Brasil. No Piauí, é urgente a Justiça Eleitoral se debruçar sobre as pesquisas eleitorais divulgadas em Teresina e no interior do estado. Não bastasse a quantidade, as divergências exorbitantes dos números em um mesmo cenário são de saltar os olhos. Na capital, por exemplo, as pesquisas de intenção de votos se tornaram conteúdo constantes nas redes sociais de Fábio Novo e Sílvio Mendes.

CONTRA NÚMEROS NÃO HÁ ARGUMENTOS

Em todo o Piauí, desde o início do ano, já foram registradas no Tribunal Superior Eleitoral (TSE) 54 pesquisas eleitorais com avaliação do cenário em diversos municípios. Teresina lidera o ranking com 16 registros. Em Fortaleza, no Ceará, no mesmo período foram apenas duas pesquisas. Em outra capital vizinha, São Luís, no Maranhão, apenas uma. A disputa na capital piauiense, de fato, tem pesquisas para todos os gostos.


Assis Fernandes/ODIA

>>> (DES)PRESTÍGIO
Os três principais pré-candidatos à Prefeitura de Teresina compareceram na solenidade de posse do desembargador Sebastião Ribeiro Martins na presidência do Tribunal Regional Eleitoral (TRE-PI). Dr. Pessoa, como prefeito da capital, foi chamado para o dispositivo de honra. Fábio Novo, deputado estadual, ficou em posição de destaque em cadeiras reservadas para as autoridades. Sílvio Mendes, por sua vez, sem cargo público, reclamou por ter ficado na última fileira.

EMPREGO I

Das 533 novas vagas de trabalho com carteira assinada abertas no Piauí no mês de fevereiro, 390 vagas preenchidas por mulheres. Já os jovens entre 18 e 24 anos foram o principal grupo etário com maior saldo de vagas, num total de 850. As vagas ocupadas por pessoas com ensino superior completo se destacaram, com 477. O resultado do primeiro bimestre demonstra acréscimo de 1.135 novos postos de trabalho criados no Piauí.

EMPREGO II

Segundo os dados do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Novo Caged), o maior destaque desse período foi para o setor de serviços, responsável por 860 novas vagas, em seguida da agropecuária com 344, comércio com 320 e indústria com 235. Teresina apresenta o maior saldo de vagas de trabalho do período com 247, seguida dos municípios de Baixa Grande do Ribeiro com 159, Picos com 123, Água Branca com 71 e Uruçuí com 65.

ÁGUA E ESGOTO

A Audiência Pública que vai debater a Concessão dos Serviços de Abastecimento de Água e Esgotamento Sanitário da Microrregião de Água e Esgoto do Piauí (MRAE) ocorrerá de forma virtual, transmitida direto do Palácio de Karnak, na próxima quarta-feira (10). Essa etapa garantirá o avanço da pauta, que é uma das prioridades do governo Rafael Fonteles. Os estudos de viabilidade técnica, econômica e ambiental já foi aprovado pelo comitê técnico no mês passado.

MEMÓRIA

O Sistema O Dia Comunicação recebeu nessa segunda-feira (8) a doação de acervo do Tribunal Regional do Trabalho do Piauí (TRT). O material conta com as edições do Jornal O DIA dos anos de 1954, 1956, 1957, 1958 e 1960. Com 73 anos de existência, O Dia guarda a memória das últimas décadas do estado, se tornou um dos mais ricos acervos de pesquisa e segue agora como o único jornal impresso do Piauí.



Divulgação/Uespi

O KARNAK ALEGOU QUE O PEDIDO ACONTECEU APÓS UM ACORDO COM A CATEGORIA

GOVERNO desiste de Projeto de Lei que mudaria plano de cargos da Uespi

[A Alepi recebeu uma solicitação de arquivamento da matéria que sofreu reação da categoria]

Otávio Neto
Repórter

O Governo do Piauí desistiu do Projeto de Lei que alteraria Plano de Cargos, Carreiras e Remuneração do Magistério Superior da Universidade Estadual do Piauí (Uespi). A matéria que foi encaminhada pelo Palácio de Karnak em novembro do ano passado provocou reação dos professores e será retirada de pauta.

A Assembleia Legislativa do Piauí recebeu nessa segunda-feira (8) um ofício do Governo do Estado solicitando o arquivamento do PL. No documento, o Karnak alegou que o pedido aconteceu após um acordo com a categoria.

O texto previa distribuir a carga horária do professor em tempo integral (TI - 40 horas) em, no mínimo, 16 horas semanais obrigatoriamente destinadas ao ensino e 10 horas semanais em outras atividades acadêmicas, além dos horários pedagógicos.

A matéria também pretendia estabelecer, além do título de doutor, outros requisitos de forma alternativa para a promoção à classe de Professor Titular, como produção e defesa de um memorial; e possibilitar que professores doutores, de outras classes, possam ocupar vagas destinadas à classe de Professor Titular através do desenvolvimento funcional.

Para a categoria, que deflagrou greve após o envio da PL para a Alepi, a medida prejudicaria o tripé de ensino, pesquisa e extensão. A coordenadora-geral da Associação de Docentes da Uespi (Adcesp – Ssind), Lucineide Barros, defendeu que as alterações tornariam a Uespi um grande "escolão", com foco apenas no ensino.

SECRETARIA DE INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL

O governador Rafael Fonteles encaminhou para a Alepi um Projeto de Lei nessa segunda-feira (8) que cria a Secretaria de Inteligência Artificial, Economia Digital, Ciência, Tecnologia e Inovação. A matéria entrou em pauta no Legislativo e seguirá para análise da Comissão de Constituição e Justiça (CCJ).

O projeto também tem por objetivo alterar a nomenclatura da Secretaria de Desenvolvimento Regional, Abastecimento, Mineração e Energias Renováveis – SEDRAMER, passando a ser denominada Secretaria de Integração e Desenvolvimento Regional – SIDER; bem como definir atribuições relacionadas aos recursos minerais e energéticos que ficarão a cargo da Secretaria de Estado do Planejamento e da Investe Piauí.

>>> GOVERNADOR PROMETE NOMEAR 200 NOVOS BOMBEIROS MILITARES NO PIAUÍ

Um total de 200 bombeiros militares que estão atualmente no curso de formação deverão ser nomeados para os cargos nas próximas semanas, garantiu o governador Rafael Fonteles (PT) durante solenidade ontem (8) na sede dos Bombeiros, em Teresina.

"Daqui a algumas semanas vamos fazer a maior nomeação da história do Corpo de Bombeiros, com 200 novos homens e mulheres que estão no curso de formação", disse. O chefe do Executivo comentou que as nomeações irão permitir a expansão da corporação para municípios no interior que possuem carência de unidades do Corpo de Bombeiros.

Fonteles revelou que a meta do governo é inaugurar uma unidade da corporação em cada um dos 12 territórios do desenvolvimento do estado. "Estamos avançando. Inauguramos recentemente uma unidade em Oeiras [Território Vale do Canindé] e vamos ter ainda outras em Uruçuí (Tabuleiros do Alto Parnaíba], Corrente e Bom Jesus [ambos na Chapada das Mangabeiras]", afirmou.

Nesta segunda, o Corpo de Bombeiros recebeu 13 veículos tipo pick-up, equipados com kits de combate a incêndio, 10 viaturas de apoio administrativo (modelo sedan Toyota), três ambulâncias de resgate, um caminhão-baú, 7.000 litros de líquido gerador de espuma (LGE), 15 motosserras, 15 sopradores e 200 conjuntos de roupas especiais para combate a incêndios.

Ao todo, os investimentos são de R$ 8 milhões em veículos e equipamentos para o Corpo de Bombeiros Militar (CBM) do Piauí. Os 27 veículos serão destinados às unidades da instituição nos municípios de Teresina, Parnaíba, Floriano, Picos, Piripiri, Oeiras e São Raimundo Nonato.

Osa recursos são oriundos de emendas parlamentares dos deputados federais Júlio César e Merlong Solano, do Ministério da Justiça, da Receita Federal e do Tesouro Estadual, ligados ao Fundo de Aparelhamento e Modernização do Corpo de Bombeiros Militar do Estado do Piauí (Funap--CBMEPI).

(Otávio Neto)


Divulgação/Ccom

AO TODO, OS INVESTIMENTOS SÃO DE R$ 8 MILHÕES EM VEÍCULOS E EQUIPAMENTOS


Divulgação TRE
Desembargadores Sebastião Martins e Ricardo Gentil

PRESIDENTE E VICE são empossados no Tribunal Regional Eleitoral do Piauí

[A posse, que ocorreu no plenário do TRE-PI em Teresina, contou com a presença de autoridades]

Brenna Oliveira
Especial para O DIA

Tarcio Cruz
Repórter

Na manhã de ontem (8), o Tribunal Regional Eleitoral do Piauí (TRE-PI) empossou os Desembargadores Sebastião Ribeiro Martins e Ricardo Gentil Eulálio Dantas, nos cargos de Presidente e Vice-Presidente e Corregedor Regional Eleitoral do TRE-PI, respectivamente, para o biênio 2024-2026. A posse que ocorreu no plenário do TRE-PI, em Teresina, contou com a presença de autoridades do meio jurídico e político do Piauí.

Agora ocupando a cadeira presidencial antes ocupada pelo desembargador Erivan Lopes durante o biênio 2022-2024, Sebastião Martins fez importantes declarações sobre as dificuldades que poderão surgir durante o pleito eleitoral desse ano. O desembargador afirmou que em casos extremos de violência em razão das eleições, o TRE-PI irá acionar a força federal para atuar na linha de frente da situação.

"Eu espero que sejam eleições tranquilas. Agora, eventualmente, se um determinado município tiver muito acirrado com violência política, o juiz eleitoral tem que partir. O juiz eleitoral poderá pedir ao TRE a força federal e daí o tribunal se reúne, não é apenas o presidente, são sete membros, nos reunimos aqui e poderemos requisitar a força federal naqueles municípios onde haja poucos policiais e onde haja indícios de violência", explicou Sebastião Martins.

Também presente na solenidade, o governador do Estado do Piauí, Rafael Fonteles, pontuou as dificuldades que as eleições municipais poderão acarretar. Fonteles destacou que as redes sociais poderão ser um caminho adotado para a propagação de notícias falsas e assim, atrapalhar o processo democrático das eleições.

"Olha, as Fake News, sem sombra de dúvidas, a questão da internet, da inteligência artificial, é algo novo que está impactando toda a sociedade, certamente vai impactar as eleições. Então, o TSE, principalmente, e o Congresso Nacional têm que legislar nesse sentido, para o povo atuar nesse sentido, melhor dizendo, para garantir a verdade de prevaleça e, portanto, a vontade do povo não seja afetada por essas inteligências artificial e esses mecanismos tecnológicos", destacou Rafael Fonteles.

»» CONHEÇA O NOVO PRESIDENTE E VICE-PRESIDENTE DO TRE-PI

Sebastião Ribeiro Martins é piauiense, nascido em Cristino Castro-PI, tem 66 anos, bacharelou-se em Direito pela Universidade Federal do Piauí – UFPI em 1979. Exerceu o cargo de Juiz de Direito e Juiz Eleitoral em várias Comarcas do Estado do Piauí. Foi Presidente da Associação dos Magistrados Piauiense – AMAPI, por dois mandatos consecutivos (2006/2007 e 2008/2010). Exerceu o cargo de Corregedor Geral da Justiça do Estado do Piauí, no biênio 2014/2016. Promovido, por merecimento, ao cargo de Desembargador do Tribunal de Justiça do Piauí (TJ-PI) em agosto de 2008, ocupou o cargo de Presidente daquele órgão por dois anos (2019 e 2020). Ocupou o cargo de Vice-Presidente e Corregedor Regional Eleitoral do TRE-PI nos períodos de (19/12/2017 a 30/08/2018 e 18/12/2018 a 19/12/2018). Presidiu o TRE-PI no período de 31/08/2018 a 17/12/2018), em face do afastamento do então Presidente, Desembargador Francisco Antônio Paes Landim Filho.

Ricardo Gentil Eulálio Dantas é também piauiense, nascido em Teresina-PI, tem 67 anos. Bacharelou-se em Direito na Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-RJ) em dezembro 1980.Foi Juiz--Adjunto da 1ª a 4ª entrância em várias Comarcas no interior do estado do Piauí. Retornando a capital em 1966, exerceu várias funções no Poder Judiciário piauiense, dentre as quais, Juiz da 1ª Zona Eleitoralde Teresina-PI, bem como, membro da Corte Eleitoral na categoria de Juiz de Direito no biênio (28/04/2008 a 28/04/2010).

Foi conduzido ao cargo de Desembargador do Tribunal de Justiça do Piauí (TJ-PI), pelo critério de antiguidade em março de 2013.

(Brenna Oliveira Tarcio Cruz)

»» ELEIÇÕES 2024

Wellington Dias confirma que participará da campanha de Fábio Novo após convenções

Tarcio Cruz
Repórter

O ministro Wellington Dias se pronunciou na manhã dessa segunda (8) sobre a polêmica envolvendo a campanha de Fábio Novo em Teresina. Nos bastidores, grupos de oposição especularam que Novo estaria evitando agendas com Wellington em função de uma eventual rejeição que o ministro teria na capital.

Na última eleição em 2022, mesmo com uma expressiva vitória de Lula em Teresina, Wellington perdeu para Joel Rodrigues na capital por mais de 80 mil votos de diferença. A expressiva derrota no maior colégio eleitoral por pouco não custou o mandato do senador. Para vencer Joel, Wellington abriu uma margem superior a 150 mil no interior, o que compensou a derrota em Teresina.

Wellington negou o afastamento e destacou que a partir das convenções participará da campanha de Fábio Novo.

"Eu quero no momento certo fazer a minha participação, estamos ainda no momento dos partido e da coordenação. Estamos bastante animados pela organização das chapas, o deputado Fábio Novo é conhecido como um grande gestor e Teresina precisa muito", explicou Wellington Dias.

De acordo com o ministro, o perfil de diálogo e a experiência de gestão de Fábio Novo serão importantes em uma eventual gestão em Teresina.

"Ele apresenta uma habilidade grande para integrar as ações de Teresina com o Piauí e o Brasil. No momento certo, após as convenções, eu quero vir para participar do processos eleitoral em Teresina e no Piauí", afirmou.

BOLSA FAMÍLIA

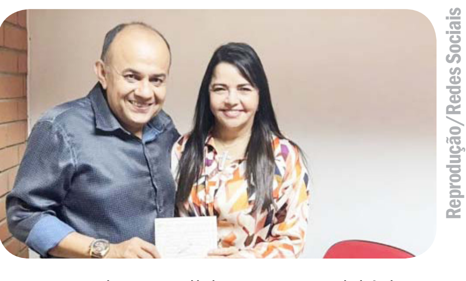
O Ministro comentou também as mudanças no programa do Bolsa Família, que agora permite a pessoas com carteira assinada receber o benefício.

"Não só para trabalhadores rurais, com carteira assinada, mas também para outros trabalhadores. Veja que nós fizemos uma mudança significativa no Bolsa Família. Como resultado nós temos milhões de pessoas que recebem o dinheiro da carteira assinada e recebem o Bolsa Família, pessoas que recebem 100%, outras que recebem 50% e só quando a renda eleva muito eles deixam o programa. Mais de 9 milhões com carteira assinada e mais de 4 milhões no empreendedorismo, isso que o presidente Lula quer", finalizou.


Jailson Soares/O DIA
WELLINGTON AFIRMA QUE, NO MOMENTO CERTO, QUER FAZER A SUA PARTICIPAÇÃO NA CAMPANHA

»» BREVES

MESMO com veto do PT, Teresa oficializa filiação de Caio Bucar e Neto do Angelim


Reprodução/Redes Sociais

Dois dias após o fechamento da janela partidária, a presidente estadual do Partido Verde no Piauí, Teresa Britto, oficializou a filiação de dois pré-candidatos a vereador em Teresina. A dirigente partidária postou no final do último domingo (7) duas fotos com Neto do Angelim e Caio Bucar. O ato de Teresa Britto contraria a federação do PT, PV e Pc do B na capital. O PT vetou a chegada dos dois parlamentares.

Caio Bucar e Neto do Angelim se aliaram a Dr. Pessoa desde o início da gestão do atual prefeito, porém, romperam com o gestor nos últimos dias da janela partidária. Teresa foi uma das principais criticas da gestão Dr. Pessoa durante os últimos anos.

Teresa Britto se nega a apoiar Fábio Novo, a ex-deputada mantém o seu nome como pré-candidata e a direção nacional da federação decidirá entre Novo ou Teresa.


Assis Fernandes/O DIA

APENAS com FPE, Piauí arrecada R$ 1,7 bi nos três primeiros meses do ano

O Governador Rafael Fonteles fez uma análise positiva da arrecadação do estado no primeiro trimestre de 2024. Segundo o gestor, o Piauí estabilizou as perdas registradas no último ano e obteve um trimestre de equilíbrio fiscal. Dados do tesouro nacional mostram que nos três primeiros meses do ano, apenas com o Fundo de Participação dos Estados (FPE), o Piauí arrecadou R$ 1,7 bilhão.

No mês de março, o estado encerrou com a menor arrecadação do trimestre, com um montante de R$ 463.419.106 milhões. Já em fevereiro, o estado registrou o melhor mês do ano com um total de R$ 740.596.923 milhões arrecadados. Em janeiro, o total recebido pelo estado com o fundo de participação dos estados foi de 549.089.986.

NOVA LEI concede reajuste com benefício salarial a servidores da saúde

Foi sancionada, na segunda-feira (8), a lei de reajuste com melhoria salarial a agentes comunitários de saúde (AVS) e agentes de combate às endemias (ACE) dos servidores de Teresina. A lei foi assinada pelo prefeito da capital, Dr. Pessoa, em evento realizado no Palácio da Cidade. Segundo a lei, no seu artigo 1°, o executivo municipal fica obrigado a efetuar aos agentes de saúde a parcela denominada Incentivo Financeiro Adicional (IFA), recebido anualmente do Ministério da Saúde. Com isso, mais de dois mil servidores deverão ser beneficiados.


Arquivo O DIA

ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Convidamos os senhores acionistas da Agência de Fomento e Desenvolvimento do Estado do Piauí S.A., CNPJ/MF n.º 11.836.226/0001-43, a se reunirem em Assembleia Geral Ordinária – AGO, no próximo **dia 22 de abril de 2024, às 10 horas**, na sede social da empresa, situada na Rua Eliseu Martins, n.º 1240, Centro, em Teresina (PI), a fim de deliberar sobre os seguintes assuntos:

1. Tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras do exercício 2023;
2. Eleger os membros do Conselho de Administração;
3. Eleger os membros do Conselho Fiscal.

Teresina (PI), 05 de abril de 2024.

CRISTOVAM COLOMBO DOS SANTOS CRUZ
Presidente do Conselho de Administração

OUVIDORIA: TELEFONE: 0800.086.0006
E.mail:ouvidoria@fomento.pi.gov.br



ESTADO DO PIAUÍ
CÂMARA MUNICIPAL DE FRANCISCO SANTOS
Rua Amadeu Rodrigues, 85, Bairro Centro, CEP 64645-000
CNPJ. 00.860.058/0001-05

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 002/2024
AVISO DE CONTRATAÇÃO DIRETA Nº 90002/2024

Nº Processo 004/2024.
OBJETO: Contratação de empresa para fornecimento de gêneros alimentícios, materiais de copa e cozinha, materiais de limpeza e higienização e outros. Torna-se público que a Câmara Municipal de Francisco Santos/PI, CNPJ nº 00.860.058/0001-05, (UASG 929616), realizará Dispensa Eletrônica, com critério de julgamento menor preço, na hipótese do art. 75, inciso II, nos termos da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, da Instrução Normativa Seges/ME nº 67, de 2021 e demais normas aplicáveis.
Data da Sessão: 12/04/2024.
Horário da Fase de Lances: 08:00 às 14:00.
Link: https://www.gov.br/compras/pt-br.
Critério de Julgamento: menor preço.
OBTENÇÃO DO AVISO DE CONTRATAÇÃO DIRETA: O Aviso de Contratação Direta, o Estudo Técnico Preliminar, o Termo de Referência demais informações poderão ser obtidos no seguinte endereço eletrônico: Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) no endereço eletrônico https://www.gov.br/pncp/pt-br, Portal de Compras do Governo Federal no endereço eletrônico https://www.gov.br/compras/pt-br, https://franciscosantos.pi.leg.br/franciscosantos/licitacoes/index e https://sistemas.tce.pi.gov.br/muralic/.
FONTE DE RECURSO: 500.
VALOR PREVISTO: R$ 35.566,45 (trinta e cinco mil quinhentos e sessenta e seis e reais e quarenta e cinco centavos).
INFORMAÇÕES: maiores informações poderão ser obtidas na Câmara Municipal de Francisco Santos – PI, na Rua Amadeu Rodrigues, nº 85, Bairro Centro, CEP: 64.645-000, Francisco Santos – PI, em dias úteis, no horário das 07h às 13h, ou pelo telefone (89) 98122-9233 e principalmente por meio do e-mail: camarafranciscosantos@gmail.com.

Francisco Santos – PI, 08 de abril de 2024.

EMANUEL DE ARAÚJO SANTOS LIMA
Agente de Contratação da Câmara Municipal de Francisco Santos/PI.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

O Sindicato dos Trabalhadores Rurais de LAGOINHA DO PIAUÍ - PI (CNPJ nº **01.736.649/0001-38**), com sede no endereço: Avenida Domingos Zeiras, 1075, Centro, em **LAGOINHA DO PIAUÍ** – PI – CEP: 64.465-000, pelo presente EDITAL, através de sua presidente, que este subscreve, Elvira Silva Dos Santos Lima, **CONVOCA** todos os membros ativos ou aposentados da Categoria Profissional dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais: assalariados e assalariadas rurais, permanentes, safristas e eventuais que exerçam suas atividades na agricultura, criação de animais, silvicultura, hortifruticultura e extrativismo rural; e os agricultores e agricultoras que exerçam suas atividades individualmente ou em regime de economia familiar na qualidade de pequenos produtores, proprietários, posseiros, assentados, meeiros, parceiros, arrendatários, comodatários e extrativistas, da base territorial do município de LAGOINHA DO PIAUÍ - PI, para participarem da ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA DE ALTERAÇÃO ESTATUTÁRIA a ser realizada no dia **30 de ABRIL de 2024,** na Sede do Sindicato, endereço acima, com início às 16h, em primeira convocação e em segunda convocação, meia hora após, observando o quórum estatutário, para tratar da seguinte ordem do dia: 1) Alterar o Estatuto para: a) alterar a sua representação sindical profissional para: trabalhadores rurais agricultores e agricultoras familiares aqueles que, ativos ou aposentados, proprietários ou não, exerçam atividade rural individualmente ou em regime de economia familiar, **em área não superior a dois módulos rurais,** na base territorial do município de LAGOINHA DO PIAUÍ- PI, nos termos do Decreto Lei 1166/1971; b) Alterar a denominação da Entidade para: Sindicato dos Trabalhadores Rurais Agricultores e Agricultoras Familiares de LAGOINHA DO PIAUÍ – PI; c) Outras alterações estatutárias.
LAGOINHA DO PIAUÍ - PI, 08 de ABRIL de 2024.

Elvira Silva Dos Santos Lima
Presidente do Sindicato



ESTADO DO PIAUÍ
PREFEITURA MUNICIPAL DE FRANCISCO SANTOS
CNPJ: 06.553.713/0001/69
Praça Licínio Pereira, 24 = CEP: 64.645-000.
Francisco Santos – PI.

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 001/2024
AVISO DE CONTRATAÇÃO DIRETA Nº 90001/2024

Nº Processo 009/2024. OBJETO: Contratação *de empresa especializada* para aquisição dos serviço de assessoria pedagógica para a Secretaria Municipal de Educação do município de Francisco Santos/PI. Torna-se público que a Prefeitura Municipal de Francisco Santos/PI, CNPJ nº 06.553.713/0001-69, (UASG 981083), realizará Dispensa Eletrônica, com critério de julgamento menor preço, na hipótese do art. 75, inciso II, nos termos da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, da Instrução Normativa Seges/ME nº 67, de 2021 e demais normas aplicáveis.
Data da Sessão: 12/04/2024.
Horário da Fase de Lances: 08:00 às 14:00.
Link: https://www.gov.br/compras/pt-br.
Critério de Julgamento: menor preço.
OBTENÇÃO DO AVISO DE CONTRATAÇÃO DIRETA: O Aviso de Contratação Direta, o Estudo Técnico Preliminar, o Termo de Referência demais informações poderão ser obtidos no seguinte endereço eletrônico: Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) no endereço eletrônico https://www.gov.br/pncp/pt-br, Portal de Compras do Governo Federal no endereço eletrônico https://www.gov.br/compras/pt-br, http://franciscosantos.pi.gov.br/franciscosantos/licitacoes e https://sistemas.tce.pi.gov.br/muralic/.
FONTES DE RECURSOS: 500, 540, 550 e 569.
VALOR PREVISTO: R$ 51.300,00 (cinquenta e um mil e trezentos reais).
INFORMAÇÕES: maiores informações poderão ser obtidas na Prefeitura Municipal de Francisco Santos – PI, na Praça Lícinio Pereira, nº 24, Bairro Centro, CEP: 64.645-000, Francisco Santos – PI, em dias úteis, no horário das 07h às 13h, ou pelo telefone (89) 98152-2611 e principalmente por meio do e-mail: : licitacoes@franciscosantos.pi.gov.br.

Francisco Santos – PI, 08 de abril de 2024.

gov.br Documento assinado digitalmente
MANOEL EDILBERTO DA SILVA
Data: 08/04/2024 13:38:13-0300
Verifique em https://validar.iti.gov.br

MANOEL EDILBERTO DA SILVA
Agente de Contratação do Município de Francisco Santos – PI.



ESTADO DO PIAUÍ
PREFEITURA MUNICIPAL DE AROEIRAS DO ITAIM
CNPJ 07.165.549/0001-85
Rua Aristarco Pereira, nº. 96
Aroeiras do Itaim-PI

PREFEITURA MUNICIPAL DE AROEIRAS DO ITAIM - PIAUÍ

AVISO DE ADIAMENTO DE LICITAÇÃO

A Prefeitura Municipal de Aroeiras do Itaim-PI, através do Pregoeiro Oficial e sua equipe de apoio, torna público o adiamento dos Pregões a seguir, pelo motivo de falha na publicação no sistema da Prefeitura e jornal de grande circulação, onde não foi disponibilizados para consultas dos possíveis participantes, e que realizaremos a abertura dos mesmos conforme abaixo, em conformidade com a Lei Federal nº 14.133 de 01/04/2021 e Decreto Federal nº 10.024, de 20 de setembro de 2019 com suas alterações e demais normas pertinentes, bem como se coloca à disposição dos interessados para prestar quaisquer esclarecimentos a respeito do certame licitatório.

Poderão participar da licitação os fornecedores que tiverem especialidade correspondente ao objeto licitado e que manifestem seu interesse junto à Prefeitura Municipal de Aroeiras do Itaim-PI.

Pregão Eletrônico Nº 007/2024 Dia 19 de Abril de 2024 às 08:00hs
Pregão Eletrônico Nº 008/2024 Dia 19 de Abril de 2024 às 09:00hs
Pregão Eletrônico Nº 009/2024 Dia 19 de Abril de 2024 às 10:00hs
Pregão Eletrônico Nº 010/2024 Dia 19 de Abril de 2024 às 11:00hs
Pregão Eletrônico Nº 011/2024 Dia 19 de Abril de 2024 às 12:00hs
Pregão Eletrônico Nº 012/2024 Dia 19 de Abril de 2024 às 13:00hs

Cópia completa do Edital: Setor de Licitação – Localizado na Rua Aristarco Pereira, 96, Centro, CEP: 64.612-000, Aroeiras do Itaim/PI Fone (89) 99910-2321, trazendo consigo 01 CD ou 01 pen-drive para cópia.

Envelopes de Habilitação e Propostas:

a) **Endereço Eletrônico: https://www.comprasaroeirasdoitaim.com.br/.**
b) **Formalização de Consultas (Esclarecimentos):** até 16 de Abril de 2024 às 18:00 hrs através do endereço eletrônico: **https://www. comprasaroeirasdoitaim.com.br/.**
c) **Referência de Tempo:** Para todas as referências de tempo será observado o horário de Brasília/DF e, dessa forma, serão registradas no sistema eletrônico e na documentação relativa ao certame.

Aroeiras do Itaim-PI, 08 de Abril de 2024.
Marcione Renato Pacheco
Pregoeiro Oficial



José Cruz/Agência Brasil

A DECISÃO DO SUPREMO DECORRE DE UMA AÇÃO PROTOCOLADA EM 2020 PELO PDT

POR UNANIMIDADE, STF diz que Forças Armadas não são "poder moderador"

[O Artigo 142 não autoriza intervenção militar em conflito de poderes]

Por 11 votos a zero, os ministros do Supremo Tribunal Federal (STF) esclareceram que a Constituição não permite, às Forças Armadas o papel de "poder moderador" no país, tese alardeada pelo ex-presidente Jair Bolsonaro, usada como argumento para justificar uma eventual intervenção militar no caso de haver conflitos entre os Três Poderes – Executivo, Legislativo e Judiciário.

A decisão decorre de uma ação protocolada em 2020 pelo PDT para impedir que o Artigo 142 da Constituição seja utilizado para justificar o uso das Forças Armadas para interferir no funcionamento das instituições democráticas.

Em junho de 2020, o relator do caso, ministro Luiz Fux, concedeu liminar para confirmar que o Artigo 142 não autoriza intervenção das Forças Armadas nos Três Poderes. Pelo texto do dispositivo, os militares estão sob autoridade do presidente da República e se destinam à defesa de pátria e à garantia dos poderes constitucionais.

Segundo Fux, o poder das Forças Armadas é limitado e exclui qualquer interpretação que permita a intromissão no funcionamento dos Três Poderes e não pode ser usado pelo presidente da República contra os poderes.

"A missão institucional das Forças Armadas na defesa da pátria, na garantia dos poderes constitucionais e na garantia da lei e da ordem não acomoda o exercício de poder moderador entre os poderes Executivo, Legislativo e Judiciário", afirmou o relator.

VOTOS

Ao votar, o ministro Flávio Dino propôs que a decisão do STF seja enviada às escolas de formação e de aperfeiçoamento militares. No entanto, apenas cinco ministros acompanharam esse voto, não formando, portanto, maioria.

Dino abriu o voto citando trecho de discurso feito pelo então presidente da Assembleia Nacional Constituinte, deputado Ulysses Guimarães, em 1988. "Traidor da Constituição é traidor da pátria".

Dino argumentou que não existe, na Constituição Federal, qualquer menção sobre um poder militar. "O poder é apenas civil, constituído por três ramos ungidos pela soberania popular, direta ou indiretamente. A tais poderes constitucionais, a função militar é subalterna, como, aliás, consta do artigo 142 da Carta Magna", disse o ministro.

DESEJO DE PODER

O voto de Dias Tóffoli destacou a importância das Forças Armadas para o país em áreas "relevantes e sensíveis", mas sublinhou que estas são instituições de estado cujos esforços se concentram em objetivos que transcendem interesses políticos transitórios, e que devem estar "livres de qualquer captura ou desejo de poder". Ele classificou como "aberração" interpretar que caberia a elas o papel de um eventual poder moderador.

"Superdimensionar o papel das Forças Armadas, permitindo que estas atuem acima dos poderes, é leitura da Constituição de 1988 que a contradiz e a subverte por inteiro, por atingir seus pilares — o regime democrático e a separação dos poderes. Residiria nisso um grande paradoxo: convocar essas forças para atuar acima da ordem, sob o argumento de manter a ordem, seria já a suspensão da ordem democrática vigente", argumentou Toffoli.

O ministro lembrou que entre o final do Império e a redemocratização, as Forças Armadas, por vezes, "usurparam e se arvoraram em um fictício poder moderador". Lembrou também que, durante a ditadura entre 1964 a 1985 elas assumiram o poder com "atribuições as quais a elas jamais foram constitucionalmente concedidas". (Agência Brasil)

>>> MINISTRO DO STF

Moraes inclui Elon Musk em inquérito das milícias digitais

O ministro do Supremo Tribunal Federal (STF), Alexandre de Moraes, determinou a inclusão do multibilionário Elon Musk entre os investigados do chamado Inquérito das Milícias Digitais (Inq. 4.874), que apura a atuação criminosa de grupos suspeitos de disseminar notícias falsas em redes sociais para influenciar processos políticos.

Na mesma decisão, tornada pública na noite de domingo (7), Moraes ordena a instauração de um "inquérito por prevenção" para apurar as condutas de Musk, dono da rede social X (antigo Twitter), entre várias outras empresas. Segundo o ministro, a inclusão do empresário no Inquérito das Milícias Digitais foi motivada pela possível "dolosa [intencional] instrumentalização criminosa da rede social X". Já a abertura de um outro processo deve-se às recentes manifestações de Musk, como a de que liberaria contas de usuários da X suspensas por decisões judiciais brasileiras – conduta que, em sua decisão, Moraes tipifica como possíveis casos de obstrução da Justiça e incitação ao crime.

"Determino, ainda, que a provedora de rede social X se abstenha de desobedecer qualquer ordem judicial já emanada, inclusive realizar qualquer reativação de perfil cujo bloqueio foi determinado por essa Suprema Corte ou pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE), sob pena de multa diária de R$ 100 mil por perfil e responsabilidade por desobediência à ordem judicial dos responsáveis legais pela empresa no Brasil", sentenciou Moraes.

CRÍTICAS AO STF

O ministro proferiu sua decisão um dia após o multibilionário publicar, nas redes sociais, a primeira de uma série de postagens criticando o ministro e o STF. No último sábado (6), Musk usou o espaço para comentários do perfil do próprio ministro no X para atacá-lo.

Em uma mensagem de 11 de janeiro, na qual Moraes parabenizava o ministro aposentado do STF Ricardo Lewandowski por assumir o comando do Ministério da Justiça e Segurança Pública, Musk questiona : "Por que você exige tanta censura no Brasil?". Em outra postagem, ainda no sábado, Musk prometeu "levantar" [desobedecer] todas as restrições judiciais, alegando que Moraes ameaçou prender funcionários do X no Brasil. Já domingo (7), no início da tarde, pouco antes de o ministro divulgar sua decisão, Musk acusou Moraes de trair "descarada e repetidamente a Constituição e o povo brasileiro". Sustentando que as exigências de Moraes violam a própria legislação brasileira, Musk defendeu que o ministro renuncie ou seja destituído do cargo. (Agência Brasil)

Ariedam Agropecuária LTDA, torna público que RECEBEU da Secretaria Estadual do Meio Ambiente e Recursos Hídricos- SEMARH, a **PI-LP.01881-6/2024** para atividade agrícola localizada na zona rural do município de Jardim do Mulato e Regeneração, com validade de 03 anos.

A F&F Distribuidora de Produtos Farmacêuticos LTDA, CNPJ nº 10.854.165/0017-41, torna público que requereu juntos à Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Recursos Hídricos-SEMAM, o pedido de Licença Ambiental de Operação referente ao Empreendimento localizado na Avenida Campo maior, nº 1099, bairro Parque Alvorada, Cidade Teresina-PI.

Divulgação/ FMS



A BANCA DO CERTAME É O INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO EDUCACIONAL, CULTURAL E ASSISTENCIAL NACIONAL

CONCURSO DA FMS: edital com 997 vagas será lançado nesta terça-feira

[O concurso visa a contratação de profissionais para diversas áreas de atuação]

A Prefeitura de Teresina lança, nesta terça-feira (9), o edital do concurso público da Fundação Municipal de Saúde (FMS), que irá ofertar 997 vagas para a contratação de profissionais em diversas áreas de atuação na rede municipal de saúde. A solenidade de lançamento acontece no Palácio da Cidade, às 11h.

Segundo a diretoria de Recursos Humanos da FMS, o último concurso realizado para o preenchimento de vagas efetivas na FMS foi em 2011. Já os últimos testes seletivos tiveram sua validade expirada, respectivamente, em 20.08.2021 e 11.05.2021, sem possibilidade de nova renovação.

A banca realizadora do certame é o Instituto de Desenvolvimento Educacional, Cultural e Assistencial Nacional (IDECAN).

Atualmente, a FMS possui cerca de 11 mil servidores efetivos, e uma parcela deste quadro encontra-se afastada, necessitando de substituição imediata. Segundo o Presidente da FMS, Ítalo Costa, diante do atual contexto, se faz necessário a realização do concurso para não prejudicar a continuidade dos serviços públicos sob a responsabilidade do órgão.

A realização de um concurso para contratação de pessoal pela Fundação Municipal de Saúde de Teresina foi aprovada em dezembro de 2023 pela Câmara Municipal. A proposta consta no Projeto de Lei que havia sido encaminhado ao Legislativo pela Prefeitura com o objetivo de criar cargos para provimento de efetivo e reorganização do quadro de pessoal permanente da FMS.

(Portalodia.com)

>>> POLÍCIA CIVIL

Mulher é presa com mais de 40 celulares roubados no Piauí

Uma mulher, identificada apenas pelas iniciais M.R.B., foi presa pela Polícia Civil do Piauí, com mais de 43 celulares roubados. A prisão ocorreu na manhã de ontem (8), durante operação do Departamento Estadual de Repressão ao Narcotráfico (Denarc), em conjunto com a Superintendência de Ações Integradas (SOI).

Segundo informações da polícia, os celulares teriam sido roubados ou furtados em uma festividade no município de José de Freitas. A mulher, que foi presa em uma barreira policial no Piauí, estava dentro de um ônibus que seguia de Timon (MA), para o município de Sobral (CE). A presa já respondia pelo crime de receptação.

O coordenador do Denarc, delegado Samuel Silveira, destaca que, devido às ações de repressão ao roubo e furto de celulares realizadas no Piauí, os criminosos estão buscando outras alternativas para a comercialização de aparelhos roubados na região.

"Acredita-se que, a partir das ações realizadas no Piauí, está deixando de ser interessante que esses aparelhos venham a circular no estado, e por isso o encaminhamento para a cidade de Sobral. A partir disso, seria feita a distribuição para outros estados, o que só reforça a importância de realizar essa repressão ao crime de roubo e furto de produtos eletrônicos", disse o delegado.

As pessoas que tiveram seus aparelhos roubados em José de Freitas poderão se dirigir, nesta terça-feira (9), para a sede da SOI que fica localizada na Secretaria de Segurança Pública, a partir das 8h, em posse da documentação necessária, a fim de ser restituído.

PROTOCOLO DE RECUPERAÇÃO DE CELULARES DO PIAUÍ SERÁ ADOTADO PELO MINISTÉRIO DA JUSTIÇA

O Ministério da Justiça deve adotar, como uma política nacional de combate ao furto e roubo destes aparelhos, o protocolo de recuperação de celulares criado e implementado no Piauí. A possibilidade de inclusão do protocolo foi confirmada pelo ministro da Justiça Ricardo Lewandowski, durante agenda com o governador Rafael Fonteles.

No primeiro trimestre de 2024, o número de roubos de telefones móveis no Piauí reduziu 44%, em comparação com o mesmo período do ano passado.



Jailson Soares/ O DIA

OS CELULARES TERIAM SIDO ROUBADOS OU FURTADOS EM FESTIVIDADES EM JOSÉ DE FREITAS

AVISO DE ADIAMENTO DE LICITAÇÃO

A Prefeitura Municipal De Eliseu Martins/PI, por intermédio da Comissão de Licitação, torna público que o ADIAMENTO da Licitação na modalidade Pregão Eletrônico no. 004/2024, cujo objeto é Contratação de empresa para fornecimento de material de consumo (material de limpeza, higiênico e outros) para atender as necessidades do Município. Que estava marcada para o dia 19/04/2024, às 10h00min, fica a mesma republicada com abertura para o dia 23/04/2024, às 10h00min, no sítio eletrônico https://bnc.org.br. Os interessados poderão retirar o Edital e seus anexos no referido site.Contato: 89-94400- 1954.

Recursos: PRÓPRIOS.

Eliseu Martins-PI, 05 de Abril de 2024.
Raimundo Nonato Borges da Silva
Pregoeiro da PMEM

LUAUTO IMÓVEIS LTDA torna público que requereu à Secretária Municipal do Meio Ambiente e Recursos Hídricos(SEMAM) – LIÇENÇA AMBIENTAL PRÉVIA para implantação de POSTO DE COMBUSTIVEL para PLANALTO DISTRIBUIDORA DE PETROLEO E COMBUSTIVEIS LTDA, CNPJ: 07.231.582/0001-66 do processo 8/2022, imóvel localizado Av. Joaquim Nelson, Nº 800, Bairro Dirceu Arcoverde, CEP: 64075-735 em Teresina/PI.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO DE ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA

O Presidente do SINDEPOL-PI (Sindicato dos Delegados de Polícia Civil de Carreira do Estado do Piauí), no uso de suas atribuições, convoca todos os filiados para **Assembleia Geral Extraordinária** a realizar-se no próximo dia **12 de abril de 2024 (sexta-feira), no auditório Poty do Edifício Manhattan River Center, Torre 2,** localizado na Avenida Senador Area Leão, nº 2355, bairro Joquéi, Nesta Capital, iniciando-se os trabalhos às **14:45h**, em primeira convocação, ou na falta de quórum necessário às **15:00h** em segunda convocação, com qualquer número de presentes para deliberarem sobre a seguinte ordem do dia:

1. Processo de Promoção dos Policiais Civis ANO 2024;
2. Proposta de Reestruturação da carreira e salarial da Polícia Civil apresentada pelo GTT, presidido pelo Delegado Geral com a participação da entidade sindical;
3. A participação dos filiados no processo de negociação salarial e discussão sobre os interesses dos ativos, aposentados e pensionistas na negociação salarial a ser tratada na mesa especifica (eixo segurança pública);
4. Outros assuntos de interesse da categoria a serem deliberados.

Teresina – Pi, 06 de abril de 2024.

Higgo Martins Moura

Presidente do SINDEPOL-PI



AVISO DE LICITAÇÃO
PROCESSO ADMINISTRATIVO 035/2024
CONCORRÊNCIA Nº 011/2024

A Prefeitura Municipal de Colônia do Gurguéia – PI, através de seu Agente de Contratação instituído pela Portaria nº 001/2024, de 02 de janeiro de 2024 torna público, para conhecimento dos interessados que realizará procedimento licitatório na modalidade Concorrência Eletrônica, tipo menor preço GLOBAL, em sessão pública, mediante as condições estabelecidas no Edital, conforme as normas Gerais da Lei Federal nº. 14.133/2021 e demais legislações

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DE ENGENHARIA PARA EXECUÇÃO DE REFORMA DA UNIDADE ESCOLAR ALIANÇA DO GURGUÉIA, ZONA RURAL DO MUNICÍPIO DE COLÔNIA DO GURGUÉIA- PI.

O EDITAL e maiores informações poderão ser obtidas na sala da comissão permanente de licitação na rua Juscelino Kubitschek, 2650, Bairro Centro, Colônia do Gurguéia – PI, no horário de 07:30h às 13:00h

ABERTURA DA SESSÃO ELETRÔNICA: dia 17 de abril de 2024, às 11:00 (onze horas), no sítio eletrônico https://comprasbr.com.br.

Colônia do Gurguéia – PI, 27 de março de 2024.

Luzineia da Costa Leal
Agente de Contratação



AVISO DE LICITAÇÃO
PROCESSO ADMINISTRATIVO 041/2024
CONCORRÊNCIA Nº 016/2024

A Prefeitura Municipal de Colônia do Gurguéia – PI, através de seu Agente de Contratação instituído pela Portaria nº 001/2024, de 02 de janeiro de 2024 torna público, para conhecimento dos interessados que realizará procedimento licitatório na modalidade Concorrência Eletrônica, tipo menor preço GLOBAL, em sessão pública, mediante as condições estabelecidas no Edital, conforme as normas Gerais da Lei Federal nº. 14.133/2021 e demais legislações

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DE ENGENHARIA PARA EXECUÇÃO DE SERVIÇOS DE PAVIMENTAÇÃO EM CBUQ NO MUNICÍPIO DE COLÔNIA DO GURGUÉIA/PI, ATRAVÉS DO CONVÊNIO Nº 920279/2021.

O EDITAL e maiores informações poderão ser obtidas na sala da comissão permanente de licitação na rua Juscelino Kubitschek, 2650, Bairro Centro, Colônia do Gurguéia – PI, no horário de 07:30h às 13:00h

ABERTURA DA SESSÃO ELETRÔNICA: dia 22 de abril de 2024, às 14:00 (quatorze horas), no sítio eletrônico https://comprasbr.com.br.

Colônia do Gurguéia – PI, 01 de abril de 2024.

Luzineia da Costa Leal
Agente de Contratação



AVISO DE LICITAÇÃO
PROCESSO ADMINISTRATIVO 041/2024
CHAMADA PÚBLICA Nº 001/2024

A Prefeitura Municipal de Colônia do Gurguéia – PI, através de seu Agente de Contratação instituída pela Portaria nº 001/2024, de 02 de janeiro de 2024 torna público, para conhecimento dos interessados que realizará procedimento licitatório na modalidade Chamada Pública, tipo menor preço POR LOTE, em sessão pública, mediante as condições estabelecidas no Edital, conforme a Lei nº 11.947, de 16/07/2009 e as Resoluções do FNDE/CD nº 38/2009, Resolução do FNDE/CD nº 26/2013 (atualizada pela Resolução CD/FNDE nº 04, de 02 de abril de 2015) e resolução nº 06 de 08 de maio de 2020, atualizada pela resolução nº 20/2020

OBJETO: AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DA AGRICULTURA FAMILIAR E DO EMPREENDEDOR FAMILIAR RURAL, PARA O ATENDIMENTO AO PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR - PNAE, PARA A MERENDA ESCOLAR DOS ALUNOS DA REDE PÚBLICA MUNICIPAL DE ENSINO.

O EDITAL e maiores informações poderão ser obtidas na sala da comissão permanente de licitação na rua Juscelino Kubitschek, 2650, Bairro Centro, Colônia do Gurguéia – PI, no horário de 07:30h às 13:00h

ABERTURA DA SESSÃO PRESENCIAL: dia 24 de março de 2024, às 09:30 (nove horas e trinta minutos), na sede da Prefeitura Municipal de Colônia do Gurguéia, localizada na rua Juscelino Kubitschek, 2650, Bairro Centro, Colônia do Gurguéia – PI.

Colônia do Gurguéia – PI, 01 de abril de 2024.

Luzineia da Costa Leal
Agente de Contratação



AVISO DE LICITAÇÃO
PROCESSO ADMINISTRATIVO 040/2024
CONCORRÊNCIA Nº 015/2024

A Prefeitura Municipal de Colônia do Gurguéia – PI, através de seu Agente de Contratação instituído pela Portaria nº 001/2024, de 02 de janeiro de 2024 torna público, para conhecimento dos interessados que realizará procedimento licitatório na modalidade Concorrência Eletrônica, tipo menor preço GLOBAL, em sessão pública, mediante as condições estabelecidas no Edital, conforme as normas Gerais da Lei Federal nº. 14.133/2021 e demais legislações

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DE ENGENHARIA PARA CONSTRUÇÃO DE UMA PRAÇA NO MUNICÍPIO DE COLÔNIA DO GURGUÉIA PROPOSTA 019773/2022 CONVÊNIO 934950/2022 MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL.

O EDITAL e maiores informações poderão ser obtidas na sala da comissão permanente de licitação na rua Juscelino Kubitschek, 2650, Bairro Centro, Colônia do Gurguéia – PI, no horário de 07:30h às 13:00h

ABERTURA DA SESSÃO ELETRÔNICA: dia 22 de abril de 2024, às 11:00 (onze horas), no sítio eletrônico https://comprasbr.com.br.

Colônia do Gurguéia – PI, 01 de abril de 2024.

Luzineia da Costa Leal
Agente de Contratação

>>> EDITORIAL

Do alto dos privilégios

A nova lista de Bilionários do Mundo, divulgada na última semana pela Forbes, contesta a falácia de que o trabalho árduo é suficiente para fazer com que alguém atinja o status de milionário. Isso porque, pela primeira vez em 15 anos, todos os bilionários com até 30 anos são herdeiros. Ou seja, não precisaram trabalhar um dia sequer para acumular a fortuna que possuem. Enquanto isso, quase 5 bilhões de pessoas no planeta ficaram mais pobres nos últimos quatro anos.

A falta de oportunidades, a desigualdade de acesso à educação e recursos financeiros e as barreiras socioeconômicas são apenas alguns dos empecilhos que fazem com que os esforços individuais não sejam suficientes para que um trabalhador médio consiga alcançar o primeiro milhão em vida. O esforço pode ser um componente-chave para alcançar o sucesso financeiro, mas ele sozinho não desempenha um papel significativo na capacidade de alguém enriquecer.

O abismo que separa as pessoas mais ricas do mundo e aqueles mais pobres é uma das crises mais urgentes do nosso tempo. Choca pensar que bilhões de pessoas trabalham incansavelmente todos os dias para garantir o seu sustento e a sobrevivência da sua família, enquanto uma parcela mínima da população nunca precisou trabalhar um só dia para desfrutar de uma riqueza bilionária.

Por isso, é imperativo que o mundo caminhe para um futuro em que a maioria esmagadora da população não precise viver na pobreza extrema, lutando para acessar necessidades básicas como comida, água limpa, moradia e saúde. Isso só será possível através de políticas e práticas que promovam uma distribuição equitativa de recursos e oportunidades, garantindo que a população mais vulnerável consiga viver com dignidade e tenham as condições necessárias para conseguir prosperar.

ODIA

Líder em credibilidade

JORNAL O DIA - Desde 1951
ISSN 21772818

Rua Governador Artur de Vasconcelos, 131
CEP 64.000-450 * Teresina-PI

Valmir Miranda
Presidente

Tânia Carvalho Miranda
Diretora Adm Financeiro

Carivaldo Marques
Diretor Industrial

Sérgio Miranda
Diretor Executivo

Ithyara Borges
Editora-chefe

Nathalia Amaral
Chefe de redação

Telefones da Redação
86 2106-9941/ 9942/ 9947/ 9958
Email: jornal@portalodia.com

Publicidade
86 2106-9911/ 9919
Email: opec@jornalodia.com.br

Atendimento ao Assinante
86 2106-9944 / 86 9535-9211 whataspp
Email: assinatura@jornalodia.com.br

Representantes
São Paulo / Rio de Janeiro / Recife
J. O. PROPAGANDA E PUBLICIDADE LTDA (Plano Representação)
Rua Quirino Cardoso, 110 Vila Santa Maria / São Paulo
21 99994-8391

Brasília
JOY COMUNICAÇÃO E PARTICIPAÇÕES LTDA
QS 01 Rua 210 LT 34 36 Bloco A Sala 512 – Brasília – DF
61 98100-8411

Fortaleza
NSA/Ce
Av. Santos Dumont1301/ Aldeota
85 98829-3149

Os artigos publicados nesta página não representam a opinião do Jornal O DIA

>>> CHARGE DO DIA



>>> ARTIGOS

Literatura e as trilhas das subjetividades

Herasmo Braga - Professor e Ensaísta (UESPI/PPGEL-UFPI)

Se não é possível conceber a existência do homem sem a linguagem, nem a linguagem sem o homem, em meio a todas as suas conjunções, deparamo-nos com os elementos relacionados à imaginação, então se compreende a fundamentação dos motivos que fazem com que o atestado da coexistência entre ficção e realidade não seja apenas devaneio. Nessa junção tríade da linguagem, homem, imaginação, sob a égide da coexistência entre o mundo real e o verossímil, reforçam-se o peso e a centralidade da Literatura, que vão além de mera manifestação artística por meio das palavras. A Literatura provoca inquietações que assolam qualquer véu de Maya que a humanidade se dispõe a envolver-se.

Costuma-se atribuir a arte como substância que expõe o imaginário tanto dos seus autores como de quem os recepciona. E ao relacionar a Literatura com outra arte, o teatro, por exemplo, tem-se que o fator imaginativo terá peso ainda maior na diferenciação daqueles que a acolhem, pois as lacunas deixadas na execução da peça como na construção e organização da trama, o espectador e o leitor não serão passíveis no processo, pois sem o uso efetivo dos seus efeitos imaginativos, ficar-se-á à margem de qualquer compreensão ou do simples entendimento. Quanto menos atenção aos recursos presentes no palco, em que pese a muitos deles, mais serão extraídos do imaginativo, e, na mesma direção, quanto menos explicativa e descritiva for a trama, mais se exige do espectador e do leitor e maiores serão os ganhos na subjetividade de ambos. Como assinala Joel Birnan ao referir-se sobre esse aspecto e direcionado ao teatro, que a razão estética do teatro se encontra paradoxalmente na economia de recursos materiais, sendo, então, a dimensionalidade estética associada proporcionalmente ao teor imaginativo de quem a produziu, a realizou e a recepcionou. Dessa maneira, o nível de percepção é diretamente relacionado ao envolvimento com a obra de arte em contato. Ocorre o mesmo com o texto literário diante daqueles que se debruçam sobre as suas linhas. A capacidade imaginativa vivenciada pelas linhas tecidas será determinante para o preenchimento qualitativo das lacunas dos textos. Assim, diante das forças expressivas materializadas na escrita, os sentidos serão reelaborados e não serão reféns do entendimento superficial oriundo das camadas descritivas.

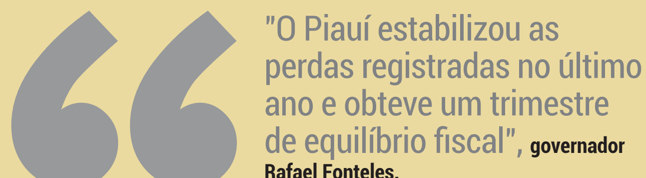
O valor das subjetividades dos sujeitos acaba, portanto, qualificando ou não essas ações receptivas. Diante das intrigas, seja no teatro, seja na literatura, o foco não estará apenas no ato de contar, de expor, de significar. E, sim, na ressignificação que fuja dos aspectos ordinários limitadores das abordagens. Destarte, compreende-se que as subjetividades humanas são constituídas por afetos, como destaca Spinoza. Já Freud, evidencia que essas transformações advêm das ações externas que são ressignificadas internamente. Para Simmel, se não subjetivarmos a cultura objetificada, em nada ela resultará. Para Roger Scruton, caso venha a se tomar a cultura sob o ponto de vista relativista, ela perderá todo o sentido, pois não haverá acréscimos nas subjetividades devido à precarização dos efeitos modificadores oriundos da cultura que exala algo. Assim, todos esses diferentes pensadores, de épocas distintas, enaltecem os caminhos de desenvolvimento das subjetividades. Nessa toada, percebe-se o quanto a cultura que ressignifica pode contribuir para sua expansão e singularização. Por outro lado, no tocante à força dessa mutação proporcionada pela cultura ressignificadora, não ocorrerá de maneira passiva. Como asserta Teixeira Coelho no ensaio Cultura, Grandeza Negativa: "[...] a exposição superficial à cultura configura, como norma, apenas o cumprimento de um código estéril, uma estrutura vazia – um simulacro, como preferia Baudrillard". Assim, apenas a exposição ou admiração alienada pela obra não resultará em nada. Impactante perceber que muitos se encontram em meio a essa postura. Outros chegam até a desqualificar as produções culturais significativas.

Entre as diversas formações culturais que possam elevar o espírito formativo dos sujeitos, evidencia-se a Literatura, por ela se constituir um dos caminhos de singularização, de expansão de subjetividades, tanto as obras que compõem a tradição, quanto as mais recentes, contemporâneas. Ela pode contribuir para a potencialização das transformações dos indivíduos mediante as ações dos sujeitos leitores que a vivenciam, desenvolvendo-lhes também a capacidade de discernimento, que é vital para essa trajetória qualificadora, a fim de que a concretização dos ganhos não ocorra na ordem quantitativa e meramente informativa, e sim, por meio de escolhas que possam elevar as subjetividades do indivíduo.

>>> FRASE DO DIA

Assis Fernandes/ODIA





"O Piauí estabilizou as perdas registradas no último ano e obteve um trimestre de equilíbrio fiscal", **governador Rafael Fonteles.**

A atual situação dos presídios brasileiros

João Pedro Ayrimoraes Soares - Advogado e Escritor.

Acreditamos que não estaremos exagerando, de maneira alguma, ao afirmarmos no início deste Artigo, que a situação atual dos presídios brasileiros é a de que, na realidade, além de insuficientes, são precários e mal administrados, inclusive, os denominados Presídios de Segurança Máxima. Tanto assim que, desde logo, procurando evidenciarmos e comprovarmos a autenticidade de nossa precitada informação, reproduzimos, adiante, as seguintes informações e ponderações de abalizados e notáveis estudiosos e pesquisadores especializados na matéria enfocada: "...Segundo Mariana Scaff Haddad Bartos, pesquisadora do Departamento de Política, Gestão e Saúde da Faculdade de Saúde Pública da USP, a condição de vida dos presos no Brasil está diretamente ligada a um sistema que exclui, perpetua vulnerabilidades e que viola o exercício de direitos — inclusive o direito à saúde. – 'No geral, o que a gente vê são locais insalubres, marcados por precariedade, sem estrutura e sem condições materiais mínimas. Só para ilustrar com os dados mais recentes do Departamento Penitenciário Nacional (Depen), eu estou falando de um déficit de mais de 200 mil vagas', completa Mariana. Assim, é possível notar que a arquitetura carcerária não parece respeitar os aspectos intrínsecos para a qualidade de vida dentro das prisões."

Ademais disso, sobre a "Saúde" dos presidiários, a aludida especialista e pesquisadora esclarece: "Entre os diferentes dados que foram levantados pelo CNJ, nota-se que a chance de os presidiários contraírem tuberculose, por exemplo, é 30 vezes maior que a do resto da população. Além disso, o risco de morte por enfraquecimento extremo é 1.350% maior para esses indivíduos. Para a pesquisadora, esses dados podem ser explicados pelas condições insalubres que são oferecidas e pela superlotação das celas, que influenciam diretamente a transmissão de doenças. – A baixa entrada de luz, os espaços com pouquíssima ventilação, a alta taxa de umidade e a presença constante de mofo nas celas são alguns dos fatores que contribuem para a inadequação desses espaços. Outro fator que contribui com esse cenário é a má alimentação dos presos. Mariana explica: 'Quando eu falo em alimentação, eu também falo de acesso à água potável. Muitas pesquisas recentes mostram que a alimentação dentro do sistema carcerário está muito longe de ser adequada, ela é insuficiente, ela é escassa e, em alguns relatórios, é utilizada a expressão "pena de fome" para trazer à tona a questão da insegurança alimentar', reflete a pesquisadora. A questão da higiene é outro aspecto que afeta diretamente a saúde dos detentos. "..Durante a pandemia de covid-19, as falhas históricas e problemas associados à questão sanitária parecem ter se multiplicado dentro das prisões brasileiras. Mariana explica que 'um presídio é um laboratório ideal para a propagação de um vírus, já que esses locais caminham na contramão da maioria das recomendações realizadas para controlar o avanço da doença."

De outra parte, "...O professor David Teixeira de Azevedo, advogado criminalista e professor da Faculdade de Direito da USP, explica que os problemas apresentados nas prisões brasileiras não são atuais. Alguns deles são crônicos e podem ser representados pela falta de vagas, pela ausência de auxílio ao preso após o cumprimento de sua pena e pela questão relativa à própria dignidade humana. – "...O professor reforça ainda que a assistência à saúde nas prisões brasileiras é extremamente precária, assim, o oferecimento de um cuidado preventivo, curativo, farmacêutico e odontológico dificilmente acontece com plenitude. Dessa forma, é notório que não podemos continuar apresentando a terceira maior população carcerária do mundo se os direitos básicos não estão sendo garantidos para essas pessoas. – Para melhorar o cenário atual, o professor analisa que é necessário reduzir o número de prisões. 'Não é possível que 41% dos presos sejam presos provisórios. Não é possível que, em 20 anos, de 1990 a 2010 esse tipo de prisão tenha subido 1.253%. Isso é claramente violação do princípio da presunção de inocência, porque o Poder Judiciário está apreendendo desde que haja prova de um fato e da autoria desse fato, sem que haja nenhum requisito processual de cautelaridade', adiciona o especialista." (Cf. https://jornal.usp.br/radio-usp/cerca-de-62-das-mortes-em-prisoes-brasileiras-sao-causadas-por-doencas/#:~:text=Em%20um%20estudo%20recentemente%20divulgado,insufici%C3%AAncia%20card%C3%ADaca%2C%20pneumonia%20e%20tuberculose).

Já agora, depois de constatarmos que, segundo as retrotranscritas manifestações dos destacados especialistas, a grande maioria, para não dizer mesmo a quase totalidade dos presídios brasileiros, continua sendo, atualmente, pelas suas precárias e degradantes condições, verdadeiros depósitos de famintos e de doentes, não conseguimos entender por que, no nosso País, permanece existindo, como verdadeira exceção, "a P2 de Tremembé: a chamada 'prisão dos Famosos'". Com efeito, na conformidade de recentes informações, também obtidas pela Internet, a aludida P2 de Tremembé, na Capital Paulista, vem funcionando com a destinação e condições, esclarecidas e reproduzidas, em seguida: "...O reconhecimento por sua gestão exemplar chegou em 2003, quando a penitenciária foi agraciada com o prêmio de "Modelo de Gestão Penitenciária". A capacidade da P2 é estruturada para evitar problemas de superlotação, projetada para acomodar até oito presos por cela, além de contar com nove celas individuais para casos específicos. A administração da penitenciária tem se destacado pela oferta de oportunidades de trabalho e educação aos detentos, um movimento em direção à sua reabilitação e reintegração à sociedade." – "...Diante do exposto, a Penitenciária Dr. José Augusto César Salgado, com seus programas de reabilitação e a lista de detentos famosos, exemplifica a complexa intersecção entre justiça, reabilitação e a atenção pública. À medida que evolui, permanece como um foco de discussões importantes sobre o sistema penal no Brasil, reiterando a necessidade de equilibrar punição com oportunidades de reabilitação." (Cf. https://oantagonista.com.br/mundo/conheca-a-p2-de-tremembe-a-chamada-prisao-dos-famosos/).

Entendemos, assim, que o modelo de Presídio, como o de Tremembé, na impossibilidade de ser estendido a todos os presidiários comuns, deveria ser destinado, prioritariamente, para os presos provisórios e, também, para os presidiários condenados a penas de, no máximo, até 10 (dez) anos de reclusão, portadores de menor periculosidade e de mais fácil reabilitação.

Por último, considerando a grande complexidade e abrangência da matéria abordada, neste artigo, pretendemos retornar ao estudo e análise da mesma, abordando, dentre outras, as Penitenciárias Federais de Segurança Máxima, as quais se encontram em evidência, pela ocorrência, recente, da primeira fuga de presos, pela primeira vez no Brasil, ocorrida na Penitenciária Federal de Mossoró, no Rio Grande do Norte.

Um Prego na Chuteira



Deusdeth Nunes - Garrincha

UM PECADO CAPITAL

Meu caro leitorado, neste futebol profissional, nosso Estado natural comete o pecado capital de não ter nenhum clube na final. É só o sertão e o litoral e aqui nenhuma gota de sal. Isto é uma coisa rara no esporte rei Pelé. Uma capital completamente descapitalizada no gênero, número e grau. Completamente Mobral. É doloroso mas infelizmente é a verdade e não poderia nem siquer pensar numa felicidade que não se pode ter mas é muito triste não ser ter o direito nem de torcer. E assim caminha a humanidade e eu com a minha atual idade vou navegando em Rio de Janeiro a dezembro torcendo para que não dê zebra e não ser o nó vembro. Porque sendo uma vez Flamengo é aquele lengo-lengo na chaleira onde Odilio Teixeira. E o Carlos Said de brincadeira reclamando que tem aquele prego na chuteira em plena segunda-feira. Mas a vida tem Altos e baixos. E se tem o Dídimo que é Castro tem o Odilio que Te cheira. E a bola rola "na trajectória dos noventa" como diz aquele locutorto numa rádio pioneira de frequência lá no Meduna. A frequência medunada. Mas assim é essa nossa vida parada e com corrida. Na estrada e na avenida das Dores e dos Prazeres com a Dulce ou com a Margarida. E tempo vai passando na trajectoria dos noventa onde ninguém sessenta e setenta fica violenta, virulenta porque a medida nesta vida quando não é oito é oitenta, sai galopando numa jumenta mas não pode ultrapassar a casa dos quarenta. E um dia, belo dia tudo se transtorma, você até se transforma não segue mais aquela Norma.

Porque ela ficou idosa total, a sua escola já não é Normal. Você reconhece que é o Colégio das Irmãs da cidade fazendo caridade para a população dando a Primeira Comunhão e a sua absolvição dos pecados. Os normais e os dos padres e cardeais. E a bola rola em Campos Elíseos divididos em Campinas, Campo Largo, Campo Grande e um Campo Maior no Piauí. E não citamos os Campos de Jordão porque lá é um campo de concentração. Mas não adianta choro e nem vela. O futebol profissional nesta capital não é mais o principal. É até "hoRiver" se dizer isso. É doloroso mas infelizmente é a verdade como diz canção nostálgica do cancioneiro popular. O futebol de Teresina afogou-se numa piscina rasa e de água fina. E afogado, ficou lá parado, no fundão e se ele se mexer até pode feder ação e o povo gritar nas ruas, a grande multidão: Lula não! É esta situação brasileira de nossa democracia dia e noite, noite e dia, o Padre Nosso e a Ave Maria. Amém...

RIVER ANUNCIA contratação de Roberto Fonseca como novo técnico

[Há quatro dias, o Galo oficializou a saída de Dico Woolley e de outros membros da comissão técnica]

Emelly Alves
Repórter

O River Atlético Clube oficializou, ontem (8), a contratação de Roberto Fonseca como novo técnico para a disputa do Campeonato Brasileiro Série D. O treinador, que acumula passagens por CSA, Figueirense, Londrina e São Bento, chega com a missão de recolocar o Galo na rota de vitórias e buscar o acesso à Série C.

"Seja bem vindo, professor", disse o clube em uma publicação no Instagram. Fonseca possui um currículo recheado de títulos e acessos, com destaque para a conquista da Copa do Nordeste com o Sampaio Corrêa em 2018 e o acesso à Série C com o Novorizontino em 2020. O treinador também acumula experiência em competições nacionais como a Série B e a Copa do Brasil.

SAÍDA DE DICO WOOLLEY

Na última quinta-feira (4), o Galo anunciou oficialmente a saída de Dico Woolley. O desligamento do técnico já havia sido anunciado previamente pelo próprio treinador nas redes sociais, sendo agora confirmada pelo clube. Junto com Woolley, outros membros da comissão técnica também deixam o River Atlético Clube.

"O River Atlético Clube agradece ao técnico Dico Woolley, ao auxiliar técnico Felipe Lins e aos preparadores físicos, Alisson Amorim e Aquino Silva, pelos serviços prestados ao Clube. Os profissionais se dedicaram ao Galo de forma respeitosa e profissional, cumprindo seus respectivos papéis de forma ética. Desejamos sucesso na continuidade da carreira de todos", compartilhou o Galo no Instagram.

DESLIGAMENTO DE ATLETAS

Com a chegada de Roberto Fonseca, o River inicia a reformulação do elenco. Na semana passada, o clube anunciou o desligamento de seis atletas: Ju Alagoano, Paul Henry e Rodrigo Fumaça, que são atacantes; Caíque Valdívia, meia; Doda e Guilherme Knupp, ambos volantes.

De acordo com a diretoria do clube, essa reestruturação ocorre em meio aos preparativos para a participação do clube no Brasileirão Série D. O campeonato está programado para iniciar em 28 de abril, com o River integrando o grupo A2, ao lado de times como Altos-PI, Fluminense-PI, Maranhão-MA, Moto Club-MA, Cametá-PA, Águia de Marabá-PA e Tocantinópolis-TO.

A Confederação Brasileira de Futebol (CBF) será responsável por divulgar posteriormente a tabela completa com datas e horários dos jogos.

>>> CAMPEONATO

Título do Altos garante Fluminense-PI na Pré-Copa do Nordeste 2025

André dos Santos
Repórter

O torcedor do Altos está cheio de alegria com o tetracampeonato do Jacaré, conquistado no último sábado (6) diante do Parnahyba. Só que, além dos altoenses, outra torcida está "feliz" com o título do alviverde. É o Fluminense-PI, que herdou a vaga para disputar a Pré-Copa do Nordeste de 2025. Isso porque o regulamento da competição prevê que o campeão vai direto para a fase de grupos do Nordestão.

Já a segunda vaga para o torneio regional é definida por meio do ranking de clubes da CBF. O Ranking Nacional de Clubes (RNC) estabelece uma classificação técnica entre 239 clubes do futebol brasileiro, com base no recente desempenho das equipes nas competições nacionais e internacionais.

Além da relação das equipes apresentada, a CBF também divulga o Ranking Nacional das Federações.

A equipe melhor posicionada fica com a vaga. Como o Altos é o melhor ranqueado e foi campeão, a vaga "sobrou" para o segundo melhor colocado, que é o Fluminense-PI. O Vaqueiro passa a garantir mais uma competição no calendário 2025.

UP!

Péricles Mendel- Fale conosco: 86 2106.9924

BODAS DE ERVA

O deputado federal Júlio César e a senadora Jussara Lima comemoraram 29 anos de uma feliz união no último domingo. Mais amor e sabedoria ao casal!

ESPANHA

Aniversariante de sábado, a decoradora Maria Amélia Melo passou a data em Barcelona na companhia do desembargador Raimundo Alencar.

HELOÍSA

A enfermeira Indyara Barros e o advogado Thiago Menezes estão radiantes com a descoberta de que serão pais de uma menina. Heloísa vem aí!

KASSIO LEAL



O DEPUTADO FEDERAL MARCOS AURÉLIO SAMPAIO E A TABELIÃ E MESTRE EM DIREITO MANUELLA MARTINS RECEBERAM CONVIDADOS NO CHÁ DA MAYA E DO ANTÔNIO. O LINDO CASAL VIVE A EXPECTATIVA PELA CHEGADA DOS GÊMEOS


COM RETRATO



RAFAEL CASTRO E VANESSA FALCÃO COMEMORARAM OS 3 ANOS DO PRIMOGÊNITO RAFAEL NO ÚLTIMO DOMINGO. O CASAL TAMBÉM É PAI DA LINDA CRISTINA CASTRO. QUE DEUS SEMPRE ABENÇOE!



O NOVO PRESIDENTE DO TRE-PI É O DESEMBARGADOR SEBASTIÃO RIBEIRO MARTINS, QUE FOI EMPOSSADO NA MANHÃ DE ONTEM. AQUI, MARTINS COM A ESPOSA, SOLANGE GONÇALVES MARTINS, E OS FILHOS MORGANA, CLAUDIA LAISE E PAULO SOLANO



O DESEMBARGADOR RICARDO GENTIL EULÁLIO DANTAS FOI EMPOSSADO, NA MANHÃ DE HOJE, COMO VICE-PRESIDENTE E CORREGEDOR DO TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO PIAUÍ. NO REGISTRO, ELE COM A ESPOSA LÚCIA EULÁLIO DANTAS, O FILHO LUCAS DANTAS, A NORA FABIANA DANTAS E A NETA MARIA LUIZA. PARABÉNS!

FELICIDADES

Padre Francisco Borges, Elizabeth Lustosa, Rafaela Brandão, Edna Almeida Melo, Lucas Cronemberger, Jesus Rodrigues, Thais Verçosa e Marlene Gayoso comemoram a nova idade nesta terça. Parabéns!

HAPPY BIRTHDAY

Quem celebra mais um ano de vida na quarta é Teresinha Medeiros, Andrei Costa, Erovan Trajano da Fonseca, Cláudia Teles Costa, Mara Dias, Yuri Ribeiro, Enoque Soares Júnior e Lena Mendonça. Felicidades!



O FOFÍSSIMO HELTON NETO TEVE O PRIMEIRO ANINHO BASTANTE CELEBRADO PELA FAMÍLIA. AQUI, O PEQUENO ANIVERSARIANTE RECEBENDO O AMOR DOS PAIS GABI E IVO LEITÃO E OS AVÓS JOILZA E ALAINY LEITÃO

NO COMPASSO DO VIVER

A autora Gemma Galgani vai lançar o livro "No compasso do viver". A sessão de autógrafos da publicação acontece hoje à noite, no Sesc Cajuína.



A DETERMINAÇÃO, O CONHECIMENTO E A COMPETÊNCIA DA PROFESSORA TÂNIA MARIA SAMPAIO, DIRETORA GERAL DA FACULDADE CET E DIRETORA GERAL E FINANCEIRA DO CENTRO HOSPITALAR E MATERNIDADE SANTA FÉ, SÃO MAIS UMA VEZ RECONHECIDOS NO II FÓRUM DE EXECUTIVOS DA SAÚDE DO PIAUÍ. AQUI, TÂNIA COM O PRESIDENTE DA UNIMED TERESINA NEWTON NUNES



O ENGENHEIRO JONNATHAN MOREIRA, A APRESENTADORA DEBORAH PITELLY, O CHEF MARQUINHOS FERREIRA E O DELEGADO FERNANDO SEPÚLVEDA CURTINDO O MELHOR DA NOITE DO PORTO, EM PORTUGAL. CHEF RECONHECIDO EM TERESINA PELA COMPETÊNCIA, MARQUINHOS ESTÁ RESIDINDO EM TERRAS PORTUGUESAS DESDE O FINALZINHO DE 2023

EmDia

Fotos: Ezequiel Araújo



ALAGAMENTO

Quinze famílias devem ser retiradas de áreas de risco no bairro Poti Velho

[Para evitar maiores transtornos, a Barragem de Boa Esperança teve sua vazão aumentada]

Ezequiel Araújo
Repórter

As fortes chuvas que caíram no Piauí nas últimas horas acenderam um alerta de preocupação das autoridades locais, quanto à integridade das famílias que moram nas áreas mais próximas do rio Parnaíba. Além disso, foi emitido um alerta de que a Barragem de Boa Esperança, em Guadalupe, teve sua vazão aumentada para evitar algum tipo de colapso.

Segundo a Companhia Hidro Elétrica do São Francisco (Chesf), o novo patamar será de 800 metros cúbicos por segundo (m^3/s), devendo permanecer inalterado, até nova reavaliação. Diante disso, a Defesa Civil de Teresina está conscientizando as famílias que moram nas regiões ribeirinhas quanto ao risco de continuarem em suas residências devido ao perigo iminente para alagamentos na cidade. Pelo menos 15 famílias que moram no bairro Poti Velho, na zona Norte, deverão ter que deixar suas casas.

"A Defesa Civil vem fazendo esse monitoramento há um bom tempo. Esse trabalho vai sendo monitorado, sendo mais intensificado nesse período de chuvas. O Comitê Emergencial foi montado para isso", disse o gerente de operações da Defesa Civil da capital, Marcos Rolf, explicando a criação de um comitê especial para prevenir os desastres naturais que provocam inundações em Teresina.

O gerente de operações argumentou ainda que o nível do rio Parnaíba já subiu em torno de um metro e deverá subir mais nas próximas horas. "Esse tempo é um período crítico para gente, por conta de muitas chuvas e ventos e nisso estamos monitorando de sábado para cá porque a Chesf colocou que está liberando 800 metros cúbicos por segundo a Barragem de Esperança. Há uma preocupação que realmente aconteceu. De ontem para hoje subiu um metro e vai subir mais"

Ele argumenta que as famílias mais próximas do dique do Poti Velho deverão ter que deixar suas casas pelo fato de estarem mais suscetíveis a inundações.

"As assistentes sociais já estavam aqui no local, fizeram o cadastro e vamos encaminhá-los para a família solidária. Só aqui são 15 famílias que moram próximas ao dique e na beira do rio são outras 20 famílias, onde fizemos esse monitoramento orientando. As famílias que residem próximas ao dique serão as primeiras que deverão deixar o local, por estarem bem mais perto da margem do rio", ressalta Marcos Rolf.

Para quem mora próximo à área do rio Parnaíba a situação é difícil. Móveis e outros pertences são deixados nas casas de amigos ou parentes, como conta a moradora Roberta Barbosa: "Às vezes a gente coloca na casa dos nossos familiares ou parentes [os móveis]. Tem vez que eles não gostam e mandam a gente trazer tudo de volta, e por isso a gente traz e ficamos aqui até quando o rio baixa novamente", observa.

A moradora afirma também que, devido às últimas chuvas, outros moradores temem que suas casas sejam invadidas com a elevação do rio Parnaíba. "Alguns conseguem dormir à noite e outros não, pois ficam temerosos de acordarem com a água dentro de água. Quando a gente ver a água chegando mais próxima de casa, a gente liga para virem nos pegar para levar a gente para alguma escola", explica.

Roberta Barbosa argumenta ainda que o valor subsidiado pela Prefeitura de Teresina como paliativo diante dessa situação não é suficiente. "Aqui, todo ano acontece essa enchente. Por conta disso, a prefeitura diz que vai dar o dinheiro do aluguel de R$ 300, só que esse valor não dá para alugar uma casa para nós morarmos, porque é muito pouco. Eles dizem que vão dar as casas, mas isso não acontece", finaliza.

>>> VALOR A SER PAGO ÀS FAMÍLIAS

Por meio de nota, Secretaria Municipal de Cidadania, Assistência Social e Políticas Integradas (Semcaspi), explicou que o valor financeiro concedido às famílias que moram em áreas de risco é definido por pela Lei Orgânica de Assistência Social, e por isso o reajuste do valor deverá ser feito por meio de projeto de lei aprovado na Câmara de Teresina.

A NOTA NA ÍNTEGRA:
A Secretaria Municipal de Cidadania, Assistência Social e Políticas Integradas (Semcaspi) esclarece que o valor de R$300, oferecidos no Programa Cidade Solidária a família que acolhe, é definido pela Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS), art. 22, da Lei n. 8742, de 07 de dezembro de 1993, com alterações no art. 8º da Lei Nº 4.916/2016 no ano de 2019.

O Programa Cidade Solidária faz parte dos Benefícios Eventuais, que integra a política de Assistência Social, de caráter suplementar e provisório, prestado aos cidadãos, inclusive, em situações de vulnerabilidade temporária e de calamidade pública.
Assim, a Semcaspi reforça que qualquer nova alteração no programa, inclusive de valores, deve ser feita por meio de projeto de lei aprovado na Câmara Municipal de Teresina e sancionada pela Prefeitura Municipal de Teresina.
Para mais informações sobre o Programa Cidade Solidária, a população pode entrar em contato por meio do número (86) 3215-7593, referente a Gerência de Proteção Social Básica (GPSB) da Semcaspi.
(Ezequiel Araújo)





Assis Fernandes/ODIA

HUT quer localizar familiares de paciente internado na UTI, após sofrer atropelamento

O paciente foi identificado como Antônio Francisco Marcolino. Segundo o HUT, ele apresenta confusão mental e não consegue interagir normalmente

Maria Clara Estrêla
Repórter

O Hospital de Urgências de Teresina (HUT) está pedindo ajuda à população para tentar identificar e encontrar os familiares de um paciente que deu entrada no hospital no último dia 22. O homem está internado na Unidade de Terapia Intensiva (UTI) Neurológica após ter sido vítima de um atropelamento na rodovia BR-316, em Timon.

Ele foi identificado como sendo Antônio Francisco Marcolino. De acordo com a assessoria do HUT, o paciente chegou ao hospital levado por uma ambulância do SAMU, mas até hoje nenhum familiar o procurou. O serviço social do Hospital de Urgências está fazendo uma busca ativa no sentido de obter mais informações sobre este paciente, mas até agora o setor teve pouco avanço nesse sentido.

Em nota, o HUT informou que o paciente não consegue interagir e apresenta episódios de confusão mental, o que dificulta ainda mais o acesso a informações que permitam sua identificação.

"Ele conseguiu dizer o nome para a equipe. Segundo ele, se chama Antônio Francisco Marcolino, mas não há comprovação disso", afirma o HUT em nota.

O hospital pede que quem tiver qualquer informação sobre os familiares de Antônio, que se dirija até o HUT, se possível, com documentos de identificação e que comprovem o parentesco.

MUNICÍPIO DE PICOS/PI
AVISO DE LICITAÇÃO

O Município De Picos/PI, por meio do Agente de Contratação e Equipe de Apoio, promoverá o procedimento licitatório Pregão Eletrônico N° 012/2024. Objeto: "contratação de empresa especializada para prestação dos serviços de locação de máquinas pesadas, em atendimento as necessidades da sec. de obras, habitação e urbanismo do município".Tipo: Menor preço.Adjudicação: Por item.Modo De Disputa: Aberto.Início do acolhimento das propostas: 10/04/2024, às 17:00 horas.Abertura das propostas: 22/04/2024, às 09:00 horas.Início Da Sessão De Disputa De Preços: 22/04/2024, às 09:10 horas.Plataforma: www.novobbmnet.com.br. Edital: , www.novobbmnet.com.br e .Informações: pmpi.licitacoes@gmail.com ou na Prefeitura, situada Rua Marcos Parente, nº 155, de segunda à sexta-feira, de 08:00 às 14:00 h.

Picos/PI, 08 de abril de 2024.
MAURÍCIO MACÊDO DE MOURA
Agente de Contratação

CÂMARA MUNICIPAL DE SIMÕES-PI
Aviso de Dispensa Eletrônica de Licitação nº 006/2024.

A Câmara M. de Simões - PI, através do Agente de Contração, no uso de suas atribuições legais, atendendo a solicitação do Presidente, que há necessidade de Contratação por dispensa licitação de empresa para Prestação de Serviços de Elaboração de projeto de engenharia para reforma da fachada da Câmara Municipal e fiscalização de obra, com critério de julgamento Menor Preço Por Item.Data da sessão: 16/04/2024. Início do acolhimento: 10/04/2024 às 08:00 h até 16/04/2024 às 07:59h.Horário de abertura das propostas: 08:00 às 14:00h.Após cumpridos os 360 minutos ou seja, 06:00 a partir da liberação.Local: www.novobbmnet.com.br . *Valor Global Estimado:* R$ 18.000,00.*e Recurso: Orçamento Geral.I*nformações na sede da Câmara, situado na Rua Manoel Elpídeo de Carvalho, nº 84, Centro, ou no E-mail: cplcamarasimoes@gmail.com.

Simões, 08 de abril de 2024.
Agente de Contratação

COLÔNIA DO GURGUEIA - PI
PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO
PROCESSO ADMINISTRATIVO 036/2024
CONCORRÊNCIA Nº 012/2024

A Prefeitura Municipal de Colônia do Gurguéia – PI, através de sua Agente de Contratação instituído pela Portaria nº 001/2024, de 02 de janeiro de 2024 torna público, para conhecimento dos interessados que realizará procedimento licitatório na modalidade Concorrência Eletrônica, tipo menor preço GLOBAL, em sessão pública, mediante as condições estabelecidas no Edital, conforme as normas Gerais da Lei Federal nº. 14.133/2021 e demais legislações

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DE ENGENHARIA PARA EXECUÇÃO DA REFORMA DO GINÁSIO POLIESPORTIVO NO MUNICÍPIO DE COLÔNIA DO GURGUÉIA- PI.

O EDITAL e maiores informações poderão ser obtidas na sala da comissão permanente de licitação na rua Juscelino Kubitschek, 2650, Bairro Centro, Colônia do Gurguéia – PI, no horário de 07:30h às 13:00h

ABERTURA DA SESSÃO ELETRÔNICA: dia 17 de abril de 2024, às 14:00 (quatorze horas), no sítio eletrônico https://comprasbr.com.br.

Colônia do Gurguéia – PI, 27 de março de 2024.

Luzineia da Costa Leal
Agente de Contratação




AVISO DE LICITAÇÃO
PROCESSO ADMINISTRATIVO 039/2024
CONCORRÊNCIA Nº 014/2024

A Prefeitura Municipal de Colônia do Gurguéia – PI, através de sua Agente de Contratação instituído pela Portaria nº 001/2024, de 02 de janeiro de 2024 torna público, para conhecimento dos interessados que realizará procedimento licitatório na modalidade Concorrência Eletrônica, tipo menor preço GLOBAL, em sessão pública, mediante as condições estabelecidas no Edital, conforme as normas Gerais da Lei Federal nº. 14.133/2021 e demais legislações

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DE ENGENHARIA PARA EXECUÇÃO DE PAVIMENTAÇÃO EM VIAS PÚBLICAS DO MUNICÍPIO DE COLÔNIA DO GURGUÉIA PROPOSTA 033100/2022 CONVÊNIO 940253.2023 MINISTERIO DAS CIDADES.

O EDITAL e maiores informações poderão ser obtidas na sala da comissão permanente de licitação na rua Juscelino Kubitschek, 2650, Bairro Centro, Colônia do Gurguéia – PI, no horário de 07:30h às 13:00h

ABERTURA DA SESSÃO ELETRÔNICA: dia 22 de abril de 2024, às 09:00 (nove horas), no sítio eletrônico https://comprasbr.com.br.

Colônia do Gurguéia – PI, 01 de abril de 2024.

Luzineia da Costa Leal
Agente de Contratação



AVISO DE LICITAÇÃO
PROCESSO ADMINISTRATIVO 037/2024
CONCORRÊNCIA Nº 013/2024

A Prefeitura Municipal de Colônia do Gurguéia – PI, através de sua Agente de Contratação instituído pela Portaria nº 001/2024, de 02 de janeiro de 2024 torna público, para conhecimento dos interessados que realizará procedimento licitatório na modalidade Concorrência Eletrônica, tipo menor preço GLOBAL, em sessão pública, mediante as condições estabelecidas no Edital, conforme as normas Gerais da Lei Federal nº. 14.133/2021 e demais legislações

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DE ENGENHARIA ESPECIALIZADA EM EXECUÇÃO E HOMOLOGAÇÃO DE USINAS SOLARES FOTOVOLTAICAS COM INTUITO DE TRAZER ECONOMIA NAS CONTAS DE ENERGIA NO MUNICÍPIO AO LONGO DA VIDA ÚTIL DA USINA, SENDO ASSIM, UM INVESTIMENTO EM CORTE DE CUSTOS E INFRAESTRUTURA DA CIDADE E SECRETARIAS.

O EDITAL e maiores informações poderão ser obtidas na sala da comissão permanente de licitação na rua Juscelino Kubitschek, 2650, Bairro Centro, Colônia do Gurguéia – PI, no horário de 07:30h às 13:00h

ABERTURA DA SESSÃO ELETRÔNICA: dia 18 de abril de 2024, às 09:00 (nove horas), no sítio eletrônico https://comprasbr.com.br.

Colônia do Gurguéia – PI, 27 de março de 2024.

Luzineia da Costa Leal
Agente de Contratação



PROCESSO ADMINISTRATIVO 038/2024
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 013/2024
TIPO: MENOR PREÇO POR LOTE

AVISO DE LICITAÇÃO

O Município de Colônia do Gurguéia – PI, através de seu Pregoeiro e equipe de Apoio instituída pela Portaria nº 001/2024, de 02 de janeiro de 2024. Torna público, para conhecimento dos interessados que realizará procedimento licitatório na modalidade Pregão Eletrônico, tipo menor preço POR LOTE, em sessão pública, mediante as condições estabelecidas no Edital 012/2024, conforme as normas Gerais da Lei Federal nº. 14.133/2021, Decretos Municipais, Lei Complementar nº 123/06, alterada pela Lei Complementar nº 147/2014, de 07 de agosto de 2014 e demais normas regulamentares aplicáveis à espécie.

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA O FORNECIMENTO DE PNEUS PARA ATENDER AS DEMANDAS DA FROTA DE VEÍCULOS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE COLÔNIA DO GURGUÉIA E SUAS SECRETARIAS, PARA O EXERCÍCIO DE 2024.

O EDITAL e maiores informações poderão no Setor de Licitações na rua Juscelino Kubitschek, 2650, Bairro Centro, Colônia do Gurguéia – PI, no horário de 07:30h às 13:00h.

ENTREGA E ABERTURA DAS PROPOSTAS: dia 16 de abril de 2024, às 09:00hs (nove horas), no sítio eletrônico bnc.com.br.

Colônia do Gurguéia – PI, 01 de abril de 2024.

Luzineia da Costa Leal
Pregoeira

>>> ALERTA

Quase 16 mil trabalhadores morreram em acidentes de trabalho de 2016 a 2022

Brenna Oliveira
Especial para O DIA

Marco Antônio Vilarinho
Editor

Quase 16 mil trabalhadores morreram em acidentes de trabalho no período de 2016 a 2022 no Brasil, conforme os Dados do Anuário Estatístico de Acidentes de Trabalho. Esse número representa um aumento de 25,4% nos óbitos no período, os casos saltaram de 2.265, em 2016, para 2.842, em 2022.

Um fato importante de destacar, é que os casos registrados representam somente os trabalhadores de carteira assinada. Isso significa que trabalhadores informais não estão inclusos na lista. O diretor de Conhecimento e Tecnologia da Fundação Jorge Duprat Figueiredo de Segurança e Medicina do Trabalho (Fundacentro), Remígio Todeschini, ressalta que os números não consideram motoristas por aplicativo que perderam a vida em acidente de trânsito, por exemplo.

"Esses são os acidentados que têm vínculo de CLT [Consolidação das Leis do Trabalho]. Porque, por exemplo, todo o pessoal de aplicativos está fora daí. E aí quando você fala em geral no Brasil, você tem 12 mil mortos de motocicleta no país por ano. E a grande maioria deles é de trabalhadores que não têm registro", destaca.

Os dados mostram ainda um aumento de 11,7% no número de acidentes trabalhistas típicos que não resultaram em morte, no período de 2016 a 2022: subiram de 354.084 para 418.684. Os acidentes de trajeto também registraram elevação, de 16%: aumentaram de 108.150, em 2016, para 125.505, em 2022. No total, os casos de acidentes típicos, incapacidade permanente, doenças do trabalho, óbitos, e acidentes de trajeto somaram 656.667 em 2022, uma alta de 10,6% sobre o registrado em 2016.

Todeschini destaca como medidas para atenuar essa situação a vigilância constante e a aplicação rigorosa das normas de segurança do trabalho, a introdução de programas de gestão de riscos nos ambientes laborais e o estabelecimento de mecanismos de envolvimento dos trabalhadores nas comissões internas de prevenção de acidentes.

"É preciso que haja uma reversão das políticas compensatórias e indenizatórias para políticas de promoção, proteção, prevenção dos acidentes, com essa participação ativa dos envolvidos", destaca.





Flávio Ricco

PROGRAMA COM DOIS DIRETORES É UM CONVITE À TRAGÉDIA

Entre os inúmeros fatores que precisam ser levados em conta na vida de qualquer programa de TV, perspicácia e percepção mais aguçada nunca podem faltar.

Por que isso?
O "Chega Mais" serve como resposta. O programa demorou certo tempo para ser montado e ter totalmente fechado o quadro de apresentadores, o que aconteceu muito perto da estreia. Este é um ponto.
O outro é que nem sempre o que se planeja em sua implantação, acaba funcionado na prática, daí as necessárias correções em pleno voo, como desde o primeiro dia se observa nesta nova atração das manhãs do SBT.
E o que se percebe é que, nem um mês no ar ainda, essa fase de ajustes está plenamente em curso, com resultados que, certos ou errados, só mais adiante poderão ser avaliados.
O grande engano, em um programa com essas características e numa TV com a sua produção um pouco enferrujada, está em querer que tudo aconteça da noite para o dia.
Essa de agora em colocar dois diretores é um convite à tragédia. Não por um, que já estava, e nem pelo outro, que está chegando, mas trata-se de uma função que não aceita duas cabeças. Independentemente de boa vontade, tolerância, vaidades, ciumeiras, ambição e outras questões do mesmo gênero, uma vai bater de frente com a outra. É tragédia anunciada. Este nos parece o maior equívoco do "Chega Mais".

ESTADUAIS

Os campeonatos estaduais conheceram seus campeões no final de semana.
E tem os cabecinhas duras que criticam a existência deles.Para o torcedor, não tem nada melhor que um Fla x Flu, Vasco e Flamengo, Corinthians e Palmeiras, São Paulo e Santos, Cruzeiro e Atlético, Coritiba e Athletico, Fortaleza e Ceará, Sport e Náutico, Remo e Paysandu, Grêmio e Inter, por aí adiante.

OLHA SÓ

Pra quem assiste TV, o Paulistão teve maior média de audiência na Record em São Paulo, com 19 pontos. Liderança tranquila.
No Rio, a Band, com Flamengo e Nova Iguaçu fez 13 de média.
Foi vice, um resultado também muito bom.
E tem gente ainda que fala. Sabe nada.

CONSOLIDADO

Domingo, final do Paulistão entre Palmeiras e Santos, com a bola rolando, das 18h04 às 20h04, a Record marcou 19,4 pontos de média, pico de 22,9 pontos e 32,7% de share, enquanto a Globo, média de 12,2 pontos. Na faixa completa, das 17h28 às 20h05, a Record anotou média de 16,8 pontos, contra 12 da Globo.

Instagram@gabidu




É ELA

Gabriela Duarte, atriz, mãe de dois filhos, com 27 trabalhos na TV e outros tantos no cinema e teatro, é a convidada desta terça-feira do "Programa de Todos os Programas". Ao vivo, a partir das 18h, no YouTube do R7 e da Record. Vai perder?

PAULISTINHA

A TV Cultura transmite os dois jogos finais da Série A2 do Paulista, o primeiro deles, nesta quarta, a partir das 18h15, Noroeste e Velo Clube, direto de Bauru.
E o de volta, sábado, mando invertido, direto de Rio Claro.

NÃO DEPENDE DELE

Por causa do contrato de exclusividade com a Globo, Tony Ramos ainda não sabe ao certo se poderá fazer ou não uma turnê muito longa com o espetáculo "O Que Só Sabemos Juntos", que estreia dia 26 e em parceria com Denise Fraga.
Por enquanto, temporada no Tuca, em São Paulo até agosto; depois Rio, Porto Alegre, Brasília, já confirmados.

MIGRAÇÃO

A Cultura vai produzir "Quando eu vim-me embora", uma série sobre a migração nordestina para São Paulo. Um trabalho baseado na obra de Marco Antonio Villa. Direção de João Falcão.

REIS

Priscila Ubba vem muito forte na décima temporada de "Reis", A Decadência, com estreia dia 22 na Record. Um momento de grandes revelações sobre sua personagem, a rainha egípcia Nebset.

DEU PRAIA

O canal E! Entertainment marcou para este mês o início de gravações de "Beach Life". Comandado por Monique Alfradique, o programa, em sua primeira temporada, será ambientado nas praias do Rio de Janeiro e tem estreia marcada para 2025. Na lista de convidados, Leandro Hassum.



HORÓSCOPO

Áries
Sua crença em suas próprias ideias faz com que você seja teimoso, mas no caminho certo! Isto o levará a algumas discussões interessantes. Os comentários que você está empreendendo são um sinal positivo.

Touro
Você não terá problemas em ser conciliador e positivo. Evite fazer promessas que não possa cumprir e não tente entrar em conversas detalhadas com as pessoas próximas a você.

Gêmeos
Você vai fazer alguns contatos interessantes e novas portas se abrirão. Boas e novas amizades estão no horizonte. Você está perdendo tempo com assuntos sem importância e está cansado.

Câncer
Seus impulsos poderiam realmente levá-lo a um conflito. Tente ser discreto para evitar essas tendências. Você se sente capaz de enfrentar esses obstáculos. Seu estado de ânimo estará bem e você definitivamente será eficaz.

Leão
Atividades de grupo e trabalho em equipe vão ser bons para seu ego hoje. Você está esgotando as pessoas que o rodeiam! Poupe os seus nervos e os dos outros também!



Virgem
Seu senso de humor só vai fazer com que seja seletivo em seus relacionamentos. Tenha cuidado para não parecer mais frio do que você realmente é. Você precisa de movimento, mas evite movimentos muito bruscos.

Libra
Com sua abordagem insistente, mas flexível, você é bom em persuadir, reunindo e motivando aqueles que o rodeiam. Apesar dos sentimentos de fadiga, que são de curta duração, você está em boa forma hoje.



Escorpião
Um conflito entre as pessoas ao seu redor vai lhe dar a chance de mostrar seu talento como mediador. Você está em boa forma, quase elétrico, porque resistiu a certos desejos - agora você deve ter tempo para a sua vida privada.

Sagitário
O clima é construtivo e gratificante no aspecto emocional e a sorte está com você para o estabelecimento de novos contatos. Você está desperdiçando tempo demais com assuntos triviais.

Capricórnio
Você está carente de paciência hoje, mas ainda vai ter que repensar sua maneira de fazer as coisas para conseguir o que quer. Você deve dedicar mais tempo ao seu bem-estar, quando se trata de sua alimentação.

Aquário
O clima é construtivo e gratificante no que diz respeito às relações pessoais e a sorte vai permitir que você faça novos contatos. Você está desperdiçando tempo demais com assuntos insignificantes e isso é desgastante.

Peixes
Sua casa ou questões ligadas ao lugar onde mora serão essenciais hoje. Tome cuidado para não exagerar fisicamente. Você precisa relaxar para ser capaz de redirecionar o foco para seus objetivos básicos.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO GONÇALO DO GURGUÉIA-PI
AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO– PE SRP Nº 007/2024

A Prefeitura Municipal de São Gonçalo do Gurguéia-PI, através de sua agente de contratação, nomeada pela Portaria Nº 005/2024, torna público a licitação na modalidade Pregão Eletrônico Para Registro De Preços, Nº 007/2024, do tipo menor preço por lote, em conformidade com a Lei Federal nº 14.133/21, Lei Complementar nº 123/2006, , e demais legislações vigentes, bem como as disposições descritas na integra deste Edital e em seus anexos, cujo objeto é a escolha da proposta mais vantajosa para futura e eventual contratação de pessoa jurídica especializada para prestação de serviços de locação de estrutura para realização de eventos a serem realizados no Município de São Gonçalo do Gurguéia-PI, conforme termo de referência. Acolhimento Das Propostas: A Partir do dia 10/04/2024 às 13:30 horas. (Horário De Brasília - DF). Do encerramento do acolhimento das propostas: dia 24/04/2024 às 07:30 horas. (Horário De Brasília - DF). Início da sessão de disputa de preços: dia 24/04/2024 às 08:30 horas (Horário De Brasília - DF). Endereço eletrônico da sessão: https://portal.licitanet.com.br/ - licitanet. Informações pelo E-mail: pmsgglicitacao@gmail.com. O Edital completo estará à disposição dos interessados na CPL e no site do Tribunal de Contas do Estado do Piauí-TCE/PI - www.tce.pi.gov.br

São Gonçalo do Gurguéia-PI, 05 de Abril de 2024.
Katia Lima Barreira
Agente de Contração

EDITAL LOTEAMENTO: "RESIDENCIAL VILA NOVA"

SERVENTIA EXTRAJUDICIAL DE URUÇUÍ, ESTADO DO PIAUÍ. FERNANDA DOS SANTOS ANDRADE, Registradora Imobiliária da Comarca de Uruçuí, Estado do Piauí, na forma da lei. Faz público, para a ciência dos interessados, em cumprimento ao disposto no artigo 19 §3° da Lei nº6.766, de 19/12/1979, que ***a loteadora:*** **ASSOCIAÇÃO DE PRODUTORES RURAIS SERRA BRANCA-URUÇUÍ-PI**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF n°. 05.324.963/0001-64, fundada em 09/04/2002 e aprovada alteração no dia 12/02/2021, localizado(a) na Avenida dos Gaúchos s/n, Nova Santa Rosa, Uruçuí-PI, e-mail: não informado, representada nesse ato por seu presidente: **JOSÉ FRANCISCO KULZER**, brasileiro, casado, maior e capaz, agricultor, portador da Cédula de Identidade nº **7042684543/SJTC/RS**, inscrito no CPF/MF sob nº **557.644.100-10**, filiação: Helmuth Lewino Kulzer e Elma Kulzer, residente e domiciliado no Distrito de Nova Santa Rosa da cidade de Uruçuí-PI e-mail: neivajosekulzer@gmail.com.com, depositaram nesta **SERVENTIA EXTRAJUDICIAL DE URUÇUÍ, ESTADO DO PIAUÍ.**, na *Rua Almir Bemvindo, nº105, Malvinas, Uruçuí-PI, CEP:64860-000. Fone: 89-35441678. Email: cartóriomaia1oficio@yahoo.com.br*, o projeto e demais documentos relativos ao imóvel(matrícula: 8265 registrado no livro 2 de registro geral) de sua propriedade, situado localizada neste município de Uruçuí, Estado do Piauí, denominada Chácara Guimarães, na Data Água Branca, deste município, no perímetro urbano desta cidade, loteado com a denominação de **Loteamento: "RESIDENCIAL VILA NOVA", compreendendo a área total de 333.439,60m² (100%); área institucional/verde 38.904,88m² (11,67%); arruamento 100.175,29 m² (30,04%); área dos Lotes: 194.359,44m² (58,29%), composta de 18 quadras (dispostos nas letras: A,B,C,D,E,F,G,H,I,J,K,L,M,N,O,P,Q,R), com 327 lotes**, conforme projeto e ato de aprovação da prefeitura municipal desta cidade. As exigências, dispensas, proibições e ressalvas, inclusive a indicação para cada lote contidas no memorial, ficarão fazendo parte integrante do registro e serão lançadas no seu respectivo campo. Havendo impugnações, estas deverão ser apresentadas neste Serviço Registral, durante o expediente, dentro do prazo de 15 dias, contados da terceira e última publicação deste no Jornal Grande circulação artigo 19 §1° da Lei nº6.766, de 19/12/1979; e não as havendo, será feito de imediato o registro.



Uruçuí-PI, 22 de março de 2024.

FERNANDA DOS SANTOS ANDRADE
Tabeliã e Registradora

DIAGEM REFLORESTAMENTO LTDA

EDITAL DE CONVOCAÇÃO PARA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DE SÓCIOS

Pelo presente, a sócia majoritária da sociedade Diagem Reflorestamento Ltda., detentora de 90% (noventa por cento) do capital social subscrito e integralizado, CONVOCA o sócio minoritário Sr. BORIS MORO para Reunião Extraordinária de Sócios que será realizada no dia 22 de Abril de 2024, às 10:00 horas, na Praia do Flamengo, nº 278, 4º Andar, Sala 41, Flamengo - Rio de Janeiro - RJ, CEP: 22.210-030, escritório do procurador e representante legal da sócia majoritária, a fim de que possam ser deliberadas e decididas as seguintes matérias para "ORDEM DO DIA":

I. alteração da sede social da empresa para o endereço da Praia do Flamengo, n.° 278, Apt.° 41, Flamengo, Rio de Janeiro - RJ, Cep.: 22.210-030;
II. deliberar, votar e decidir todas as demais matérias que por ventura venham a surgir até a data da RE e durante a realização da mesma.

Considerando que todos os itens acima fazem parte da soberana e expressa vontade da sócia majoritária, detentora de 90% (noventa por cento) do capital societário, este instrumento de CONVOCAÇÃO será publicado em órgão oficial de imprensa por 3 dias consecutivos, de sorte a dar ciência a todos os interessados que queiram comparecer à referida reunião extraordinária de sócios, em especial o sócio minoritário.

Rio de Janeiro, 08 de abril de 2024.

Diagem Trading Limited - Sócia Majoritária
Pp André Luiz Rocha de Freitas

PREFEITURA MUNICIPAL DE CARACOL - PI
AVISO DE LICITAÇÃO
CONCORRÊNCIA Nº 003/2024

Processo Administrativo nº 0000000712/2024. A Comissão de Contratação do município de Caracol-PI, através de seu agente de contratação, nomeado através de Portaria constante nos autos do Processo, torna público que realizará Licitação nos seguintes termos: Modalidade/procedimento: Concorrência nº 003/2024. Objeto: Contratação de empresa de engenharia para execução dos serviços de reforma de prédios e logradouros públicos no município de Caracol - PI, conforme descrição de cada Lote correspondente: Lote I - Reforma no Cemitério Municipal do Centro - município de Caracol / PI; Lote II - Reforma do Centro Municipal de Saúde Enfermeira Emmi Hediger; Lote III - Reforma da UBS Targino Pereira Dias - P. M. Caracol - PI, ambos no município de Caracol/PI. Forma de realização: Eletrônica modo de disputa: aberto e fechado tipo: Menor Preço Regime: Empreitada Por Preço Global Adjudicação: Por Lote.

Início recebimento/Cadastro das Propostas	A partir do dia 09/04/2024 às 17:00h (dezessete horas).
Término cadastro/recebimento das propostas	Dia 22/04/2024 às 08:00h (oito horas).
Início da Sessão Disputa de Preços	Dia 23/04/2024 às 09:00h (nove horas).

Todos os horários constantes deste Edital são correspondentes ao horário oficial de Brasília - DF. Endereço eletrônico/local: www.bnccompras.com - "acesso identificado". Informações pelo e-mail: pmcarcol.cpl2017@gmail.com ou pelo telefone (89) 98104-4446. O Edital completo estará à disposição dos interessados na Prefeitura de Caracol - PI, podendo ser retirado no local ou solicitado através do e-mail: pmcarcol.cpl2017@gmail.com bem como estará à disposição de todos no site do TCE/PI www.tce.pi.gov.br.

Caracol - PI, 08 de abril de 2024.
RAIMUNDODA SILVANUNES FILHO
Agente de contratação

PREFEITURA MUNICIPAL DE FARTURA DO PIAUÍ - PI
AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 010/2024

Processo Administrativo nº 032/2024 O município de Fartura do Piauí, pelo seu Agente de Contratação, toma público a abertura de licitação nos seguintes termos: Modalidade/Procedimento: Pregão Eletrônico; Objeto: Aquisição de Condicionadores de Ar de potencias variadas. Forma de Realização: Eletrônica; Critério de Julgamento: Menor Preço, Adjudicação: por Item; Modo de Disputa: Aberto; Cadastramento das Propostas até o dia: 23/04/24 às 08:00 horas. Início da Fase de Disputa de Lances: dia 23/04/24 às 08:10 horas. - Todos os horários constantes deste Edital são correspondentes ao horário Oficial de Brasília - DF. Endereço eletrônico: www.bnc.org.br •Acesso Identificado•, Bolsa Nacional de Compras. Informações pelo e-mail: pmfarturadopiaui10@gmail.com. O Edital estará à disposição dos Interessados nos sítios www.bnc.org.br, ou www.tce.pi.gov.br.

Fartura do Piauí - PI, 03 de abril de 2024.
RONALDO DE SOUZA SANTOS
Agente de Contratação

PREFEITURA MUNICIPAL DE JACOBINA DO PIAUÍ - PI
AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 001/2024

A Prefeitura Municipal de Jacobina do Piauí (PI), torna público que realizará de acordo com a legislação em vigor, a abertura do PREGÃO ELETRÔNICO abaixo citado, na conformidade da Lei nº 14.133/21 e demais normas regulamentares aplicáveis, bem como se coloca à disposição dos interessados para prestar quaisquer esclarecimentos a respeito do certame licitatório. Pregão Eletrônico no: 001/2024. Processo Administrativo n°: 007/2024. Objeto: "contratação de empresa especializada para prestação de serviços de realização de publicações, divulgação e reprodução na íntegra em edição diária, devidamente habilitado junto ao TCE-PI e disponibilizado em site oficial e jornal impresso ao contratante referente aos atos oficiais da administração pública do Município de Jacobina do Piauí-PI". Tipo de Licitação: Menor preço. Adjudicação: GLOBAL. Fonte de Recurso: Orçamento geral do Município. Valor estimado: R$ 57.024,00. Data da abertura: 23/04/2024 às 08:30H no sítio: www.novobbmnet.com.br. O Edital e seus respectivos anexos, bem como informações quanto as especificações, quantidades, prazos, valores estimados e demais condições estão disponíveis no endereço acima ou pelos sites: www.novobbmnet.com.br; https://www.tce.pi.gov.br/. Informações adicionais, dúvidas e pedidos de esclarecimentos deverão ser dirigidos ao Pregoeiro no endereço eletrônico: cpljacobinapiaui@outlook.com.

Jacobina do Piauí-PI, 08 de abril de 2024.
EDVARTON DE SÁ SOUSA
Pregoeiro

PREFEITURA MUNICIPAL DE PARNAÍBA - PI
AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 11/2024

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS VISANDO A AQUISIÇÃO DE MATERIAIS E EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA, ÁUDIO E VÍDEO, PARA O PERÍODO DE 12 (DOZE) MESES, PARA SER UTILIZADO CONFORME CONDIÇÕES, QUANTIDADES E EXIGÊNCIAS ESTABELECIDAS CONFORME ANEXO I DO EDITAL. O município de Parnaíba-PI torna público que realizará a licitação na modalidade abaixo discriminada, cujo certame será regido pela lei federal n.º 14.133/21 e decretos nº 02/2024, 03/2024 e suas alterações posteriores. **INÍCIO DE ACOLHIMENTO: 10/04/2024 A DATA DE ABERTURA: 22/04/2024 às 09:00 ; DATA DA DISPUTA: 22/04/2024 às 09:30.** Para todas as referências de tempo será observado o horário de Brasília /DF e, dessa forma, serão registradas no sistema eletrônico e na documentação relativa ao certame. RETIRADA DO EDITAL – No site www.tce.pi.gov.br, e obrigatoriamente no site www.bnc.org.br, tendo em vista necessidade de acompanhamento eletrônico e imediato de informações complementares, tais como resposta esclarecimentos, impugnações, alterações de datas entre outras. FORMALIZAÇÃO DE CONSULTA: Rua Itaúna, n° 1434, Bairro Pindorama, Parnaíba/PI, CEP: 64215-115, sala de Licitações, setor de Pregão. Horário de atendimento: segunda à sexta-feira, de 07:30 às 13:30 horas. Telefone: (86) 2221-0050 ramal 252 E-MAIL: pregao@parnaiba.pi.gov.br LOCAL: - www.bnc.org.br

PRISCYLLA VAZ
Pregoeira

PREFEITURA MUNICIPAL DE WALL FERRAZ - PI
AVISO
CHAMADA PÚBLICA Nº 002/2024

Proc. Adm. 047/2024. O município de Wall Ferraz-PI, através da Secretaria Municipal de Educação e Cultura-SEMEC, torna público a Chamada Pública 002/2024 para a aquisição de gêneros alimentícios da Agricultura Familiar e do Empreendedor Familiar Rural ou suas organizações, visando atender as necessidades da alimentação escolar dos alunos matriculados nas escolas da Rede Municipal de Ensino em cumprimento ao estabelecido pelo Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE, conforme Lei nº 11.947, de 16/06/2009, Resolução CD/FNDE nº 26, de 17/06/2013 e suas alterações, subsidiada pela Lei Federal nº 14.133/21. Os fornecedores deverão apresentar a documentação para habilitação e projetos de vendas no período de 10 a 29 de abril de 2024, na sede da SEMEC. Os envelopes serão abertos às 08h do dia 30/04/2024, na sede da SEMEC. O Edital encontra-se à disposição dos interessados nos sites: www.tce.pi.gov.br, www.wallferraz.pi.gov.br, com a Comissão Julgadora, bem como na sede da SEMEC de Wall Ferraz-PI, nos dias úteis, das 08h às 13h.

Wall Ferraz - PI, 08 de abril de 2024.
ANTÔNIO JOSÉ DE CARVALHO
Presidente da Comissão



POLÍCIA MILITAR	190	DETRAN	194	ELETROBRAS	0800 086 0800	CENTRAL DE FLAGRANTES	3216-5008	PMT	3215-3132	SDU LESTE	3215-7874
PRF	191	DEFESA CIVIL	199	AGESPISA	0800 086 3888	HEMOPI	0800 285 4909	SDU CENTRO/NORTE	3215-7460	STRANS	3122-7800
SAMU	192	POLÍCIA CIVIL	3216-5225	AEROPORTO	3133-6270	ALCOÓLICOS ANÔNIMOS	3221-8112	SDU SUL	3215-7950	BPTRAN	3216-1266
BOMBEIROS	193	IML	3216-5208	RODOVIÁRIA	3229-9047	ALÔ TRABALHO (SRTE/PI)	0800 285 0101	SDU SUDESTE	3215-7855	ZOONOSES	3215-9143

IMÓVEIS

VENDEMOS - Casas, apartamentos, prédios, salas comerciais, terrenos no centro e bairros, propriedades e fazendas rurais, sítios, chácaras, etc. Fale com LAGES, Creci 08-PI, Fones: 86 3223-4491/ 99946-0266/ 99543-4670 Herivan. Escritório Rua Des. Mota, 695/ Monte Castelo. Prédio próprio. Plantão sábado e feriado.

CASA/VENDA

CENTRO

LAGES VENDE - casa 03 quartos, 01 wc, sala, copa, cozinha, quintal, terreno 7,70x30mts, área construida 130m2 Rua Olavo Bilac, próx. Rua Anisio de abreu e Rua Magalhães Filho, centro sul. Valor R$ 280 mil. Plantão sábado e feriado. Fone 3223-4491/ 99946-0266/ 98167-8258/ 99483-3517 Herivan. Creci 08PI

LESTE

LAGES VENDE - casa moderna, recém construída, duas suites, 02 quartos, 02 wc, sala, copa, cozinha americana no mármore, garagem para 6 carros, lado sombra, terreno 13x30m, área construida 250m2, próximo CEUT, Mercado Peixe no Loteamento Recanto das Palmeiras. Valor R$ 550.000,00 Plantão sábado e feriado. Fone 3223-4491/ 99946-0266/ 98167-8258/ 99543-4670 Herivan. Creci 08PI

VENDE- Casa moderna na planta, em fase de acabamento, próx. a faculdade UNINOVAFAPI, morada do sol, 3 suites, sala, cozinha, terraço, área de serviço, 5 vagas de garagem, espaço gourmet, com piscina e churrasqueira, área de academia. Tr.: 86 99510-5767

VENDE- Casa no Morada do Sol, medindo 15x38 com 3 suites, sala, cozinha, terraço, 6 vagas de garagem, próx. Uninovafapi. Valor R$ 800 mil. Tr.: 86 98866-2542 [74127]

VENDE-SE - Casa próx. UFPI com 5 suites, 5 salas, cozinha, 3 wc. dispensa, terraço suspenso, área de serviço completa e quintal. Terreno 20x30, área construida 470m2, excelente com ponto comercial. Tr. 86 99981-2204/ 99993-2099

NORTE

LAGES VENDE- casa moderna, 01 suite, 02 quartos, 01 wc, sala, copa, garagem, terreno 10x18, área cosntruida 130m2, Rua Arlindo Nogueira próx. CREA e Praça Fripisa. Valor R$ 300.000,00 . Plantão sábado e feriado. Fone 3223-4491/ 99946-0266/ 98167-8258/ 99543-4670 Hermano. Creci 08PI. [t.a.19/188754]

VENDE - Casa na Av. Pref. Freitas Neto, nº 17/ Vila Mocambinho, med. 3x22m, área construida 132,40m2, área total do terreno 150m2, com 3 quartos, 2 wc, cozinha, no fundo tem 2 quitinetes. Tr.: 86 98811-7144/ 99555-2392. Valor R$ 150 mil

VENDE - Casa no bairro Marquês, medindo 10x10, próx. a três universidades, imóvel particular. Tr.: 86 99425-7770 [207779]

VENDE-SE - Casa Residencial Jacinta Andrade na grande Santa Maria da Codipi, terreno 10x20 (murado), 01 banheiro, 02 quartos, sala, cozinha, garagem ampla para 03 carros, quintal amplo. Próx. mercado, BPO, Creche e a Escola Estadual Corina Machado. Tr.: 86 98812-0819/ 99978-7776. [f.22/205517]

VENDE-SE - 02 casas na Rua João Cabral, 1295 Centro norte. Tr.: 86 3218-3498

CENTRO SUL

LAGES VENDE- Casa moderna, toda forrada de concreto, 01 suite, 02 quartos, 01 wc, sala, copa, cozinha, garagem ampla, terreno 11,50m x 40mts. Área construida 300m2, casa de 1ª qualidade, Rua Areolino de Abreu, próx. Rua Arêa Leão. Valor R$ 550.000,00 Plantão sábado e feriado. Fone 3223-4491/ 99946-0266/ 99543-4670 / 99483-3517 Herivan Creci 08PI. [t.a.19/188754]

LAGES VENDE- Casa com 03 quartos, 01 wc, sala, copa/cozinha, quintal, 6x40mts, lado sombra, Rua Valdivino Tito, próx. Av. Miguel Rosa, Valor R$ 250.000,00 Plantão sábado e feriado. Fone 3223-4491/ 99946-0266/ 99543-4670 / 99483-3517 Herivan Creci 08PI. [t.a.19/188754]

LAGES VENDE- Casa residencial 02 quartos, 01 wc, sala, copa e 2 salões comerciais, terreno 12,50x26,00mts, area construida 180m2, Rua São Pedro, próx. Rua 13 de maio, centro sul. Valor R$ 540.000,00. Plantão sábado e feriado. Fone 3223-4491/ 99946-0266/ 99543-4670 / 99483-3517 Herivan Creci 08PI. [t.a.19/188754]

LAGES VENDE- Casa 05 quartos, 01 wc, sala, copa, cozinha, garagem para 8 carros, ao lado, terreno 10,50x40,50m Rua Santa Luzia, esquina Rua Quintino Bocaiuca, centro sul. Necessita de reforma, própria para salão comercial, várias quitinetes ou apartamentos. Valor R$ 300 mil. Plantão sábado e feriado. Fone 3223-4491/ 99946-0266/ 99543-4670 / 99483-3517 Herivan Creci 08PI. [t.a.19/188754]

LAGES VENDE- Casa moderna, forrada de concreto, uma suite, 02 quartos, 02 wc, escritório, sala ampla, sala de jantar, cozinha, garagem ampla para 6 carros e mais, Kitinete no fundo, área de serviço, terreno 14x32mts, area construção 250m2. Rua 13 de maio/centro sul, antes da Ac. Joaquim Ribeiro. Valor R$ 600.000,00 Plantão sábado e feriado. Fone 3223-4491/ 99946-0266/ 99543-4670 Herivan Creci 08PI. [t.a.19/188754]

LAGES VENDE- Casa moderna com 239m2, forrada de concreto, 03 quartos, 02 wc, sala, copa, cozinha, sala de estar. Funcionando um estacionamento de carros. Proprio para clínica, escritório, etc. Rua Félix Pacheco antes da Rua Arlindo Nogueira, a uma quadra da Av. Frei Serafim, terreno 24x44m, área total 1.056m2, Valor R$ 2.000.000,00 Plantão sábado e feriado. Fone 3223-4491/ 99946-0266/ 99543-4670 Herivan Creci 08PI. [t.a.19/188754]

SUDESTE

LAGES VENDE- Casa moderna no Grande Dirceu com uma suite, 01 quarto, 01 wc, copa/cozinha, terraço, garagem, antiga Rua 14, hoje Rua Iraneide Evangelista de Sá, próximo creche Cintia Medeiros. Valor R$ 160.000,00 Plantão sábado e feriado. Fone 3223-4491/ 99946-0266/ 99543-4670 Herivan Creci 08PI.

SUL

LAGES VENDE- Casa 01 suite, 02 quartos, 01 wc, sala, copa, cozinha, garagem, amplo quintal, etc. Av. Pedro Freitas após Av. Nações Unidas e Centro Administrativo. Valor R$ 300 mil. Plantão sábado e feriado. Fone 3223-4491/ 99946-0266/ 99543-4670 Herivan Creci 08PI.

VENDE-SE OU TROCA - Casa no bairro Lourival Parente com 3 quartos, sendo um suite e garagem. Tr.: 86 99826-1223 [196528]

LAGES VENDE - Casa com 5 quartos, 02 wc, sala, copa, cozinha, quinta, área cimentada, lado sombra, terreno 10x40m, área 400m2, área construida 300m2 , Rua Félix Pacheco, 1511 sul centro prox. Karnak. Valor R$ 500.000,00 Próprio apra clinica, escritório, pousada. Compre imóvel no Centro e economize combustível e tempo. Plantão sábado e feriado. Fone 3223-4491/ 99946-0266 Creci 08PI. [t.a.19/188754]

TIMON

VENDE - Casa em Timon e ALUGO salas na Av. Miguel Rosa. Alugamos Galpões no Distrito Industrial Tr.: 86 99946-4656 [75677]

LAGES VENDE - Casa moderna com duas suites, 02 quartos, 01 wc, sala, copa, cozinha, área de serviço, dep. empregada, área de construção no fundo, garagem almpla para 04 carros, terreno 12,50x60m, área construida 273m2, todo murado, jardim, Rua João Lula, após Hospital Larico Pacheco em Timon-Ma. Valor R$ 550 mil. Plantão sábado e feriado. Fone 3223-4491/ 99946-0266 Creci 08PI. [t.a.19/188754]

VENDE- Casa nova em Timon-Ma, e alugo galpões no Distrito Industrial e sala na Avenida Miguel Rosa. Tratar com Carmelita, 86 99439-1855/ 99946-4656 [74782]

LAGES VENDE- Casa moderna, duas suites, 02 quartos, sala, copa, garagem, terreno 6x30mts, área construida 104m2, Rua D, Condominio Boa Esperança, próx. BR a 3 quadra à direita, transfere débito. R$ 104.000,00 prestação R$ 538,00, ágio R$ 100.000,00. Plantão sábado e feriado. Fone 3223-4491/ 99946-0266/ 99543-4670 / 99949-0330 Hermano Creci 08PI.

VENDE-SE ou ALUGA-SE Casa em Timon com 3 quartos. Tr.: 86 99826-1223

LUIZ CORREIA

LAGES VENDE- Casa 03 quartos, 02 wc, garagem, terreno 12x20m, área construção100m2, próx. Centro Comercial de Luis Correia, Av. Dep. João Pinto, próx. Praia. Valor R$ 250 mil. Plantão sábado e feriado. Fone 3223-4491/ 99946-0266/ 99543-4670 / 99483-3517 Herivan Creci 08PI.

JOSÉ DE FREITAS

LAGES VENDE- 02 casas em terreno 12x30m, murado, lado sombra, Rua Catolé, próx. Rua 7 de setembro, a uma quadra para ônibus, próx. Posto de gasolina e galpão, bairro Sucos de Uva em José de Freitas. Cada casa R$ 60.000,00 . Plantão sábado e feriado. Fone 3223-4491/ 99946-0266/ 98167-8258/ 99543-4670 Hermano. Creci 08PI. [t.a.19/188754]

APARTAMENTO / VENDA

NORTE

LAGES VENDE - Prédio residencial com 04 quartos, 02 wc, sala, copa, cozinha, sala de estar, garagem, jardim, etc. Próprio para residencia, clínica, etc. Rua Alvaro Mendes, 2021 esquina com Rua Magalhães Filho, centro norte, próx. Av. Frei Serafim, terreno 13,25x40mts. Valor R$ 1.000.000,00 e terreno ligado, casa 10x26,50m, área 265m2 murado, lado sombra, Rua magalhães Filho. Valor R$ 500.000,00 Plantão sábado e feriado. Fone 3223-4491/ 99946-0266/ 98167-8258/ 99543-4670 Herivan. Creci 08PI. [t.a.19/188754]

VENDE - Apartamento no Cond Afranio Nunes, próx. a Maternidade Santa Fé, 03 quartos, 01 suite com varanda e garagem com cobertura. Tr.:86 99986-8166

LESTE

LAGES VENDE - Apartamento 03 quartos, sendo uma suite, 2 wc social, armários embutidos em 2 dormitórios e banheiros com espelhos, sala grande, área de erviço, dispensa, energia solar, gerador, salão de festas, 2 vagas garagem, condominio Dom Severino, área const 123m2, Av. Rio Poti entre Av. Dom Severino e Homero C Branco, próx. Carvalho Super. Valor R$ 700 mil. cond R$ 750,00. Plantão sábado e feriado. Fone 3223-4491/ 99946-0266 Creci 08PI. [t.a.19/188754]

LAGES VENDE - Apartamento condominio Longá, 01 suite, 02 quartos, 01 wc, sala, cozinha, 4º andar, escada, Rua Jesus Tomaz Tajra, próx. Av. Kenedy e próx. Supermercado Assai, lado sombra, quitado. Valor R$ 110.000,00. Plantão sábado e feriado. Fone 3223-4491/ 99946-0266 Creci 08PI. [t.a.19/188754]

LAGES VENDE - Apartamento 04 suites, 01 quarto, 01 wc, sala, copa, área serviço, varanda, área construida 150m2, térreo e 1º andar, forrada concreto, Rua Mato Grosso/sul, próx. Rua Santa Luzia, recém construida. Construção de 1ª qualidade. Valor R$ 300 mil. E uma casa residencial com 03 quartos, 02 wc, sala, copa, cozinha, garagem, terraço, área construida 120m2. Terreno da casa e apartamento 10x40m. Av. Ferroviária, próx. Rua Goiás e Rua Santa Luzia/Ilhotas. Oportunidade R$ 200 mil. Plantão sábado e feriado. Fone 3223-4491/ 99946-0266/ 98167-8258/ 99543-4670 Herivan. Creci 08PI.

VENDE - SE Ágio de apartamento com elevador no Reserva Green Park Tr.: 86 99400-0492 Marcel

CASA ALUGUEL

LUIZ CORREIA

ALUGA-SE OU VENDE - Casa com 04 quartos, sendo 2 suites, sala, cozinha, banheiro social, cerca elétrica, piscina, garagem para 4 carros, ótima localização. Valor aluguel para final de semana: R$ 800,00 Tr.: 86 99972-4681

TERRENOS

LESTE

VENDO Terreno próximo à Cacimba Velha medindo 2,5 ha na beira do asfalto. Contato 99989-7344.

LAGES VENDE - Terreno urbano Rua 07, Lote 6 Quadra N, Lote. Claudio Pacheco II, lado sombra 10x30m, no calçamento, águam luz, próx. depósito gás Ultraagaz e apartamento. Valor R$ 60 mil. Plantão sábado e feriado. Fone 3223-4491/ 99946-0266/ 98167-8258/ 99543-4670 Herivan. Creci 08PI

LAGES VENDE - Terreno 04 lotes 12x30mts, 1.440m2, calçamento, água e luz, lado sombra lot. Jacinta, BR 316 km 8, entrada a esquerda, a 4 quadra Rua Major Ricardo Moura, 5530 a 5560; tudo R$ 300.000,00 Plantão sábado e feriado. Fone 3223-4491/ 99946-0266/ 98167-8258/ 99543-4670 Herivan. Creci 08PI.

VENDO - Terreno na Av. Homero Castelo Branco ao lado do Pão de Açúcar, medindo 29,5 x 105 de fundo com medidads iguais. Tr.: 86 98172-3322 Luis Américo [74747]

VENDO- Terreno na Av. Homero Castelo Branco ao lado do Pão de Açúcar, medindo 29,5 x 105 de fundo com medidas iguais, Tr.: 86 98172-3322 Luis

LAGES VENDE- Terreno 12x30m, Rua Tucum, Lot. Verana, Quadra I, parte murado, Av. Kennedy. / Socopo. Valor R$ 300 mil. Plantão sábado e feriado. Fone 3223-4491/ 99946-0266/ 99543-4670 Herivan Creci 08PI. [t.a.19/188754]

SUDESTE

LAGES VENDE- Quadra terreno urbano Quadra J, 80x80x90x60mts, área 7.075.42m2, loteamento São Raimundo, próximo BR 343/ Dirceu, próx. garagem empresa Guanabara, próprio Conj. Residencial, de casas e apartamentos, no calçamento, Valor R$ 1.500.000,00. Plantão sábado e feriado. Fone 3223-4491/ 99946-0266/ 99543-4670 Herivan Creci 08PI. [t.a.19/188754]

VENDE-SE Terreno próximo ao Loteamento Santana, Teresina-Pi, med 100m de frente x 200m de fundos. Localização privilegiada, por trás da água Ouro da Mina a 200m da avenida principal. Bom para morar, sítio ou condominio. Mais de 150 mangueiras de espécie variadas e poço tubular. Tr.: 86 98811-0111/ 98811-0707 Pinheiro [71113]

SUL

VENDE-SE terreno no Lot. Porto Alegre, área habitada com 1800mt, com 3 frentes toda murada, plana, ruas calçadas com água, luz, internet e etc. Ótimo para industria, metalúrgica, deposito, oficina, garagem, cond. Residêncial e etc. Contato: 86. 9.9512-8228 [75979]

LAGES VENDE- terreno murado 14,77x30,50mts, área 450,48m2 lado sombra, Av. Abdias Neves próx. Alvaro Ferreira/Piçarra Valor R$ 350.000,00 . Plantão sábado e feriado. Fone 3223-4491/ 99946-0266/ 98167-8258/ 99543-4670 Hermano. Creci 08PI. [t.a.19/188754]

LAGES VENDE- Terreno med 49,00x38,40x35,00x4,30x32,50x14,00x40,50m, área total 1.799,18mts. Rua Santa Catarina esquina com a Rua Teresandro Paz, sul centro, própio para Cond de apartamentno ou empresa comercial para fins comerciais, etc. Valor R$ 1.500.000,00 Plantão sábado e feriado. Fone 3223-4491/ 99946-0266/ 99543-4670 / 99483-3517 Herivan Creci 08PI. [t.a.19/188754]

LAGES VENDE- Terreno urbano Rua São Lázaro 45x40m, área 1.800m2 Rua São Tomé Loteamento Residencial Júlio Soare. 08 lotes BR 316 km 8, no fundo Posto de gasolina esquina. Valor R$ 220 mil. Plantão sábado e feriado. Fone 3223-4491/ 99946-0266/ 99543-4670 Herivan Creci 08PI. [t.a.19/188754]

LAGES VENDE- Terreno murado, às margens asfalto Av. Henry Wall de Caravalho, Distrito Industrial, 59,00x104,15x137,91x18,00x16,76m, área 4.271,95m2, própio para lojas comercial e industrial, etc. Após Ceasa, após Terminal ônibus, ligado escola do SESI. Valor R$ 2.600.000,00 Plantão sábado e feriado. Fone 3223-4491/ 99946-0266/ 99543-4670 Herivan Creci 08PI. [t.a.19/188754]

LAGES VENDE- Terreno urbano 180x60mts área 10.800m2, Av. Pref. Wall Ferraz, 12999/ Sul, esquina com 4 ruas, às margens asfalto na BR 316 km 8, bairro Santo Antonio, todo murado, piscina, 02 poços tubulares, Água de Teresina, sítio diversas fruteiras, casa de alvenaria e churrascaria. Necessitando de Reforma geral. Próprio para lojas, indústrias e outras atividades comerciais. Valor R$ 5.000.000,00. Plantão sábado e feriado. Fone 3223-4491/ 99946-0266/ 99543-4670 / 98167/8258 Herivan Creci 08PI.

LAGES VENDE- Terreno 03 lotes de 31x30m, Lot. Santa Cruz, após conj. Residencial Morada Nova, a 3 quadras, próx. apartametno Const. Bonsucesso com água e luz em frente. Valor R$ 90.000,00 Plantão sábado e feriado. Fone 3223-4491/ 99946-0266/ 99543-4670 Herivan Creci 08PI. [t.a.19/188754]

LAGES VENDE- Terreno urbano, uma gleba de terras, Av. Milton Brandão, med 115,00 x 256,16 x 141 x 223,6,mts, área de 3.09ha, às margens asfalto, ligado subestação da Agespisa, própria para empresa de ônibus, indústria, loteamento urbano ou investimento. Valor R$ 1.700.000,00. Plantão sábado e feriado. Fone 3223-4491/ 99946-0266/ 99543-4670 Herivan Creci 08PI. [t.a.19/188754]

LAGES VENDE - 13 lotes de terrenos urbano, no calçamento, água e luz, lado da sombra, área 5.040m2, esquina, fazendo frente para 3 ruas. Rua Major Ricardo Moura, esquina Rua Jornalista Lívio Belo e Rua Ministro João Paulo Veloso, lotemaneto Jacinta, próx. BR 316, Empresa Volvo à esquerda a 4 quadra, própria para conjunto de casas residenciais ou empresa de Ônibus ou outras atividades. Valor R$ 800.000,00 Plantão sábado e feriado. Fone 3223-4491/ 99946-0266/ 98167-8258 Creci 08PI. [t.a.19/188754]

LAGES VENDE - Terreno no bairro Bela Vista, parte murado 23x44x41x12m, área 743m2 na Rua dos Montes, 3883próx. parada final dos ônibus. Valor R$ 70 mil. Plantão sábado e feriado. Fone 3223-4491/ 99946-0266. Creci 08PI

DEMERVAL LOBÃO

VENDE-SE -Loteamentos - cidades de Demerval Lobão, Mons Gil e Água Branca Tr.: 86 99826-1223

JOSÉ DE FREITAS-PI

VENDE- SE Terreno 15x30m no Centro de Jose de Freitas, 2 lado muradi, rua pavimentada em paralelepípedo, área residencial. Valor R$ 50 mil Tr.; 86 99411-9888 [73436]

LUIS CORREIA - PI

VENDE - SE ou TROCA - Terreno 30x15 em Luis Correia, próximo a Praia do Coqueiro, Loteamento Sol e mar. Valor R$ 65 mil. Tr.: 86 99986-1819 Mauro [73678]

TIMON - MA

TERRENOS, FAZENDAS, SÍTIOS e CHÁCARAS

LAGES VENDE- Chácara 18.00ha, cercado, sítio casa, 2 suites, 02 quartos, 01 wc, piscina, cx. dágua, poço tubular, energia, Rod. União, próx. asfalto a 6km, a 20km Teresina. Valor R$ 300.000,00 Plantão sábado e feriado. Fone 3223-4491/ 99946-0266/ 99543-4670 / 99483-3517 Herivan Creci 08PI. [t.a.19/188754]

LAGES VENDE - Terreno 100x300mts área de 3.ha, mata, baixões, própria criar e plantar a 15km de Teresina, Rod. José de Freitas km 10, próx. asfalto a 4km. Valor R$ 60.000,00 Plantão sábado e feriado. Fone 3223-4491/ 99946-0266/ 99483-3517 Herivan. Creci 08PI

VENDO sítio Brejinho em terreno medindo 50x506m, a 40km de Timon com casa de apoio, casa de caseiro, 4 chalés com suites, fonte de água perene com piscina natural, área de lazer coberta, criatório de peixe, criatório de galinhas, cozinha com refeitório amplo, poço com cx. d'água e irrigação, árvores frutiferas. Tr.: 86 99859-0398 [75865]

VENDO Terreno na entrada de Palmeiras na Pi 130 até o Rio Parnaíba, com água encanada e energia. Medindo 18 hectares. Todo cercado. Várias árvores frutíferas. Pastagem para gado e ovelha. Não tem casa. Valor R$ 180 mil reais. Tr.: 86 99806-1113 Aldo [75175]

LAGES VENDE- Terreno 182x796x747x157mts, área 20.00ha, parte murado e cercado às margens asfalto e Rio Poti, mina de areia grossa e seixo na estrada da Alegria, km 8. Valor R$ 2.500.000,00. Plantão sábado e feriado. Fone 3223-4491/ 99946-0266/ 99543-4670 Herivan Creci 08PI. [t.a.19/188754]

LAGES VENDE- Chácara área 30.29,90ha toda cercada, sítio, poço tubular, piscina, casa moderna recém construida, 01 suite, 03 quartos, 02 wc, sala, copa, cozinha, toda alpendre, área construção 300m2, bastante água, alpendre para garagem, 02 galpões de granja, energia e outras benfeitorias, próximo asfalto a 2,5km à 47km de Tereina, Rodovia Teresina-José de Freitas. Valor R$ 750 mil. Plantão sábado e feriado. Fone 3223-4491/ 99946-0266/ 99543-4670 / 99483-3517 Herivan Creci 08PI. [t.a.19/188754]

LAGES VENDE- Propriedade 573.00.00ha, mata, baixões, muita madeira, própria criar e plantar, vários olho D'água, riacho corrente, após José de Freitas, Rod. Lagoa do Piauí, prox. asfalto a 7km, a 60km de Teresina-Pi. Valor R$ 1.000.000,00. Plantão sábado e feriado. Fone 3223-4491/ 99946-0266/ 99543-4670 / 99483-3517 Herivan Creci 08PI. [t.a.19/188754]

LAGES VENDE- Propriedade rural área 117.40.95ha, Data Jenipapo, após Beneditinos estrada da Prata-Pi, propriedade a 5km da cidade de Prata-Pi a 135km de Teresina, mata de lavoura, carnaubal, às margens do Rio Poti, 100mts fundos corresponde. R$ 130 mil. . Plantão sábado e feriado. Fone 3223-4491/ 99946-0266/ 99543-4670 / 99483-3517 Herivan Creci 08PI. [t.a.19/188754]

LAGES VENDE- Propriedade rural 94ha, casa de campo, parte cercada, margens rio Maratoan, energia, campo, mata e barro de olaria, etc. Após Cabeceiras-Pi, Rodovia Barras próx. asfalto 7km. Valor R$ 300.000,00. Plantão sábado e feriado. Fone 3223-4491/ 99946-0266/ 99543-4670 / 99483-3517 Herivan Creci 08PI. [t.a.19/188754]

LAGES VENDE- Gleba de terras 117,49x1.1081mts, área 13.28.99ha às margens asfalto de Teresina/Altos-Pi, km 15 BR 343 lado direito, próprio Posto Gasolina. Loteamento para chácara, churrascaria, Investimento e outras atividades comerciais, etc. Valor R$ 2.921.60Plantão sábado e feriado. Fone 3223-4491/ 99946-0266/ 99543-4670 / 99483-3517 Herivan Creci 08PI

LAGES VENDE - Propriedade 325ha, toda cercada, 40ha, plantado carpim, várias divisões, poço tubular, 01 poço cacimbão, casa de campo, 01 suite, 02 quartos, casa do vaqueiro, piscina, caixa dágua, aprisco de criação, energia trifásica, transformador, sítio diversas fruteiras, 2.50ha, plantado de caju em produção, às margens asfalto 600mts e outras benfeitorias. Após Altos-Pi. Rodovia Beneditinos-Pi. Valor R$ 800.000,00 Plantão sábado e feriado. Fone 3223-4491/ 99946-0266 Creci 08PI. [t.a.19/188754]

LAGES VENDE - Chácara 10.00ha, cervada, 02 poços, energia, piscina, casa com 04 quartos, 02 wc, sala, copa, cozinha, bastante área de garagem, dependencia empregada, area de depósito, casa de caseiro e outras benfeitorias, localidade Rodovia União a 15km de Teresina-Pi, Valor R$ 600.000,00 Plantão sábado e feriado. Fone 3223-4491/ 99946-0266/ 98167-8258/ 99543-4670 Herivan. Creci 08PI. [t.a.19/188754]

LAGES VENDE- Terreno urbano em Altos -Pi, 100x100mts, área 1ha, calçamento, água e luz, Rua Manoel Monteiro, 100, uns 50mts lado direito, após casa residencial. Próprio conj. Residencial ou apartametno, bairro Tranqueira. Valor R$ 300 mil. Plantão sábado e feriado. Fone 3223-4491/ 99946-0266/ 99543-4670 / 98167-8258 Herivan Creci 08PI. [t.a.19/188754]

LAGES VENDE - Chácara 100x150mts, todo cercado, sítio, casa de campo, 03 quartos, 02 wc, sala, copa, cozinha, garagem, riacho corrente com 11 tanques para peixe, em pleno funcionamento, 01 poço cacimbão, energia e casa de caseiro. Município de Tmon-Ma, BR 316 a 44km de Teresinam localidade Brejinho. Valor R$ 180 mil. Plantão sábado e feriado. Fone 3223-4491/ 99946-0266 Creci 08PI.

LAGES VENDE- Propriedade no município de Batalha -Pi, a 170km de Teresina com 1.895.00ha, toda cercada, 45.000mts, várias divisões, 150 ha, plantado de carpim, branquiara, antobogramn estrela africano, irrigado às margens Rio Longá, 3.000mts e margens rio dos Matos 600mts, e mais 5.00ha, irrigado carpim, lageado e branquiara, casa de campo moderna, casa caseiro, vários galpões, e casa depósito.. Propriedade própria para criar e plantar,curral com brete, embargador de gados, energia trifásica, transformador 20 kva, com sistema de irrigação e outras benfeitorias. Carnaubal. R$ 4.300.000,00. Vende ainda: 630 gados nelore, 400 criações, ovelhas e bodes, 20 cavalos, macho e fêmea. Preço a combinar. Plantão sábado e feriado. Fone 3223-4491/ 99946-0266/ 99543-4670 Herivan Creci 08PI. [t.a.19/188754]

LAGES VENDE- Propriedade 1.673ha, parte cercado, 4.000mts, açude grande, bastante água, 60x300mts de água e profundo, não seca, 02 poço tubular, mata, baixões, campo, carnaubal, energia e outras benfeitorias. Próprio para plantar e criar. Após São João da Serra-Pi à 24km, próximo Alto do rapaz, a 166km de Teresina-Pi. Valor R$ 2.160.000,00. .Plantão sábado e feriado. Fone 3223-4491/ 99946-0266/ 99543-4670 Herivan Creci 08PI. [t.a.19/188754]

VENDO 01 lote medindo 85 x 200m, com 3 tanques de peixe. E outros 3 lotes medindo 10 x 20m cada, ambos na Estrada da Alegria e 2 lotes medindo 25 x 50m cada na Chapadinha Sul, lotamento Bacuri. Tr.: 86 99806-1113 Aldo [74839]

LAGES VENDE- Chácara, terreno 25x252mts, área 6.300m2, prédio residencial, 04 suites, área costruida 404m2, sítio com diversas fruteiras, terreno cercado e murado, poço tubular, energia e outras benfeitorias. BR 316 antes de Demerval lobão-Pi. Valor R$ 300 mil. a e luz em frente. Plantão sábado e feriado. Fone 3223-4491/ 99946-0266/ 99543-4670 Herivan Creci 08PI

LAGES VENDE- Propriedade rural 60.00ha, após Barras-Pi, 30km, piçarrada, localidade Boca da mata, antes da propriedade do Sr. Paulino Lages, a 1km, lado esquerdo, energia e ônibus passa em frente, mata, lagadiços, própio criar e plantar, a 150km de Teresina. Valor R$ 90.000,00 Plantão sábado e feriado. Fone 3223-4491/ 99946-0266/ 99543-4670 Herivan Creci 08PI.

LAGES VENDE- Chácara 10.00ha, 100 x 1.000mts, parte cercada, casa de campo, 01 quarto, sala, poço tubular, energia, as margens asfalto, após José de Freitas, estrada de Cabeceiras-Pi, a 80km de Teresina. Ônibus na porta. Valor R$ 80.000,00 Plantão sábado e feriado. Fone 3223-4491/ 99946-0266/ 99543-4670 Herivan Creci 08PI. [t.a.19/188754]

LAGES VENDE- Terreno rural 300x300mts, área 90.000m2, BR 343 Altos km 17, entrada à direita, estrada Palmeiras do Gomes, mata, baixões, própria criar e plantar, lot. São Félix, energia próxima. Valor R$ 60.000,00 Plantão sábado e feriado. Fone 3223-4491/ 99946-0266/ 99543-4670 Herivan Creci 08PI.

LAGES VENDE - Propriedade 10.00,00ha, parte cercado, mata, baixões, muita madeira, própria para criar e plantar, BR 343 km 17, entrada à direita 11km, Lot São Félix, energia e ônibus próximo. Valor R$ 90.000,00 Plantão sábado e feriado. Fone 3223-4491/ 99946-0266/ 99543-4670 Herivan. Creci 08PI. [t.a.19/188754]

LAGES VENDE- Chácara 100x322mts, 3.22ha, cercada, sítio, poço tubular, energia, casa de campo, 01 quarto, sala, copa, rodovia União km 19, próximo asfalto 6km. Valor R$ 180.000,00. Plantão sábado e feriado. Fone 3223-4491/ 99946-0266/ 99543-4670 Creci 08PI

LAGES VENDE - Propriedade 2.004.ha, parte cercada 4.500mts, margens Rio Poti, 6.000mts, riacho perene, minas areia grossa e seixo, casa de campo simples, muita madeira, mata virgem e outras benfeitorias, própria criar e plantar, após Alto Longá-Pi , a 122km de Teresina. Valor R$ 3.000.000,00 Plantão sábado e feriado. Fone 3223-4491/ 99946-0266/ 99543-4670 Creci 08PI. [t.a.19/188754]

LAGES VENDE - Propriedade com área 11.00.52ha, toda cercada, 3ha, cajú, sistema de irrigação, às margens Rio Poti, 6 tanques para peixes, sistema de bombeamento, água para caixa de distribuição, energia transformador de 15 KVA, BR 316 Km 25 entrada à esquerda a 8km. Valor R$ 150.000,00. Plantão sábado e feriado. Fone 3223-4491/ 99946-0266/ 99543-4670. Creci 08PI. [t.a.19/188754]

LAGES VENDE - Propriedade próx. a Teresina 47.00ha, cercado, várias divisões, 10.00ha, capim, braquiarão, parte elefante, 02 currais, 40 coixeiras, 2 tanques para rações, poço tubular, 16.000l/h, sistema de irrigação, energia, transformador 15KVA, trifásica, sítio laranja, cajú piscina pequena, casa de campo, 01 suite, 02 quartos, 02 wc e outra do caseiro, 02 depósitos, riacho temporário, mas não seca. Pronto para criar gados, ovelhas, etc às margens asfalto. Teresina/José de Freitas-Pi. Valor R$ 600 mil. Plantão sábado e feriado. Fone 3223-4491/ 99946-0266 / 99543-4670 Creci 08PI.

LAGES VENDE - Chácara 18.00ha, toda cercada, 01 poço tubular, 01 poço cacimbão, casa de campo, 2 suites, 01 wc, sala, copa, cozinha, piscina 4x8m, caixa dágua 30.000l, cx. dágua 5.000l, sítio e outras benfeitorias, Rod. União/Pi Km 19 entrada a esquerda 5km estrada Fazenda Soares, energia, etc. Valor R$ 300.000,00. Plantão sábado e feriado. Fone 3223-4491/ 99946-0266/ 98167-8258. Creci 08PI. [t.a.19/188754]

LAGES VENDE - Propriedade 156.00ha, cercado, 03 lagoas, sítio de caju, energia, BR 226, da Ponte Nova Timon-Ma a 10 km, estrada Parnarama-Ma, às margens asfalto, após conj. Residencial Joia, própio para Loteamento. Valor R$ 2.028.000,00 Plantão sábado e feriado. Fone 3223-4491/ 99946-0266. Creci 08PI. [t.a.19/188754]

PONTOS COMERCIAIS

NORTE

LAGES ALUGA - 06 Salas comerciais, 6x14mts, 84m2 cada, Rua Lisandro Nogueira esquina com 24 de janeiro. Inclusive com estacionamento para cada sala, mensal R$ 2.000,00 e outra sala, maior área 140m2 com estacionamento R$ 4.000,00 Plantão sábado e feriado. Fone 3223-4491/ 99946-0266/ 99543-4670 /98167-8258 Hermano Creci 08PI. [t.a.19/188754]

LAGES ALUGA - Sala comercial com 01 wc, Rua Magalhães Filho/ Aeroporto, valor R$ 650,00. Plantão sábado e feriado. Fone 3223-4491/ 99946-0266/ 99543-4670 /99949-0330 Hermano Creci 08PI. [t.a.19/188754]

LAGES ALUGA - Prédio comercial com 03 salas, 01 wc, terreo, Rua Firmino Pires esquina com Av. Campos Sales, valor R$ 1.500,00. No mesmo prédio, 1º andar com 03 salas, 01 wc, valor R$ 1.500,00. Plantão sábado e feriado. Fone 3223-4491/ 99946-0266/ 99543-4670 / 98167-8258 Herivan Creci 08PI. [t.a.19/188754]

CENTRO SUL

LAGES VENDE- Duas salas de consultório ou escritório com 01 wc, sala de espera e consultório, sala 907 e 905 com elevador, Medical Center em frente ao Posto Cacique e hospital Santa Maria, Rua Artur de Vanconcelos, preço de cada uma das salas R$ 200 mil. 91/ 99946-0266/ 99543-4670/ 98167-8258 Herivan Creci 08PI. [t.a.19/188754]

LAGES VENDE - Casa com duas salas comerciais no fundo do galpão do restaurante, 04 wc, sala, copa, cozinha, ao lado dos Correios e próx. Karnak. Rua 7 de setembro, 64/N, terreno 12x36boa localização. Valor R$ 700.000,00, Plantão sábado e feriado. Fone 3223-4491/ 99946-0266/ 99543-4670/ 98167-8258 Herivan Creci 08PI. [t.a.19/188754]

CENTRO

LAGES ALUGA - Sala comercial, 01 wc, área 5x8mts Rua Gabriel Ferreira, 745 centro sul. Valor 500,00 Plantão sábado e feriado. Fone 3223-4491/ 99946-0266 Creci 08PI. [t.a.19/188754]

LAGES VENDE - Sala comercial, ed. Octávio Miranda, sala 718 com elevador, lado sombra, preço ocasião. Valor R$ 55 mil. Plantão sábado e feriado. Fone 3223-4491/ 99946-0266 Creci 08PI. [t.a.19/188754]

LAGES ALUGA - 2 salas coberta e galpão. P´roprio para oficina mecanica ou outras atividades comerciais. Terreno 20x33 todo murado 2m de altura. Rua Jonatas Batista, 1278/ Norte, próx. Rua David Caldas/ Centro norte. Valor do aluguel R$ 2.000,00 Plantão sábado e feriado. Fone 3223-4491/ 99946-0266/ 99543-4670 / 98167-8258 Herivan Creci 08PI. [t.a.19/188754

SUL

LAGES VENDE- Prédio comercial, 03 pavimentos: térreo, 1º andar e 2º andar (cobertura). Área de construção total 460m2, 02 wc, própio para academia, supermercado e outras atividades comerciais. Situado Av. Valter Alencar, próx. Av. Barão Castelo Branco e emissoras de TV, esquina com estacionamento amplo. Valor venda: R$ 1.500.000,00 Aluguel: R$ 5.000,00. Plantão sábado e feriado. Fone 3223-4491/ 99946-0266/ 99543-4670 / 98167-8258 Herivan Creci 08PI. [t.a.19/188754]

LAGES VENDE- Salão comercial 04 wc, sala com divisões, 01 salão grande no terreno, área 13,50m, área 700m2, e 1º andar, várias salas com divisórias, área toda construida de concreto e seguro, área terreno 13,50x42x7,00mts. Área 700m2, lojas própria para qualquer atividade comercial: venda de carros e supermercado ou outras atividades, situado na Av. Miguel Rosa, 64-69 no bairro Macaúba, após Av. Válter Alencar. Valor(entrada pelas Av. Miguel Rosa e Rua Gabriel Ferreira) R$ 2.500.000,00. Plantão sábado e feriado. Fone 3223-4491/ 99946-0266/ 99543-4670 / 98167-8258 Herivan Creci 08PI. [t.a.19/188754]

LESTE

LAGES VENDE - Prédio residencial com 10 apartamento, 2 quartos, 01 wc, térreo e 1º andar, área de 45m2 cada apartamento. Rua Jonas, Lot. Gurupi. Tenha uma renda mensalde aluguel de R$ 5.000,00. Venda R$ 800.000,00. Plantão sábado e feriado. Fone 3223-4491/ 99946-0266/ 98167-8258/ 99543-4670 Creci 08PI.

DEMERVAL LOBÃO

VENDE-SE OU TROCA - Galpão em Demer-



Cultura Racional

A CULTURA DO COSMO, DO MUNDO RACIONAL AGORA NA TERRA



O QUE É CULTURA RACIONAL?

É o conhecimento da origem do ser humano. de onde ele veio, como veio, por que veio e o retorno à sua origem, mostrando como o homem voltará ao seu estado natural de ser racional puro, limpo e perfeito. Tudo isto através das mensagens do RACIONAL SUPERIOR, um ser extraterreno, publicadas nos livros "UNIVERSO EM DESENCANTO".

ALÉM DO RETORNO À SUA ORIGEM, QUAIS SERIAM OS OBJETIVOS DA CULTURA RACIONAL?

É ligar o ser humano ao seu mundo de origem, o MUNDO RACIONAL, pelo desenvolvimento Racional, que é obtido no ler e reler os livros " UNIVERSO EM DESENCANTO". A leitura do livro traz o perfeito equilíbrio na vida da matéria: físico, moral e financeiro, que culmina com a Vidência Racional, quando então, o leitor terá contacto com os Habitantes do MUNDO RACIONAL, mundo de que somos originários e para o qual já estamos de volta.

COMO QUALQUER PESSOA PODERÁ COMPROVAR A REALIDADE DOS OBJETIVOS DA CULTURA RACIONAL?

Muito simples: por se tratar de um processo de desenvolvimento, não será apenas na leitura do primeiro volume do Livro que a pessoa poderá ter estas comprovações, embora elas tenham ocorrido com diversas pessoas. São elas, o aparecimento de luzes de diversos matizes, tamanho e forma; o contacto direto com seres extraterrenos, dialogando e sendo orientado em qualquer lugar. E o mais importante que é adquir paz interior.

É como começamos a aprender o que é a felicidade verdadeira. Chegou no mundo o que há muito estava anunciado pelos profetas, sábios, astrólogos e pela ciência.

Um conhecimento transcendental que ultrapassa todas as expectativas do saber humano e que desvenda os mistérios da natureza e do animal Racional de forma lógica, simples e clara. Não é um conhecimento extraído do saber deste mundo e sim, a verdade das verdades, dadas pelo RACIONAL SUPERIOR.

A CULTURA RACIONAL conduzirá a humanidade à RACIONALIZAÇÃO UNIVERSAL. E assim, com a leitura assídua deste conhecimento, todos sem o menor esforço, muito naturalmente, sem necessidade de frequentar lugar nenhum, serão orientados em tudo, recebendo as orientações precisas para o seu perfeito equilíbrio moral, físico e financeiro, dentro dos seus próprios lares ou onde estiverem. portanto, não há templo, sinagoga ou casa de pregações nem obrigações, pois é apenas a leitura desta grandiosa obra UNIVERSO EM DESENCANTO, que dá aquela proteção que ninguém até hoje conhecia.

NA CULTURA RACIONAL NÃO HÁ MILAGRES.

Todas as doenças existentes no mundo são provocadas pela alteração do campo biomagnético. o mundo é um conjunto de eletromagnetismo e consequentemente nós também somos formados de eletromagnetismo. A alteração deste campo de energia é que provoca em nós todas as doenças, como o câncer, o enfarte, a osteomielite, e todo e qualquer tipo de moléstia. O excesso de magnetismo mata, o excesso de eletricidade mata do mesmo jeito. E nós estamos sujeitos aos efeitos destes dois fluidos monstros: o elétrico e o magnético.

Na CULTURA RACIONAL não há milagres, tudo acontece naturalmente, as soluções são consequências do perfeito equilíbrio que a pessoa adquire através da leitura das mensagens do RACIONAL SUPERIOR. À proporção que a pessoa vai lendo, ela passa a ficar ligada ao seu Mundo de Origem, o MUNDO RACIONAL, de onde receberá todas as orientações precisas ao seu bom viver. Com o desenvolvimento adquirido através da leitura, a pessoa começa a se desligar deste conjunto eletromagnético, que é o mundo em que vivemos, para ficar ligado ao seu verdadeiro natural, o mundo de sua verdadeira origem, o MUNDO RACIONAL. Substituindo o seu eletromagnetismo pela ENERGIA RACIONAL, atingindo a condição de IMUNIZADO RACIONALMENTE e ao morrer não nascerá mais aqui neste mundo e sim, no seu verdadeiro mundo, o MUNDO RACIONAL.

Pedido dos livros universo em desencanto:

BELFOR ROCHO
CAIXA POSTAL 78019
CEP: 26131970 RJ
FONE: (21) 3759-9000
pedido_de_livros@culturaracional.com.br
ou www.culturaracional.com.br mais
www.universoemdesencanto.com.br

Esta á a marcha da redenção anunciada no Apocalipse de São João. Dizendo ele que, com o tempo, viria à Terra um conhecimento que seria a marcha da Redenção Universal.

Quadra 05 / Casa 19 - Conj. São Pedro
86 3085-5131 - Luís

NEGÓCIOS

OFICINA/SERVIÇOS

VEÍCULOS

FORD

FORD KA - Vende-se Forda KA 2020/2021., completo, na garantia.Aceita troca. Tr.: 86 99826-1223

HILLUX

HILLUX - 20/21 srv, 60.000 km rodados, primeira, valor R$ 220.000,00 e outra Hillux 2014 cor prata Valor R$ 115.000,00. Tr.: 86 3223-4491/ 99946-0266/ 99543-4670/ 99483-3517

MOTOS

VENDO Moto Factor 150,, cor vermelha, ano 2023, com dois anos de garantia pela Yamaha. 9000 quilômetros rodados, com rastreador. Super nova! Valor 14.000 reais. Obs: Não aceito trocas! Falar com NIELSEN 981926140 [75873]

OPORTUNIDADES

VENDO 04 pneus usados, em bom estado 265-70 aro 16 Vilux-Toyota, valor total R$ 800,00 ou R$ 200,00 a unidade. Ver pneus na Rua Des. Mota, 695/ Sul, Tr.: 99543-4670/ 99483-3517/ 99946-0266

VENDO Pontalete de ferro com armação já pronta, 5mts, valor R$ 250,00 Tr.: 3223-4491/ 99946-0266/ 99543-4670/ 99483-3517

VENDO uma porta de ferro com 2 folhas, proprio para garagem, etc. med 2,43x2,50mts, valor R$ 1.500,00 Tr.: 3223-4491/ 99946-0266/ 99543-4670/ 99483-3517

VENDO uma porta de ferro com divisórias de vidro, med 0,80x2,10mt próprio para escritório, etc. Valor R$ 500,00 Tr.: 3223-4491/ 99946-0266/ 99543-4670/ 99483-3517

VENDO - Split AGRATTO de 10mil BTS na caixa. Tr.: 86 99826-1223 [211845]

REVISÃO PREVENTINA - alinhamento, balanceamento do seu carro. Av. Miguel Rosa, 6630/ Pio XII. Teresina-Pi fone: 86 99479-1362/ 99924-0945

MICROCEL - Assistencia técnica especializada em peças e acessórios, tablets e smartphones touch, baterias display frontal em geral. Tr.: 86 99431-0112/ 98831-8540 Barras-Pi

BAR E DEPÓSITO DO ROBERTIN - Quer tomar cerveja gelada? É só pedir, atende em todas as zona. Tr.: 86 99925-8698. [75072]

VENDO - Tábua de cedro, valor do metro R$ 120,00 (cento e vnte reais). Tratar 86 99926-0900

TORNEARIA AUTO RODAS - Temos serviços em geral de torno, solda de aluminio, desempeno e restauração de rodas, fica na Av. Nações Unidas, 1340/ Vermelha. Falar com Wellington, fone: 86 3218-2217/ 98825-1673 [74614]

CASA DO CARTUCHO - Precisou de suprimentos para sua impressora? Temos a solução. R. Tersandro Paz, 2162 - Centro Sul Fone: 86 3221-8618

NAZILDA BUFFET - Pratos finos, festas de aniversário, casamentos, coqueteis, etc. Quadra 215 Casa 03, Dirceu II \Fone: 86 99917-0781 [74196]

PANIFICADORA NOVA VIDA - Servimos o melhor caldo da zona norte. Rua Canindé, 437, Vila Padre Eduardo, bairro São Joaquim em Teresina-Pi.

TORNEARIA AUTO RODÃO - Serviço de torno, solda de aluminio, desempenho e resaturação de rodas em geral. Av. Nações Unidas, 1340/ Vermelha fone: 86 3218-2217/ 98825-1673

TAPEÇARIA WILSON - Tapetes para caminhões, reforma de poltronas automobilisticas. Av. Armando Cajubá, 3630/ bairro Santa Luzia, Parnaíba-Pi Fone 86 99462-3545/99986-2228

TECNOCAR - Serviços de painel automotivo: conserto marcador de combustível, velocímetro e temperatura e reprogamação de painel digital. Av. Barão de Gurgueia, 1582/ Vermelha Fone.: 86 99936-5495 [73722]

MNGÁS- Gases medicinais e industriais. Rua Delbão Rpdrigues, 277/ bairro Ceará, Parnaíba-Pi, Fone 86 99412-0720 whatsapp [73823]

MOLDAR - Ind. de premoldados polidos, venda de pisos e revestimentos. Projetos arquitetonicos, orçamentos e vistoria. Av. Wilton Barjonas Lobão, 488/ Campo Velho, Floriano-Piaui, Fone 89 99981-8000/ 99448-0001 whatsapp

DROGARIA SAÚDE - Cuidando de você com economia. Rua da Assembléia de Deus, 135 Quadra A Casa 11 bairro Santinho fone: 86 99446-6033 [73512]

AÇO PIAUIENSE - Vende ferro para porta, portões, grades, construção civil, zinco, solda, disco e etc. Tr.: 86 3218-2025/ 99999-6059 [73153]

MOTO SHOW - Serviços e peças: motores Honda, Yamaha, retificação de vira brequim e cilindros, solda elétrica em geral, motores montgomery e moto serra. Rua Hermano Brandão, 672/ Centro, Floriano-Pi [73745]

SPORT CARLOS - Bolas, redes, troféus, chuteiras, equipes. Rua Felix Pacheco, 1290/ Centro, Teresina-Pi, fone 86 3221-7536/ 98170-4380 [73720]

CLÍNICA ODONTOLÓGICA JOSÉRI BAMAR-extração, cirurgia, coroa, harmonização, restauração, reabilitação, ortodontia, limpeza, prótese e protocolo sobre implantes. Emergência aos sábados até 16h30 e domingos até 11h30. Rua Castelo do Piauí, 2918/ Memorare. Whatsapp 86 98861-1524 [73402]

MOLDAR - Indústria de prémoldados polidos em geral. Av. Wilton Barjonas Lobão, 488 C. Velho / Floriano-Pi fone: 89 3522-3251/ 99981-8000/ 99448-0001

CASA DA RAÇÃO: Av. João Luiz Ferreira, 118/ Floriano fone: 89 99976-1401/ 99420-9228/ 3521-1141

RADIADORES AUTO SERVIÇO P GERSON- Radiadores novos e acessórios, serviços de solda em todo tipo de radiador, condensador de ar, intercooler. Av. Barão de Gurgueira, 3651/ Tabuleta. Teresina-Pi. 86 3218-5434/ 99451-0477/ 98887-7091 [73699]

LUZ E SILVA- Refrigeração-CONSUL- BRASTEMP- ELETROLUX - Tratar – 86- 3212-9726 e 86-99565-9082.

JEAN ABREU- BARBER SHOP- corte seu cabelo jogando X-BOX E PLAYTATION, unissex MASCULINO E FEMENINO, Rua : Governador Joca Pires , 1365, Fatima . tratar 86-99460-1318

SANDERSON CHAVEIRO - cópias, confecção de chaves, abertura de portas e cadeados- É SÓ CHAMAR (86) 9. 8891-5487

ORAÇÕES

CONVERSA COM O SAGRADO CORAÇÃO DE JESUS: Meu Sagrado Coração de Jesus, em vós deposito toda confiança e esperança. Vós que sabeis tudo, Pai, e Senhor do Universo, Sois o Rei dos Reis. Vós que fizestes o cego ver, o paralítico andar, o morto voltar a viver, o leproso curar. Vós que vedes as minhas aflições, as minhas angústias, as minhas lágrimas, bem sabeis, Divino Coração, como preciso alcançar de vós esta grande graça: (pede-se a graça com fé). A minha conversa convosco me dá ânimo e alegria para viver, só de Vós espero com fé e confiança; (pede-se novamente a graça). Fazei, Sagrado coração de Jesus, que antes de terminar esta conversa, dentro de 09 (nove) dias, alcance esta tão grande Graça; E para Vós agradecer, publicarei esta Graça para que os homens, aprendam a ter fé e confiança em Vós. Iluminai os meus passos, Sagrado Coração de Jesus, assim como esta vela está nos iluminando e testemunhando a nossa conversa. Sagrado Coração de Jesus, eu tenho confiança em Vós, Sagrado Coração de Jesus, aumentai a minha fé. Amém. Por uma graça alcançada MSNSL

EMPREGOS

OPORTUNIDADES

OFEREÇO SERVIÇO de Diarista e cozinheira, falar com Sônia 86 99470-3001

OFEREÇO meus serviços de FAXINEIRA. Tratar com Sra. Eliete, telefone para contato: (86) 99438-1117 [209284]

PROFESSOR DE INFORMÁTICA (MÍDIAS DIGITAIS) - Procuro, paga-se bem. Tr.: 86 99826-1223 [209328]

OFEREÇO serviço de Motorista classe AD com experiência. Tratar com Neto telefone: 8699589-0426; ZAP: 98183-1949 [74153]

ENFERMEIRO - Acompanhamento em hospital e domiciliar e/ ou MOTORISTA. whatsapp 86 99802-6003

PROCURA-SE

FRANCISCO DAS CHAGAS DE OLIVEIRA. Informações ligar para o número 86 9 9559-7394 [75769]

NOVO ENDEREÇO

Rua Honorio Parente,1551 - Jóquei
86 3305-1392 | 3222-2904

A nossa marca tem credibilidade
Aluguel e Venda.



37 anos



CRECI 1/PJ-PI

Casas, Apartamentos
Salas e Terrenos

Aluguel

RESIDENCIAL / APARTAMENTOS

APTOS ZONA LESTE

Ed. Savassi, Rua Miosótis, Jóquei Clube, 01 suíte, 02 quartos, sala, cozinha americana, banheiro social e garagem(01 vg).
Ed. Milano, Rua Motorista Chicão, Ininga, 01 suíte, 01 quarto, sala, varanda, cozinha, banheiro social e garagem(01 vg).
Condominio Portugal Park I, Bl Bragança , c/ 02 quartos, 01 suíte, sala, banheiro social, cozinha, área de serviço, garagem(01 vg). ±60m²
Ed. Park Rio Sol, Rua José Torquato Viana, M. do Sol, c/ 01 quarto, 01 suíte, sala, cozinha/ área de serviço, banheiro social.
Ed. Avalon Residence, Rua Dom Bosco, Samapi, c/ 02 qtos. 01 suite, banheiro social, sala, varanda, cozinha(c/arms), área serviço, garagem(2vgs) ± 70m². Area comum: 02 elevadores, piscina(c/apoio), churrasqueira.
Cond. Morada dos Orixás, Av. Jóquei Clube, São Cristóvão, c/ 02 qtos, 01 suíte, sala, banheiro social, cozinha, área serviço ±90m²
Ed. Village Jockey, Rua Valdemar Martins, c/03 quartos, sala c/ varanda/ banheiro social, cozinha, área serviço. Próximo a nova Maternidade.

APTOS ZONA SUL

Condominio Ouro Branco, Avenida Odilon Araújo, 600, Piçarra, c/ 01 suite , 02 qts., hall de entrada, circulação, sala com varanda, cozinha conjugada com área serviço e garagem (01 vg). ± 85,52m²
Ed. Leonardo da Vinci, Rua José Olimpio de Melo, Ilhotas, c/ 02 suítes(c/ arms, 01 c/ varanda), 01 suíte reversível (arms. no banheiro), sala em L, varanda, cozinha(c/ arms.), área serviço, dep. empreg., garagem(03 vgs). área comum: mezanino, salão festa, piscina ± 183m²
Condominio Rosa dos Ventos, Av. Abdias Neves, 1850, bairro Cristo Rei, c/ 01 suite (c/ arm.) 02 qtos., sala, banheiro social, cozinha (c/ arm.), área serviço, área de lazer com piscina, garagem(02 vgs).

APTOS ZONA NORTE

Ed. Maria Clara, Rua Franco da Rocha, b. Cabral, c/ 01 qto. 01 suíte, sala, banheiro social, cozinha, garagem(01 vg)

RESIDENCIAL / CASAS

CASAS ZONA LESTE

Rua Antonio Ubiratan de Carvalho, c/ 02 qtos., sala c/ varanda, garagem, 02 banheiros, lavabo, cozinha, dep. empregada, **andar superior** c/ 02 suítes e 01 quarto.
Rua Lucilio Albuquerque, M. Sol, c/ 02 qtos. 01 suíte (c/ arms), sala, banheiro social, copa, cozinha, dep. empreg., garagem e quintal.
Rua Cel. Belisário da Cunha, São João, c/ 01quarto, 01 suíte, sala, cozinha, banheiro social, terraço, garagem e quintal.

CASAS ZONA SUL

Av. Valter Alencar, Macaúba, 03 qtos, sala, copa, cozinha, banheiro social, área serviço e garagem.
Rua 24 de Janeiro, Vermelha c/ 03 suítes, 02 salas, terraço, cozinha, DCE, banheiro social, cerca elétrica e garagem.
Rua Wladimir do Rego Abreu, c/ 03 qtos., sala, cozinha, banheiro social, garagem e quintal.

CASAS ZONA NORTE

Rua Alagoas, Aeroporto, c/ 01 suíte, 02 qtos, sala, terraço, cozinha, área de serviço, banheiro social e quintal e garagem (01 vg).

COMERCIAL / SALAS

SALAS ZONA LESTE

Ed. José Nabuco de Melo, Av. Homero C. Branco, esquina c/ Rua Juiz João Almeida, Horto, c/ banheiros. Salas c/ 15,77m² e 24m² banheiros nos hall. Somente para área de saúde.

SALAS CENTRO

Ed. Dona Jovem, Rua Elizeu Martins, salas com banheiro e divisórias ± 50m²
Ed. Palácio do Comércio, Rua Sen. Teodoro Pacheco, salas e lojas térrea c/ banheiro, ± 30m²
Ed. Otávio Miranda, Rua Rui Barbosa, sala c/ banheiro. ± 35m²
Ed. Lundgren, Rua Álvaro Mendes, sala c/ banheiro e divisória ± 45m²
Rua Eliseu Martins, andar superior c/ 03 salas e banheiro.

SALAS ZONA SUL

Ed. Juvencio, Rua Paissandu, sala térrea, sendo 03 salas e 02 banheiros.
Ed. Valença, Rua 24 de janeiro, , sala c/ divisória e banheiro.

SALAS ZONA NORTE

Ed. Paris, Rua Areolino de Abreu, lojas com 02 banheiro ±30m².
Rua Lisandro Nogueira, Centro sala 01 e 02/ c banheiro, água e luz individualizada, ao lado do Cond. Suzana Center.

COMERCIAL / CASAS

CASAS ZONA LESTE

Rua: Honório Parentes, Jóquei Clube, c/06 salas,03 banheiros, dep. externa com banheiro, garagem para 03 carros. 147m²

CASAS ZONA SUL

Rua Monsenhor Gil, Ilhotas, c/ 02 qtos, 01 suite, sala, copa, banheiro social, cozinha, garagem, quintal.
Rua Heitor Castelo Branco, Ilhotas, c/ 03 qtos., 02 salas, 02 depósitos, 03 banheiros e cozinha.

CASAS ZONA NORTE

R. 24 de Janeiro, Centro, térreo: 3 salas e 1 copa e 2 banheiros, **andar superior**: 3 salas e 2 banheiros.
Rua Coelho dea Resende, Centro, c/ 13 dependências e 05 banheiros.

CASAS ZONA CENTRO

Rua 24 de janeiro, Centro, c/ 02 salas, copa, 02 banheiros, garagem.
Rua 07 de Setembro, Centro, c/ 05 salas, e 02 banheiros.
Rua São Pedro, Centro, 03 qts., sala, cozinha, banheiro e quintal.
Rua Alvaro Mendes, Centro, c/ 04 dependências e banheiros.
Rua Gabriel Ferreira, c/ 02 qtos, 01 suíte, sala, copa, cozinha área de serviço e garagem.
Rua São Pedro, Centro, c/ varias dependência, piscina c/ apoio e garagem. Ideal para clinica.

COMERCIAL / PONTOS

PONTOS ZONA LESTE

Av. João XXIII, São Cristóvão, c/ salão, 02 escritórios, copa, banheiros.

PONTOS CENTRO

Prédio Rua Paissandu,, tendo no térreo 11 salas, 06 banheiros e 01 copa e andar superior c/ 06 salas e 05 banheiros e 03 depósitos no quintal c/ banheiro.
Rua Lisandro Nogueira, c/ várias dependências.
Rua 07 de Setembro, ponto c/ banheiro. ± 35m²
Rua Eliseu Martins, C/ 11 salas c/ 03 banheiros.

PONTOS ZONA SUL

Av. Miguel Rosa, Macaúba, ponto c/ banheiro ± 100m².
Rua Tersandro Paz, pontos c/banheiro. ± 35m².
Rua: Desembargador Pires de Castro, ponto c/ 02 compartimentos, 01 banheiro.
Av. José dos Santos e Silva, ponto c/ banheiro. ± 40m², esquina c/ Rua 7 setembro.
Rua 13 de Maio, Centro, ponto c/ escritório e banheiro. ± 4mx10m, próx. Diocesano.
Rua Rui Barbosa, ponto c/ banheiro.
Av. Miguel Rosa, Macaúba, ponto c/ banheiro, próx. antiga AFAL. ± 55m².
Av. Barão de Gurgueia, 03 pontos c banheiro ± 7,50mx4,00m e 02 banheiros.
Próx. Alemão Veículos.
Rua Barroso, ponto c/ escritório e 02 banheiros ± 5mX19m.
Próx. Av. José dos Santos e Silva
Rua David Caldas, Centro, ponto c/banheiro e porta de blindex 16mx6,50m
Esquina c/ Av. Joaquim Ribeiro
Ed. São Luiz, Rua 07 de Setembro, ponto c/ banheiro. ± 50m²
Em frente ao IAPEP

PONTOS ZONA NORTE

Rua João Cabral, Centro, ponto c/ banheiro. ±50m² próx. Mercado Central

TERRENOS

ZONA LESTE

Rua Honório Parentes, Jóquei, terreno murado medindo 10mx43m².

Vendas

APTO. ZONA LESTE

VENDE / Zona Leste / Apto. Cond. Park Rio Sol, Rua Torquatro Viana, Morada Sol, c/ 02 qtos, 01 suite, banheiro social, sala/cozinha, área serviço, varanda, garagem (02 vgs). ± 68m².
VENDE / Zona Leste / Apto. Edifício Mansão Escalibur, Rua Thomaz Tajra, Jóquei Clube, c/ 04 suítes, closet, sala estar/jantar e varanda, copa/cozinha, despensa, circulação, DCE, área de serviço, banheiro social, garagem (03 vgs). ± 250m².

APTO. CENTRO

VENDE / Zona Centro/ Apto. Rua David Caldas, /Norte c/ 02 qtos, sala estar/jantar e varanda, copa/cozinha, banheiro social. E um ponto comercial no térreo. Terreno 4mx14m.
Próx. Avenida Campos Sales

APTO. PARNAIBA

VENDE /Luiz Correia/ Apto. Cond. Village Atalaia, bloco Caravelas, Atalaia, Luiz Correia PI, c/ 02 qtos., 01 suite(c/arms), sala, copa, cozinha, área serviço, despensa, varanda, garagem(02 vgas), 148m². Consta no imóvel: mesa de granito branco c/ 06 cadeiras, mesa de centro de mármore, sofá de couro em L(06 lugares), armário fixo na sala, 04 camas de solteiro c/ colchão e criado. 01 cama de casal c/ colchão e criado mudo, ar condicionado, geladeira, fogão de 04 bocas, 02 botijões de gás.

CASAS ZONA LESTE

VENDE / Zona Leste /Casa Rua Raimundo Portela, Joquei, c/ 02 qtos, 01 suite, sala, copa, cozinha, área serviço, dep. empreg., garagem(03 vgs) quintal. Terreno 17,30mx26,50m.

CASAS ZONA SUL

VENDE / Zona Leste /Casa Rua Isa Lages de Carvalho, Cristo Rei, c/ 02 qtos., 01 suite, sala, copa, banheiro social, cozinha, área serviço, dep. empreg., 02 garagem, quintal, cerca elétrica.
Terreno 27,40mx25m
Área construída 186,49m². Próx. Pizzaria D'Góes
VENDE / Zona Centro / Casa Rua São Pedro Esquina com Area Leão, Centro, c/ 03 qtos., 01 suite, banheiro social, cozinha, garagem. casa anexa com 02 qtos, sala, banheiro social, cozinha, incluindo 02 pontos comerciais. Medindo 15mx50m. Polo de saude.
VENDE / Zona Sul Casa Av. Valter Alencar, Macaúba, c/ 03 qtos, banheiro social, sala, copa, cozinha, área serviço, garagem. Terreno 8,50mx21,00m²
Próx. Av. Miguel Rosa

SALAS CENTRO

VENDE / Zona Centro /SALAS Ed. Dona Jovem Rua Elizeu Martins, c/ divisória e banheiro, ± 41m2, 57m2 e 57m2 Próximo a Hapvida.

TERRENO ZONA LESTE

VENDE / Zona Leste /Terreno Av. Rio Poty, Horto, murado medindo 20mx45m. Próx. FACID
VENDE / Zona Leste /Terreno Rua Fontes Ibiapina, Ininga, murado medindo 30mx30m. Em frente ao cond. Eng. Olivaldo Gomes, próx. Av. Homero
VENDE/ Zona Leste / Terreno na Fazenda Real, Q-A3, Lote 26, medindo 17,50mx50,00m

TERRENO ZONA NORTE

VENDE / Zona Centro Terreno na Rua David Caldas, Norte, murado medindo 9mx14m
Próx. Av. Campos Sales







NOVELAS



RENASCER

João Pedro resiste à tentação de Mariana, que ameaça deixar José Inocêncio. Dona Patroa resolve assumir a personagem de Joana e exige que Egídio faça o mesmo com Tião Galinha. José Inocêncio e Mariana discutem. Inácia tenta confortar Mariana. Mariana pede a Morena para ficar em sua casa por uns dias. Bento resolve se mudar para São Paulo, e avisa a Egídio que seu cacau está na fazenda do pai.

ELAS POR ELAS

Helena dopa a irmã. Marcos descobre que Helena não está com Sérgio e alerta Giovanni. Adriana se desespera com a possibilidade de Helena estar com Ísis. Helena arma para Ísis e simula que a jovem a atacou. Ísis é detida e liga para Giovanni. Helena comemora o sucesso de seu plano. Marcos e Sérgio procuram por Helena.



FAMÍLIA É TUDO

Vênus se enfurece com os irmãos. Murilo vê as fotos de Electra no computador de Luca e fica arrasado. Hans destrata Mila. Chantal tenta animar Murilo. Ramón tem uma ausência durante uma reunião. Vênus separa os irmãos em duplas para ajudar nas obras da Galeria Mancini. Tom avisa a Vênus que descobriu o paradeiro de Nilton Correia. Chicão leva Andrômeda para estádio de futebol. Elisa procura Júpiter. Vênus fala para Leda sobre suas suspeitas com o acidente de Pedro.

CHEIAS DE CHARME

Tom procura Chayene e os dois fazem as pazes. Rosário vai entregar sua gravação para Fabian, quando Chayene surge e lhe toma o CD. Heraldo conta para Rosário que Sidney passou mal. Simone descobre que a festa de Chayene é uma cilada para Fabian. Sarmento vê Cida atarefada e desconfia. Sônia alerta Isadora que Sarmento não vai aceitar que ela fique com Conrado. Rosário chega ao hospital para ver o pai e é recebida por Inácio. Pressionada por Simone, Tom e Fabian, Chayene encerra a festa. Isadora visita Conrado e o seduz.



MINHA FORTUNA É TE AMAR

Simba e seus homens entram na casa de Natalia por ordens de Adriano, no entanto, tudo sai do controle quando Natalia descobre tudo e Vicente tenta protegê-la. Vicente e João Gabriel confrontam Simba, pois sabem que ele entrou para roubar na casa de Natalia. Ele admite seus erros, mas tenta convencer Vicente a deixá-lo livre em troca de informações sobre Olga. Adriano, de longe, atira contra Simba para evitar que revele seus planos. No meio de sua agonia, Simba confessa que o filho que Olga espera é dele.

PROGRAMAÇÃO

CANAL 9.1

TERÇA-FEIRA

Horário	Programa
05h00	VOU TE CONTAR
06h00	LEITURA DINÂMICA
06h45	HORA DE AÇÃO
07h00	COMANDO GERAL
08h15	BOM DIA NEWS
10h025	VOU TE CONTAR
11h50	ROTA DO DIA
13h15	O DIA NEWS
15h00	A TARDE É SUA
17h00	TV FAMA
18h00	HORA DA AÇÃO
19h15	REDETV! NEWS
20h30	IDEIAS EM DEBATE
21h30	TV FAMA
22h40	ULTRA SHOW
00h10	NFL SHOW
01h10	LEITURA DINAMICA
02h30	SENSACIONAL
03h00	REDE TV! NEWS
04h00	MANHÃ DO RONNIE

CRUZADA

PALAVRAS CRUZADAS DIRETAS

www.coquetel.com.br © Revistas COQUETEL

É lançado nos rios ou mares sem tratamento; Gradação; hierarquia; Típico piscicultor japonês; Falência de estado geral (Med.); Crime julgado pelo TRE, pode resultar na cassação do candidato; Tribo indígena tupi; Forma da chave inglesa; Investigar minuciosamente; Precede a nona; Sufixo de "lipase"; Bumba (?) boi, dança folclórica; Aplaina; nivela; O indivíduo que pode doar sangue; (?) Todor, atriz; Implora; roga; Extinta banda de rock liderada por Sting; Alcançá-lo é a meta do alpinista; Terminação nervosa do neurônio; Firmou a primeira aliança com Deus; Final da sinfonia; Erva de sopas (pl.); Brado irônico da torcida vitoriosa; Antigo navio; Relativo à alma; Observação minuciosa do médico; Basta; chega (interj.); Antena (abrev.); Veículo como o ônibus espacial; Golpe; pancada (onom.); O "homem superior", para Hitler; Unidade de medida de terrenos; António Vieira, padre português; Relativa ou própria da região de Portugal; Local da faixa de pedestres; (?) Gardner, atriz de Cinema; Diz-se da pessoa sociável

BANCO 3/ava. 4/coda — zape. 7/anímico. 9/the police. 10/perscrutar.



SE LIGA

CINEMA



NO ENREDO UMA DELICADA HISTÓRIA SOBRE UMA JUVENTUDE FRAGILIZADA

Longa "Sem Coração" estreia nos cinemas de todo o Brasil

Depois de construir uma trajetória de destaque entre festivais nacionais e estrangeiros, "Sem Coração", de Nara Normande e Tião, estreia nos cinemas de todo o Brasil no dia 18 de abril, em pelo menos 20 cidades de todo o Brasil, pelo projeto de distribuição coletiva financiada pela Petrobras Cultural. O longa chega aos cinemas com preços reduzidos, acompanhado de debates, sessões especiais e eventos com a presença dos diretores e equipe do longa.

"A Sessão Vitrine Petrobras é um projeto muito importante na distribuição de filmes brasileiros, com um modelo original que permitiu a formação de público e a democratização do acesso a um cinema autoral com ingressos acessíveis e com uma ótima curadoria. Estou feliz que a Sessão Vitrine tenha voltado em 2024 com a Petrobras, e que Sem Coração faça parte dessa seleção." afirma a produtora Emilie Lesclaux.

"Sem Coração" teve sua estreia mundial no Festival de Veneza, em setembro de 2023. No mês seguinte, teve sua primeira exibição nacional no Festival do Rio, onde venceu o Prêmio Félix de Melhor Filme e o Redentor de Melhor Fotografia. Produzida por Emilie Lesclaux, Kleber Mendonça Filho (Cinemascópio), Justin Pechberty, Damien Megherbi (Les Valseurs), Nadia Trevisan e Alberto Fasulo (Nefertiti Film), o filme é distribuído e coproduzido pela Vitrine Filmes.

O longa se passa no litoral de Alagoas, durante o verão de 1996. Através de uma narrativa sensível e delicada, o filme constrói um retrato da juventude alagoana. Na trama, a protagonista Tamara (Maya de Vicq) vive seus últimos momentos com os amigos antes de se mudar para Brasília. Em meio período de fervorosa exploração da sexualidade entre os jovens, Tamara se interessa por uma adolescente da vila, apelidada de 'Sem Coração' devido uma cicatriz no peito.

LITERATURA

Guerra dos mil povos: a saga dos tamoios

A fundação de duas das mais importantes cidades do Brasil, Rio de Janeiro e São Paulo, está intrinsecamente ligada a um conflito ainda pouco lembrado na história do país, a maior revolta indígena: a Confederação dos Tamoios. Esse embate, que viu décadas de grandes batalhas pelo atual Sudeste brasileiro, é pano de fundo para o novo romance do premiado autor Víktor Waewell, Guerra dos Mil Povos.

As batalhas entre povos indígenas e colonizadores portugueses se deram, entre outros locais, em plena Baía de Guanabara, no Estuário de Santos e nas matas ao redor da então Vila de São Paulo, na segunda metade do século XVI. Mesmo sendo uma obra de ficção, os principais acontecimentos e grande parte dos personagens são históricos, entre caciques, padres jesuítas e autoridades portuguesas, sempre com base em vasta pesquisa e com revisão pelos historiadores Gláucio Cerqueira e Náuplia Lopes.

Em meio à reconstrução minuciosa do contexto, Waewell traça um enredo vibrante e declarado pelos leitores como impossível parar de ler, com destaque para uma história de amor em meio à guerra. Afonso, protagonista da obra, é um ex-guerreiro português que se apaixona por Aiyra, uma nativa em busca de vingança e imersa no embate contra a coroa.

CAE examina aumento na isenção do IR, para até dois salários mínimos

[Até o momento foram apresentadas 13 emendas, todas de autoria do senador Mecias de Jesus (Republicanos-RR)]

Em reunião deliberativa nesta terça-feira (9), a Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) analisou o projeto de lei (PL) 81/2024, que viabiliza a isenção do Imposto de Renda das Pessoas Físicas (IRPF) para quem recebe até dois salários mínimos (R$ 2.842,00) por mês.

De iniciativa do líder do governo na Câmara, deputado José Guimarães (PT-CE), o projeto incorpora o texto da Medida Provisória (MP) 1.206/2024, sobre o mesmo tema. Até o momento, foram apresentadas 13 emendas à proposição, todas de autoria do senador Mecias de Jesus (Republicanos-RR). A matéria foi distribuída ao líder do governo no Congresso, senador Randolfe Rodrigues (S/Partido-AP), que ainda não apresentou relatório sobre a proposição.

Aprovado na Câmara em 12 de março, o texto é um substitutivo do relator, deputado Emanuel Pinheiro Neto (MDB-MT), que exclui do projeto original um trecho que não constava na MP sobre permissão dada ao Poder Executivo para atualizar por decreto a tabela progressiva mensal do IRPF a partir de 2025 a fim de manter com alíquota zero a faixa igual a dois salários mínimos.

O projeto segue assim redação igual à da MP, que tem força de lei e já está em vigor, prevendo isenção para rendimentos de até R$ 2.259,20 após a dedução do desconto simplificado de R$ 564,80 do valor de dois salários (R$ 2.824,00 menos R$ 564,80). O reajuste da tabela passou a valer pela MP a partir fevereiro deste ano e tem impacto orçamentário calculado em R$ 3,03 bilhões em 2024; R$ 3,53 bilhões em 2025; e R$ 3,77 bilhões em 2026.



Freepik

O PROJETO VIABILIZA ISENÇÃO PARA QUEM GANHA ATÉ R$ 2.842,00

QUEROSENE DE AVIAÇÃO

Em uma pauta de sete itens, consta ainda o PL 4.388/2023, que concede subsídio ao querosene para aviação na região Norte. O texto prevê a utilização de parte do Fundo Nacional da Aviação Civil (Fnac), que conta com cerca de R$ 40 bilhões em recursos, para subsidiar o preço desse combustível nos aeroportos localizados na Amazônia Legal.

De autoria do senador Alan Rick (União-AC), o texto é relatado pelo senador Sérgio Petecão (PSD-AC), cujo voto é favorável à proposição e contrário a quatro emendas apresentadas na comissão. O projeto também foi distribuído à Comissão de Serviços de Infraestrutura (CI), onde será apreciado em caráter terminativo. Ou seja, se for aprovado e não houver requerimento para votação em Plenário, o texto segue diretamente para a análise da Câmara dos Deputados.

(Agência Senado)

>>> INVESTIMENTO

Investe Piauí Day apresenta principais potencialidades do estado em São Paulo

O Piauí apresentará suas potencialidades e capacidades de investimento no Investe Piauí Day, que acontece no dia 23 de abril na sede do BTG Pactual Advisors, em São Paulo. O evento contará com a presença de investidores, empresários, autoridades e do governador Rafael Fonteles. O Investe Piauí Day vai discutir tudo o que o estado tem a oferecer a investidores em áreas como agro, turismo e energias renováveis.

O Piauí vem apresentando avanços em áreas estratégicas para atrair investidores nacionais e internacionais, como a digitalização da governança, otimizando processos como abertura de empresas e emissão de documentação. Rico em sol, água e vento, o estado se apresenta como um forte produtor de energia limpa renovável, tendo o maior crescimento de energia eólica do país, com 24,85% em 2022. Além disso, o estado receberá o maior sítio de produção de hidrogênio verde do mundo, a ser instalado em Parnaíba, com investimento e apoio da União Europeia.

Durante o período de 2010 a 2021 (período com os últimos dados divulgados), o Piauí quase que triplicou seu Produto Interno Bruto (PIB), passando de R$ 22 bilhões para R$ 64 bilhões; reflexo da atração de investidores no estado, que, durante o ano de 2023, recebeu investimento na ordem de R$ 1,2 bilhão com a abertura de mais de 28 mil empresas.

Todas essas potencialidades serão apresentadas durante o Investe Piauí Day, que acontecerá das 14h às 19h30 do dia 23 de abril, na sede do BTG Pactual Advisors, em São Paulo.

>>> ARTESANATO

Uma economia tecida a mãos com cultura e aprendizado

O artesanato brasileiro é uma verdadeira manifestação cultural tecida a mãos que carregam cultura, história e aprendizado. O resultado está nos bordados de Timbaúba dos Batistas, no Rio Grande do Norte; nas Paneleiras de Goiabeiras, no Espírito Santo; no couro e no látex de Espedito Seleiro, mestre de Nova Olinda, no Ceará; ou mesmo no Acre, com a marchetaria do artesão Maqueson Silva, que aprendeu com o pai a ver possibilidades sofisticadas em peças feitas com galhos, raízes e pedaços de madeira.

Esta arte traduz a expressão daqueles que conseguem lapidar e transformar os recursos naturais típicos de cada localidade, representa expressão da cultura, além de ser um fator de identidade. O resultado desta manifestação vem carregada de resiliência dos heróis e das heroínas que resistem às adversidades. O setor engloba aproximadamente 8,5 milhões de artesãos, sendo 77% mulheres envolvidas neste fazer manual. A presença majoritária feminina resgata e preserva memória. Mulheres que criam seus filhos com o resultado da habilidade de quem sabe passar o conhecimento ao longo de gerações, como verdadeiras mestras.


O DIA

PARA ESPECIALISTAS, É PRECSIO TER UM NOVO OLHAR PARA A ARTE POPULAR

Como economia do futuro, o artesanato é uma das mais tradicionais atividades laborais do ser humano, seja na dimensão daquele que mantém a cultura local viva, seja na condição de realizar um trabalho de sustento próprio ou da família. Da união dessas duas dimensões, o artesanato é a própria expressão econômica cultural no Brasil.

Compreender a importância do artesanato requer um olhar para os números que demonstram sua relevância econômica. A estimativa é que o segmento representa 3% do Produto Interno Bruto (PIB), com um faturamento aproximado de R$ 102 bilhões e movimenta cerca de R$ 20 bilhões em compras de insumos da indústria. A receita deste mercado chega a R$ 50 bilhões anual.

Pelo menos 45% dos profissionais do setor estão na categoria de Microempreendedor Individual (MEI) ou Microempresa (ME) e 20,9% estão ligados a uma associação e/ou cooperativa. Na moda, na decoração e no setor do turismo, o artesanato é estratégico na geração de oportunidades. No governo de Lula e do Geraldo Alckmin, o artesanato é reconhecido como instrumento na geração de emprego e renda. A atividade reflete um caminho econômico de desenvolvimento local e resgate da cidadania.

Ao longo dos seus 51 anos, o Sebrae vem sendo protagonista de grandes ações de apoio ao artesanato, como o TOP 100, que já beneficiou 8 mil profissionais em todo o país. Por meio do prêmio é possível identificar, nas unidades produtivas, as melhores práticas, incluindo produção, gestão e comercialização.

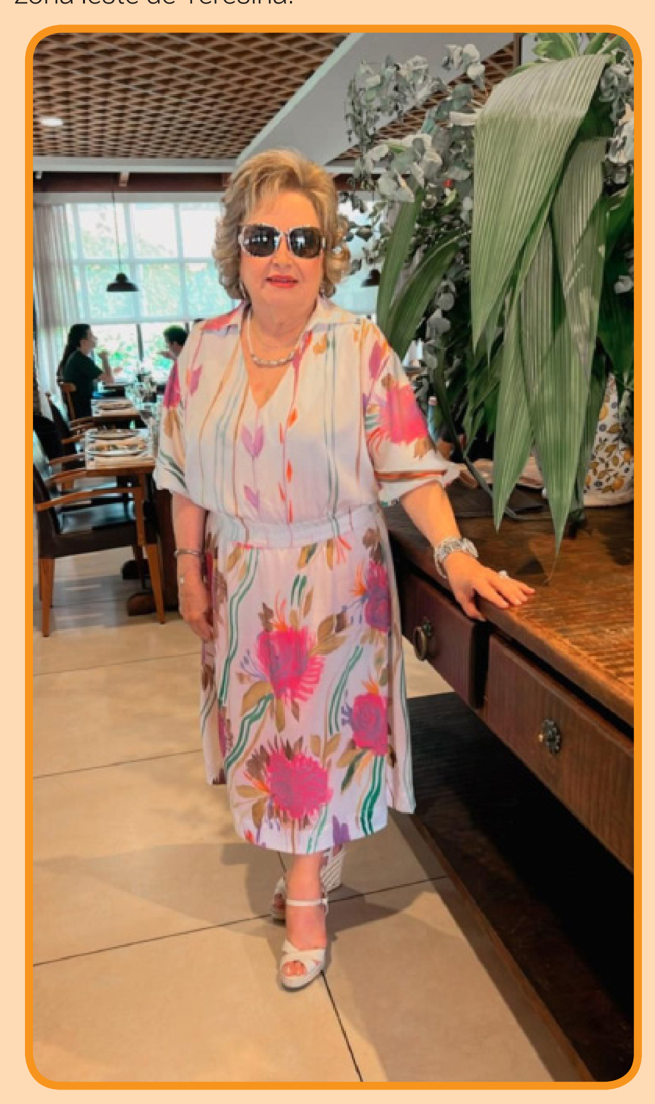
Outra iniciativa é o Centro Sebrae de Referência do Artesanato Brasileiro (CRAB), no Centro do Rio de Janeiro, edificado em três casarões revitalizados. O CRAB hoje abriga uma coleção de 1.700 peças, que são a expressão da cultura popular e da criatividade brasileira. Com essas ações, o Sebrae fomenta e reposiciona de forma estratégica a expressão da nossa diversidade cultural. Ao inaugurar a "Mostra Solo Criativo: uma homenagem aos artesãos do Brasil", no CRAB, que fica em cartaz até junho, o Sebrae amplia políticas públicas de apoio ao artesanato.

(Agência Nacional Sebrae)



Vera Lobão recebeu com classe!

Na semana passada, Vera Lobão foi a anfitriã da elegante reunião do Clube do Chá. Ela recebeu suas amigas de clube no sofisticado Favorito Grill, zona leste de Teresina.



VERA LOBÃO, COM TODA CATEGORIA QUE DEUS LHE DEU, FOI PERFEITA ANFITRIÃ DA ELEGANTE REUNIÃO DO CLUBE DO CHÁ NA QUARTA-FEIRA PASSADA.



VERA LOBÃO COM SUA IRMÃ, TALITA NEIVA, SUA NETA, MARIA BEATRIZ, E ZÉLIA LOBÃO, QUE AJUDARAM A ANFITRIÃ NA RECEPÇÃO DAS CONVIDADAS.



MARIA CLARA MEDEIROS, VERA LOBÃO (EM PÉ), ÂNGELA ARCOVERDE, E LINA LAGES.



Em noite de autógrafos

muito prestigiada, Miriam Furtado lançou o livro "Saga da família Rêgo Monteiro no Piauí". O lançamento aconteceu na quinta-feira, 04, no Sesc Cajuína. Nesta foto ela autografa o livro para o empresário Marcos Pinto que elegantemente foi prestigiá-la.



ELIANE NOGUEIRA, VERA LOBÃO, CONCEIÇÃO REGO, E ROSA LINHARES.



BENA MOURA SANTOS, ANA MARIA RIOS, RENATA ALENCAR, E TERESA MARIA ALENCAR REBELO.



AINDA É TEMPO DE PARABÉNS PARA A BELA MARIA EDUARDA QUE ANIVERSARIOU ONTEM. ESTUDANTE DE PSICOLOGIA DA FACID ELA É ORGULHO DOS AVÓS GILSON VASCONCELOS E ZUÍTA (COM ELA NA FOTO).



VALDENÊ ALBINO, POLYANA MELO E ZELITA MELO, FORAM AS ANFITRIÃS DA REUNIÃO DO LÓTUS CLUBE DE TERESINA, QUARTA-FEIRA ÚLTIMA, NO JARDIM FISOLE. A OUTRA ANFITRIÃ ERA SOCORRO SANTOS QUE NÃO PÔDE COMPARECER!



EMPRESÁRIAS VALDENÊ ALBINO E GORET LEAL, CHEIAS DE CHARME NA REUNIÃO DO LÓTUS CLUBE.



ADVOGADO ÁLVARO MOTA, UMA DAS PRESENÇAS DE DESTAQUE NO LANÇAMENTO DO LIVRO DE DONA MIRIAM FURTADO, NO SESC CAJUÍNA.



EM NOITE DE ELEGÂNCIA NA REUNIÃO DO LÓTUS CLUBE: NEIDE MEDEIROS, ANDRELINA VASCONCELOS, ALDORA FERREIRA, MARÍLIA BONA, AMÉLIA TERESA FONSECA, CARMEM ZÉLIA TORRES, TERESA SANTOS, E VALDEREZ SOUZA.



CLAUDETE MONTEIRO, JOSÉLIA DANTAS, ZUÍTA VASCONCELOS, E SOCORRO BRINGEL.



MARINALDA OLIVEIRA, SEMPRE CAPRICHOSA NO TRAJE E NOS ACESSÓRIOS, PRESENÇA DE BRILHO NA REUNIÃO DO LÓTUS CLUBE.



Equatorial Piauí Distribuidora de Energia S.A.

CNPJ/MF nº 06.840.748/0001-89



www.equatorialenergia.com.br

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 2023

A Administração da Equatorial Piauí, em cumprimento às disposições legais e de acordo com a legislação societária vigente, apresenta a seguir o Relatório da Administração, suas demonstrações contábeis, com as respectivas notas explicativas e o Relatório dos auditores independentes, para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023. As informações não financeiras da Equatorial Piauí, as relacionadas ao programa "Luz para Todos" (PLPT), o Balanço Social, Combate a Perdas, DEC e FEC, Relatório de Ações Sociais, assim como as expectativas da Administração quanto ao desempenho futuro da Companhia não foram examinadas pelos auditores independentes. **Destaques de 2023:** • O **volume de energia** faturada no ano cresceu 9,1% em relação a 2022 atingindo 4.521 GWh. • A **Receita Operacional Líquida (ROL)** no exercício de 2023 totalizou R$ 3.458 bilhões, sendo representado pelas Receitas Operacionais Brutas que compõe o valor de R$ 4.757 bilhões, menos as deduções no valor de R$ 1.299 bilhões. O principal fator contribuinte está dentro da receita da distribuidora, nas vendas de classes do consumo e maior crescimento está vinculado a classe residencial. • Em 2023, a Companhia registrou R$ 255 milhões de **Lucro Líquido**, comparado a R$ 225 milhões de lucro no exercício anterior. • Os **investimentos** da Equatorial Piauí somaram R$ 826 milhões em 2023, representando 13% de crescimento em relação a 2022. • As **perdas de energia** dos últimos 12 meses encerrados no ano de 2023 caíram 0,2 p.p. no ano, atingindo 18,20% da energia requerida. **Mensagem do Presidente:** Chegamos ao quinto ano de concessão no Piauí. Nesse marco, a Equatorial Energia seguiu reafirmando seu compromisso de contribuir com o desenvolvimento do estado e fez importantes entregas que impactaram diretamente na qualidade do fornecimento de energia aos lares piauienses e no fortalecimento dos mais variados segmentos econômicos. Alcançamos R$ 2 bilhões em investimentos desde a chegada do Grupo no estado, tendo 2023 a maior aplicação nos cinco anos. As obras planejadas e inauguradas justificam os números. Teresina passou a ter uma nova subestação, a terceira construída do zero pela Equatorial Piauí e que chegou para atender uma demanda histórica. A SE Centro veio para dar o suporte necessário principalmente ao centro comercial e o consagrado polo de saúde da capital. Para chegar ainda mais perto de nossos clientes, nova regional foi criada no sul do estado, a Regional Picos, com novas bases operacionais implementadas, além de uma ampla renovação do quadro da liderança em todo o estado. Com o lançamento do Programa Mais Energia Piauí (MEPI), o estado ganhou um conjunto de 13 importantes obras espalhadas do norte ao sul piauiense, favorecendo o turismo, agronegócio, indústria, comércio e outras potencialidades. A Distribuidora adquiriu uma segunda Subestação Móvel, que veio para ampliar as manutenções preventivas e corretivas, garantindo mais segurança e confiabilidade nas aplicações permanentes e temporárias. Somando com essas ações estruturantes, toda frota foi renovada. Agora com veículos mais modernos e tecnologia de ponta, os atendimentos em campo otimizaram a prestação dos serviços à população. Também contribuímos com a promoção de grandes impactos sociais. Pelo terceiro ano consecutivo, o Piauí teve – proporcionalmente – a maior aderência à Tarifa Social de Energia Elétrica no país, entre as empresas com mais de 500 mil clientes residenciais. Além disso, por meio do Programa Bem Social, lançado em parceria com o Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome (MDS), diversas oportunidades de emprego foram priorizadas para beneficiados do Cadastro Único do Governo Federal. Com a Escola de Eletricistas, de forma gratuita, qualificamos mão de obra especializada, promovendo a empregabilidade para homens e mulheres que agora são profissionais habilitados para atuarem no setor elétrico. Já no fomento à cultura, ultrapassamos a marca de R$ 25 milhões em patrocínio de projetos que promovem a arte local e a formação de plateia para os artistas piauienses. Esse conjunto de ações foi percebido de forma positiva pelo nosso cliente. Em 2023, crescemos três pontos na Pesquisa de Reputação e 3,24% no Índice de Satisfação da Qualidade Percebida (ISQP). Atuamos fortemente no valor Segurança e neste ano ultrapassamos mais de 200 mil horas de treinamento na área. Além de acompanhar de perto o dia-a-dia da nossa operação, ampliamos o olhar para colaboradores e comunidade. Com muita informação e ações de engajamento, multiplicamos os cuidados que todos devem ter com a energia elétrica. O desempenho econômico-financeiro aponta Receita Líquida de R$ 3.458 bilhões, comparado ao resultado de R$ 2.943 bilhões registrados em 2022. A principal contribuição para a receita foi a performance da classe residencial. Em 2023, o EBITDA societário alcançou R$ 780 milhões, comparado a R$ 523 milhões no ano anterior. Nesses cinco anos, realizamos muitas transformações no sistema elétrico do estado. Construímos 12 novas subestações e outras 40 foram modernizadas e ampliadas. Isso significa uma média de 10 importantes obras por ano entregues ao Piauí. Sabemos que para atingir nossa missão, o trabalho não para por aqui. Por isso, continuaremos trilhando esse caminho para, cada vez mais, proporcionar experiências positivas aos clientes piauienses. **Humberto Soares Filho - Diretor-Presidente.**

Cenário, Ambiente Econômico e Perspectivas no Piauí
Ambiente econômico e perspectivas no estado do Piauí

Piauí	
Capital	Teresina
Área (km²)	251.755
Número de Municípios	224
População Estimada	3.271.199
Cres. Estimado PIB PI	6,2%
Cres. Estimado PIB BR	4,8%
Part. no PIB Nordeste	5%
Densidade Demográfica (hab/km²)	12,99

https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/pi.html

Em 2023, o consumo de energia no Brasil e na região Nordeste aumentou, respectivamente, 4,2% e 7,5%, em relação ao ano de 2022. Já o Piauí, registrou aumento no PIB maior do que o Brasil e Nordeste e apresentou um aumento no consumo de energia cerca de 9,1%. A explicação para o forte crescimento, se deu principalmente pelas variações nas condições climáticas no estado onde apresentaram forte alta na média das temperaturas máximas e índices pluviométricos bem abaixo do registrado em 2022. Esse fator implica diretamente no aumento do consumo médio da classe Residencial que é a maior classe do mercado total de energia do estado. **Número de consumidores:** O número de consumidores faturados em dezembro de 2023 apresentou um crescimento de 5,7% em relação a 2022. Nesse aspecto pode-se destacar a classe residencial, que foi responsável por cerca de 97% do total das 80.398 unidades consumidoras acrescidas.

Consumidores	2023	2022	2021	2020	2019	2018
Residencial	1.271.714	1.193.877	1.132.019	1.099.860	1.114.530	1.095.787
Industrial	2.477	2.377	2.415	2.455	2.882	2.890
Comercial	90.149	88.216	86.979	86.760	94.850	89.988
Outros	138.131	137.603	143.828	139.405	88.602	57.526
Total	**1.502.471**	**1.422.073**	**1.365.241**	**1.328.480**	**1.300.864**	**1.246.191**
Variação	**5,7%**	**4,2%**	**2,8%**	**2,1%**	**4,4%**	**-1,6%**

Ainda pode-se observar a variação de número de consumidores, 2023x2022 da EQTL PI, por classe no quadro abaixo, destacando o aumento de 1,7% dos consumidores com classificação de Baixa Renda

Consumidores	2023	2022	Var.
Residencial (Convencional)	735.155	666.208	10,3%
Residencial (Baixa Renda)	536.559	527.669	1,7%
Industrial	2.477	2.377	4,2%
Comercial	90.149	88.216	2,2%
Outros	138.131	137.603	0,4%
Total	**1.502.471**	**1.422.073**	**5,7%**

Mercado atendido: A distribuição de energia da Outorgada no período de janeiro a dezembro de 2023 foi de 4.521 GWh, contra 4.143 GWh em 2022, logo, o volume de energia consumida cresceu 9,1%.

Mercado Atendido - MWh	2023	2022	2021	2020	2019	2018
Residencial	2.248.837	2.003.427	1.991.636	1.888.062	1.776.131	1.655.788
Industrial	224.390	220.238	220.661	191.437	207.943	200.138
Comercial	911.430	853.801	821.912	729.196	811.797	769.938
Outros	973.657	912.529	921.413	884.723	861.928	776.068
Suprimentos p/ agentes de distribuição	162.973	153.229	155.645	145.198	132.936	128.276
Total	**4.521.287**	**4.143.224**	**4.111.266**	**3.838.616**	**3.790.735**	**3.530.208**
Variação	**9,1%**	**0,8%**	**7,1%**	**1,3%**	**7,4%**	**-2,20%**

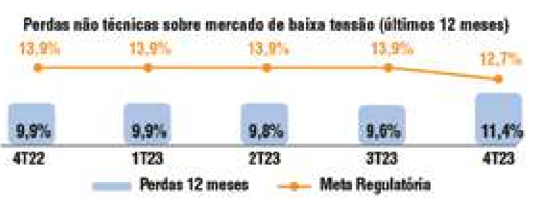


Conforme tabela e gráfico acima, que trata do mercado total (em MWh), percebe-se que o maior volume está concentrado na classe residencial com 50% seguido pelas classes comercial e outros com 20% e 22% respectivamente. A seguir são apresentados resultados sobre o consumo e sua variação no período: **Balanço energético:** Apesar de o montante anual da energia injetada se mostrar, em 2023, 9,2% maior do que 2022, percebe-se que no 4T23 ocorreu um movimento ainda maior. Assim o aumento anual da Energia injetada é atribuído principalmente às alterações climáticas.

4.3 Balanço energético (MWh)	4T23	4T22	Var.	2023	2022	Var.
Piauí						
Sistema interligado	1.581.716	1.378.860	14,7%	5.527.038	5.063.655	9,2%
Energia injetada	**1.581.716**	**1.378.860**	**14,7%**	**5.527.038**	**5.063.655**	**9,2%**
Energia distribuída	1.233.977	1.080.650	14,2%	4.358.314	3.989.995	9,2%
Energia de conexão com outras distribuidoras	45.633	40.917	11,5%	162.973	153.229	6,4%
Perdas totais	302.106	257.293	17,4%	1.005.751	920.431	9,3%

04. Gestão dos Negócios - Combate às perdas: Em 2023, a quantidade de energia elétrica injetada no sistema da Equatorial Piauí alcançou o patamar de 5.527 GWh, crescimento de 9,2% em relação a 2022, e o faturamento atingiu 4.521 GWh, o que representou aumento de 9,2% na comparação com o ano anterior. Desse modo, as perdas de energia registradas pela Companhia, em 2023, totalizaram 1.006 GWh, equivalente a 18,2% da energia requerida, implicando em uma estabilidade no índice de perdas em relação ao fechamento de 2022.



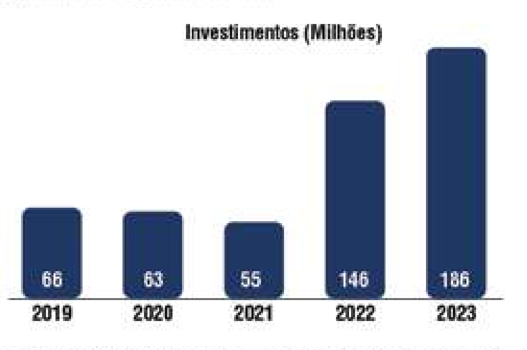


O ano de 2023 para a Equatorial Piauí representou uma estabilidade no processo de combate às perdas e melhorias na rede elétrica, já observado nos anos anteriores, isto tem sido fundamento para a ratificação da redução das perdas globais dentro da concessão dos anos anteriores. Com o uso de tecnologias avançadas, é possível identificar com precisão os pontos da rede que estão apresentando maiores índices de perda e agir prontamente para solucionar o problema. Além disso, a modernização da rede elétrica, com a substituição de equipamentos antigos por outros mais eficientes e modernos, tem permitido a redução das perdas técnicas. Com essas medidas, a distribuidora vem conseguido diminuir suas perdas e melhorar a qualidade do serviço prestado aos consumidores.
A seguir, apresentamos a seguir o resultado das ações realizadas no plano de combate às perdas comerciais em 2023: • Regularização de 1,2 mil clientes em área de gambiarra, sendo necessária a realização de extensões de redes de média e baixa tensão; • Inspeção de 1,3 mil clientes com fornecimento de energia em média e alta tensão; • Expansão do SMC (Sistema de Medição Centralizada) em 2,6 mil clientes de baixa tensão; • Recadastramento do parque de Iluminação Pública de 27 municípios; • Inspeção de 111,7 mil clientes com fornecimento de energia elétrica em baixa tensão; • Regularização de 2,5 mil clientes clandestinos em área onde existia rede de energia; • Regularização de 705 clientes desligados no sistema e auto religados de forma irregular; • Identificação e regularização de 30,4 mil fraudes na medição em unidades consumidoras BT; • Crescimento de 223 novas medições fiscais em transformadores de distribuição para fins de balanço energético. Atualmente a Equatorial Piauí possui 6,0 mil transformadores monitorados para fins de balanço energético, que correspondendo a 55% do seu mercado de baixa tensão, permitindo um direcionamento mais assertivo das suas operações. **DEC e FEC:** A Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL utiliza alguns índices para verificação da qualidade dos serviços prestados pelas concessionárias de energia elétrica aos seus consumidores. Os principais são: DEC - Duração Equivalente de Interrupção por Consumidor (medido em horas por consumidor por ano) e FEC - Frequência Equivalente de Interrupção por Consumidor (medido em número de vezes por consumidor por ano). Os indicadores de qualidade DEC e FEC apresentaram uma redução de 1,85 % e de 16,74 %, respectivamente, em relação ao exercício anterior.





Programa Luz Para Todos: Lançado em 2004 pelo Governo Federal, o "Programa Nacional de Universalização do Acesso e Uso da Energia Elétrica - Luz para Todos" (PLPT) tem como objetivo levar energia elétrica para a população do meio rural, de modo a estimular o desenvolvimento sócio - econômico destas regiões que, geralmente, apresentam baixo desempenho no IDH (Índice de Desenvolvimento Humano). Nesse contexto, a Equatorial Piauí apresenta-se como agente executor do programa no Piauí, estando inserido entre os 6 maiores programas do país, representando aproximadamente 16% de todo o volume de ligações executadas pelo Programa Luz para Todos no Brasil em 2023. Estruturou sólidas parcerias comerciais com contratação de mão-de-obra terceirizada, que envolveu cerca de 58 equipes construção dedicadas ao programa. A Equatorial Piauí atingiu em 31 de dezembro de 2023 a marca de 184.863 famílias ligadas à rede de distribuição de energia elétrica através do Programa Luz para Todos, gerando um benefício direto para aproximadamente 924,3 mil habitantes. O Programa Luz para Todos já está presente em 100% dos 224 Municípios piauienses, contribuindo para o desenvolvimento de áreas isoladas dos aglomerados rurais e para a geração de renda nestas localidades. Durante o ano de 2023 o investimento direto no PLPT, que incluindo gastos com materiais e serviços de terceiros foi de R$ 186,2 milhões **Investimentos no Programa Luz Para Todos (Piauí):** Ao final de 2023, a Equatorial Piauí alcançou a marca histórica de 184.863 clientes ligados à rede de distribuição de energia elétrica através do PLPT, gerando um benefício direto para aproximadamente 924,3 mil habitantes. O Programa Luz para Todos já está presente em 100% dos 224 municípios piauienses, contribuindo para o desenvolvimento de áreas isoladas dos aglomerados rurais e para a geração de renda nestas localidades. Durante o 4T23, o investimento direto no PLPT, que inclui gastos com materiais e serviços de terceiros, foi de R$38,9 milhões e em 2023 foi R$186 milhões.



Assuntos Regulatórios: A Agência Nacional de Energia Elétrica ("ANEEL"), em Reunião de Diretoria pública extraordinária, aprovou o resultado definitivo da Revisão Tarifária Periódica ("RTP") da Equatorial Piauí Distribuidora de Energia S.A. ("Equatorial Piauí"), considerando-se os componentes financeiros incluídos nas tarifas da Companhia, o efeito médio a ser percebido pelo consumidor será de 14,70%, sendo a nova tarifa aplicada para o período de 02 de dezembro de 2023 a 01 de dezembro de 2024. **Relatório ESG:** O Grupo Equatorial finda o ano de 2023 concretizando etapas importantes no fortalecimento de sua jornada ESG, cujo desenho estratégico teve início em 2021 a partir da adequação da companhia a indicadores básicos de reporte. É importante ressaltar que o desenho dessa mesma estratégia, que visa alavancar o Grupo a patamares de relevância no tema, tem por base o próprio modelo de negócio da Equatorial Energia, tendo em vista o papel de protagonismo que tem o setor elétrico como catalisador de oportunidades nas esferas econômica, social e ambiental. No ano, a Companhia avançou em sua agenda de segurança, desenhando as bases para implementação e sua Jornada de Segurança, uma espécie de programa 360º que trabalha de forma integrada os pilares de capacitação, liderança, comportamento, fornecedores e população, de maneira a tonar cada vez mais robusta a gestão desse valor. A Equatorial também em 2023 foi listada para a carteira de 2024 do Índice de Sustentabilidade Empresarial da Bolsa de Valores, o ISE Bovespa, que reúne 78 empresas de 36 setores econômicos distintos com as melhores práticas nas áreas ambiental, de responsabilidade social, econômico-financeira e de governança corporativa. A presença no índice auxilia a Companhia na avaliação e aprimoramento contínuos de sua gestão ESG, bem como desempenha um importante papel no auxílio a investidores em suas decisões de investimento. No quesito diversidade, a Companhia passou a integrar o IDiversa B3, que é o primeiro índice latino-americano da bolsa de valores a reunir empresas reconhecidas pela diversidade de gênero e étnica em seus quadros de funcionários: mais de 60% dos colaboradores da Equatorial são pretos e pardos, entre líderes e não-líderes. Em termos de governança corporativa, a Companhia conseguiu avançar na aprovação de políticas importantes, destacando-se a Política de Partes Relacionadas, que estabelece diretrizes e procedimentos para a gestão de relações e transações com diversos stakeholders, incluindo acionistas, diretores executivos e outras empresas do mesmo grupo econômico. Também aprovou a nova Política de Relacionamento com Grupos de Interesse, almejando estabelecer e consolidar as principais regras a serem observadas pelas empresas do Grupo junto a colaboradores, clientes, consumidores, acionistas, investidores, fornecedores, parceiros e demais públicos com os quais a Companhia se relaciona e/ou pretende relacionar. A Política de Saúde e Segurança do Trabalho também passou por atualização, tal qual a Política de Proteção de Dados Pessoais. A Equatorial Energia trabalhou, ainda, na aprovação de sua Política de Segurança Cibernética e da Informação. A Equatorial Energia entende que a gestão das emissões de gases de efeito estufa não só agrega valor às suas operações, acionistas e investidores, mas também proporciona benefícios à comunidade, sociedade e ao meio ambiente. É importante salientar que os GEEs desempenham um papel significativo na criação de cenários mais frequentes e severos de escassez hídrica, ameaçando principalmente a geração de energia e os serviços de saneamento. A meta de reduzir em 8% a intensidade de emissões do gás SF6 (tCO2eq/GWh) em 2023, comparado a 2021, não apenas foi atingida, mas superada, alcançando uma diminuição superior a 40%. O SF6 é um gás importante para a atividade de distribuição de energia elétrica, pois está presente em aparelhos disjuntores. No entanto, possui um enorme potencial de aquecimento (cerca de 23.500 vezes maior do que o dióxido de carbono (CO2) em um período de 100 anos). Além disso, o SF6 contribui para a contaminação de águas subterrâneas (quando do vazamento de equipamentos que o utilizam) e, indiretamente pode causar danos à camada de ozônio, por meio da liberação de reações químicas. No ano de 2023, a Companhia investiu mais de R$ 900 mil reais na manutenção de 46 equipamentos que utilizam SF6 nos estados do Maranhão, Pará, Piauí, Alagoas e Rio Grande do Sul. Essa iniciativa contribuiu para evitar a emissão de aproximadamente 250 tCO2eq para a atmosfera. **Plataforma E+:** A plataforma E+ reúne todos os projetos sociais do Grupo Equatorial, com focos e iniciativas distintas. A pluralidade de temas permite à Equatorial Energia promover simultaneamente diferentes eixos de atuação: comunidade, meio ambiente, eficiência energética e desenvolvimento socioeconômico. **E+ Profissional:** Em parceria com o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI) e Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (SENAC), o E+ Profissional oferta cursos profissionalizantes gratuitos para pessoas baixa renda. Ainda em 2023, a Equatorial Piauí lançou a Escola de Eletricistas, formando 99 profissionais para atuação no setor de distribuição de energia elétrica. Executou, também, o E+ Profissional Geração de Renda, formando 229 alunos em diversos cursos profissionalizantes solicitados pelas comunidades, tais como Design de Sobrancelhas, Atendimento ao Cliente e Informática Básica. **E+ Energia do Bem:** No Piauí, a APAE Campo Maior, Apipa, Lar da Esperança, Rede Feminina de Combate ao Câncer, Abrigo Manain, LBV Teresina, Abrigo São Lucas, Hospital Universitário e Hospital São Marcos são beneficiadas pelo E+ Energia do Bem desde 2020. O projeto tem como objetivo promover a eficientização de organizações sem fins lucrativos por meio da instalação de energia solar e adequações na rede elétrica. Foram mais de 8 milhões de reais investidos em melhorias que poderão diminuir em até 80% o valor da conta de luz dessas instituições. **E+ Luzes Na Cidade:** A Equatorial Piauí por meio do programa E+ Luzes na Cidade já beneficiou mais de 50 municípios piauienses, como Nazária, Guadalupe, Luzilândia, Monsenhor Gil, Fronteiras, Curimatá, Currais, Batalha, Água Branca, Piripiri, Parnaíba, Teresina, dentre vários outros, com a modernização da iluminação pública por meio da troca gratuita de luminárias em espaços públicos, como ruas e praças. Até o momento, mais de 14 mil luminárias foram instaladas, representando um investimento superior a R$ 3,5 milhões. Em 2023, foram realizados retrofit em 706 pontos de iluminação pública nos municípios Alvorada do Gurguéia, Esperantina, São João do Arraial, Esperantina e União. **Desempenho Econômico-Financeiro. Receita líquida:** Em relação à Receita Líquida, o total registrado no ano foi de R$ 3,458 bilhões, onde a principal contribuição considera-se a classe residencial. **Custos e despesas operacionais:** No ano de 2023, o total de custos e despesas operacionais, excluindo custo de construção, depreciação e amortização foi de 1,796 bilhões, crescimento de 6,38% na comparação com 2022. **EBITDA:** Em 2023, o EBITDA alcançou R$ 780 milhões, comparado a R$ 523 milhões no ano anterior. Destacamos que essa diferença é em decorrência do aumento da receita registrada em 2023, em comparação ao ano anterior. O EBITDA Societário ajustado, portanto, alcançou R$ 769 milhões em 2023, comparado à R$ 619 milhões referente ao ano de 2022. **Resultado financeiro:** Em 2023, o resultado financeiro líquido foi R$ 352 milhões, contra R$ 157 milhões reportados em 2022, o que representa um crescimento de 124% na comparação entre anos. **Imposto de Renda e Contribuição Social:** Na Equatorial Piauí, a apuração do Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ) e da Contribuição Social sobre Lucro Líquido (CSLL) a pagar é influenciada positivamente pelos seguintes itens: (i) incentivo fiscal de redução de 75% do Imposto de Renda, decorrente do benefício de modernização total, obtido junto à SUDENE (válido até 2027), no valor de R$ 57.972 milhões; (ii) compensação de prejuízo fiscal no valor de R$ 16.466 milhões e compensação de base negativa de contribuição social no valor de R$ 8.004 milhões; (iii) Incentivo Programa de alimentação do trabalhador (PAT) no valor de R$ 82 mil; e (iv) Programa de licença maternidade no valor de R$ 52 mil. Cabe ressaltar que, com exceção do item ii, todos os itens citados acima são aplicáveis apenas ao IRPJ. **Lucro líquido:** Em 2023, a Equatorial Piauí apurou lucro líquido de R$ 255 milhões, versus R$ 225 milhões em 2022. **Endividamento:** No fechamento de 2023, o endividamento total consolidado da Companhia, incluindo os encargos, atingiu R$ 3,445, em comparação a 2022 que foi no valor de R$ 3,296 bilhões, um aumento de 4,5 % entre anos.

Investimentos

Investimentos (R$ milhões)	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023
Manutenção de Rede	54	42	108	89	84	191	174
Expansão de Rede	83	44	231	196	252	384	394
Equipamentos e Sistemas	27	45	43	44	35	43	75
Outros	0	1	40	10	12	20	52
Próprio	**164**	**132**	**422**	**340**	**383**	**638**	**696**
Interligação de Sistemas Isolados	**0**	**0**	**0**	**0**	**0**	**0**	**0**
Programa Luz Para Todos	**23**	**60**	**66**	**63**	**55**	**94**	**130**
Total	**187**	**192**	**488**	**403**	**438**	**732**	**826**

Investimentos: Em 2023, os investimentos da EQTL PI, excluindo os investimentos diretos relacionados ao PLPT, totalizaram R$ 696 milhões, direcionados principalmente a manutenção e expansão da rede de distribuição de energia. Já os investimentos do Programa Luz Para Todos somaram R$ 130 milhões.

Relacionamento com auditores externos: Em atendimento ao inciso V e VI, do § 1º do artigo 27 da Resolução CVM nº 80, de 29 de março de 2023, os Diretores da Companhia Srs. Humberto Soares Filho, Leonardo da Silva Lucas Tavares de Lima, Cristiano de Lima Logrado, José Silva Sobral Neto, Armando de Souza Nascimento, Joe Louis Tavares Morra. (i) revisaram, discutiram e concordam com as Demonstrações Contábeis referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2023; e (ii) revisaram, discutiram e concordam, sem quaisquer ressalvas, com as opiniões expressas no relatório emitido em 25 de março de 2024 pela Ernst & Young Auditores Independentes S.S. Ltda, auditores independentes da Companhia, com relação às Demonstrações Contábeis da Companhia referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2023.

Diretoria Executiva: Lener Silva Jayme - Diretoria Executiva; Humberto Soares Filho - Diretor Presidente; Cristiano de Lima Logrado - Diretor; Leonardo da Silva Lucas Tavares de Lima - Diretor; José Silva Sobral Neto - Diretor; Armando de Souza Nascimento - Diretor; Joe Louis Tavares Morra - Diretor.

Conselho de Administração: Augusto Miranda da Paz Júnior - Leonardo da Silva Lucas Tavares de Lima - Sérvio Túlio dos Santos - Adjair Vieira Barbosa.

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022
(Em milhares de Reais)

Ativo	Notas	2023	2022
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	5	175.555	423.919
Aplicações financeiras	6	600.697	477.064
Contas a receber de clientes	7	802.762	719.085
Almoxarifado		6.610	45.665
Serviços pedidos		123.422	129.143
Valores a receber da parcela A e outros itens financeiros	8	–	106.561
Impostos e contribuições a recuperar		64.283	113.402
Impostos e contribuições sobre o lucro a recuperar		35.216	66.332
Depósitos vinculados		189	–
Outros créditos a receber	10	130.632	162.533
Total do ativo circulante		1.939.366	2.243.684
Não circulante			
Contas a receber de clientes	7	171.250	230.693
Serviços pedidos		24.951	13.372
Impostos e contribuições a recuperar		84.546	74.854
Impostos e contribuições sobre o lucro a recuperar		3.877	3.877
Imposto de renda e contribuição social diferido	17.1	439.007	400.293
Depósitos vinculados	18	21.210	20.832
Outros créditos a receber	10	920	29.154
Benefício pós-emprego	26	214	181
Ativo financeiro da concessão	11	185.996	95.783
Investimentos		118	121
Intangível	12	2.600.764	1.893.680
Ativos de contrato	13	445.041	670.682
Direito de uso		2.504	469
Total do ativo não circulante		3.980.397	3.433.991
Total do ativo		5.919.763	5.677.675

Passivo	Notas	2023	2022
Circulante			
Fornecedores	14	412.315	388.433
Fornecedores - Risco sacado	14.1	52.639	39.893
Empréstimos e financiamentos	15	575.713	230.814
Debêntures	16	3.200	318.097
Passivo de arrendamento		544	489
Instrumentos financeiros derivativos	27.4	9.639	25.034
Impostos e contribuições a recolher		113.356	76.526
Impostos e contribuições sobre o lucro a recolher	17.3	2.871	3.612
Obrigações e encargos sobre folha de pagamento		9.014	9.237
Valores a devolver da parcela A e outros itens financeiros	8	33.062	–
Contribuição de iluminação pública		20.096	16.282
Encargos setoriais		77.784	77.299
Participação nos lucros		22.385	24.666
Provisões para riscos judiciais	18	58.654	60.160
PIS/COFINS a serem restituídos a consumidores	19	49.296	246.115
Dividendos a pagar		55.531	130.636
Outras contas a pagar		148.770	153.505
Total do passivo circulante		1.644.869	1.800.798
Não circulante			
Empréstimos e financiamentos	15	2.466.669	2.347.963
Debêntures	16	400.000	400.000
Valores a devolver da parcela A e outros itens financeiros	8	46.643	56.348
Passivo de arrendamento		2.003	31
Instrumentos financeiros derivativos	27.4	83.245	55.912
Impostos e contribuições a recolher		39	333
Encargos setoriais		36.151	30.276
Provisões para riscos judiciais	18	98.397	114.649
Benefício pós-emprego	26	4.093	4.093
Outras contas a pagar		42.737	46.172
Total do passivo não circulante		3.179.977	3.055.777
Patrimônio líquido			
Capital social	21.1	471.701	375.981
Reserva de capital		14.716	12.105
Ajuste de avaliação patrimonial		(137.084)	(228.504)
Reservas de lucros	21.2	745.584	661.518
Total do patrimônio líquido		1.094.917	821.100
Total do passivo e patrimônio líquido		5.919.763	5.677.675

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022
(Em milhares de Reais)

	Nota	Capital social	Reserva de capital	Ajuste de avaliação patrimonial	Reserva de Lucros: Legal	Reserva de Lucros: Incentivos fiscais	Reserva de Lucros: Reserva de lucros a realizar	Reserva de Lucros: Reserva estatutária de reforço de capital de giro	Reserva de Lucros: Dividendos adicionais propostos	Lucros acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2021		1.000	9.114	(207.944)	200	178.002	112.136	572.756	–	–	665.264
Valor justo das opções de compra - vesting period		–	2.991	–	–	–	–	–	–	–	2.991
Aumento de capital		374.981	–	–	(200)	(178.002)	–	(196.779)	–	–	–
Lucro do exercício		–	–	–	–	–	–	–	–	225.258	225.258
Resultado abrangente no exercício											
Resultados abrangentes (hedge e benefícios pós-emprego, líquido de tributos diferidos)		–	–	(20.560)	–	–	–	–	–	–	(20.560)
Benefícios pós emprego - resultados atuariais		–	–	–	–	–	–	–	–	–	–
Destinação do lucro											
Reserva legal		–	–	–	8.660	–	–	–	–	(8.660)	–
Reserva de incentivos fiscais		–	–	–	–	52.060	–	–	–	(52.060)	–
Dividendos mínimos obrigatórios		–	–	–	–	–	–	–	–	(41.135)	(41.135)
Realização da reserva de lucros a realizar		–	–	–	–	–	(10.718)	–	–	–	(10.718)
Dividendos adicionais propostos		–	–	–	–	–	–	–	5	(5)	–
Constituição da reserva estatutária de reforço de capital de giro		–	–	–	–	–	–	123.398	–	(123.398)	–
Saldos em 31 de dezembro de 2022		375.981	12.105	(228.504)	8.660	52.060	101.418	499.375	5	–	821.100
Valor justo das opções de compra - vesting period	21.3.1	–	2.611	–	–	–	–	–	–	–	2.611
Aumento de capital		95.720	–	–	(8.660)	(52.060)	–	(35.000)	–	–	–
Dividendos adicionais de 2022 distribuídos		–	–	–	–	–	–	–	(5)	–	(5)
Lucro do exercício		–	–	–	–	–	–	–	–	254.771	254.771
Resultado abrangente no exercício											
Resultados abrangentes (hedge e benefícios pós-emprego, líquido de tributos diferidos)	26 e 27	–	–	71.947	–	–	–	–	–	–	71.947
Destinação do lucro											
Reserva legal		–	–	–	9.634	–	–	–	–	(9.634)	–
Reserva de incentivos fiscais		–	–	–	–	62.098	–	–	–	(62.098)	–
Dividendos mínimos obrigatórios		–	–	–	–	–	–	–	–	(45.760)	(45.760)
Dividendos adicionais propostos		–	–	–	–	–	–	–	117.806	(117.806)	–
Realização do AIC		–	–	19.473	–	–	–	–	–	(19.473)	–
Realização da reserva de lucro a realizar		–	–	–	–	–	(9.747)	–	–	–	(9.747)
Saldos em 31 de dezembro de 2023		471.701	14.716	(137.084)	9.634	62.098	91.671	464.375	117.806	–	1.094.917

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022
(Em milhares de Reais)

	Nota	2023	2022
Receita operacional líquida	22	3.458.827	2.943.677
Energia elétrica comprada para revenda	24	(1.407.240)	(1.208.408)
Custo de construção		(826.100)	(732.174)
Custo da operação		(265.782)	(222.746)
Custos de energia elétrica, construção e operação	23	(2.499.122)	(2.163.328)
Lucro bruto		959.705	780.349
Despesas operacionais			
Despesas com vendas	23	(101.329)	(104.138)
Despesas gerais e administrativas	23	(113.882)	(139.700)
Perda estimada em créditos de liquidação duvidosa	23	(41.300)	(73.796)
Outras despesas operacionais, líquidas	23.1	(56.647)	(50.527)
Total de despesas operacionais		(313.158)	(368.161)
Resultado antes do resultado financeiro e impostos sobre lucro		646.547	412.188
Receitas financeiras	25	427.242	565.487
Despesas financeiras	25	(779.999)	(723.073)
Resultado financeiro, líquido		(352.757)	(157.586)
Lucro antes de imposto de renda e da contribuição social		293.790	254.602
Imposto de renda e contribuição social - corrente	17.5	(20.233)	(34.041)
Imposto de renda e contribuição social - diferidos	17.5	(18.786)	4.697
Impostos sobre o lucro		(39.019)	(29.344)
Lucro líquido do exercício		254.771	225.258

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022
(Em milhares de Reais)

	2023	2022
Lucro líquido do exercício	254.771	225.258
Itens que serão reclassificados posteriormente para o resultado		
Resultados abrangentes (hedge e benefícios pós-emprego, líquido de tributos diferidos)	71.947	(20.560)
Outros resultados abrangentes do exercício, líquido de impostos	71.947	(20.560)
Total resultados abrangentes	326.718	204.698

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADCIONADO EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022
(Em milhares de Reais)

	2023	2022
Receitas		
Vendas de produtos, serviços e receitas de construção	4.757.947	4.018.724
Perdas por redução ao valor recuperável	(41.300)	(73.796)
	4.716.647	3.944.928
Insumos adquiridos de terceiros (inclui ICMS e IPI)		
Custos dos produtos e dos serviços vendidos	(2.233.340)	(1.940.582)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(269.482)	(284.590)
Outras despesas	(63.341)	(54.386)
	(2.566.163)	(2.279.558)
Valor adicionado bruto	2.150.484	1.665.370
Amortização	(133.476)	(110.925)
Valor adicionado líquido gerado pela Companhia	2.017.008	1.554.445
Valor adicionado recebido em transferência		
Receitas financeiras	434.000	581.227
	434.000	581.227
Valor adicionado total a distribuir	2.451.008	2.135.672
Distribuição do valor adicionado		
Empregados		
Remuneração direta	60.924	52.969
Benefícios	12.159	11.176
FGTS	6.276	6.500
	79.359	70.645
Tributos		
Federais	550.941	514.765
Estaduais	783.081	598.820
Municipais	402	549
	1.334.424	1.114.134
Remuneração de capitais de terceiros		
Juros	645.907	629.087
Aluguéis	2.455	2.562
Outras despesas financeiras	134.092	93.986
	782.454	725.635
Remuneração de capitais próprios		
Dividendos e lucros retidos	163.566	41.140
Lucro líquido do exercício	91.205	184.118
	254.771	225.258
Valor adicionado	2.451.008	2.135.672

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA - MÉTODO INDIRETO EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022
(Em milhares de Reais)

	2023	2022
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Lucro líquido no exercício	254.771	225.258
Ajustes para:		
Amortização	133.476	110.925
Baixa de intangível, financeiro e contratual	6.724	13.429
Atualização do ativo financeiro e contratual	(19.057)	(1.129)
Encargos de dívidas, juros, variações monetárias e cambiais líquidas	240.025	222.281
Provisão para riscos judiciais	20.384	6.878
Provisão e atualização para perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa	41.300	(115.831)
Baixa de recebíveis incobráveis	29.274	–
Provisão e atualização de encargos setoriais	(1.697)	23.650
Perdas com instrumentos derivativos	121.385	165.911
Valor justo das opções de compra de ações - *Vesting period*	8.318	5.104
Valores a (receber) devolver de parcela A e outros itens financeiros	(92.874)	(229.550)
Imposto de renda e contribuição social correntes	(20.233)	(34.041)
Imposto de renda e contribuições sociais diferidos	18.786	(4.697)
Participação nos lucros	11.280	11.050
Plano de aposentadoria e pensão	460	603
PIS/COFINS a serem restituídos a consumidores	66.612	17.189
Ajuste a valor presente	16.020	16.899
Rendimentos de aplicações financeiras	(65.472)	(133.619)
Provisão para perda de estoque	409	16.029
	769.891	316.339
Variações nos ativos e passivos, circulante e não circulantes		
Contas a receber de clientes	(88.125)	190.304
Depósitos judiciais	(567)	(1.413)
Estoques	39.055	1.436
Impostos e contribuições a recuperar	(21.493)	(133.161)
Impostos e contribuições sobre o lucro a recuperar	31.116	(32.391)
Outros créditos a receber	59.850	178.552
Fornecedores	859	(76.283)
Fornecedores - Risco sacado	12.746	–
Obrigações e encargos sobre folha de pagamento	(45.304)	(34.461)
Impostos e contribuições a recolher	93.761	(46.431)
Impostos e contribuições sobre o lucro a recolher	46.374	33.299
Valores a devolver da parcela A e outros itens financeiros	(40.639)	396.718
Contribuição de iluminação pública	3.814	(2.798)
Participação nos lucros	(13.561)	(8.071)
Encargos setoriais	2.199	(30.805)
Pagamento de processos judiciais	(38.142)	(53.370)
Plano de aposentadoria e pensão	(107)	(266)
Outras contas a pagar	(13.877)	(3.455)
Caixa (utilizado nas) proveniente das atividades operacionais	27.959	377.404
Imposto de renda e contribuição social pagos	(23.187)	–
Juros pagos	(293.835)	(237.590)
Fluxo de caixa líquido proveniente das atividades operacionais	480.828	456.153
Fluxo de caixa de atividades de investimento		
Aquisições no ativo contratual	(613.602)	(582.031)
Resgate de aplicações financeiras	(58.161)	571.567
Fluxo de caixa líquido utilizado nas atividades de investimento	(671.763)	(10.464)
Fluxo de caixa de atividades de financiamento		
Amortização de empréstimos e financiamentos	(208.458)	(925.243)
Captação de empréstimos e financiamentos	592.300	659.531
Amortização de debêntures	(310.000)	(310.000)
Dividendos pagos	(130.617)	–
Amortização do passivo de arrendamento	(654)	(1.037)
Fluxo de caixa líquido utilizado nas atividades de financiamento	(57.429)	(576.749)
Redução em caixa e equivalentes de caixa	(248.364)	(131.060)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	423.919	554.979
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	175.555	423.919
Redução em caixa e equivalentes de caixa	(248.364)	(131.060)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

continuação

EQUATORIAL PIAUÍ DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A. | CNPJ/MF nº 06.840.748/0001-89

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EXERCÍCIOS FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022 (Valores expressos em milhares de Reais)

1. Contexto operacional. A Equatorial Piauí Distribuidora de Energia S.A. ("Companhia" ou "Equatorial Piauí"), é uma sociedade anônima de capital fechado, domiciliada no Brasil, com sede na Rua João Cabral, nº 730, Centro Sul, na cidade Teresina, no Estado do Piauí, controlada pela Equatorial Energia Distribuição S.A., tendo por controladora final a Equatorial Energia S.A. A Companhia é a concessionária do serviço público de distribuição e atividades associadas ao serviço de energia elétrica naquele Estado, podendo prestar serviços técnicos de sua especialidade na área de concessão que abrange todo o Estado do Piauí com 251.755 km²(*), atendendo, em 31 de dezembro de 2023, 1.502.471(*) consumidores, sendo tais atividades regulamentadas e fiscalizadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), vinculada ao Ministério de Minas e Energia (MME). (*) referente ao total de consumidores considerando os mercados cativo e livre. Informação não auditada. **1.1 Contrato de concessão de distribuição de energia elétrica.** Conforme Contrato de Concessão de Distribuição de Energia Elétrica nº 04/2001 (Contrato de Concessão), firmado com a ANEEL em 12 de fevereiro de 2001, a Companhia detinha concessão para distribuição de energia elétrica em todo o território do Estado do Piauí, cuja vigência se encerrou em 07 de julho de 2015. Por meio do Despacho nº 4.621, de 25 de novembro de 2014, a ANEEL aprovou modelo de aditivo aos contratos de concessão do serviço público de distribuição de energia elétrica, cujo objetivo é garantir que os saldos remanescentes de ativos e passivos regulatórios relativos a valores financeiros a serem apurados com base nos regulamentos preestabelecidos pela ANEEL, incluídos aqueles constituídos após a última alteração tarifária comporão o valor da indenização a ser recebida pelo concessionário em eventual término da concessão, por qualquer motivo. A partir de então, a Companhia passou a operar como prestadora de serviço de distribuição de energia elétrica designada, conforme Portaria nº 388/2016 do MME. Neste período, a Companhia foi gerida pela Eletrobras (o antigo controlador) e, para manutenção das suas atividades, recebeu recursos do fundo Reserva Global de Reversão (RGR). Em 18 de outubro de 2018, a Companhia celebrou o Contrato de Concessão de Serviço Público de Distribuição de Energia Elétrica nº 01/2018 - ANEEL, com interveniência e anuência da Equatorial Energia S.A., como acionista controlador, cujo prazo de concessão é de 30 anos, com vigência até 17 de outubro de 2048, podendo ser renovado por igual período a critério do Poder Concedente. **1.2 Mudança no controle acionário da Companhia.** Em 21 de março de 2023, o Conselho de Administração da Equatorial Energia S.A. aprovou a transferência da totalidade das ações da Equatorial Piauí S.A., representativas de 94,94% do capital social, de titularidade da Equatorial Energia, para a Equatorial Distribuição S.A. Na mesma data, o Conselho de Administração da Equatorial Energia aprovou a celebração de um acordo de investimento entre a Equatorial Energia e o Itaú Unibanco S.A. ("Itaú"), regulando os termos e condições para a realização de um novo investimento, pelo Itaú, na Equatorial Distribuição, através da subscrição e integralização de ações preferenciais classe B do capital social da Equatorial Distribuição ("Acordo de Investimento") no montante de aproximadamente R$ 2.103.000. O aporte foi consumado neste dia, em 21 de março de 2023, no qual o investimento, pelo Itaú na Equatorial Distribuição, foi implementado ("Operação"). **2. Base de preparação e apresentação das demonstrações contábeis. 2.1 Declaração de conformidade.** As demonstrações contábeis foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil que compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC). Adicionalmente, a Companhia considerou as orientações emanadas da Orientação Técnica OCPC 07, emitida pelo CPC em novembro de 2014, na preparação das suas demonstrações contábeis. Desta forma, as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis estão sendo evidenciadas, e correspondem às utilizadas pela Administração na sua gestão. A Companhia também se utiliza das orientações contidas no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico Brasileiro (MCSE) e das normas definidas pela ANEEL, quando estas não são conflitantes com as práticas contábeis adotadas no Brasil. A emissão das demonstrações contábeis foi autorizada pelo Conselho de Administração da Companhia em 25 de março de 2024. **2.2 Base de mensuração.** As demonstrações contábeis da Companhia foram preparadas com base no custo histórico e ajustadas para refletir (i) o valor justo de instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos e (ii) por meio do resultado e outros resultados abrangentes, quando requerido nas normas. **2.3 Moeda funcional, moeda de apresentação e transações em moeda estrangeira.** As demonstrações contábeis são apresentadas em Reais (R$), que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos apresentados em Reais foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma. As transações em moeda estrangeira são convertidas para a moeda funcional da Companhia pelas taxas de câmbio nas datas das transações. Ativos e passivos monetários denominados e apurados em moedas estrangeiras na data do balanço são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio naquela data. As diferenças de moedas estrangeiras resultantes da conversão são geralmente reconhecidas no resultado, com exceção de itens monetários designados como parte de um hedge de investimento líquido, sendo essas diferenças reconhecidas diretamente em outros resultados abrangentes até o momento da alienação do investimento líquido, quando são reconhecidas na demonstração do resultado. **2.4 Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas. 2.4.1 Julgamentos e incertezas sobre premissas e estimativas.** Na preparação das demonstrações contábeis, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que determinam operações que refletem no reconhecimento e mensuração de ativos, passivos, receitas e despesas, e as respectivas divulgações, bem como as divulgações de passivos contingentes. As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua e os resultados reais podem divergir dessas estimativas. As estimativas e julgamentos significativos utilizados pela Companhia na preparação destas demonstrações contábeis estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

Tópicos	Notas	Descrição
Contas a receber de clientes	7	Estimativas dos montantes de receita sobre a energia consumida, porém não faturada.
Perdas estimadas em crédito de liquidação duvidosa (PECLD)	7.2	Critérios de análise de risco de crédito para determinação da provisão para redução ao valor recuperável.
Valores a receber (devolver) da parcela A e outros itens financeiros	8	Critérios regulatórios e premissas sobre determinados itens.
Ativo financeiro da concessão	11	Critério de apuração e atualização do ativo financeiro da concessão.
Intangível	12	Cálculo da amortização do ativo intangível da concessão.
Ativos de contrato	13	Julgamento sobre aplicabilidade da interpretação de contratos de concessão.
Imposto de renda e contribuição social diferidos	17.1	Julgamento para determinar o valor do ativo fiscal diferido que pode ser reconhecido, com base no prazo provável e nível de lucros tributáveis futuros, juntamente com estratégias de planejamento fiscal futuras.
Provisão para riscos judiciais	18	Reconhecimento de provisões para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas por meio da avaliação da probabilidade de perda.
Planos de opção de compra de ações	21.3	Probabilidade de exercício de opções.
Receita operacional líquida	22	Julgamento sobre determinação e classificação de receitas por obrigação de performance, entre receita de implementação de infraestrutura, receita de remuneração dos ativos de contrato e receita de operação e manutenção.
Benefícios pós-emprego	26	Estimativa dos custos dos planos de aposentadoria com benefícios de assistência médico pós-emprego.
Instrumentos financeiros	27	Julgamento de definição do método de avaliação de valor justo dos instrumentos financeiros.

2.4.2 Mensuração do valor justo. Valor justo é o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação não forçada entre participantes do mercado na data de mensuração. A mensuração do valor justo é baseada na presunção de que a transação para vender o ativo ou transferir o passivo ocorrerá: • No mercado principal para o ativo ou passivo; e • Na ausência de um mercado principal, no mercado mais vantajoso para o ativo ou o passivo. O mercado principal ou mais vantajoso deve ser acessível pela Companhia. A Companhia estabeleceu uma estrutura de controle relacionada à mensuração de valor justo. Isso inclui uma equipe de avaliação que possui a responsabilidade geral de revisar todas as mensurações significativas de valor justo, incluindo os valores justos de Nível 3. A equipe de avaliação revisa regularmente dados não observáveis significativos e ajustes de avaliação. Se informação de terceiros, tais como cotações de corretoras ou serviços de preços, é utilizada para mensurar valor justo, a equipe de avaliação analisa as evidências obtidas de terceiros para suportar a conclusão de que tais avaliações atendem aos requisitos dos CPCs, incluindo o nível na hierarquia do valor justo em que tais avaliações devem ser classificadas. Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Companhia usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (inputs) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma: • **Nível 1:** preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos; • **Nível 2:** técnicas de avaliação para as quais a informação de nível mais baixo e significativa para mensuração do valor justo seja direta ou indiretamente observável; e • **Nível 3:** técnicas de avaliação para as quais a informação de nível mais baixo e significativa para mensuração do valor justo não esteja disponível. A Companhia reconhece, quando aplicável, as transferências entre níveis da hierarquia do valor justo no final do exercício das demonstrações contábeis em que ocorreram as mudanças. Informações adicionais sobre as premissas utilizadas na mensuração dos valores justos estão incluídas na nota explicativa nº 27.3 - Categoria e valor justo dos instrumentos financeiros. **3. Políticas contábeis materiais.** A Companhia aplicou as políticas contábeis descritas abaixo de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações contábeis exceto pelas novas normas incluídas na nota explicativa nº 3.18 - Principais mudanças nas políticas contábeis. **3.1 Receita operacional. 3.1.1 Reconhecimento de receita.** A Companhia reconhece a receita, de acordo com o que estabelece o CPC 47 - Receita de Contrato com Cliente, à medida que satisfaz a obrigação de performance ao transferir bens e serviços ao cliente. O ativo é considerado transferido à medida que o cliente obtém os serviços contratados. A Companhia reconhece receita das principais fontes de receita a seguir: **(i) Distribuição.** O faturamento e respectivo reconhecimento da receita de distribuição de energia elétrica são efetuados mensalmente de acordo com o calendário de leitura. Além disso, a Companhia reconhece a receita não faturada, que corresponde ao período entre a data da última leitura e o encerramento do mês, que é estimada e reconhecida como receita no mês em que a energia foi consumida. As receitas de distribuição são classificadas como: i) Fornecimento de energia elétrica para o consumidor; e ii) Energia elétrica no mercado de curto prazo. A receita é mensurada com base na contraprestação, precificada no contrato com o cliente reconhecida ou a receber, líquida de quaisquer contraprestações variáveis, tais como descontos, abatimentos, restituições, créditos, concessões de preços, incentivos, bônus de desempenho, penalidades ou outros itens similares. **(ii) Disponibilidade de rede elétrica.** A Companhia reconhece receita pela disponibilidade da infraestrutura de rede elétrica de distribuição a seus clientes livre e cativos. Tal receita é calculada conforme Tarifa de Uso do Sistema de Distribuição (TUSD) definida pela ANEEL. **(iii) Construção.** A Companhia contabiliza receitas e custos relativos a serviços de construção ou melhoria da infraestrutura utilizada na prestação dos serviços de distribuição de energia elétrica. A margem de construção é nula, considerando que: (i) o modelo tarifário não prevê margem de lucro para atividade de construção da infraestrutura; (ii) a atividade fim da Companhia é a distribuição de energia elétrica; (iii) os custos são realizados substancialmente por meio de serviços de terceiros; e (iv) não há previsão de ganhos em construção nos planos da Administração da Companhia. **3.2 Caixa e equivalentes de caixa.** Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de até três meses, e com risco insignificante de mudança de valor, sendo o saldo apresentado líquido de saldos de contas garantidas na demonstração dos fluxos de caixa. Esses saldos são mantidos com a finalidade de atender compromissos de caixa de curto prazo e não para investimento ou outros fins. As contas garantidas são demonstradas no balanço patrimonial como "Empréstimos" no passivo circulante. **3.3 Ativo financeiro da concessão (ativo indenizável).** O Contrato de Concessão, celebrado entre a União (poder concedente - outorgante) e a Companhia (concessionária - operador), regulamenta a exploração dos serviços públicos de distribuição de energia elétrica pela Companhia, em que: • O contrato estabelece quais os serviços que o operador deve prestar e para quem (classe de consumidores) os serviços devem ser prestados; • O contrato estabelece padrões de desempenho para prestação de serviço público, com relação à manutenção e à melhoria da qualidade no atendimento aos consumidores, e o operador tem como obrigação, na entrega da concessão, devolver a infraestrutura nas mesmas condições em que a recebeu na assinatura desses contratos. Para cumprir com essas obrigações, são realizados investimentos constantes durante todo o prazo da concessão. Portanto, os bens vinculados à concessão podem ser repostos, algumas vezes, até o final da concessão; • Ao final da concessão os ativos vinculados à infraestrutura devem ser revertidos ao poder concedente mediante pagamento de uma indenização; e • O preço é regulado através de mecanismo de tarifa estabelecido nos contratos de concessão com base em fórmula paramétrica (Parcelas A e B), bem como são definidas as modalidades de revisão tarifária, que deve ser suficiente para cobrir os custos, a amortização dos investimentos e a remuneração pelo capital investido. Com base nas características estabelecidas no contrato de concessão de distribuição de energia elétrica da Companhia, a Administração entende que estão atendidas as condições para a aplicação da Interpretação Técnica ICPC 01 (R1) - Contratos de Concessão, a qual fornece orientações sobre a contabilização de concessões de serviços públicos a operadores privados, de forma a refletir o negócio de distribuição de energia elétrica, abrangendo: • Parcela estimada dos investimentos realizados e não amortizados ou depreciados até o final da concessão apurados com base no Valor Novo de Reposição (VNR) classificada como um ativo financeiro por ser um direito incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro diretamente do poder concedente. O VNR é determinado de acordo com a estimativa dos custos necessários para a substituição completa de um ativo por outros que tenham a mesma funcionalidade, capacidade de serviço e a mesma capacidade que o ativo existente, mensurado pelo valor justo por meio do resultado; e • Parcela remanescente do ativo financeiro (valor residual) apurada de acordo com a mensuração do bem, classificada como um ativo intangível em virtude da sua recuperação estar condicionada à utilização do serviço público, através do consumo de energia pelos consumidores. A infraestrutura recebida ou construída da atividade de distribuição que estava originalmente representada pelo ativo financeiro e intangível da Companhia é recuperada através de dois fluxos de caixa: (i) parte através do consumo de energia efetuado pelos consumidores (emissão do faturamento mensal da medição de energia consumida/vendida) durante o prazo da concessão; e (ii) parte como indenização dos bens reversíveis no final do prazo da concessão, a ser recebida diretamente do Poder Concedente ou para quem ele delegar essa tarefa. De acordo com a Lei nº 12.783/2013, o cálculo do valor dos investimentos vinculados a bens reversíveis, ainda não amortizados, para fins da indenização, deve utilizar como base a metodologia de Valor Novo de Reposição (VNR). Base de Remuneração Regulatória (BRR), que é o critério utilizado pela ANEEL para determinar a tarifa de energia das distribuidoras. Bem como o reconhecida a remuneração da parcela dos ativos que compõe a base de remuneração, inclusive da parcela ainda não homologada pela ANEEL, sendo que esta última é estimada com base em estimativas, considerando, além do Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), uma expectativa de glosas baseada na experiência da Administração e no histórico de glosas em homologações anteriores, o que reflete a melhor estimativa de valor justo do ativo. A Companhia contabiliza a atualização do ativo financeiro indenizável da concessão no grupo de receitas operacionais por refletir com mais propriedade o modelo de seu negócio de distribuição de energia elétrica e melhor apresentar sua posição patrimonial e o seu desempenho, conforme OCPC 05 - Contrato de Concessão. Essa indenização será efetuada com base nas parcelas dos investimentos vinculados a bens reversíveis, ainda não amortizados ou depreciados, que tenham sido realizados com o objetivo de garantir a continuidade e atualidade do serviço concedido. A Companhia reconhece um ativo financeiro resultante de um contrato de concessão quando tem um direito contratual incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro equivalente do poder concedente pelos serviços de construção ou melhorias prestados. Caso a Companhia seja ressarcida pelos serviços de construção parcialmente através de um ativo financeiro e parcialmente por um ativo intangível, então cada componente da remuneração recebida ou a receber é registrado individualmente e é reconhecido inicialmente pelo valor justo da remuneração recebida ou a receber, não são reclassificados após o seu reconhecimento inicial, a menos que a Companhia altere seu modelo de gestão para o ativo financeiro. **3.4 Ativos intangíveis. 3.4.1 Contratos de concessão de serviços e custos subsequentes.** A Companhia reconhece como um ativo intangível resultante de um contrato de concessão de serviços, quando tem um direito de cobrar pelo uso da infraestrutura de tal concessão. Um ativo intangível recebido como remuneração pela prestação de serviços de construção ou melhorias em um contrato de concessão de serviços é mensurado pelo valor justo mediante o seu reconhecimento inicial. Após este reconhecimento tal ativo intangível é mensurado pelo seu custo, deduzido da amortização acumulada e das perdas por redução ao seu valor recuperável. Custos subsequentes são capitalizados apenas quando é provável que os benefícios futuros econômicos associados com os gastos serão auferidos pela Companhia. **3.4.2 Obrigações especiais.** Obrigações vinculadas à concessão e permissão do serviço público de energia elétrica, constituídas por valores e/ou bens recebidos de Municípios, de Estados, da União Federal e de consumidores em geral, relativos a doações e participação em investimentos realizados em parceria com a Companhia, não sendo admitida remuneração futura, a qualquer título, sem a prévia anuência do Órgão Regulador. **3.4.3 Amortização.** A amortização é calculada sobre o custo de aquisição do ativo, ou outro valor substituto do custo, deduzido do valor residual apurado. A amortização é reconhecida no resultado com base no método linear e limitada ao prazo remanescente do contrato de concessão da Companhia ou à vida útil estimada dos ativos intangíveis, dos dois o menor, que não ágio, a partir da data em que estes estão disponíveis para uso. Este método é o que mais perto reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados ao ativo. A vida útil de um ativo intangível, em um contrato de concessão de serviço, é o período a partir do qual a Companhia tem a capacidade de cobrar do público pelo uso da infraestrutura até o fim da vida útil do bem, limitado ao final do período da concessão. Os métodos de amortização, vidas úteis e valores residuais são revistos caso haja alterações deliberadas pelo órgão regulador. **3.5 Ativos de contrato.** Os direitos contratuais da Companhia relacionados à contraprestação em troca de bens ou serviços transferidos ao cliente. Conforme determinado pelo CPC 47 - Receita de contrato com cliente, os bens vinculados à concessão em construção, registrados de acordo com o escopo do ICPC 01 (R1) - Contratos de Concessão, devem ser classificados como ativos de contrato em face da Companhia ter o direito de cobrar pelo serviço prestado aos consumidores dos serviços públicos ou receber diretamente do outro ativo financeiro, pela reversão da infraestrutura do serviço público, mas apenas a entrada desses bens em serviço (energização) e, consequente transferência dos bens em construção (ativos de contrato) para intangível da concessão, onde a natureza da remuneração paga pelo Poder Concedente ao concessionário é determinada de acordo com os termos do contrato de concessão. Os ativos de contrato (infraestrutura em construção) são reconhecidos inicialmente pelo custo de aquisição. **3.6 Custos de empréstimos.** Custos de empréstimos diretamente relacionados com a aquisição, construção ou produção de um ativo que necessariamente requer um tempo significativo para ser concluído para fins de uso ou venda são capitalizados como parte do custo do correspondente ativo. Todos os demais custos de empréstimos são registrados em despesa no exercício em que são incorridos. Os custos de empréstimo compreendem juros e outros custos incorridos por uma entidade relativos ao empréstimo. **3.7 Valores a receber (devolver) de parcela A e outros itens financeiros.** As tarifas de energia elétrica, conforme modelo tarifário em vigor, devem considerar uma receita suficiente de modo a garantir o equilíbrio econômico-financeiro da concessão. Nesse sentido, as distribuidoras de energia elétrica estão autorizadas a cobrar de seus consumidores: (i) reajuste tarifário anual; e (ii) a cada cinco anos, de acordo com cada contrato de concessão, a revisão para efeito de recomposição de parte da Parcela B, e ajuste da Parcela A. A tarifa de energia elétrica é composta por duas parcelas: • Parcela A (custos não gerenciáveis): essa parcela deve ser neutra em relação ao desempenho da Companhia, ou seja, os custos incorridos pela Companhia, classificáveis como Parcela A, são integralmente repassados ao consumidor ou suportados pelo Poder Concedente; e • Parcela B (custos gerenciáveis): composta pelos gastos com investimento em infraestrutura, gastos com a operação e manutenção e pela remuneração aos provedores de capital. Essa parcela é aquela que efetivamente afeta o desempenho da entidade, pois possui risco intrínseco de negócio por não haver garantia de neutralidade tarifária para essa parte. Esse mecanismo de definição de tarifa pode originar diferença temporal que decorre da diferença entre os custos previstos (Parcela A e outros componentes financeiros) e incluídos na tarifa no início do período tarifário, e aqueles que são efetivamente incorridos ao longo do período de vigência da tarifa. Essa diferença constitui um direito a receber pela Companhia nos casos em que os custos previstos e incluídos na tarifa são inferiores aos custos efetivamente incorridos, ou uma obrigação quando os custos previstos e incluídos na tarifa são superiores aos custos efetivamente incorridos. Essas diferenças são registradas pelo regime de competência com base em estimativa como receita, através de um ativo financeiro em contrapartida de valores a receber ou passivo financeiro em contrapartida de valores a devolver do ativo financeiro no caso de passivo setorial. Esses valores serão efetivamente liquidados no próximo período tarifário (quando do efetivo repasse à tarifa) ou, em caso de extinção da concessão, por qualquer motivo, com a existência de saldos apurados que não tenham sido recuperados, serão incluídos na base de indenização já prevista. Esta liquidação é apenas financeira, já que o efeito no resultado do exercício vai ajustar de receita já foi reconhecido pelo regime de competência. **3.8 Subvenção e assistência governamentais.** Subvenções governamentais são reconhecidas quando houver razoável certeza de que o benefício será recebido e que todas as correspondentes condições serão satisfeitas. Quando o benefício se refere a um item de despesa, é reconhecido como receita ao longo do período do benefício, de forma sistemática em relação aos custos cujo benefício, objetiva compensar. Quando o benefício se referir a um ativo, é reconhecido como receita diferida e lançado no resultado em valores iguais ao longo da vida útil esperada do correspondente ativo. Quando a Companhia receber benefícios não monetários, o bem e o benefício são registrados pelo valor nominal e refletidos na demonstração do resultado ao longo da vida útil esperada do bem, em prestações anuais iguais. **(a) Benefícios fiscais.** Em 24 de setembro de 2018, a Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE) emitiu o Laudo Constitutivo nº 244/2018, que outorga à Equatorial Piauí o direito à redução do imposto de renda de 75% sobre o lucro da exploração nas atividades, às suas instalações elétricas, com prazo de vigência de 2018 até o ano de 2027. **(b) Benefícios para reinvestimento.** São decorrentes do benefício fiscal instituído pelo Governo Federal, através da Lei nº 5.508/1968, modificado pela Lei nº 8.167/1991, Lei nº 9.532/1997, e Medida Provisória nº 2.199/2014, que permite às empresas dos setores industrial, agroindustrial, infraestrutura e turismo, considerados prioritários conforme Decreto nº 4.213/2002, que estejam em operação na área da SUDENE, reinvestir em seus próprios projetos de modernização ou complementação de equipamentos. O reinvestimento corresponde a 30% do imposto de Renda devido, calculado sobre o lucro da exploração, acrescido de outros da parcela (50% desses 30%) de Recursos Próprios. Os valores são utilizados no Banco do Nordeste (BNB) e podem ser utilizados no ressarcimento de despesas já realizadas no ano-calendário correspondente à opção, ou para adquirir equipamentos novos, sendo vedada a utilização dos recursos em equipamentos usados ou reconstruídos. **3.9 Imposto de renda e contribuição social.** O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido. O Imposto de renda, na redução de incentivo fiscal e base a negativa da contribuição social, limitada a 30% do lucro real do exercício. Conforme orientações do ICPC 22 - Tributos sobre o lucro, a Companhia avalia se é provável que uma autoridade tributária aceitará um tratamento tributário incerto. Se concluído que a posição não será aceita, o efeito da incerteza será refletido no resultado do exercício. Em 31 de dezembro de 2023, não há incerteza quanto aos tratamentos tributários sobre o lucro apurados pela Companhia. **3.9.1 Imposto de renda e contribuição social corrente.** O imposto de renda e a contribuição social corrente são calculados sobre o lucro tributável ou prejuízo fiscal do exercício acrescidos de eventuais ajustes de exercícios anteriores. O montante dos tributos corrente a pagar ou a receber é reconhecido no balanço patrimonial como ativo ou passivo considerando a melhor estimativa quanto ao valor esperado a recolher ou a recuperar. A mensuração é realizada com base nas alíquotas vigentes na data do balanço. A Companhia compensa os ativos e passivos fiscais correntes se: • Tiver o direito legalmente executável para compensar os valores reconhecidos; e • Pretender liquidar o passivo e realizar o ativo simultaneamente. **3.9.2 Imposto de renda e contribuição social diferido.** Os tributos diferidos ativos e passivos são reconhecidos sobre os saldos acumulados de prejuízos fiscais, bases negativas e sobre as diferenças temporárias entre os valores contábeis constantes nas demonstrações contábeis e os montantes apurados conforme os critérios fiscais previstos na legislação tributária. Um ativo fiscal diferido é reconhecido na medida em que seja provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis contra os quais serão realizados. Os lucros tributáveis futuros são determinados com base na reversão de diferenças temporárias tributáveis relevantes. Se o montante das diferenças temporárias tributáveis for insuficiente para reconhecer integralmente um ativo fiscal diferido, as reversões dessas diferenças serão limitadas aos lucros tributáveis futuros projetados conforme os planos de negócios da Companhia. O valor contábil dos ativos fiscais diferidos é revisado em cada data do balanço e baixado na extensão em que não é mais provável que lucros tributáveis estarão disponíveis para permitir que todo ou parte do ativo fiscal diferido venha a ser utilizado. Ativos e passivos fiscais diferidos são mensurados com base nas alíquotas que se espera aplicar às diferenças temporárias quando elas forem revertidas, baseando-se nas taxas vigentes na data do balanço. **3.10 Benefícios a empregados. 3.10.1 Benefícios de curto prazo a empregados.** Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são reconhecidas como despesas de pessoal conforme o serviço correspondente seja prestado. O passivo é reconhecido pelo montante do pagamento esperado caso a Companhia tenha uma obrigação presente legal ou construtiva de pagar esse montante em função de serviço passado prestado pelo empregado e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável. **3.10.2 Planos de contribuição definida.** As obrigações por contribuições aos planos de contribuição definida são reconhecidas no resultado como despesas com pessoal relativas à benefícios a empregados. As contribuições pagas antecipadamente são reconhecidas como um ativo na extensão em que um reembolso de caixa ou uma redução em pagamentos futuros seja possível. **3.10.3 Planos de benefício definido.** A obrigação líquida da Companhia para os planos de benefício definido é calculada para cada um dos planos com base na estimativa do valor do benefício futuro que os empregados receberão por serem participantes do Plano de Benefício Definido patrocinado pela companhia. Esse valor é descontado ao seu valor presente e é apresentado líquido do valor justo de quaisquer ativos do plano. O cálculo da obrigação de plano de benefício definido é realizado anualmente por um atuário qualificado utilizando o método de crédito unitário projetado. Quando o cálculo resulta em um potencial ativo para a Companhia, o ativo a ser reconhecido é limitado ao valor presente dos benefícios econômicos disponíveis na forma de reembolsos futuros do plano ou redução nas futuras contribuições ao plano. Para calcular o valor presente dos benefícios econômicos são levadas em consideração quaisquer exigências mínimas de custeio aplicáveis. Mensurações da obrigação líquida, que incluem: os ganhos e perdas atuariais, o retorno dos ativos do plano (excluindo juros) e o efeito do teto do ativo (se houver, excluindo juros), são reconhecidos imediatamente em outros resultados abrangentes. A Companhia determina os juros líquidos sobre o valor líquido de passivo (ativo) de benefício definido no período multiplicando o valor líquido de passivo/ativo de benefício definido pela taxa de desconto utilizada na mensuração da obrigação de benefício definido, ambos conforme determinados no início do exercício a que se referem as demonstrações contábeis, levando em consideração quaisquer mudanças no valor líquido de passivo/ativo de benefício definido durante o período em razão de pagamentos de contribuições e benefícios. Juros líquidos e outras despesas relacionadas aos planos de benefícios definidos são reconhecidos no resultado. Quando os benefícios de um plano são incrementados, a porção do benefício incrementado relacionada a serviços passados prestados pelos empregados é reconhecida imediatamente no resultado. A Companhia reconhece ganhos e perdas na liquidação de um plano de benefício definido quando a liquidação ocorre. **3.10.4 Planos de opção de compra de ações.** A Equatorial Energia S.A. (controladora indireta da Companhia) concedeu plano de pagamento baseado em ações a executivos alocados na Companhia. A Companhia reconhece os produtos ou os serviços recebidos ou adquiridos em transação com pagamento baseado em ações quando ela obtiver os produtos ou à medida que receber os serviços. Em contrapartida, a Companhia reconhece o correspondente aumento do patrimônio líquido se os produtos ou serviços forem recebidos em transação com pagamento baseado em ações liquidada em instrumentos patrimoniais, ou um passivo financeiro, correspondente ao pagamento baseado em ações liquidado em caixa (ou com outros ativos). O valor justo na data de outorga dos acordos de pagamentos baseados em ações concedidos aos empregados é reconhecido como despesas de pessoal, com um correspondente aumento no patrimônio líquido ou passivo, durante o período em que os empregados adquiram incondicionalmente o direito aos prêmios. O valor reconhecido como despesa é ajustado para refletir o número de prêmios para o qual existe a expectativa de que as condições de serviço e de desempenho serão atendidas, de tal forma que o valor final reconhecido como despesa seja baseado no número de prêmios que efetivamente atendam às condições de serviço na data de aquisição (vesting date). **3.11 Capital social. 3.11.1 Ações ordinárias.** As ações ordinárias são classificadas no patrimônio líquido. Os custos incrementais diretamente atribuíveis à emissão de novas ações são demonstrados no patrimônio líquido com a dedução do valor captado, líquida de impostos. **3.11.2 Ações preferenciais.** Ações preferenciais não resgatáveis são classificadas no patrimônio líquido, pois o pagamento de dividendos é discricionário, e elas não geram qualquer obrigação de entregar caixa ou outro ativo financeiro da Companhia e não requerem liquidação em um número variável de instrumentos patrimoniais. Dividendos discricionários são reconhecidos como distribuições no patrimônio líquido na data de sua aprovação pelos acionistas da Companhia. **3.12 Distribuição de dividendos.** A política de reconhecimento contábil de dividendos está em consonância com as normas previstas no CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos contingentes e ICPC 08 (R1) - Contabilização da Proposta de Pagamentos de Dividendos, as quais determinam que os dividendos propostos a serem pagos e que estejam fundamentados em obrigações estatutárias, devem ser registrados no passivo circulante. O estatuto social da Companhia estabelece que, no mínimo, 25% do lucro líquido anual sejam distribuídos a título de dividendos. Adicionalmente, de acordo com o estatuto social, compete ao Conselho de Administração deliberar sobre o pagamento de juros sobre o capital próprio e de dividendos. A Companhia registra um passivo equivalente ao dividendo mínimo obrigatório ainda não distribuído no curso do exercício, ao passo que registra os dividendos propostos excedentes ao mínimo obrigatório como "Proposta de distribuição de dividendo adicional" no patrimônio líquido. Dividendo adicional ao mínimo obrigatório por lei, contido em proposta da administração efetuada antes da data do balanço patrimonial deve ser mantido no patrimônio líquido em conta específica chamada de "dividendo adicional proposto". Caso a proposição seja realizada após a data do balanço e antes da data de emissão das demonstrações contábeis, tal fato deve ser mencionado no tópico de eventos subsequentes. **3.13 Instrumentos financeiros. 3.13.1 Reconhecimento e mensuração inicial.** O contas a receber de clientes e os títulos de dívida emitidos são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Companhia se tornar parte das disposições contratuais do instrumento. Um ativo financeiro (a menos que seja um contas a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, acrescido, para um item não mensurado ao valor justo por meio do resultado (VJR), os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação. **3.12.2 Classificação e mensuração subsequentes. (a) Ativos financeiros.** Ativos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como subsequentemente mensurados ao custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA) e ao VJR. A Companhia não possui ativo financeiro ao VJORA. Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios. Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR: • É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e • Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto. Um instrumento de dívida é mensurado ao VJORA se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR: • É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros; e • Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto. No reconhecimento inicial de um investimento em um instrumento patrimonial que não seja mantido para negociação, a Companhia pode optar irrevogavelmente por apresentar alterações subsequentes no valor justo do investimento em outros resultados abrangentes (ORA). Essa escolha é feita investimento por investimento. Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJORA, conforme descrito acima, são classificados como ao VJR. Isso inclui todos os ativos financeiros derivativos. No reconhecimento inicial, a Companhia pode designar de forma irrevogável um ativo financeiro que de outra forma atenda aos requisitos para ser mensurado ao custo amortizado ou ao VJORA como ao VJR se isso eliminar ou reduzir significativamente um descasamento contábil que de outra forma surgiria. **(b) Ativos financeiros - avaliação do modelo de negócio.** A Companhia realiza uma avaliação do objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira porque isso reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido e as informações são fornecidas à Administração. As informações consideradas incluem: • As políticas e objetivos estipulados para a carteira e o funcionamento prático dessas políticas. Eles incluem a questão de saber se a estratégia da Administração tem como foco a obtenção de receitas de juros contratuais, a manutenção de um determinado perfil de taxa de juros, a correspondência entre a duração dos ativos financeiros e a duração de passivos relacionados ou saídas esperadas de caixa, ou a realização de fluxos de caixa por meio da venda de ativos; • Como o desempenho da carteira é avaliado e reportado à Administração da Companhia; • Os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios (e o ativo financeiro mantido naquele modelo de negócios) e a maneira como aqueles riscos são gerenciados; • Como os gerentes do negócio são remunerados - por exemplo, se a remuneração é baseada no valor justo dos ativos geridos ou nos fluxos de caixa contratuais obtidos; e • A frequência, o volume e o momento das vendas de ativos financeiros nos períodos anteriores, os motivos de tais vendas e suas expectativas sobre vendas futuras. As transferências de ativos financeiros para terceiros em transações que não se qualificam para o desreconhecimento não são consideradas vendas, de maneira consistente com o reconhecimento contínuo dos ativos da Companhia. Os ativos financeiros mantidos para negociação ou gerenciados com desempenho avaliado com base no valor justo são mensurados ao valor justo por meio do resultado. **(c) Ativos financeiros - avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e de juros.** Para fins dessa avaliação, o 'principal' é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os 'juros' são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período de tempo e pelos outros riscos e custos básicos de empréstimos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro. A Companhia considera os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos do principal e de juros. Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenderia essa condição. Ao fazer essa avaliação, a Companhia considera: • Eventos contingentes que modifiquem o valor ou o a época dos fluxos de caixa; • Termos que possam ajustar a taxa contratual, incluindo taxas variáveis; • O pré-pagamento e a prorrogação do prazo; e • Os termos que limitam o acesso da Companhia a fluxos de caixa de ativos específicos (por exemplo, baseados na *performance* de um ativo). O pagamento antecipado é consistente com o critério de pagamentos do principal e juros caso o valor do pré-pagamento represente, em sua maior parte, valores não pagos do principal e de juros sobre o valor do principal pendente - o que pode incluir uma compensação adicional razoável pela rescisão antecipada do contrato. Além disso, com relação a um ativo financeiro adquirido por um valor menor ou maior do que o valor nominal do contrato, a permissão ou a exigência de pré-pagamento por um valor que represente o valor nominal do contrato mais os juros contratuais (que também pode incluir compensação adicional razoável pela rescisão antecipada do contrato) acumulados (mas não pagos) são tratadas como consistentes com esse critério se o valor justo do pré-pagamento for insignificante no reconhecimento inicial. **(d) Ativos financeiros - Mensuração subsequente e ganhos e perdas**

Ativos financeiros a VJR	Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado.
Ativos financeiros a custo amortizado	Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por impairment. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o impairment são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.
Instrumentos de dívida a VJORA	Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. A receita de juros calculada utilizando o método de juros efetivos, ganhos e perdas cambiais e impairment são reconhecidos no resultado. Outros resultados líquidos são reconhecidos em ORA. No desreconhecimento, o resultado acumulado em ORA é reclassificado para o resultado.
Instrumentos patrimoniais a VJORA	Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. Os dividendos são reconhecidos como ganho no resultado, a menos que o dividendo represente claramente uma recuperação de parte do custo do investimento. Outros resultados líquidos são reconhecidos em ORA e nunca são reclassificados para o resultado.

(e) Passivos financeiros - classificação, mensuração subsequente e ganhos e perdas. Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJR. Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso for classificado como mantido para negociação, for um derivativo ou for designado como tal no reconhecimento inicial. Passivos financeiros mensurados ao VJR são mensurados ao valor justo e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado. **3.13.3 Desreconhecimento. (a) Ativos financeiros.** A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual a Companhia nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro. **(b) Passivos financeiros.** A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. A Companhia também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo. No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado. **3.13.4 Compensação.** Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. **3.13.5 Instrumentos financeiros derivativos e contabilidade de *hedge*:** A Companhia mantém instrumentos financeiros derivativos para proteger suas exposições aos riscos de variação de moeda estrangeira e taxa de juros. A Companhia não possui derivativos embutidos. Os derivativos são mensurados inicialmente pelo valor justo. Após o reconhecimento inicial, os derivativos são mensurados pelo valor justo e as variações no valor justo são registradas no resultado, com exceção do *hedge* de fluxo de caixa, definido abaixo. **(a) *Hedge* de fluxo de caixa.** Quando um derivativo é designado como um instrumento de *hedge* de fluxo de caixa, a porção efetiva das variações no valor justo do derivativo é reconhecida em outros resultados abrangentes e apresentada na conta de reserva de *hedge*. A porção efetiva das mudanças no valor justo do derivativo reconhecido em ORA limita-se à mudança cumulativa no valor justo do item objeto de *hedge*, determinada com base no valor presente, desde o início do *hedge*. Qualquer porção não efetiva das variações no valor justo do derivativo é reconhecida imediatamente no resultado. Conforme CPC 48 - Instrumentos financeiros, no início de um relacionamento de *hedge*, a Companhia formalmente designa e documenta a relação de *hedge* à qual deseja aplicar a contabilidade de *hedge* e o objetivo e a estratégia de gerenciamento de risco para realizar o *hedge*. Para maiores informações sobre a identificação do instrumento de *hedge*, do item protegido, da natureza do risco que está sendo protegido e de como a Companhia avalia se a relação de proteção atende aos requisitos de efetividade de *hedge*, incluindo sua análise das fontes de inefetividade de *hedge* e como determinar o índice de *hedge*, veja nota explicativa nº 27.5 c) - Risco de mercado. **3.14 Redução ao valor recuperável (*impairment*). 3.14.1 Ativos financeiros não derivativos.** A Companhia reconhece provisões para perdas estimadas de crédito sobre: ativos financeiros mensurados ao custo amortizado e ativos de contrato. A Companhia mensura a provisão para perda em um montante igual à perda de crédito esperada para a vida inteira, exceto para os itens descritos abaixo, que são mensurados como perda de crédito esperada para 12 meses: • Títulos de dívida com baixo risco de crédito na data do balanço; • Outros títulos de dívida e saldos bancários para os quais o risco de crédito (ou seja, o risco de inadimplência ao longo da vida esperada do instrumento financeiro) não tenha aumentado significativamente desde o reconhecimento inicial; • As provisões para perdas com contas a receber de clientes e ativos de contrato são mensuradas a um valor igual à perda de crédito esperada para a vida inteira do instrumento; e • Ao determinar se o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial e ao estimar as perdas de crédito esperadas, a Companhia considera informações razoáveis e passíveis de suporte que são relevantes e disponíveis sem custo ou esforço excessivo. Isso inclui informações e análises quantitativas e qualitativas, com base na experiência histórica da Companhia, na avaliação de crédito e considerando informações prospectivas (*forward-looking*). A Companhia elaborou um estudo que presume o tempo em que o risco de crédito de um ativo financeiro aumenta significativamente se este estiver em atraso. Nota explicativa nº 27.5 g) - Risco de escassez de energia (Risco hidrológico) para maiores detalhes. A Companhia considera um ativo financeiro como inadimplente quando: • É pouco provável que o devedor pague integralmente suas obrigações de crédito à Companhia, sem recorrer a ações como a realização da garantia (se houver alguma); As perdas de crédito esperadas para a vida inteira são as perdas esperadas com crédito que resultam de todos os possíveis eventos de inadimplemento ao longo da vida esperada do instrumento financeiro; ou • As perdas de crédito esperadas para 12 meses são perdas de crédito que resultam de possíveis eventos de inadimplência dentro de 12 meses após a data do balanço (ou em um período mais curto, caso a vida esperada do instrumento seja menor do que 12 meses). O período máximo considerado na estimativa de perda de crédito esperada é o período contratual máximo durante o qual a Companhia está exposto ao risco de crédito. **3.14.2 Ativos financeiros com problemas de recuperação.** Em cada data de balanço, a Companhia avalia se os ativos financeiros contabilizados pelo custo amortizado estão com problemas de recuperação. Um ativo financeiro possui "problemas de recuperação" quando ocorrem um ou mais eventos com impacto prejudicial nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro. Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram problemas de recuperação inclui os seguintes dados observáveis: • Dificuldades financeiras significativas do emissor ou do mutuário; • Quebra de cláusulas contratuais, tais como inadimplência ou atraso de mais de 90 dias; • Reestruturação de um valor devido à Companhia em condições que não seriam aceitas normalmente; • A probabilidade que o devedor entrará em falência ou passará por outro tipo de reorganização financeira; ou • O desaparecimento de mercado ativo para o título por causa de dificuldades financeiras. Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia não identificou ativos financeiros sem expectativa de realização, exceto para o que a Companhia já reconhece como estimativa de perda para os ativos, como títulos do contas a receber, que possuem expectativa de perda de realização. **3.14.2.1 Perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa e perdas efetivas.** A Companhia adota a prática de estimativa de perda esperada para créditos de liquidação duvidosa (PECLD), que avalia o risco de crédito dos valores a receber por faixa de atraso considerando a mediana do percentual de não recebimento referente a cada faixa de atraso em cada um dos 12 meses do quinto ano anterior ao período atual, apurando o não recebimento até o último mês do exercício atual. Estabelecendo assim um percentual de estimativa das perdas esperadas para cada faixa de atraso do aging list. A estimativa de perdas esperadas é demonstrada em uma matriz de provisão, a qual é resultado do estudo de comportamento de pagamento das faturas de energia elétrica e do percentual de inadimplência dos parcelamentos de maneira coletiva. Para os parcelamentos relevantes, a Companhia adota uma avaliação individual referente ao risco de crédito desde que são previstas no termo de confissão de dívida as garantias de liquidação dos títulos mensalmente. A Companhia entende que para as negociações com garantias de recebimento previstas, o risco de crédito é menor que o risco de crédito de título sem garantia de recebimento previsto nos termos. Para isso, a Companhia adota uma governança das negociações relevantes realizadas junto a alta administração para deliberação. Para o reconhecimento de perdas efetivas, a Companhia baixa do valor contábil bruto de um ativo financeiro que não tenha expectativa razoável de liquidação em sua totalidade ou em parte, sendo os títulos vencidos acima de 10 anos baixados em sua integralidade. A Companhia não espera nenhuma recuperação significativa do valor baixado. No entanto, os ativos financeiros baixados podem ainda estar sujeitos à execução de crédito para o cumprimento dos procedimentos da Companhia para a recuperação dos valores devidos. **3.14.3 Ativos não financeiros.** A Companhia possui uma Unidade Geradora de Caixa (UGC), que gera entradas de caixa pelo seu uso contínuo, entradas essas que são em grande parte independentes das entradas de caixa de outros ativos ou UGCs. Adicionalmente, a Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos não financeiros (exceto estoques, ativos de contrato e impostos diferidos) com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas e tendo o valor contábil líquido excedido o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. Nesse caso, o valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda. A Companhia concluiu que não há indicativos de perda ao valor recuperável (*impairment*) nos ativos não financeiros. Caso ocorra alguma indicação, o valor recuperável do ativo é estimado e avaliado anualmente. **3.15 Ajuste a valor presente (AVP). 3.15.1 Parcelamentos de contas a receber.** A Companhia utiliza 9,06%, como taxa de desconto que reflete juros compatíveis com a natureza, o prazo e os riscos relacionados à transação, levando-se em consideração, ainda, as taxas de mercado praticadas na data inicial da transação, para cálculo do ajuste a valor presente do total dos parcelamentos, em conformidade com o CPC 12 - Ajuste a valor presente. Em 31 de dezembro de 2023, a companhia apurou os parcelamentos ajustados a valor presente em montante inferior ao saldo do contas a receber, para os grupos de parcelamentos, cujos juros futuros foram superiores ao saldo ajustado. Dessa forma, como resultado do cálculo, a Administração concluiu sobre a não necessidade de reconhecimento de AVP para total de parcelamentos, apenas para os parcelamentos cujos juros futuros foram inferiores ao saldo ajustado. **3.15.2 Outros ativos e passivos.** Os ativos e passivos monetários de longo prazo, são atualizados monetariamente e, portanto, estão ajustados pelo seu valor presente. O ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários de curto prazo é calculado, e somente registrado, se considerado relevante em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto. Para fins de registro e determinação de relevância, o ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos, com base nas análises efetuadas e na melhor estimativa da Administração. **3.16 Provisão para riscos judiciais.** As provisões para riscos judiciais são constituídas para todos os processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a contingência/obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais. **3.17. Demonstração do valor adicionado (DVA).** A Companhia elaborou a DVA nos termos do pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado, as quais são apresentadas como parte integrante das demonstrações contábeis conforme práticas contábeis adotadas no Brasil. **3.18. Principais mudanças nas políticas contábeis. 3.18.1. Novas normas, alterações e interpretações.** O CPC emitiu revisões às normas existentes, aplicáveis a partir de 1º de janeiro de 2023. A Companhia decidiu não adotar antecipadamente nenhuma outra norma, interpretação ou alteração que tenham sido emitidas, mas que ainda não estejam vigentes. A relação destas revisões aplicáveis e adotadas pela Companhia e respectivos impactos é apresentada a seguir:

Revisão e Normas Impactadas	Data de aprovação (Brasil)	Aplicável a partir de	Impactos contábeis
Pronunciamento Técnico CPC nº 50 Este Pronunciamento vem substituir a norma atualmente vigente sobre Contratos de seguro (CPC 11).	07/05/2021	01/01/2023	Não houve impacto nas políticas contábeis da Companhia.
Revisão de Pronunciamentos Técnicos nº 20 Pronunciamentos Técnicos CPC 11 - Contratos de seguro; CPC 15 (R1) - Combinação de negócios; CPC 21 (R1) - Demonstração intermediária; CPC 23 - Políticas contábeis, mudança de estimativa e retificação de erro; CPC 26 (R1) - Apresentação das demonstrações contábeis; CPC 27 - Ativo imobilizado; CPC 32 - Tributos sobre o lucro; CPC 37 (R1) - Adoção inicial das normas internacionais de contabilidade; CPC 40 (R1) - Instrumentos financeiros: evidenciação; CPC 47 - Receita de contrato com cliente; e CPC 49 - Contabilização e relatório contábil de planos de benefício de aposentadoria.	01/03/2022	01/01/2023 (ajuste CPC 37, aplicação imediata)	Sem impactos relevantes
Revisão de Pronunciamentos Técnicos nº 21 Pronunciamentos Técnicos CPC 01 (R1) - Redução ao valor recuperável de ativos; CPC 03 (R2) - Demonstração dos fluxos de caixa; CPC 04 (R1) - Ativo intangível; CPC 15 (R1) - Combinação de negócios; CPC 18 (R2) - Investimento em coligada, em controlada e empreendimento controlado em conjunto; CPC 25 - Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes; CPC 26 (R1) - Apresentação das demonstrações contábeis; CPC 27 - Ativo imobilizado; CPC 28 - Propriedade para investimento; CPC 31 - Ativo não circulante mantido para venda e operação descontinuada; CPC 33 (R1) - Benefícios a empregados; CPC 37 (R1) -Adoção inicial das normas internacionais de contabilidade; CPC 39 - Instrumentos financeiros: apresentação; CPC 40 (R1) - Instrumentos financeiros: evidenciação; CPC 47 - Receita de contrato com cliente; CPC 48 - Instrumentos financeiros; e CPC 50 - Contratos de seguro.	03/11/2022	01/01/2023	Não houve impacto nas políticas contábeis da Companhia.

3.18.2. Normas emitidas, mas ainda não vigentes. As normas e interpretações novas e alteradas emitidas, mas não ainda em vigor até a data de emissão das demonstrações financeiras do Grupo, estão descritas a seguir. O Grupo pretende adotar essas normas e interpretações novas e alteradas, se cabível, quando entrarem em vigor.

Revisão e Normas Impactadas	Data de aprovação (Brasil)	Aplicável a partir de	Impactos contábeis
(a) CPC 06 – Arrendamentos - Passivo de Locação em um *Sale and Leaseback* (Transação de venda e retroarrendamento) Especifica os requisitos que um vendedor-arrendatário utiliza na mensuração da responsabilidade de locação decorrente de uma transação de venda e arrendamento de volta, a fim de garantir que o vendedor-arrendatário não reconheça qualquer quantia do ganho ou perda que se relaciona com o direito de uso que ele mantém.	Emissão a nível de IASB	01/01/2024	A Companhia avaliou os efeitos desta decisão e não identificou nenhuma aplicação direta ou reflexa para exercício.
Alterações ao IAS 1: Classificação de Passivos como Circulante ou Não- Circulante Especificar os requisitos de classificação de passivos como circulante ou não circulante. As alterações esclarecem: • O que se entende por direito de adiar a liquidação. • Que o direito de adiar deve existir no final do período das informações financeiras. • Que a classificação não é afetada pela probabilidade de a entidade exercer seu direito de adiar. • Que somente se um derivativo embutido em um passivo conversível for ele próprio um instrumento de patrimônio, os termos de um passivo não afetarão sua classificação. Além disso, foi introduzida uma exigência de divulgação quando um passivo decorrente de um contrato de empréstimo é classificado como não circulante e o direito da entidade de adiar a liquidação depende do cumprimento de covenants futuros dentro de doze meses.	Emissão a nível de IASB	01/01/2024	O Grupo está atualmente avaliando o impacto que as alterações terão na prática atual e se acordos de empréstimo existentes podem exigir renegociação.
Acordos de financiamento de fornecedores – Alterações nos CPC 03 (R2) – Demonstrações do fluxo de caixa) e CPC 40 (R1) - Instrumentos financeiros: evidenciação) Esclarece as características de acordos de financiamento de fornecedores e exigir divulgações adicionais desses acordos. Os requisitos de divulgação nas alterações têm como objetivo auxiliar os usuários das demonstrações financeiras a compreender os efeitos dos acordos de financiamento com fornecedores nas obrigações, fluxos de caixa e exposição ao risco de liquidez de uma entidade.	26/12/2023	01/01/2024	O Grupo está atualmente avaliando o impacto que as alterações terão na prática atual.
Medida Provisória nº 1.185 - Reflexo tributário das Subvenções para Investimento O Governo Federal publicou a MP nº 1.185, que dispõe sobre o crédito fiscal decorrente de subvenção para a implantação ou a expansão de empreendimento econômico, e revoga o artigo 30 da Lei Federal nº 12.973/2014.	31/08/2023	N/A	A Companhia avaliou os efeitos desta decisão e não identificou nenhuma aplicação direta ou reflexa para exercício.

4. Assuntos regulatórios. 4.1. Bandeiras tarifárias. Conforme informações do Operador Nacional do Sistema (ONS), o sistema atravessou um período de redução acentuado nos níveis dos reservatórios, com início em julho de 2012 e término em novembro de 2021, com duração de 113 meses retornando ao aumento dos reservatórios a partir de então. Em 2023, as condições foram favoráveis com previsão de continuidade no ano de 2024. A tabela a seguir demonstra as bandeiras tarifárias que vigoraram em 2022 e 2023.

	Cor da bandeira	
	2023	2022
Janeiro	Verde	Vermelha Escassez Hídrica
Fevereiro	Verde	Vermelha Escassez Hídrica
Março	Verde	Vermelha Escassez Hídrica
Abril	Verde	Vermelha Escassez Hídrica/Verde
Maio	Verde	Verde
Junho	Verde	Verde
Julho	Verde	Verde
Agosto	Verde	Verde
Setembro	Verde	Verde
Outubro	Verde	Verde
Novembro	Verde	Verde
Dezembro	Verde	Verde

4.2. Sobrecontratação de energia. As distribuidoras de energia elétrica são obrigadas a garantir 100% do seu mercado de energia por meio de leilões regulados pela ANEEL, tendo também a garantia do repasse às tarifas dos custos ou receitas decorrentes das sobras de energia elétrica, limitadas a 5% do requisito regulatório e dos custos decorrentes de déficits de energia elétrica, conforme estabelecido no Decreto nº 5.163/2004. Contudo, quando a distribuidora ultrapassar o referido limite e sendo este ocasionado de forma voluntária, fica exposta à variação entre o preço de compra e o de venda do montante excedente no mercado de curto prazo. Os valores apurados são atualizados monetariamente com base na taxa SELIC e compensados nos processos tarifários subsequentes. No exercício findo em 31 de dezembro de 2023 e 2022, a Companhia participou dos Mecanismos de Compensação de Sobras e Déficits (MCSD) de Energia Existente e Energia Nova, conforme previsto na Resolução Normativa nº 1.009, de 22 de março de 2022, para adequar seu portfólio contratual para o nível regulatório de cobertura. Ressaltamos que tais mecanismos estão previstos nos procedimentos de comercialização, podendo a distribuidora declarar déficit ou sobras de energias dos seus contratos de compra de energia do ambiente regulado (CCEARs). A Companhia está com um nível de cobertura contratual de 101,62% em 31 de dezembro de 2023 (104,39% em 31 de dezembro de 2022). **4.3. Revisão Tarifária Periódica (RTP) 2023.** A cada quatro anos, no mês de dezembro, a ANEEL apura o novo índice do reajuste tarifário da Companhia adequando suas despesas da Parcela A (custo não gerenciáveis, como compra de energia, encargos setoriais, encargos de transmissão) e a recomposição de parte da Parcela B. As tarifas de aplicação da Companhia, constantes da Resolução Homologatória nº 3.292, de 28 de novembro de 2023, foram reajustadas, em média, 14,70% correspondendo ao efeito tarifário médio a ser percebido pelos consumidores, usuários e agentes supridos da distribuidora. Neste processo, a Conta de Compensação de Variação de Valores de Itens da "Parcela A" (CVA) contabilizadas pela Companhia são validadas, devendo ser feita a baixa das diferenças apuradas entre o valor apurado pela Companhia e o concedido pela ANEEL no mesmo período. A apuração das diferenças desses diversos pontos é chamada de efeito do reajuste na Companhia. O Decreto nº 9.642, de 27 de dezembro de 2018, determina que, a partir de 2019, nos processos de reajuste ou revisão tarifária das distribuidoras, os descontos de que trata o § 2º do referido artigo, que são aqueles aplicados aos consumidores classificados como: Rural; Cooperativa de Eletrificação Rural; Serviço Público de Água, Esgoto e Saneamento; e Serviço Público de Irrigação; sejam reduzidos à razão de 20% ao ano, até que a alíquota seja zero. Os descontos atualmente conferidos aos consumidores são custeados pela CDE, que repassam às distribuidoras o montante de subsídios concedidos. Com a redução desses descontos, as distribuidoras deixam gradualmente de receber recursos da CDE e passam a receber diretamente desses consumidores. **4.4. Encargos regulatórios.** A receita de prestação de serviços de distribuição está sujeita aos seguintes

continuação

EQUATORIAL PIAUÍ DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A. | CNPJ/MF nº 06.840.748/0001-89

impostos, taxas e contribuições, pelas seguintes alíquotas básicas: **• Pesquisa e desenvolvimento (P&D) e Programa de eficiência energética (PEE)** – Percentuais mínimos a aplicar, estabelecidos pela Lei nº 9.991/2000, alterada pela Lei nº 14.120/2021 (P&D e PEE) e a recolher (Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT), Ministério de Minas e Energia (MME), Programa Nacional de Conservação de Energia Elétrica (PROCEL) e Conta de desenvolvimento energético (CDE)), da tabela a seguir:

De 01/01/2023 até 31/12/2025 (*)						
P&D (% da ROL)				PEE (% da ROL)		
P&D/ANEEL	CDE	FNDCT	MME	PEE/ANEEL	CDE	PROCEL
0,21 a 0,3	até 0,09	0,3	0,15	0,14 a 0,2	até 0,06	0,05

• Conta de desenvolvimento energético (CDE); • Encargo de serviço do sistema (ESS); e • Taxa de fiscalização de serviços de energia elétrica (TFSEE). A receita já está apresentada líquida desses encargos na demonstração do resultado. Nota explicativa nº 8 – Valores a receber (devolver) da parcela A e outros itens financeiros, para mais detalhes. (*) Conforme disposto na Lei nº 9.991/2000, com alterações inseridas pela Lei nº 14.120/2021. **4.5. Marco Legal - Geração Distribuída.** A Resolução Normativa ANEEL nº 1.059, de 07/02/2023, que regulamenta a Lei 14.300/2022, foi considerada o marco legal da Micro e Minigeração Distribuída. As regras aprovadas abrangem, entre outros, procedimentos relacionados à cobrança pelo uso da rede de distribuição e ao prazo para que a distribuidora realize as ações de conexão dos sistemas. A Resolução Normativa nº 3.169, de 29/12/2022, foi considerada os percentuais de redução, por distribuidora, a serem aplicados na Tarifa de Uso dos Sistemas de Distribuição (TUSD) e na Tarifa de Energia (TE) para estabelecimento da tarifa de aplicação utilizada no faturamento do consumo associado ao Sistema de Compensação de Energia Elétrica (SCEE). A compensação ocorre dentro de sua carteira de clientes, unidades consumidoras classificadas como de micro e minigeração distribuída, que é um sistema em que os consumidores geram sua própria energia elétrica, geralmente por meio de painéis solares ou pequenas turbinas eólicas. A Resolução Normativa ANEEL nº 1.000/2021 define o Sistema de Compensação de Energia Elétrica (SCEE) como um arranjo em que a energia ativa injetada por uma unidade consumidora com microgeração ou minigeração distribuída é cedida à distribuidora local a título de empréstimo gratuito. Posteriormente, essa energia é compensada com o consumo da mesma unidade ou outras unidades consumidoras. Quando a energia gerada em determinado mês é superior à quantidade necessária para abater o consumo naquele período, o consumidor fica com excedente de energia que fica registrado como um passivo a restituir ao consumidor. O direito de receber do cliente cativo ou do órgão regulador uma possível sobrecontratação ou exposição involuntária a preços de liquidação são registrados em outros ativos a receber.

5. Caixa e equivalentes de caixa

	2023	2022
Caixa e depósitos bancários à vista	24.256	12.447
Equivalentes de caixa (a)		
Investimentos		
Certificado de Depósito Bancário – CDB (b)	86.640	326.029
Operações compromissadas	58.675	–
Fundo de investimento		
Operações compromissadas	–	30.033
Certificado de Depósito Bancário – CDB	–	40.840
Cotas de fundo de investimento	–	1
Títulos Públicos	–	9.075
Fundo aberto	5.984	5.494
Subtotal de equivalentes de caixa	151.299	411.472
Total	175.555	423.919

(a) Referem-se a fundos de investimentos, CDBs e Operações Compromissadas, de alta liquidez e possuem baixo risco de crédito. Tais aplicações estão disponíveis para utilização nas operações da Companhia, prontamente conversíveis em montante conhecido de caixa e estão sujeitas a insignificante risco de mudança de valor, ou seja, são ativos financeiros com liquidez imediata. Adicionalmente, os fundos de investimentos são aplicações em cotas (FIC), administrados pela instituição financeira, que alocam seus recursos em cotas de diversos fundos abertos com suscetibilidade de variação do valor. Logo, a Companhia não possui gestão e controle direto sobre exposição, direitos, retornos variáveis decorrentes de seu envolvimento e capacidade de utilizar seu poder para afetar o valor dos retornos sobre esses investimentos, tampouco participação relevante, classificados como caixa e equivalentes de caixa, conforme CPC 03(R2) - Demonstrações de Fluxo de Caixa; e (b) A variação no exercício decorre da utilização de recursos para atender o compromisso de caixa, substancialmente, amortização de debêntures conforme demonstrado na nota explicativa nº 16.1 – Movimentação de dívidas. A carteira da Companhia é remunerada pela variação do Certificado de Depósito Interbancário (CDI), e a rentabilidade média ponderada da carteira, no exercício findo em 31 de dezembro de 2023, equivale a 92,97% do CDI (103,16% do CDI em 31 de dezembro de 2022).

6. Aplicações financeiras

	2023	2022
Fundo de investimento (a)		
Cotas de fundos de investimento	467.025	245.879
Cotas de fundos de investimento FIDC (b)	10.272	–
Títulos públicos	–	92.178
Letra financeira	–	86.320
Fundo Aberto	123.400	46.480
Recursos Vinculados	–	6.207
Total	600.697	477.064

(a) Os fundos de investimentos representam operações em instituições financeiras de primeira linha e possuem vencimentos superiores a três meses e/ou são mantidos com a finalidade de investimentos para construção de projetos de infraestrutura na prestação dos serviços da concessão. São compostos por diversos ativos visando melhor rentabilidade, tais como: títulos de renda fixa, títulos públicos, operações compromissadas, debêntures, CDBs, entre outros, de acordo com a política de investimento da Companhia. Adicionalmente, os fundos de investimentos são aplicações em cotas (FIC), administrados pela instituição financeira, que alocam seus recursos em cotas de diversos fundos abertos com suscetibilidade de variação do valor. Logo, a Companhia não possui gestão e controle direto sobre exposição, direitos, retornos variáveis decorrentes de seu envolvimento e capacidade de utilizar seu poder para afetar o valor dos retornos sobre esses investimentos, tampouco participação relevante (limite máximo de 10% do Patrimônio líquido) conforme CPC 36 (R3) – Demonstrações Consolidadas; e (b) Fundo de Investimento em Direitos Creditórios (FIDC) não exclusivo, sendo parte de seus recursos utilizados na operação de antecipação de títulos a pagar a fornecedores do Grupo Equatorial, conforme descrito na nota explicativa nº 14.1 – Fornecedores – Risco sacado. A carteira da Companhia é remunerada pela variação do Certificado de Depósito Interbancário (CDI), e a rentabilidade média ponderada da carteira no exercício findo em 31 de dezembro de 2023 equivale a 101,71% do CDI (102,71% do CDI em 31 de dezembro de 2022). **7. Contas a receber de clientes. 7.1. Composição dos saldos**

	2023 A vencer	2023 Vencidos Até 90 dias	2023 Vencidos Mais de 90 dias	2023 Total	2022 A vencer	2022 Vencidos Até 90 dias	2022 Vencidos Mais de 90 dias	2022 Total
Residencial	82.726	95.843	380.425	558.994	47.269	65.860	374.318	487.447
Industrial	15.353	2.270	24.141	41.764	11.314	1.764	25.093	38.171
Comercial	50.704	15.711	57.553	123.968	35.458	11.842	57.905	105.205
Rural	13.720	8.960	17.220	39.900	6.725	5.936	15.828	28.489
Poder público	26.358	10.091	16.041	52.490	17.324	5.057	11.799	34.180
Iluminação pública	10.683	1.361	9.695	21.739	6.892	562	12.689	20.143
Serviço público	14.123	5.671	13.029	32.823	10.706	6.259	8.969	25.934
Contas a receber de consumidores faturados	213.667	139.907	518.104	871.678	135.688	97.280	506.601	739.569
Residencial	120.211	9.568	114.316	244.095	118.701	9.938	96.129	274.216
Industrial	6.375	195	4.106	10.676	7.805	160	4.276	12.241
Comercial	16.016	1.056	22.665	39.737	27.294	1.317	21.110	49.721
Rural	5.710	564	7.175	13.449	7.329	531	6.943	14.803
Poder público	99.805	1.635	15.388	116.828	118.811	1.710	12.619	133.140
Iluminação pública	32.676	581	1.888	35.145	35.581	675	1.543	37.799
Serviço público	14.802	444	1.990	17.236	15.206	373	1.531	17.110
Parcelamentos (a)	295.595	14.043	167.528	477.166	380.175	14.704	144.151	539.030
Contas a receber de consumidores não faturados (b)	112.988	–	–	112.988	76.947	–	–	76.947
Baixa renda (c)	32.945	–	–	32.945	26.755	–	–	26.755
Outras	32.680	–	–	32.680	79.890	–	–	79.890
Subtotal	687.875	153.950	685.632	1.527.457	699.455	111.984	650.752	1.462.191
(-) Perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa	(46.896)	(19.273)	(487.276)	(553.445)	(49.006)	(13.141)	(450.286)	(512.433)
Total contas a receber clientes	640.979	134.677	198.356	974.012	650.449	98.843	200.466	949.758
Circulante				802.762				719.065
Não circulante				171.250				230.693

(a) Os parcelamentos são referentes às renegociações de faturas em atraso e possuem juros de até 1% a.m. Os valores apresentados no contas a receber referente aos parcelamentos estão líquidos do ajuste a valor presente no montante de R$ 111.473 em 31 de dezembro de 2023 (R$ 117.888 em 31 de dezembro de 2022), em contrapartida ao resultado financeiro; (b) Corresponde à energia elétrica distribuída, mas não faturada para os consumidores e o seu faturamento é efetuado tomando como base os ciclos de leitura, que em alguns casos após o período de encerramento contábil; e (c) O Governo Federal, por meio das leis nº 12.212 e nº 10.438, determinou a aplicação da tarifa social de baixa renda com a finalidade de contribuir para a modicidade da tarifa de fornecimento de energia elétrica aos consumidores finais integrantes da subclasse residencial baixa renda. **7.2. Perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa (PECLD)**

	2022	Provisões / Reversões	Baixas (c)	2023
Contas a receber de consumidores faturados	(346.693)	(38.599)	20.225	(365.067)
Parcelamentos	(152.865)	(22.125)	5.257	(169.733)
Contas a receber de consumidores não faturados	(647)	(1.669)	–	(2.316)
Outras (a)	(12.228)	(4.405)	304	(16.329)
Total (b)	(512.433)	(66.798)	25.786	(553.445)

	2021	Provisões / Reversões	Baixas (c)	2022
Contas a receber de consumidores faturados	(482.011)	(8.592)	143.910	(346.693)
Parcelamentos	(155.339)	(16.101)	18.575	(152.865)
Contas a receber de consumidores não faturados	(955)	308	–	(647)
Outras	7.906	(23.210)	3.076	(12.228)
Total	(630.399)	(47.595)	165.561	(512.433)

(a) A rubrica de outras perdas estimadas é composta, principalmente, por: multas sobre o consumo irregular, auto religação e inadimplência, conforme previsto na Resolução ANEEL nº 456 de 29 de novembro de 2000; (b) A movimentação líquida do exercício gerou um complemento de provisão, no montante de R$ 41.012, com impacto no resultado operacional, conforme nota explicativa nº 23 – Custos do serviço e despesas operacionais; e (c) Valores referentes à reversão de PECLD dos títulos vencidos há mais de 10 anos, que foram baixados do contas a receber.

8. Valores a receber (devolver) da parcela A e outros itens financeiros

	2022	Constituição	Amortização	Atualização	Constituição com efeito caixa	Créditos de PIS/COFINS	Reclassificação	2023
Parcela A								
CDE - conta de desenvolvimento energético (a)	55.439	(3.824)	(50.428)	2.955	–	–	–	4.142
PROINFA - Programa de incentivo às fontes alternativas de energia elétrica (b)	21.758	509	(30.901)	312	–	–	–	(8.322)
Rede básica (c)	64.487	(4.262)	(24.951)	3.968	–	–	–	39.242
Compra de energia CVA (d)	(69.748)	11.482	(15.790)	(10.683)	–	–	–	(84.739)
ESS – encargos do serviço do sistema	17.882	(6.100)	8.817	2.368	–	–	–	22.967
Repasse da Conta-Covid – Parcela A	16.843	–	(4.168)	–	–	–	–	12.675
	106.661	(2.195)	(117.421)	(1.080)	–	–	–	(14.035)
Itens financeiros								
Sobrecontratação de energia (e)	62.812	(34.103)	(9.054)	2.103	–	–	–	21.758
Neutralidade (f)	18.009	(8.205)	(45.354)	442	–	–	–	(35.108)
Ultrapassagem de demanda e reativo excedente	(8.577)	(3.048)	8.488	(220)	–	–	(9.805)	(13.162)
Risco hidrológico	(65.912)	(6.335)	3.597	(3.787)	–	–	–	(72.437)
Compensação créditos PIS/COFINS	–	–	274.372	–	–	(263.431)	–	10.941
Repasse da Conta-Covid – Parcela A	(20.530)	–	(2.876)	–	–	–	–	(23.406)
Empréstimos de escassez hídrica (g)	(102.280)	–	102.280	–	–	–	–	–
CDE Modicidade Tarifária (h)	(52.255)	7.099	47.666	(6.968)	(7.099)	–	–	(11.557)
Outros (i)	112.285	1.215	(113.715)	(27)	57.543	–	–	57.301
	(56.448)	(43.377)	265.404	(8.457)	50.444	(263.431)	(9.805)	(65.670)
Total	50.213	(45.572)	147.983	(9.537)	50.444	(263.431)	(9.805)	(79.705)
Circulante								
Valores a receber	413.586							177.879
Valores a devolver	(307.025)							(210.941)
Efeito líquido circulante ativo (passivo)	106.561							(33.062)
Não circulante								
Valores a receber	37.916							74.795
Valores a devolver	(94.264)							(121.438)
Efeito líquido não circulante ativo (passivo)	(56.348)							(46.643)
Efeito líquido total ativo (passivo)	50.213							(79.705)

	2021	Constituição	Amortização	Atualização	Constituição com efeito caixa	Créditos de PIS/COFINS	Transferências	2022
Parcela A								
CDE - conta de desenvolvimento energético	14.551	(15.397)	50.994	5.291	–	–	–	55.439
PROINFA - Programa de incentivo às fontes alternativas de energia elétrica	6.665	(8.330)	21.146	2.277	–	–	–	21.758
Rede básica	28.109	(22.823)	53.036	6.165	–	–	–	64.487
Compra de energia CVA	105.802	(5.196)	(173.922)	3.568	–	–	–	(69.748)
ESS – encargos do serviço do sistema	196.709	(133.272)	(52.672)	7.117	–	–	–	17.882
Repasse da Conta-Covid – Parcela A	1.144	–	16.780	(1.081)	–	–	–	16.843
	352.980	(185.018)	(84.638)	23.337	–	–	–	106.661
Itens financeiros								
Sobrecontratação de energia	(14.186)	6.857	66.851	3.290	–	–	–	62.812
Neutralidade	1.135	(3.949)	17.881	2.942	–	–	–	18.009
Ultrapassagem de demanda e reativo excedente	(6.687)	(8.489)	6.735	(136)	–	–	–	(8.577)
Risco hidrológico	(62.687)	(2.438)	2.225	(3.012)	–	–	–	(65.912)
Compensação créditos PIS/COFINS	–	–	235.139	–	–	(235.139)	–	–
Repasse da Conta-Covid – Parcela A	(63.408)	–	50.381	–	–	–	(7.503)	(20.530)
Empréstimos de escassez hídrica	–	111.374	(102.280)	(6.800)	(104.574)	–	–	(102.280)
CDE Modicidade Tarifária	–	–	4.750	–	(57.005)	–	–	(52.255)
Outros	10.234	(121.438)	204.284	11.702	–	–	7.503	112.285
	(135.599)	(18.083)	485.966	7.986	(161.579)	(235.139)	–	(56.448)
Total	217.381	(203.101)	401.328	31.323	(161.579)	(235.139)	–	50.213
Circulante								
Valores a receber	341.093							413.586
Valores a devolver	(325.944)							(307.025)
Efeito líquido circulante ativo (passivo)	15.149							106.561
Não circulante								
Valores a receber	310.357							37.916
Valores a devolver	(108.125)							(94.264)
Efeito líquido não circulante ativo (passivo)	202.232							(56.348)
Efeito líquido total ativo (passivo)	217.381							50.213

(a) O saldo da CVA CDE foi afetado pelas seguintes variações: (i) constituição ativa da CVA de R$ 897, devido o pagamento da cota mensal de CDE USO ser maior que o valor de cobertura tarifária conforme Revisão tarifária periódica (RTP) 2023, de acordo com a resolução homologatória nº 3.175/2023,e pelo efeito negativo do reajuste R$ 4.721, totalizando um movimento de constituição negativa de R$ 3.824 e (ii) o impacto negativo da amortização no exercício foi de R$ 50.428, onde R$ 5.459 refere-se ao efeito positivo do reajuste, e R$ 55.887 à amortização negativa; (b) O saldo da CVA PROINFA foi afetado pelas seguintes variações: (i) constituição passiva da CVA de R$ 8.266, devido a redução do pagamento da cota mensal, de acordo com a resolução homologatória nº 3.147/2022, que resultou na despesa menor que o valor de cobertura tarifária, conforme RTP 2022 com vigência até 1º de dezembro de 2023 e, pelo efeito positivo do reajuste de R$ 8.775, totalizando um movimento de constituição positivo de R$ 509; (ii) o impacto negativo da amortização no exercício foi de R$ 30.901, onde R$ 8.467 refere-se ao efeito negativo do reajuste, e R$ 22.434 à amortização negativa; (c) O saldo da CVA Rede Básica foi afetado pelas seguintes variações: (i) constituição positiva de R$ 28.543, devido as despesas com esse item ter se realizado maior que o valor de cobertura tarifária, conforme RTP 2022 e pelo efeito negativo do reajuste tarifário de R$ 32.805,totalizando um movimento de constituição negativa de R$ 4.262; (ii) o impacto negativo da amortização no exercício foi de R$ 24.951, em que R$ 32.945 refere-se ao efeito positivo do reajuste, e R$ 57.896 à amortização negativa; (d) O saldo da CVA de compra de energia teve como movimentação: (i) as constituições positivas dos custos com efeito disponibilidade, risco hidrológico e exposição financeira repassados às distribuidoras para atendimento do mercado, gerando uma CVA ativa no exercício de R$ 68.788, constituições negativas referente aos custos com os contratos de Energia Leilão cuja realização foi menor do que em relação a cobertura tarifária, gerando uma CVA passiva no exercício de R$ 126.056, e pelo efeito positivo do reajuste R$ 68.750, totalizando um movimento de constituição positiva de R$ 11.482; (ii) o impacto negativo da amortização no exercício foi de R$ 15.790, onde R$ 67.061 refere-se ao efeito negativo do reajuste, e R$ 51.271 à amortização positiva; (e) A constituição ativa do saldo de R$ 8.013, deve-se à venda no mercado de curto prazo a um PLD médio de R$ 72,17 MWh, inferior ao preço médio de compra de energia da distribuidora de R$ 239,52/MWh, gerando uma apuração positiva no Resultado Mercado MCP e efeito do reajuste negativo de R$ 42.116, totalizando uma constituição negativo para o exercício de R$ 34.103. O impacto negativo da amortização no exercício foi de R$ 9.054, onde R$ 43.476 refere-se ao efeito positivo do reajuste, e R$ 52.530 à amortização negativa; (f) A neutralidade dos encargos refere-se ao cálculo das diferenças mensais, apuradas entre os valores de cada item dos encargos setoriais, faturados no período de referência e os respectivos valores contemplados no processo tarifário anterior, devidamente atualizados pela taxa SELIC. Para esse exercício foi constituído o montante negativo de R$ 8.205. O impacto negativo da amortização do componente financeiro desse item para o exercício foi de R$ 45.354; (g) Valor referente ao repasse de recursos da Conta Escassez Hídrica para as distribuidoras, para cobertura dos itens previstos no art. 2º da Resolução Normativa ANEEL nº 1.008, de 15 de março de 2022, com os seguintes itens: 1) Estimativa do saldo da Conta Centralizadora dos Recursos de Bandeiras Tarifárias para a competência de abril de 2022; 2) Custos associados ao Programa de Incentivo à Redução Voluntária do Consumo de Energia Elétrica de que trata a Resolução nº 2, de 31 de agosto de 2021, da Câmara de Regras Excepcionais para Gestão Hidroenergética – CREG; 3) Custo da importação de energia em decisão homologada pela CREG referente às competências de julho e agosto de 2021; 4) Diferimentos de que trata o § 1º-I do art. 13 da Lei nº 10.438, de 26 de abril de 2002; e 5) Receita fixa referente às competências de maio a dezembro de 2022 do Procedimento Competitivo Simplificado - PCS de 2021, conforme decisão da ANEEL; (h) A Companhia registrou a entrada de recursos provenientes da Eletrobrás, conforme estabelecido pela Resolução CNPE nº 15 de 2021. Esse aporte se alinha à política de Modicidade Tarifária, viabilizada pelo repasse de recursos do Fundo da CDE. O objetivo primordial é mitigar o impacto dos custos de energia elétrica para os consumidores finais, promovendo condições mais favoráveis nas tarifas de energia. A Companhia reconheceu um aporte de R$ 57.005, efetuado pela Eletrobrás, em conformidade com o Despacho nº 1.959/ANEEL de 2021, e no exercício corrente um aporte de R$ 7.099, conforme o Despacho nº 1.120/ANEEL de 2023. Tais valores foram creditados nas contas correntes específicas destinadas ao repasse de Modicidade Tarifária da CDE. A Companhia contabilizou um impacto positivo de R$ 47.666 no exercício em questão, resultante da amortização do componente financeiro associado a esses repasses. A política de Modicidade Tarifária da CDE é uma ferramenta essencial para a sustentabilidade econômico-financeira do setor elétrico e para a proteção do consumidor, garantindo a equidade na distribuição dos encargos setoriais e a moderação das tarifas de energia; e (i) A amortização de outros foi afetado pelas seguintes variações: amortizações positivas (i) garantia financeira no valor de R$ 248; (ii) reversão de créditos associados à REN nº 376 e 414 no valor de R$ 146; (iii) amortização referente a DIC/ FIC em R$ 19; e amortizações negativas: (iv) ajustes do Custo de Uso do Sistema de Distribuição (CUSD) R$ 45; (v) custo distribuidora - Spread Conta Covid - Art 4º - REN nº 952/2021 R$ 155; (vi) conselho de consumidores R$ 688; neutralidade Covid R$ 1.698 e reversão do financeiro de bandeira escassez hídrica R$ 111.542. No exercício findo em 31 de dezembro de 2023, a Companhia reconheceu o montante de R$ 10.934 (R$ 176.068 em 31 de dezembro de 2022) de bandeira tarifária, sendo que R$ (18) (R$ 110.321 em 31 de dezembro de 2022) obtidos por meio de bandeira tarifária via faturamento junto aos clientes, e R$ 10.952 (R$ 65.746 em 31 de dezembro de 2022) recebendo via CCRBT. A bandeira tarifária foi criada por meio do Decreto nº 8.401/2015 e administrada pela CCEE. **9 Partes relacionadas:** Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia possui transações **com partes relacionadas, principalmente dos contratos de compartilhamentos, dividendos, entre outros, com as empresas descritas abaixo:**

Companhias	Notas	2023 Ativo (passivo)	2023 Efeito no resultado receita (despesa)	2022 Ativo (passivo)	2022 Efeito no resultado receita (despesa)
Contas a receber de clientes					
Entidade é membro do mesmo grupo econômico					
Equatorial Maranhão Distribuidora de Energia S.A.	(a)	–	22.742	1.618	16.168
E-nova Geração Distribuída S.A.	(a)	–	8	–	–
Total		–	22.750	1.618	16.168
Outros créditos a receber – (bens materiais)					
Entidade é membro do mesmo grupo econômico					
Equatorial Maranhão Distribuidora de Energia S.A.	(b)	439	–	–	–
Equatorial Pará Distribuidora de Energia S.A.	(b)	53	–	–	–
Equatorial Alagoas Distribuidora de Energia S.A.	(b)	7	–	–	141
Companhia de Eletricidade do Amapá – CEA	(b)	509	–	–	74
Companhia Estadual de Distribuição de Energia Elétrica – CEEE-D	(b)	231	–	–	244
Equatorial Goiás Distribuidora de Energia S.A.	(b)	2.811	–	–	–
E-nova Geração Distribuída S.A.	(c)	95	95	–	–
Total		4.145	95	–	459
Outros créditos a receber					
Entidade é membro do mesmo grupo econômico					
Equatorial Maranhão Distribuidora de Energia S.A.	(d)	1.007	4.144	1.093	5.212
Equatorial Pará Distribuidora de Energia S.A.	(d)	2.887	5.772	1.522	6.357
Equatorial Alagoas Distribuidora de Energia S.A.	(d)	421	1.733	457	1.389
Companhia De Eletricidade do Amapá – CEA	(d)	78	321	85	85
Companhia Estadual de Distribuição de Energia Elétrica – CEEE-D	(d)	573	2.359	622	622
Equatorial Transmissora 1 SPE S.A.	(d)	9	37	9	39
Equatorial Transmissora 2 SPE S.A.	(d)	9	36	9	41
Equatorial Transmissora 3 SPE S.A.	(d)	14	55	13	51
Equatorial Transmissora 4 SPE S.A.	(d)	22	89	22	95
Equatorial Transmissora 5 SPE S.A.	(d)	10	41	10	40
Equatorial Transmissora 6 SPE S.A.	(d)	11	46	11	46
Equatorial Transmissora 7 SPE S.A.	(d)	12	48	12	41
Equatorial Transmissora 8 SPE S.A.	(d)	16	63	15	61
Integração Transmissora de Energia S.A.(INTESA)	(d)	15	60	15	63
Total		5.084	14.804	3.895	14.142
Fornecedores					
Controladora Indireta					
Equatorial Energia S.A.		(1.272)	(1.272)	–	–
Entidade é membro do mesmo grupo econômico					
Equatorial Maranhão Distribuidora de Energia S.A.	(a)	(1.171)	(642)	–	(543)
Equatorial Pará Distribuidora de Energia S.A.	(e)	(232)	–	–	–
Equatorial Alagoas Distribuidora de Energia S.A.	(e)	(33)	–	–	(575)
Equatorial Goiás Distribuidora de Energia S.A.	(e)	(198)	–	–	–
Companhia De Eletricidade do Amapá - CEA	(e)	(476)	–	–	–
Companhia Estadual de Distribuição de Energia Elétrica – CEEE-D	(e)	(456)	–	–	–
Equatorial Telecomunicações S.A.	(f)	(1.220)	(6.533)	(2.562)	(5.283)
Equatorial Serviços S.A.	(g)	(6.576)	(17.199)	(1.671)	(10.894)
Instituto Equatorial	(h)	(6.587)	(8.199)	(2.298)	(2.298)
Equatorial Engenharia e Construções S.A.	(i)	–	–	–	(15)
Equatorial Transmissora 1 SPE S.A.	(j)	(68)	–	(66)	–
Equatorial Transmissora 2 SPE S.A.	(j)	(62)	–	(62)	–
Equatorial Transmissora 3 SPE S.A.	(j)	(96)	–	(89)	–
Equatorial Transmissora 4 SPE S.A.	(j)	(162)	–	(164)	–
Equatorial Transmissora 5 SPE S.A.	(j)	(75)	–	(76)	–
Equatorial Transmissora 6 SPE S.A.	(j)	(93)	–	(94)	–
Equatorial Transmissora 7 SPE S.A.	(j)	(60)	–	(66)	–
Equatorial Transmissora 8 SPE S.A.	(j)	(107)	–	(105)	–
Integração Transmissora de Energia S.A.(INTESA)	(j)	(67)	–	(122)	–
Total		(19.010)	(33.845)	(7.575)	(19.608)
Dividendos a pagar	(k)				
Controladora direta					
Equatorial Distribuição S.A.		(52.696)	–	–	–
Controladora indireta					
Equatorial Energia S.A.		–	–	(124.018)	–
Outros tipos de partes relacionadas					
Minoritários		(2.835)	–	(6.618)	–
Total		(55.531)	–	(130.636)	–
Outras contas a pagar					
Controladora indireta					
Equatorial Energia S.A.	(l)	(4.649)	(19.024)	(4.439)	(4.439)
Entidade é membro do mesmo grupo econômico					
Equatorial Maranhão Distribuidora de Energia S.A.	(d)	(7.245)	(21.065)	(6.870)	(14.848)
Equatorial Pará Distribuidora de Energia S.A.	(d)	(836)	(8.671)	(2.258)	(5.792)
Equatorial Alagoas Distribuidora de Energia S.A.	(d)	(717)	(3.639)	(1.128)	(2.451)
Companhia de Eletricidade do Amapá - CEA	(d)	(168)	(541)	(90)	(90)
Companhia Estadual de Distribuição de Energia Elétrica – CEEE-D	(d)	(856)	(4.143)	(29)	(29)
Equatorial Transmissão S.A.	(d)	–	–	–	(351)
Equatorial Transmissora 1 SPE S.A.	(d)	(4)	(8)	–	–
Equatorial Transmissora 2 SPE S.A.	(d)	(8)	(26)	–	–
Equatorial Transmissora 3 SPE S.A.	(d)	(2)	(4)	–	–
Equatorial Transmissora 4 SPE S.A.	(d)	(169)	(462)	(2)	(2)
Equatorial Transmissora 5 SPE S.A.	(d)	(5)	(10)	–	–
Equatorial Transmissora 6 SPE S.A.	(d)	(2)	(3)	–	–
Equatorial Transmissora 7 SPE S.A.	(d)	(11)	(23)	–	–
Equatorial Transmissora 8 SPE S.A.	(d)	(8)	(16)	–	–
Integração Transmissora de Energia S.A.(INTESA)	(d)	(32)	(67)	(5)	(29)
Entidade é plano de benefício pós-emprego					
Equatorial Fundação de Previdência (EQTPREV)	(m)	–	(896)	–	–
Total		(14.712)	(58.598)	(14.821)	(28.031)

Investimentos em serviço (bens em comodato)		2023 Ativo	2023 Passivo	2022 Ativo	2022 Passivo
Entidade é membro do mesmo grupo econômico					
Equatorial Maranhão Distribuidora de Energia S.A.	(n)	2.556	(2.556)	2.653	(2.653)
Equatorial Pará Distribuidora de Energia S.A.	(o)	168	(168)	177	(177)
Companhia Estadual de Distribuição de Energia Elétrica – CEEE-D	(p)	118	(118)	121	(121)
Total		2.842	(2.842)	2.951	(2.951)

(a) Os valores com a Equatorial Maranhão e E-nova são provenientes do contrato de uso da rede de energia elétrica da Equatorial Piauí pelos municípios do Estado do Maranhão; (b) Os valores da Equatorial Maranhão Distribuidora de Energia S.A., Equatorial Pará Distribuidora de Energia S.A., Equatorial Alagoas Distribuidora de Energia S.A., Companhia de Eletricidade do Amapá, Companhia Estadual de Distribuição de Energia Elétrica e Equatorial Goiás Distribuidora de Energia S.A. são provenientes das vendas de bens materiais; (c) Saldos referentes ao contrato de arrendamento de terrenos, no qual a Companhia atua como arrendador e a E-nova Geração Distribuída S.A como arrendatária. (d) Valores referentes aos contratos de compartilhamento que abrangem os contratos de infraestrutura relacionados ao uso do sistema de transmissão e recursos humanos, após validação dos cálculos pelo órgão regulador ANEEL; (e) Os valores com a Equatorial Pará Distribuidora de Energia S.A., Equatorial Alagoas Distribuidora de Energia S.A., Equatorial Goiás Distribuidora de Energia S.A e Companhia de Eletricidade do Amapá são provenientes da compra de bens para o ativo imobilizado que está relacionado à atividade fim da Equatorial Piauí; (f) A contratação de serviço é proveniente de serviços de telefonia, integração de telecomunicações de internet que usa os serviços de fibra ótica, com duração de 60 meses; (g) Os valores com a Equatorial Serviços S.A. são provenientes do contrato de serviços de call center, administrativos e despesas incorridas, com prazo de duração de 60 meses; (h) Os valores com o Instituto Equatorial referem-se a projetos de P&D e PEE, de gestão corporativa; (i) Os valores com a Equatorial Engenharia e Construções S.A. são provenientes da prestação de serviços de construção de iluminação e subestações; (j) Valores referem-se a serviços prestados pelas transmissoras de energia, do mesmo grupo econômico da companhia, por meio da Tarifa do Uso do Sistema de Transmissão (TUST); (k) Refere-se a dividendos para distribuição em 31 de dezembro de 2023, conforme explicado na nota explicativa nº 20 – Dividendos a pagar; (l) Em 16 de setembro de 2022, foi assinado Instrumento Particular de Remuneração pela Prestação de Garantia Corporativa (fiança/aval), entre a Equatorial Piauí Distribuidora S.A. (Contratante) e a Equatorial Energia S.A. (Contratada), com o objetivo de remunerar as garantias prestadas sob forma de fiança/aval em contratos. A prestação da garantia, terá uma remuneração equivalente a 1% (um por cento) ao ano, pro rata, incidente sobre o saldo devedor do título ou contrato garantido; (m) Os valores com a EQTPREV são provenientes das contribuições da patrocinadora da Companhia com sua Fundação de Previdência Complementar; (n) Relação de ativos cedidos em comodato no exercício de 2023, da Companhia para a Equatorial Maranhão Distribuição de Energia S.A., de forma não onerosa pelo prazo de 32 (trinta e dois) e 13 (treze) meses conforme descrito no Termo de Comodato, podendo sua devolução acontecer antes a critério das partes; (o) Relação de ativos cedidos em comodato no exercício de 2023, da Equatorial Pará Distribuidora de Energia S.A para a Companhia, de forma não onerosa pelo prazo de 04 (quatro) meses conforme descrito no Termo de Comodato, podendo sua devolução acontecer antes a critério das partes; (p) Relação de ativos cedidos em comodato no exercício de 2023, da Companhia para Companhia Estadual de Distribuição de Energia Elétrica – CEEE-D, e de forma não onerosa pelo prazo de 24 (vinte e quatro) meses conforme descrito no Termo de Comodato, podendo sua devolução acontecer antes a critério das partes. **9.1 Remuneração de pessoal-chave da Administração:** O pessoal-chave da Administração inclui o Conselho de Administração, o Presidente e Diretores. A remuneração anual total foi fixada em até R$ 15.000 (R$ 15.000 em 31 de dezembro de 2022), conforme Ata da Assembleia Geral Ordinária, realizada em 28 de abril de 2023. Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, a Companhia não possui para suas pessoas chave da Administração remuneração nas categorias de benefícios de rescisão de contrato de trabalho. Os benefícios pós-empregos estão descritos na nota explicativa nº 26 – Benefício pós-emprego (Entidade de previdência privada) e referem-se aos planos de benefícios de aposentadoria e pensão com o objetivo de complementar e suplementar os benefícios pagos pelo sistema oficial da previdência social. Os diretores executivos possuem o benefício de plano de Pagamento Baseado em Ações. As datas de vencimento e os preços de exercício das opções de compra de ações pelos diretores executivos e detalhes adicionais do plano estão apresentados nas notas explicativas nº 21.3 e 21.4 – Plano de opção de compra de ações e Plano de outorga de "*phantom shares*", respectivamente. Proporção de cada elemento na remuneração total paga, referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023:

	2023	%
Remuneração fixa anual	3.362	29%
Salário ou Pró-labore	3.171	27%
Benefícios diretos e indiretos	191	2%
Remuneração variável	2.890	24%
Benefício pós emprego	73	1%
Remuneração baseada em ações	5.492	46%
Valor total da remuneração	11.817	100%

9.2 Garantias: A Equatorial Energia S.A., controladora indireta da Equatorial Piauí, presta garantia como avalista ou fiadora para esta com ônus(*), nos contratos de empréstimos, financiamentos e apólice de seguros, conforme abaixo listado:

Instituição	Valor contratado	% do aval	Início	Término	Valor liberado	2023 (a)
BNDES 18/19/20	403.066	100	23/12/2019	15/10/2039	380.000	440.973
BNDES 21/22/23	643.031	100	28/01/2021	15/05/2040	643.031	708.558
Scotiabank 300MM	300.000	100	26/04/2021	27/04/2026	300.000	260.399
Santander 200MM	200.000	100	30/10/2020	09/10/2024	200.000	205.385
Apólice de seguros	114.408	100	01/11/2018	13/07/2028	N/A	N/A
Total	1.660.505				1.523.031	1.615.315

(a) Os valores atualizados das debêntures e empréstimos, estão líquidos do custo de captação. (*) Referente a remuneração dos avalistas em 1% a.a. sobre o saldo devedor.

10 Outros créditos a receber

	2023	2022
Circulante		
Valores a recuperar de empregados	3.365	5.185
Adiantamento a fornecedores	3.656	3.658
Subvenção descontos tarifários (a)	26.493	4.276
Sobras físicas (b)	21.762	127.799
Uso mútuo de poste	3.950	3.887
PECLD de uso mútuo de poste	(2.423)	(2.135)
Incentivo à redução de consumo (c)	563	641
Geração distribuída (d)	41.533	–
Partes relacionadas – nota explicativa nº 9	9.275	3.904
Outros créditos a receber	22.458	15.318
Total circulante	130.632	162.533
Não circulante		
Sobras físicas (b)	–	28.218
Outros créditos a receber	920	936
Total não circulante	920	29.154
Total outros créditos a receber	131.552	191.687

(a) Valores a receber referentes aos descontos incidentes sobre as tarifas aplicáveis aos usuários de serviço público de distribuição de energia elétrica, a serem recebidos do Poder Concedente, conforme previsto no art. 13, inciso VII, da Lei nº 10.438, de 26 de abril de 2002, e em cumprimento ao disposto no art. 3º do Decreto nº 7.891, de 23 de janeiro de 2013, homologados pela Resolução Nº 2.420, de 27 de novembro de 2018. Os valores contemplam o ajuste entre os valores homologados no processo tarifário anterior e os realizados, bem como a previsão para o exercício de vigência das tarifas de que trata esta Resolução; (b) Refere-se ao reposicionamento tarifário previsto no respectivo Contrato de Concessão da Concessionária através do reconhecimento de sobras físicas. A Nota Técnica 210/2020 diz que os recebimentos do valor se darão em parcelas mensais, pagas no prazo de até três anos. Os saldos do curto prazo serão recebidos em até um ano; (c) Para incentivar os consumidores a observar o desperdício de energia elétrica e diminuir o consumo, o Governo Federal lançou um programa que dará descontos para àqueles que reduzirem, voluntariamente, os gastos com energia. É o Programa de Incentivo à Redução Voluntária do Consumo de Energia Elétrica, criado pela Câmara de Regras Excepcionais para Gestão Hidroenergética, vinculada ao Ministério de Minas e Energia do Governo Federal, que entrou em vigor em 1º de setembro de 2021, com o objetivo de incentivar os clientes/consumidores a economizarem energia; e (d) Corresponde as atualizações nas modalidades de microgeração ou minigeração, de acordo com a Lei n.º 14.300 que incentivou a adesão de consumidores à Microgeração e da Minigeração Distribuídas de Energia Elétrica (MMGD). **11. Ativo financeiro da concessão:** A movimentação dos saldos referentes ao Ativo financeiro da concessão está conforme a seguir demonstrada:

	2022	Atualização do ativo financeiro (a)	Transferência – Ativos de contrato (b)	2023
Ativo financeiro	451.605	19.057	71.155	541.817
Obrigações especiais	(355.822)	–	–	(355.822)
Total ativo financeiro da concessão	95.783	19.057	71.155	185.995

	2021	Atualização do ativo financeiro (a)	Transferência – Ativos de contrato (b)	2022
Ativo financeiro	413.960	1.129	36.516	451.605
Obrigações especiais	(355.822)	–	–	(355.822)
Total ativo financeiro da concessão	58.138	1.129	36.516	95.783

(a) Visando a melhor estimativa da indenização ao final da concessão, o ativo financeiro é revisado mensalmente, considerando a atualização pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), por ser este um dos principais critérios de atualização utilizada pelo regulador nos processos de reajuste tarifário. Além da atualização reconhecida no ano, houve a contabilização do laudo de avaliação dos ativos homologados pela ANEEL durante a revisão tarifária de 2023, que além da inflação, são utilizados outros métodos para avaliação desses ativos; e (b) Correspondem às transferências (bifurcação) dos ativos de contrato para o ativo financeiro da concessão. A concessão da Companhia não é onerosa, desta forma, não há obrigações financeiras fixas e pagamentos a serem realizados ao Poder Concedente. **12 Intangível:** O ativo intangível está constituído conforme a seguir demonstrado:

2023	Taxas anuais médias ponderadas de amortização (%)	Custo	Amortização	(-) Obrigações vinculadas à concessão	Valor líquido
Em serviço	4,17%	4.579.825	(1.348.942)	(630.119)	2.600.764
Total		4.579.825	(1.348.942)	(630.119)	2.600.764

2022	Taxas anuais médias ponderadas de amortização (%)	Custo	Amortização	(-) Obrigações vinculadas à concessão	Valor líquido
Em serviço	4,51%	3.665.041	(1.181.623)	(589.738)	1.893.680
Total		3.665.041	(1.181.623)	(589.738)	1.893.680

O ativo intangível é composto pelo direito de uso dos bens vinculados ao contrato de serviço de concessão amortizáveis pela vida útil do bem e limitado à data do contrato de concessão até outubro de 2048, conforme ICPC 01(R1) - Contratos de concessão.

12.1 Movimentação do ativo intangível

	2022	Adições	Baixas (a)	Transferência de ativos de contrato (b)	2023
Em serviço	3.665.041	–	(38.595)	953.379	4.579.825
(-) Amortização	(1.181.623)	(199.190)	31.871	–	(1.348.942)
Total em serviço	2.483.418	(199.190)	(6.724)	953.379	3.230.883
Obrigações especiais em serviço	(914.450)	–	–	(106.741)	(1.021.191)
(-) Amortização	324.712	66.360	–	–	391.072
Total em obrigações especiais	(589.738)	66.360	–	(106.741)	(630.119)
Total	1.893.680	(132.830)	(6.724)	846.638	2.600.764

	2021	Adições	Baixas	Transferência de ativos de contrato	2022
Em serviço	3.219.406	–	(34.642)	480.277	3.665.041
(-) Amortização	(1.054.281)	(148.555)	21.213	–	(1.181.623)
Total em serviço	2.165.125	(148.555)	(13.429)	480.277	2.483.418
Obrigações especiais em serviço	(837.035)	–	–	(77.415)	(914.450)
(-) Amortização	285.997	38.715	–	–	324.712
Total em obrigações especiais	(551.038)	38.715	–	(77.415)	(589.738)
Total	1.614.087	(109.840)	(13.429)	402.862	1.893.680

(a) Valores correspondem às baixas por perda de bens integrantes do ativo imobilizado entre as quais destacamos: baixa de medidores; transformadores e religadores de distribuição; e (b) Correspondem às transferências (bifurcação) dos ativos de contrato para o intangível em serviço e ativo financeiro da concessão; A Companhia avaliou e não há nenhum indicativo de que o valor contábil dos bens exceda seu valor recuperável para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022. **13. Ativos de contrato:** A movimentação dos ativos de contrato está conforme a seguir demonstrado:

	2022	Adições (b)	Transferências (c) Ativo intangível	Transferências (c) Ativo financeiro	2023
Ativos de contrato	788.472	826.100	(953.379)	(71.155)	590.038
Obrigações especiais (a)	(117.790)	(133.948)	106.741	–	(144.997)
Total	670.682	692.152	(846.638)	(71.155)	445.041

	2021	Adições	Transferências Ativo intangível	Transferências Ativo financeiro	2022
Ativos de contrato	573.091	732.174	(480.277)	(36.516)	788.472
Obrigações especiais	(92.630)	(102.575)	77.415	–	(117.790)
Total	480.461	629.599	(402.862)	(36.516)	670.682

(a) Obrigações especiais representam, substancialmente, recursos da União Federal, dos Estados e dos Municípios e pela participação de consumidores, vinculados à realização de investimentos na concessão do serviço público de energia elétrica; (b) O montante de R$ 692.152 (R$ 629.599 em 31 de dezembro de 2022) refere-se às adições líquidas de ativo contratual reconhecidas no exercício, onde R$ 613.193 (R$ 566.002 em 31 de dezembro de 2022) impactou o caixa da Companhia, R$ 23.023 (R$ 18.535 em 31 de dezembro de 2022) refere-se às adições em contrapartida de fornecedores, R$ 45.081 (R$ 35.273 em 31 de dezembro de 2022) refere-se às adições em contrapartida de obrigações sociais e trabalhistas e R$ 10.855 (R$ 9.789 em 31 de dezembro de 2022) refere-se à capitalização de juros de empréstimos ligados à aquisição ou construção de ativos qualificáveis de acordo com as regras do CPC 20 (R1) - Custos de Empréstimos. Ver informações na nota explicativa nº 28 – Demonstração dos fluxos de caixa; e (c) Correspondem às transferências (bifurcação) dos ativos de contrato para o intangível em serviço e ativo financeiro da concessão. A Companhia avaliou o impacto e concluiu como baixo o risco de não recebimento e perda associada aos ativos de contrato, pois os mesmos serão remunerados, a partir da entrada em serviço, (i) por meio do incremento da tarifa cobrada dos clientes, através dos ciclos de Revisão Tarifária Periódica, compondo a receita de tarifa faturada aos consumidores, ou ainda (ii) pelo direito incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro do Poder Concedente, a título de indenização pela reversão da infraestrutura do serviço público. Dessa forma, não foi identificado nenhum indicativo de perda ao valor recuperável do ativo, e, consequentemente, nenhuma provisão foi constituída nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022. Os valores dos bens em construção estão sujeitos à fiscalização da ANEEL.

14. Fornecedores:

	2023	2022
Suprimento de energia elétrica (a)	147.852	99.749
Encargos de uso da rede elétrica	39.255	37.785
Materiais e serviços (b)	180.283	220.368
Repasse de energia livre	25.653	22.694
Partes relacionadas – nota explicativa nº 9	19.010	7.575
Outros	262	262
Total fornecedores	412.315	388.433

(a) O saldo de 31 de dezembro de 2023 teve um aumento em relação a 31 de dezembro de 2022, em resumo tem-se R$ 14.841 devido aos maiores custos das operações com a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE referentes ao efeito disponibilidade, efeito da contratação de cotas de garantia e exposição financeira que são valoradas ao PLD, e R$ 33.262 tendo como principal motivo, aumento das despesas com os contratos de Compra de Energia; e (b) A composição deve-se, substancialmente, a fornecedores de materiais e serviços, relacionados ao custeio e investimentos na infraestrutura da concessão que a Companhia realiza no decorrer do exercício. **14.1 Fornecedores – Risco sacado:** A Companhia, em consonância com as melhores práticas de governança e transparência, visando atender às sugestões emitidas pela Superintendência de Normas Contábeis e de Auditoria (SNC) e pela Superintendência de Relações com Empresas (SEP) da CVM, no Ofício Circular 01/22 e anteriores, decidiu apresentar de forma segregada do saldo de Fornecedores (nota explicativa nº 13) os valores relacionados às operações de risco sacado, apesar de manter a essência de uma transação mercantil. A Companhia possui operação de risco sacado com seus fornecedores, com a participação de uma instituição financeira (atualmente através de um FIDC), onde o fornecedor tem a opção de antecipar seus recebíveis relacionados às compras de bens e serviços realizadas pela Companhia. Ressalta-se que não existe extensão do prazo. A Companhia não possui operações de risco sacado com saldo vencido e o fechamento da operação entre a instituição financeira e o fornecedor fica a livre critério deste último, sem participação da Companhia. Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, a Companhia apresentou R$ 52.639 e R$ 39.893, respectivamente, em valores de fornecedores – risco sacado, os quais possuem prazo médio de liquidação de 88 dias. **15 Empréstimos e financiamentos: 15.1 Composição do saldo**

2023	Custo da dívida (% a.a.)	Garantias	Principal e encargos Circulante	Principal e encargos Não circulante	Total
Moeda estrangeira (US$)					
Scotiabank (a)	CDI + 1,77%	Aval/Fiança	1.044	259.355	260.399
Santander (a)	CDI + 1,62%	N/A	591	136.451	137.042
Bank of America (a)	CDI + 1,25% a 1,38%	N/A	244.703	338.274	582.977
Total moeda estrangeira US$			246.338	734.080	980.418
Moeda nacional					
BNDES	IPCA + 3,93% a 4,43%	Aval/Fiança + Conta Reserva + Recebíveis	72.788	1.076.777	1.149.565
Santander S.A.	CDI + 1,65%	Aval/Fiança	205.385	–	205.385
CCEE	5,00%	Recebíveis	44.601	1.062.989	1.107.590
China Construction *Bank*	CDI + 0,97%	N/A	6.603	150.000	156.603
Subtotal			329.377	2.289.766	2.619.143
(-) Ajuste a valor presente – AVP (b)			–	(557.145)	(557.145)
(-) Custo de captação			(2)	(32)	(34)
Total moeda nacional			329.375	1.732.589	2.061.964
Total empréstimos e financiamentos			575.713	2.466.669	3.042.382

2022	Custo da dívida (% a.a.)	Garantias	Principal e encargos Circulante	Principal e encargos Não circulante	Total
Moeda estrangeira (US$)					
Scotiabank	CDI + 1,58% a 1,77%	Aval/Fiança	188.468	279.519	467.987
Santander	CDI + 1,62%	N/A	586	147.060	147.646
Total moeda estrangeira US$			189.054	426.579	615.633
Moeda nacional					
BNDES	IPCA + 3,93% a 4,43%	Aval/Fiança + Conta Reserva + Recebíveis	28.761	1.095.537	1.124.298
Santander S.A.	CDI + 1,65%	Aval/Fiança	5.692	200.000	205.692
CCEE	5,00%	Recebíveis	–	1.055.461	1.055.461
China Construction *Bank*	CDI + 0,97%	N/A	7.309	150.000	157.309
Subtotal			41.762	2.500.998	2.542.760
(-) Ajuste a valor presente – AVP			–	(579.580)	(579.580)
(-) Custo de captação			(2)	(34)	(36)
Total moeda nacional			41.760	1.921.384	1.963.144
Total empréstimos e financiamentos			230.814	2.347.963	2.578.777

(a) Considera-se no custo da dívida do *Scotiabank*, Santander e *Bank of America*, o custo da ponta passiva do *swap*, para mais detalhes, vide nota explicativa nº 27.4 – Instrumentos financeiros derivativos; e (b) Ajuste a valor presente sobre o saldo do empréstimo aprovado pela ANEEL a título de RGR (Reserva Global de Reversão), realizado em função da alteração das condições contratuais definidas no novo contrato de concessão para a dívida cujos juros foram repactuados para 5% a.a. A Companhia reconheceu o ajuste a valor presente de R$ 674.930, utilizando como data base 31 de março de 2019, e taxa de desconto, taxa que reflete o risco e prazos das captações disponíveis no mercado à Companhia. Em 31 de dezembro de 2023 o saldo de ajuste a valor presente corresponde a R$ 557.145 (R$ 579.580 em 31 de dezembro de 2022). **15.2 Movimentação de Empréstimos e financiamentos:** A movimentação da conta de Empréstimos e financiamentos está conforme a seguir demonstrada:

	Moeda nacional Passivo circulante	Moeda nacional Passivo não circulante	Moeda estrangeira (US$) Passivo circulante	Moeda estrangeira (US$) Passivo não circulante	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2022	41.760	1.921.384	189.054	426.579	2.578.777
Ingressos	–	–	–	592.300	592.300
Encargos	97.511	52.129	20.636	132	170.408
Variação monetária e cambial	10.516	42.407	(14.145)	(34.931)	3.847
Transferências	283.331	(283.331)	250.000	(250.000)	–
Amortizações de principal	(27.331)	–	(181.127)	–	(208.458)
Pagamentos de juros	(98.849)	–	(18.080)	–	(116.929)
Ajuste a valor presente	22.435	–	–	–	22.435
Custo de captação (a)	2	–	–	–	2
Saldos em 31 de dezembro de 2023	329.375	1.732.589	246.338	734.080	3.042.382

	Moeda nacional Passivo circulante	Moeda nacional Passivo não circulante	Moeda estrangeira (US$) Passivo circulante	Moeda estrangeira (US$) Passivo não circulante	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2021	191.864	1.700.253	436.706	498.616	2.827.439
Ingressos	–	513.531	–	146.000	659.531
Encargos	117.926	50.065	10.699	–	178.690
Variação monetária e cambial	5.626	42.421	(88.042)	(18.037)	(58.032)
Transferências	384.886	(384.886)	200.000	(200.000)	–
Amortizações de principal	(566.370)	–	(358.873)	–	(925.243)
Pagamentos de juros	(114.609)	–	(11.436)	–	(126.045)
Ajuste a valor presente	22.435	–	–	–	22.435
Custo de captação	2	–	–	–	2
Saldos em 31 de dezembro de 2022	41.760	1.921.384	189.054	426.579	2.578.777

(a) Refere-se a movimentação do custo de transação/captação, quando positivo significa amortização e quando negativo adição. **15.3 Ingressos:**

Instituição	Ingresso	Data do Ingresso	Pagamento de Juros	Amortização	Destinação de Recurso	Encargo Financeiro (a.a.)	Taxa Efetiva com Derivativo (a.a.)
Bank of America	250.000	out-23	*Bullet*	*Bullet*	Capital de Giro	USD + 7,5059%	CDI + 1,25%
Bank of America	342.300	dez-23	*Bullet*	*Bullet*	Capital de Giro	USD + 7,0236%	CDI + 1,38%
Total	592.300						

15.4 Cronograma de amortização da dívida: Em 31 de dezembro de 2023, as parcelas relativas aos empréstimos e financiamentos apresentavam os seguintes vencimentos:

Vencimento	2023 Valor	%
Circulante	575.713	19%
2025	583.450	19%
2026	531.627	17%
2027	115.498	4%
2028	111.781	4%
Até 2048	1.681.490	55%
Subtotal	3.023.846	99%
Ajuste a valor presente (não circulante)	(557.145)	(18%)
Custo de captação (não circulante)	(32)	0%
Não circulante	2.466.669	81%
Total	3.042.382	100%

15.5 Covenants dos empréstimos e financiamentos: Os empréstimos e financiamentos contratados pela Companhia possuem *covenants* (apurados na Companhia, no caso empréstimo com Santander CCB nº 1051378 e *Bank of America* na sua fiadora e controladora final, Equatorial Energia S.A., os empréstimos com o *Scotiabank* e Santander CCB nº 4143382) cujo não cumprimento durante o exercício de apuração, poderá acarretar o vencimento antecipado dos contratos. Abaixo estão apresentados os *covenants* financeiros presentes nos contratos de empréstimos e financiamentos da Companhia:

Covenants Empréstimos	**Santander**	***Bank of America***
1ª Dívida líquida/EBITDA: <= 4,5	3,5	3,5
Covenants Empréstimos	***Scotiabank***	**Santander**
1ª Dívida líquida/EBITDA: <=4,5	3,3	3,3

Os indicadores acima obedecem fidedignamente aos conceitos de dívida líquida contratual e EBITDA contratual, conforme conceitos acordados e expressos nos documentos contratuais.

continuação

EQUATORIAL PIAUÍ DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A. | CNPJ/MF nº 06.840.748/0001-89

Estas informações visam unicamente dar conhecimento acerca dos indicadores apurados em conformidade com as definições acordadas. Não há diferenças conceituais relevantes entre os indicadores mencionados e as definições contábeis de dívida líquida e EBITDA. Adicionalmente aos indicadores mencionados acima, a Companhia possui covenants financeiros junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) cuja apuração é anual, pela controladora final, a Companhia cumpriu todas as obrigações estipuladas nos contratos. **16. Debêntures. 16.1. Movimentação de debêntures.** A movimentação das debêntures do exercício está conforme a seguir demonstrado:

	Passivo circulante	Passivo não circulante	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2022	318.097	400.000	718.097
Encargos	76.412	–	76.412
Amortização principal (a)	(310.000)	–	(310.000)
Pagamento de juros	(81.405)	–	(81.405)
Custo de captação (b)	96	–	96
Saldos em 31 de dezembro de 2023	3.200	400.000	403.200

	Passivo circulante	Passivo não circulante	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2021	318.328	709.904	1.028.232
Encargos	111.140	–	111.140
Transferências	309.904	(309.904)	–
Amortização principal	(310.000)	–	(310.000)
Pagamento de juros	(111.511)	–	(111.511)
Custo de captação	236	–	236
Saldos em 31 de dezembro de 2022	318.097	400.000	718.097

(a) Em 25 de maio de 2023, ocorreu amortização no vencimento da 2ª Emissão de Debêntures, no montante de R$ 310.000; e (b) Refere-se a movimentação do custo de transação/captação, quando positivo significa amortização e quando negativo adição.

16.2. Características das debêntures

Emissão	Característica das debêntures	Garantias	Série	Valor de emissão	Custo Nominal	Data da Emissão	Vencimento	2023 Passivo circulante	2023 Passivo não circulante	2023 Total
1ª	(1)/(3)/(4)	N/A	Única	400.000	CDI + 1,37% a.a.	dez/21	dez/26	3.200	400.000	403.200

(1) Emissão pública de debêntures simples; (3) Não conversíveis em ações; e (4) Espécie Quirografária. **16.3. Cronograma de amortização da dívida.** As parcelas relativas às debêntures e seus vencimentos estão programados conforme descrito a seguir:

	2023 Valor	%
Vencimento		
Circulante	3.200	1%
2026	400.000	99%
Subtotal	400.000	99%
Total não circulante	400.000	99%
Total debêntures	403.200	100%

16.4. Covenants das debêntures. As debêntures contratadas possuem covenants não financeiros e financeiros, apurados na Companhia, cujo não cumprimento durante o período de apuração, poderá acarretar o vencimento antecipado dos contratos.

Covenants debêntures	1ª emissão debêntures
1º Dívida líquida/EBITDA ajustado: <=4,5	3,5

Os indicadores acima obedecem fidedignamente aos conceitos de dívida líquida contratual e EBITDA contratual, conforme conceitos acordados e expressos nos contratos. Estes indicadores visam unicamente dar conhecimento acerca dos indicadores apurados em conformidade com as definições ora acordadas. Não há diferenças conceituais relevantes entre os indicadores mencionados e as definições contábeis de dívida líquida e EBITDA. No exercício findo em 31 de dezembro de 2023, a Companhia manteve-se em cumprimento de todas as obrigações e cláusulas estipuladas nos contratos. **17. Impostos de renda e contribuição social correntes e diferidos. 17.1. Composição do imposto de renda e contribuição social diferidos.** O imposto de renda é calculado com alíquota de 25%, considerando o adicional de 10%, e a contribuição social pela alíquota de 9%, sendo oriundos de prejuízos fiscais e base negativa da contribuição social e diferenças temporárias. Em 31 de dezembro de 2023, a Administração concluiu os estudos de recuperabilidade dos seus créditos fiscais com base em projeções provenientes do seu planejamento estratégico e considera que serão realizadas à medida em que as provisões forem realizadas e na realização de eventos futuros, ao longo do período da concessão. Dessa forma, os tributos diferidos estão dispostos, conforme apresentação abaixo:

	2023	2022
Créditos ativos de:		
Prejuízo fiscal	349.001	365.467
Base negativa	104.893	112.897
	453.894	478.364
Diferenças temporárias (ativo):		
Provisão para riscos judiciais	53.273	59.312
Receitas – CPC 47	948	1.295
Swap	31.581	15.540
Provisão para participação nos lucros	8.936	8.789
Arrendamentos - CPC 06 (R2)	15	18
Provisões atuariais	52.898	2.490
Ativo imobilizado em curso ressarcível (AIC)	38.868	38.868
Outras provisões	6.984	10.163
Total	193.503	136.475
Diferenças temporárias (passivo):		
Reversão de perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa (PECLD)	(19.745)	(26.206)
Ajuste a valor presente	(178.972)	(185.146)
Atualização do ativo financeiro VNR	(9.673)	(3.194)
Total	(208.390)	(214.546)
Total tributo diferido ativo (passivo)	439.007	400.293

17.2. Movimentação do imposto de renda e contribuição social diferidos

2023	2022	Resultado do exercício	Resultado abrangente	Valor líquido	Ativo fiscal diferido	Passivo fiscal diferido
Prejuízo fiscal	365.467	(16.466)	–	349.001	349.001	–
Base negativa	112.897	(8.004)	–	104.893	104.893	–
Provisão para riscos judiciais	59.312	(6.039)	–	53.273	53.273	–
PECLD	(26.206)	6.461	–	(19.745)	–	(19.745)
Ajuste a valor presente	(185.146)	6.174	–	(178.972)	–	(178.972)
Atualização do ativo financeiro VNR	(3.194)	(6.479)	–	(9.673)	–	(9.673)
Provisão atuariais	2.490	109	50.299	52.898	52.898	–
Provisão para participação nos lucros	8.789	147	–	8.936	8.936	–
Variação Swap	15.540	8.840	7.201	31.581	31.581	–
Receitas - CPC 47	1.295	(347)	–	948	948	–
Arrendamentos - CPC 06	18	(3)	–	15	15	–
Ativo imobilizado em curso ressarcível (AIC)	38.868	–	–	38.868	38.868	–
Outras provisões não dedutíveis	10.163	(3.179)	–	6.984	6.984	–
Total	400.293	(18.786)	57.500	439.007	647.397	(208.390)

2022	2021	Reconhecimento no resultado	Resultado abrangente	Valor líquido	Ativo fiscal diferido	Passivo fiscal diferido
Prejuízo fiscal	392.836	(27.369)	–	365.467	365.467	–
Base negativa	122.561	(9.664)	–	112.897	112.897	–
Provisão para contingências	75.243	(15.931)	–	59.312	59.312	–
Provisão para redução ao valor recuperável do contas a receber	(15.587)	(10.619)	–	(26.206)	–	(26.206)
Ajuste a Valor Presente (AVP) e Valor Novo de Reposição (VNR)	(193.708)	5.368	–	(188.340)	–	(188.340)
Provisão atuariais	2.287	203	–	2.490	2.490	–
Provisão para participação nos lucros	7.907	882	–	8.789	8.789	–
Swap	(40.869)	56.409	–	15.540	15.540	–
Receitas - CPC 47	1.350	(55)	–	1.295	1.295	–
Arrendamentos - CPC 06 (R2)	18	–	–	18	18	–
AIC ressarcível	38.868	–	–	38.868	38.868	–
Outras provisões não dedutíveis	4.708	5.455	–	10.163	10.163	–
Total	395.590	4.697	–	400.293	614.839	(214.546)

17.3. Movimentação de impostos e contribuições sobre o lucro a recolher

Saldo em 31 de dezembro de 2021	4.354
IRPJ e CSLL correntes do exercício	34.041
Compensações de IRPJ e CSLL	(26.983)
Tributos retidos/antecipações IR/CS	(7.800)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	3.612
IRPJ e CSLL correntes do exercício	(20.233)
Pagamentos de IRPJ e CSLL	23.187
Tributos retidos/antecipações IR/CS	(3.695)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	2.871

17.4. Expectativa de recuperação - Prejuízo fiscal e base negativa. Com base nos estudos técnicos de viabilidade, a Administração estima que a realização dos créditos fiscais possa ser feita até 2029, conforme demonstrado abaixo:

Expectativa de realização	2024	2025	2026	2027	2028	Total
Impostos de renda e contribuição social diferidos a realizar (*)	245.521	109.335	109.347	118.976	64.218	647.397

Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia apresenta o saldo de R$ 647.397 a realizar de impostos diferidos sobre prejuízos fiscais, base negativa e diferenças temporárias, que correspondem a R$ 349.001, R$ 104.893 e R$ 193.503, respectivamente. **17.5. Conciliação da despesa com imposto de renda e contribuição social.** A conciliação da despesa com Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ) e a Contribuição Social Sobre Lucro Líquido (CSLL) correntes nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022, está demonstrada conforme a seguir:

	2023 IRPJ	2023 CSLL	2022 IRPJ	2022 CSLL
Lucro contábil antes do IRPJ e da CSLL	293.790	293.790	254.602	254.602
Alíquota fiscal	25%	9%	25%	9%
Pela alíquota fiscal	73.448	26.441	63.651	22.914
Adições:				
Provisão para riscos judiciais	7.440	2.679	6.463	2.327
PECLD	10.406	3.746	–	–
Receitas - CPC 47	–	–	135	49
Ajuste a valor presente	5.634	2.028	5.613	2.021
Variação Swap	6.500	2.340	41.478	14.932
Provisão para participação nos lucros	108	39	648	233
Multas e penalidades por infrações	–	–	2.183	155
Arrendamentos – CPC06 (R2)	–	–	280	101
Provisões atuariais	80	29	149	54
Outras provisões não dedutíveis	–	318	–	–
Outras provisões permanentes	661	399	4.006	1.442
Total adições	30.829	11.578	60.955	21.314
Exclusões:				
Reversão de provisão para riscos judiciais	(11.881)	(4.277)	(18.176)	(6.543)
Reversão de PECLD	(5.655)	(2.036)	(7.808)	(2.811)
Receitas - CPC 47	(255)	(92)	(175)	(63)
Ajuste a valor presente	(1.094)	(394)	(1.384)	(498)
Custo de captação e atualização do ativo financeiro	(4.764)	(1.715)	(282)	(102)
Arrendamentos – CPC06 (R2)	(2)	(1)	(268)	(96)
Outras exclusões não dedutíveis	(2.572)	(925)	–	–
Outras exclusões permanentes	(2.322)	(1.502)	(5.307)	(1.902)
Total exclusões	(28.545)	(10.942)	(33.400)	(12.015)
Compensação prejuízo fiscal e base negativa	(16.466)	(8.004)	(27.369)	(9.664)
Incentivo PAT	(82)	–	(259)	–
Incentivo prorrogação licença maternidade	(52)	–	(26)	–
Total compensações	(16.600)	(8.004)	(27.654)	(9.664)
IRPJ subvenção governamental	(57.972)	–	(45.477)	–
IRPJ Subvenção Governamental Reinvestimento (a)	–	–	(6.583)	–
Total outras deduções	(57.972)	–	(52.060)	–
IRPJ e CSLL corrente no resultado do exercício	(1.160)	(19.073)	(11.492)	(22.549)
IRPJ e CSLL diferido no resultado do exercício	(12.521)	(6.265)	3.312	1.385
IRPJ e CSLL no resultado do exercício	(13.681)	(25.338)	(8.180)	(21.164)
	5%	9%	3%	8%

(a) Em outubro de 2022, a empresa recebeu o recurso do incentivo do Reinvestimento do IRPJ previsto na Lei nº 5.508/68 referente ao depósito realizado em 2021 e reconheceu, tempestivamente, o depósito efetuado referente ao primeiro trimestre de 2022. Desse modo, foi reconhecido no exercício findo de 31 de dezembro de 2022 o montante de R$ 6.583 em conta específica no resultado de incentivo fiscal de reinvestimento. **18. Provisão para riscos judiciais e depósitos vinculados.** A Companhia é parte (polo passivo) em ações judiciais e processos administrativos perante tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal das suas operações, envolvendo questões fiscais, trabalhistas, aspectos cíveis e outros assuntos. A Administração, com base em informações de seus assessores jurídicos, análise das demandas judiciais pendentes e, quanto às ações trabalhistas, com base nas experiências anteriores referentes às quantias reivindicadas, constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as prováveis perdas estimadas com as ações em curso, conforme a seguir demonstrado:

	2023 Provisão	2023 Depósitos vinculados	2022 Provisão	2022 Depósitos vinculados
Cíveis	110.443	7.200	121.025	7.092
Fiscais	6.940	–	6.315	–
Trabalhistas	39.668	14.199	47.469	13.740
Total	157.051	21.399	174.809	20.832
Circulante	58.654	189	60.160	–
Não circulante	98.397	21.210	114.649	20.832

18.1. Movimentação dos processos no exercício

2023	Saldo inicial	Adições	Utilização (1)	Reversão de provisão (2)	Atualização (3)	Saldo final
Cíveis	121.025	9.899	(26.250)	(5.153)	10.922	110.443
Tributárias	6.315	–	–	–	625	6.940
Trabalhistas	47.469	6.171	(11.892)	(4.223)	2.143	39.668
Total contingências	174.809	16.070	(38.142)	(9.376)	13.690	157.051

2022	Saldo inicial	Adições	Utilização (1)	Reversão de provisão (2)	Atualização (3)	Saldo final
Cíveis	165.582	15.006	(43.737)	(12.121)	(3.705)	121.025
Tributárias	5.667	4	–	(3)	647	6.315
Trabalhistas	50.052	9.951	(9.633)	(6.484)	3.583	47.469
Total contingências	221.301	24.961	(53.370)	(18.608)	525	174.809

(1) Gastos efetivos (pagamentos) com contingências judiciais; (2) Reversões realizadas durante o exercício; e (3) Atualizações monetárias mensais pelo INPC acrescido de 1% da taxa SELIC. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico. No exercício findo em 31 de dezembro de 2023, as provisões foram revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais. Adicionalmente, a Companhia possui processos de natureza trabalhista, cível e fiscal em andamento, cuja probabilidade de perda foi estimada como possível, não requerendo a constituição de provisão. O total dos referidos processos está demonstrado abaixo:

	2023	2022
Cíveis	329.267	279.552
Fiscais	5.475	5.098
Trabalhistas	93.597	43.075
Total	428.339	327.725

Dentre os processos relevantes cujo risco de perda é considerado provável e possível destacamos, respectivamente: **18.2. Cíveis.** A Companhia figura como ré em 7.832 processos cíveis em 31 de dezembro de 2023 (8.078 processos em 31 de dezembro de 2022), sendo que 3.221 tramitam em Juizados Especiais, os quais, em sua grande maioria, referem-se aos pleitos de danos materiais e morais, incluindo ressarcimento de valores pagos por consumidores. Ações cíveis nas quais são requeridas indenizações por danos morais, materiais entre outros, decorrentes de incidentes ocorridos durante o curso normal dos negócios, e rescisão de contratos com fornecedores, tem provisão constituída no montante de R$ 110.443 (R$ 121.025 em 31 de dezembro de 2022).

Contingências cíveis (prognóstico provável de perda)	2023	2022
Falha no fornecimento (a)	13.857	11.970
Morte por eletroplessão	13.641	13.038
Cobrança indevida (b)	55.984	53.121
Fraude questionada	6.237	7.042
Corte indevido	1.535	1.686
Acidente com terceiros	1.125	1.826
Falha no atendimento	2.153	2.189
Quebra de contrato (c)	10.124	24.330
SPC/SERASA	1.234	1.186
Acidente de trabalho	34	31
Acidente com animais	190	86
Servidão de passagem	835	787
Outras	3.494	3.733
Total	110.443	121.025

Dentre esses processos classificados como prováveis demonstrados acima, os mais relevantes são: (a) Processo nº 0013909-85.2012.8.18.0140 que tem como autor Cerâmica Surubim Ltda., e como objeto a ocorrência de incêndio em decorrência de desligamento, supostamente "abrupto", de sua unidade consumidora em 21 de dezembro de 2011 e, em razão disso, requer o pagamento de indenização a título de danos materiais e lucros cessantes, no montante de R$ 5.265 (R$ 3.244 em 31 de dezembro de 2022). Atualmente o processo encontra-se pendente de análise do recurso da Distribuidora de Agravo em Recurso Especial e do pedido realizado pela Equatorial Piauí no cumprimento provisório de sentença de compensação do valor executado com débito da exequente; (b) Processo nº 0012732-04.2003.8.18.0140 em que tem como autor o Município de Água Branca e outros e como objeto suposta compensação de valores a maior na Transação de Crédito Tributário firmada com o Estado e, em razão disso, requer a devolução das quantias supostamente adimplidas a maior, bem como a repetição do indébito desses valores, no montante de R$ 50.428 (R$ 47.346 em 31 de dezembro de 2022), considerando-se o posicionamento do Poder Judiciário em processo similar. Atualmente o processo encontra-se em instrução; e (c) Em 31 de dezembro de 2023, a variação no prognóstico de perda provável na linha quebra de contrato decorre da realização de acordo, conforme padrão da Companhia, no processo nº 0006504-37.2008.8.18.0140 que se encontrava em fase avançada de andamento e era uma das maiores contingências da Companhia. Além dos processos provisionados, existem outras contingências cíveis cujas possibilidades de perda, em 31 de dezembro de 2023, são avaliadas pela Administração, com base na avaliação da gerência jurídica, como possíveis, no montante de R$ 329.266 (R$ 279.552 em 31 de dezembro de 2022).

Contingências cíveis (prognóstico possível de perda)	2023	2022
Falha no fornecimento	9.786	8.857
Morte por eletroplessão	7.433	5.757
Cobrança indevida	10.617	9.028
Fraude questionada	73	75
Corte indevido	2.303	2.113
Acidente com terceiros	717	518
Falha no atendimento	596	239
Quebra de contrato (a)	66.589	56.583
SPC/SERASA	7	6
Acidente de trabalho	140	131
Servidão de passagem	350	321
Ligação Nova	1.550	1.377
Contribuição previdenciária (b)	222.532	191.254
Outras	6.573	3.293
Total	329.266	279.552

Dentre esses processos classificados como possíveis demonstrados acima, os mais relevantes são: (a) Processo nº 0000196-96.2001.4.01.4000, tem como autor Companhia Hidroelétrica do São Francisco – CHESF e como objeto suposto descumprimento contratual. Atualmente o processo encontra-se em fase recursal apenas no tocante ao cabimento de honorários advocatícios decorrentes do acordo já homologado judicialmente, no montante de R$ 21.145 (R$ 19.837 em 31 de dezembro de 2022); e (b) Processo nº 0037357-09.2015.4.01.3400, tem como autor SINTEPI - Sindicatos dos Trabalhadores nas Indústrias Urbanas no Estado do Piauí e como objeto a suposta ausência de implementação das contribuições previdenciárias ao plano de benefícios de previdência complementar dos empregados, no montante de R$ 208.260 (R$ 191.216 em 31 de dezembro de 2022). Atualmente o processo encontra-se concluso para julgamento. **18.3. Fiscais.** A Companhia figura como ré em 162 processos fiscais em 31 de dezembro de 2023 (156 processos em 31 de dezembro de 2022), dentre estes, tem provisão constituída no montante de R$ 6.940 (R$ 6.315 em 31 de dezembro de 2022) conforme abertura:

Contingências fiscais (prognóstico provável de perda)	2023	2022
ICMS	3.657	3.320
Outras	3.283	2.995
Total	6.940	6.315

Existem outros processos cuja possibilidade de perda é avaliada como possível pela Administração, com base na avaliação da gerência jurídica, no montante de R$ 5.475 em 31 de dezembro de 2023 (R$ 5.098 em 31 de dezembro de 2022) para as quais não foi constituída provisão, conforme abaixo:

Contingências fiscais (prognóstico possível de perda)	2023	2022
ICMS	4.315	4.040
CIP	64	58
Outros	1.096	1.000
Total	5.475	5.098

Os assuntos discutidos nos processos mais relevantes de diagnóstico possível são Débito Tributário e ICMS. Na esfera fiscal há processos nos quais se discute incidência ou não do ICMS sobre a TUST e TUSD, classificados com perda remota. **18.4. Trabalhistas.** O passivo trabalhista em 31 de dezembro de 2023 é composto por 1.112 reclamações ajuizadas (1.281 reclamações ajuizadas em 31 de dezembro de 2022) por ex-empregados contra a Companhia, com pedidos que variam entre horas extras, periculosidade, equiparação e/ou reenquadramento salarial, entre outros, assim como por ações movidas por ex-empregados de empresas terceirizadas (responsabilidade subsidiária), que pleiteiam, em sua maioria, verbas rescisórias. Dentre as provisões constituídas para processos com expectativa de perda provável de R$ 39.668 (R$ 47.469 em 31 de dezembro de 2022), dentre os processos mais relevantes destacam-se as ações movidas por ex-empregados contra a Companhia, envolvendo a cobrança de horas-extras, adicional de periculosidade, plano de cargos e salários, verbas rescisórias, desligamento voluntário, diferença salarial, cujo montante provisionado é de R$ 27.617 (R$ 34.419 em 31 de dezembro de 2022).

Contingências trabalhistas (prognóstico provável de perda)	2023	2022
FGTS	861	1.797
Responsabilidade subsidiária	191	158
Implantação do Plano de cargos, carreira e salários	5.186	8.617
Acidente de trabalho	3.395	3.795
Hora extra	7.292	8.387
Gratificação	1.846	1.742
Terceirização	164	157
Auxílio alimentação	55	260
Periculosidade	1.595	4.014
Plano de saúde	37	54
Desligamento voluntário	5.346	4.517
Reintegração no emprego	205	159
Verbas rescisórias	5.053	5.897
Assédio moral	260	307
Equiparação salarial	899	840
Doença ocupacional/profissional	403	289
Diferença salarial	3.156	2.988
Outras	3.734	3.491
Total	39.668	47.469

Além dos processos provisionados, existem outras contingências cíveis cuja possibilidade de perda, em 31 de dezembro de 2023, é avaliada pela Administração, com base na avaliação da gerência jurídica, como possíveis, no montante de R$ 93.597 (R$ 43.075 em 31 de dezembro de 2022).

Contingências trabalhistas (prognóstico possível de perda)	2023	2022
Responsabilidade subsidiária	7.188	6.029
Implantação do Plano de cargos, carreira e salários (a)	57.922	6.347
Reintegração no emprego	1.987	1.578
Justa causa	987	955
Verbas rescisórias	568	628
Privatização (b)	6.080	7.165
Equiparação salarial (c)	47	7.283
Gratificação	1.301	1.229
Horas extras – Pausa Térmica	3.923	5.739
Acidente de trabalho (d)	6.284	3.192
Outras (e)	7.310	2.930
Total	93.597	43.075

Dentre esses processos classificados como possíveis demonstrados acima, os mais relevantes são: (a) Processo nº 0000384-73.2021.5.22.0006 que tem como autor o Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Urbanas do Estado do Piauí – SINTEPI e como objeto o pedido cumprimento do plano de cargos e salário da Eletrobras – PCR 2010 em relação às promoções por maturidade. Os pedidos foram julgados procedentes para sejam implantadas 05 promoções por antiguidade para os representados. A companhia recorreu e seu recurso está pendente de apreciação, no montante de R$ 51.833 (R$ 91 em 31 de dezembro de 2022); (b) Processo nº 0001992-20.2018.5.22.0004 que tem como autor o Ministério Público do Trabalho e como objeto o pedido de anulação das demissões após a privatização e como pedido subsidiário a extensão do PDV (Plano de Demissão Voluntária) para os empregados que foram demitidos sem justa causa e os que pediram demissão até o início da vigência do Acordo Coletivo de Trabalho 2019/2021 e dano moral coletivo, no montante de R$ 5.959 (R$ 7.053 em 31 de dezembro de 2022); (c) Encerramento do processo 0002660-31.2017.5.22.0002, com decisão de improcedência do pedido do reclamante; (d) Entrada de três demandas sobre o acidente de trabalho em 2023, onde se solicita responsabilidade subsidiária da distribuidora; e (e) Processo nº 0000510-40.2023.5.22.0108 (Doença Ocupacional), que tem como autora Valdeane de Almeida Miranda Rocha e como objeto pedido indenizatório em virtude de suposta incapacidade por doença ocupacional, no montante de R$ 2.349. **19. PIS/COFINS a serem restituídos a consumidores.** Em março de 2017, o Supremo Tribunal Federal - STF publicou o Acórdão do julgamento do Recurso Extraordinário, em sede de repercussão geral, de forma favorável à tese da Companhia, que também obteve decisão judicial favorável com trânsito em julgado em outubro de 2018. Em maio de 2021, o STF julgou embargos de declaração opostos contra o acórdão do Recurso Extraordinário nº 574.706/PR, acolhendo-os em parte para (i) modular os efeitos da exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS e da COFINS, devendo se dar após 15 de março de 2017, ressalvadas as ações judiciais e requerimentos administrativos protocoladas até (inclusive) esta data; e (ii) o ICMS a ser excluído da base de cálculo das contribuições do PIS e da COFINS é o destacado nas notas fiscais, e não o efetivamente pago. A partir de 2018 a Companhia constituiu saldo ativo, referente a PIS/COFINS a recuperar e passivo, relativo ao ressarcimento a seus consumidores, bem como as deduções da receita bruta, referente ao PIS/COFINS e a receita financeira, onde também incidiu PIS/COFINS. Dessa forma, o ativo da Companhia contempla créditos com a Receita Federal desde o ingresso da ação. E o passivo foi constituído considerando que a Companhia repassa integralmente aos seus consumidores os efeitos tributários incidentes sobre as faturas de energia elétrica. Os saldos ativos estão sendo compensados via PERDCOMP e, a partir de 2021, os saldos passivos, amortizados via CVA, em atendimento a nota técnica nº 9/2021– FF/SGT/SRM/SMA/ANEEL, conforme movimentação apresentada na nota explicativa nº 8 – Valores a receber (devolver) da parcela A e outros itens financeiros. Os montantes, que devem ser amortizados, são determinados na homologação dos processos de reajuste e revisão tarifária, que ocorrem a cada ciclo (ver nota explicativa nº 4.3 - Revisão Tarifária Periódica (RTP)), sendo que estes saldos são classificados e movimentados no passivo circulante. No exercício findo em 31 de dezembro de 2023, ocorreram as seguintes movimentações: A Companhia realizou compensação de débitos tributários de R$ 60.920 com os tributos federais, PIS, COFINS e retenções federais através de PER/DCOMP. Adicionalmente, houve amortização do passivo, via CVA de R$ 263.431. Os saldos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 estão demonstrados abaixo:

	2023	2022
Ativo		
Circulante	–	60.920
PIS e COFINS a recuperar	–	60.920
Passivo		
Circulante	49.296	246.115
PIS/COFINS a serem restituídos a consumidores	49.296	246.115
		2022 (a)
Resultado		
Resultado operacional		
PIS/COFINS despesa operacional Lei nº14.385		(8.227)
Resultado financeiro		
PIS/COFINS despesa financeira Lei nº14.385		(8.962)
Efeito líquido no resultado antes do imposto de renda e da contribuição social		(17.189)

(a) Em 27 de junho de 2022, foi editada a Lei nº 14.385, que determinou a devolução integral do crédito acrescido da atualização monetária oriundos da exclusão do ICMS na base de cálculo do PIS e da COFINS. Com isso, foi registrado um passivo complementar no montante de R$ 17.189, segregado entre principal, no valor de R$ 8.227 classificado como dedução da receita operacional e atualização financeira de R$ 8.962 como despesa financeira. **20. Dividendos a pagar:** Conforme o estatuto social da Companhia, aos acionistas está assegurado um dividendo mínimo obrigatório de 25% do lucro líquido, ajustado nos termos da legislação em vigor e deduzido das destinações determinadas pela Assembleia Geral. (i) Os dividendos foram calculados conforme a seguir demonstrado:

	2023	2022
Lucro líquido do exercício	254.771	225.258
(-) Reserva legal	(9.634)	(8.660)
(-) Reserva fiscal	(62.098)	(52.060)
Lucro líquido ajustado	183.039	164.538
Dividendos mínimos obrigatórios	45.760	41.135
Dividendos adicionais propostos	117.806	5
Total de dividendos adicionais – nota explicativa nº 21.2 - Reservas de lucros	117.806	5
Dividendos propostos mínimos e adicionais	163.566	41.140

(a) No exercício findo de 31 de dezembro de 2023 será destinado para pagamento de dividendo mínimo obrigatório de R$ 45.760 (R$ 41.135 em 31 de dezembro de 2022), e R$ 117.806 (R$ 5 em 31 de dezembro de 2022) para constituição da reserva de dividendos adicionais propostos, oriundo do lucro líquido do exercício, o restante do saldo de R$ 19.473 (R$ 123.396 em 31 de dezembro de 2022) refere-se a realização do AIC. O artigo 193 da Lei nº 6.404/76 estabelece que "do lucro líquido do exercício, 5% (cinco por cento) serão aplicados, antes de qualquer outra destinação, na constituição da reserva legal". Além disso, o artigo 195-A da Lei nº 6.404/76 estabelece que a Reserva de Incentivos Fiscais somente pode ser excluída da base de cálculo do dividendo obrigatório. (ii) A movimentação dos dividendos a pagar está apresentada como segue:

Saldo em 31 de dezembro de 2021	78.783
Dividendos mínimos obrigatórios	41.135
Realização da reserva de lucro a realizar	10.718
Saldo em 31 de dezembro de 2022	130.636
Dividendos adicionais distribuídos de 2022	5
Dividendos mínimos obrigatórios (a)	45.760
Realização da reserva de lucro a realizar (a)	9.747
Pagamento de dividendos	(130.617)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	55.531

(a) A distribuição de dividendos a pagar referente ao exercício findo de 31 de dezembro de 2023, será de R$ 55.507, constituído por R$ 45.760 oriundo do lucro líquido do exercício e R$ 9.747 da realização de reserva de lucro, conforme ata de 25 de março de 2024. **21. Patrimônio líquido: 21.1. Capital social.** O capital social autorizado da Companhia é de R$ 2.500.000, e o capital subscrito e integralizado é de R$ 471.701 (R$375.981 em 31 de dezembro de 2022), correspondente a um total de 1.319.606.201 (um bilhão, trezentos e dezenove milhões, seiscentas e seis mil, duzentos e uma) ações ordinárias e 62.536.679 (sessenta e dois milhões, quinhentos e trinta e seis mil, seiscentas e setenta e nove) ações preferenciais, nominativas, sem valor nominal e principais acionistas está demonstrada conforme a seguir:

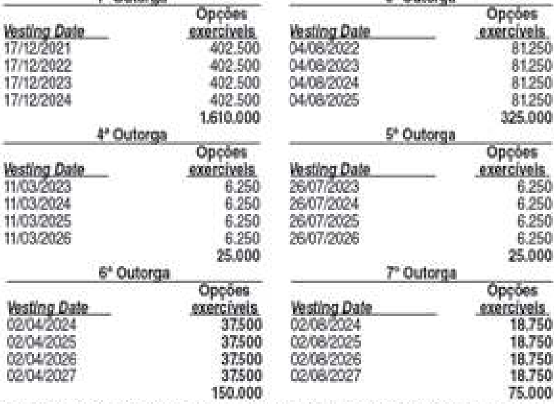
2023 Acionistas (a)	Ações ordinárias	Ações preferenciais	Total	%
Equatorial Energia Distribuição S.A.	1.253.325.250	58.825.642	1.312.150.892	94,93%
Minoritários	66.280.951	3.711.037	69.991.988	5,07%
Total	1.319.606.201	62.536.679	1.382.142.880	100,00%

2022 Acionistas (a)	Ações ordinárias	Ações preferenciais	Total	%
Equatorial Energia Distribuição S.A.	1.253.231.350	58.893.711	1.312.125.061	94,93%
Minoritários	66.374.851	3.642.968	70.017.819	5,07%
Total	1.319.606.201	62.536.679	1.382.142.880	100,00%

21.2. Reservas de lucros

	2023	2022
Reserva legal (a)	9.634	8.660
Reserva de incentivos fiscais (b)	62.098	52.060
Reserva de lucros a realizar (c)	91.671	101.418
Reserva estatutária de reforço de capital de giro (d)	464.375	499.375
Reserva de dividendos adicionais propostos (e)	117.806	5
Total de reservas de lucros (f)	745.584	661.518

a) Reserva legal. É constituída anualmente à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social, reduzindo a parcela referente à subvenção para investimentos, nos termos do artigo 193 da lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social. Em 31 de dezembro de 2023, a reserva legal da Companhia é de R$ 9.634 (R$ 8.660 em 31 de dezembro de 2022). O montante de benefício fiscal do ano deve ser integralmente destinado para a constituição da reserva de incentivos fiscais, sob pena de serem considerados destinação diversa conforme previsto no Decreto-Lei nº 1.598/77, alterado pela Lei nº 12.973/13 (que revogou artigos da Lei nº 11.941/09) e reduz a base de cálculo da reserva legal. **b) Reserva de incentivos fiscais.** A CVM através da deliberação nº 555 aprovou o pronunciamento técnico CPC 07 (R1), Subvenções e Assistências Governamentais, determinando o reconhecimento contábil das subvenções concedidas em forma de redução ou isenção tributária como receita. Em 31 de dezembro de 2023, o saldo das subvenções é de R$ 62.098 (R$ 52.060 em 31 de dezembro de 2022). **c) Reserva de lucros a realizar.** Essa reserva é constituída por meio da destinação de uma parcela dos lucros do exercício decorrente, por exemplo, da adoção inicial do CPC 47 - Receita de Contrato com Cliente. O objetivo de constituí-la é não distribuir dividendos sobre a parcela de lucros ainda não realizada financeiramente pela Companhia. Em 31 de dezembro de 2023, o saldo desta reserva é de R$ 91.671 (R$ 101.418 em 31 de dezembro de 2022). **d) Reserva estatutária de reforço de capital de giro.** Esta reserva destina-se a registrar o saldo do lucro líquido do exercício após as deduções previstas em lei, o dividendo prioritário das ações preferenciais e o dividendo mínimo obrigatório previsto. Em 31 de dezembro de 2023, o saldo dessa reserva é de R$ 464.375 (R$ 499.375 em 31 de dezembro de 2022). **e) Reserva de dividendos adicionais propostos.** Esta reserva destina-se a registrar a parcela dos dividendos que excede ao previsto legal ou estatutariamente, até a deliberação definitiva pelos sócios em assembleia. Em 25 de março de 2024, conforme divulgado na nota explicativa nº 30 – Eventos subsequentes, em Reunião do Conselho de Administração foi aprovado a proposta de distribuição da integralidade da reserva no montante de R$ 117.806 em 31 de dezembro de 2023 (R$ 5 em 31 de dezembro de 2022). **f) Reservas de lucros.** As reservas de lucro da Companhia, de acordo com o artigo nº 199 da lei nº 6.404/76, ultrapassam o limite do Capital Social, e deverá ser definido em assembleia se esse excesso será um aumento de capital, integralização ou distribuição de dividendos. Conforme Assembleia Geral Ordinária (AGO) em 25 de março de 2024, o valor excedente da reserva de lucro será destinação para aumento de capital social, sem emissão de novas ações, no montante de R$ 71.732. **21.3. Planos de opção de compra de ações.** A Companhia instituiu Planos de Opção de Compra das ações a colaboradores dedicados ao Grupo Equatorial ("Grupo"), que representam, direitos de compra de ações emitidas por empresas do mesmo grupo econômico, mas não da Companhia. Os planos de opção do Grupo são classificados como instrumento patrimonial, visto que as Companhias devem mensurar e reconhecer a transação com correspondente aumento do seu patrimônio líquido como contribuição (aporte) da Equatorial Energia S.A. Conforme item 8, do CPC 10 (R1), os produtos ou serviços recebidos ou adquiridos em transação com pagamento baseado em ações que não se qualifiquem para fins de reconhecimento como ativos, devem ser reconhecidos como despesa do exercício. Esses planos são administrados pelo Conselho de Administração da Companhia, por intermédio do um Comitê de Pessoas, Governanças e Sustentabilidade, dentro dos limites estabelecidos nas Diretrizes de Elaboração e Estruturação de cada Plano e na legislação aplicável e são compostos da seguinte forma: **21.3.1. Quinto Plano de Opção de Compra de Ações.** Os beneficiários do Plano poderão exercer suas Opções no prazo máximo de 6 (seis) anos a partir da data de outorga das Opções. As opções tornam-se exercíveis ao longo de 4 (quatro) anos, sendo 25% em cada ano. As informações das Opções outorgadas, ocorridas no exercício findo em 31 de dezembro de 2023, estão descritas abaixo:



1ª Outorga *Vesting Date*	Opções exercíveis	3ª Outorga *Vesting Date*	Opções exercíveis
17/12/2021	402.500	04/08/2022	81.250
17/12/2022	402.500	04/08/2023	81.250
17/12/2023	402.500	04/08/2024	81.250
17/12/2024	402.500	04/08/2025	81.250
	1.610.000		325.000

4ª Outorga *Vesting Date*	Opções exercíveis	5ª Outorga *Vesting Date*	Opções exercíveis
11/03/2023	6.250	26/07/2023	6.250
11/03/2024	6.250	26/07/2024	6.250
11/03/2025	6.250	26/07/2025	6.250
11/03/2026	6.250	26/07/2026	6.250
	25.000		25.000

6ª Outorga *Vesting Date*	Opções exercíveis	7ª Outorga *Vesting Date*	Opções exercíveis
02/04/2024	37.500	02/08/2024	18.750
02/04/2025	37.500	02/08/2025	18.750
02/04/2026	37.500	02/08/2026	18.750
02/04/2027	37.500	02/08/2027	18.750
	150.000		75.000

O Preço de Exercício das Opções outorgadas nos termos do Plano será determinado pelo Comitê de Administração do Plano, com base na média da cotação das Ações da Companhia na B3, ponderada pelo volume de negociação, nos 60 pregões anteriores que antecederem a Data de Outorga. As ações a serem entregues pela Companhia aos participantes do Plano serão aquelas mantidas em tesouraria, adquiridas em programa de recompra, ou a serem emitidas. O valor das opções é estimado na data da outorga, com base no modelo "*Black & Scholes*" de precificação das opções que considera os prazos e condições da concessão dos instrumentos. As informações utilizadas na avaliação dos valores justos na data da outorga do Plano são:

1ª Outorga (Direito de compra de ações da Equatorial Energia S.A.)

	2023	2022
Valor justo na data de outorga	6,78	6,78
Data da outorga: 17/12/2019		
Quantidade outorgada	1.610.000	1.610.000
Preço da ação na data de outorga	22,06	22,06
Valor justo ponderado do *vesting period*	18,62	17,32
Volatilidade esperada (média ponderada)	22,96%	22,96%
Vida da opção (expectativa de vida média ponderada)	4,25	4,25
Taxa de juros livre de risco (média baseada em títulos públicos)	6,40%	6,40%

3ª Outorga (Direito de compra de ações da Equatorial Energia S.A.)

	2023	2022
Valor justo na data de outorga	9,34	9,34
Data da outorga: 04/08/2021		
Quantidade outorgada	325.000	325.000
Preço da ação na data de outorga	24,23	24,23
Valor justo ponderado do *vesting period*	23,90	24,11
Volatilidade esperada (média ponderada)	30,30%	30,30%
Vida da opção (expectativa de vida média ponderada)	4,25	4,25
Taxa de juros livre de risco (média baseada em títulos públicos)	10,36%	10,36%

(*) Não houve colaboradores elegíveis na Companhia com direito de compra de ações na 2ª Outorga.

4ª Outorga (Direito de compra de ações da Equatorial Energia S.A.)

	2023	2022
Valor justo na data de outorga	11,71	11,71
Data da outorga: 11/03/2022		
Quantidade outorgada	25.000	25.000
Preço da ação na data de outorga	25,34	25,34
Valor justo ponderado do *vesting period*	23,28	25,59
Volatilidade esperada (média ponderada)	30,89%	30,89%
Vida da opção (expectativa de vida média ponderada)	4,25	4,25
Taxa de juros livre de risco (média baseada em títulos públicos)	12,26%	12,26%

5ª Outorga (Direito de compra de ações da Equatorial Energia S.A.)

	2023	2022
Valor justo na data de outorga	10,33	10,33
Data da outorga: 26/07/2022		
Quantidade outorgada	25.000	25.000
Preço da ação na data de outorga	23,48	23,48
Valor justo ponderado do *vesting period*	23,27	23,58
Volatilidade esperada (média ponderada)	30,58%	30,58%
Vida da opção (expectativa de vida média ponderada)	4,25	4,25
Taxa de juros livre de risco (média baseada em títulos públicos)	13,11%	13,11%

6ª Outorga (Direito de compra de ações da Equatorial Energia S.A.)

	2023
Valor justo na data de outorga	12,15
Data da outorga: 03/04/2023	
Quantidade outorgada	150.000
Preço da ação na data de outorga	26,88
Valor justo ponderado do *vesting period*	26,38
Volatilidade esperada (média ponderada)	31,53%
Vida da opção (expectativa de vida média ponderada)	4,25
Taxa de juros livre de risco (média baseada em títulos públicos)	12,16%

7ª Outorga (Direito de compra de ações da Equatorial Energia S.A.)

	2023
Valor justo na data de outorga	15,24
Data da outorga: 03/08/2023	
Quantidade outorgada	75.000
Preço da ação na data de outorga	33,05
Valor justo ponderado do *vesting period*	30,79
Volatilidade esperada (média ponderada)	31,34%
Vida da opção (expectativa de vida média ponderada)	4,25
Taxa de juros livre de risco (média baseada em títulos públicos)	11,25%

a) Dados e premissas utilizadas no modelo de precificação, incluindo o preço médio ponderado das ações, preço de exercício, volatilidade esperada, prazo de vida da opção, dividendos esperados e a taxa de juros livre de risco. Desta forma, para as respectivas datas de outorga ou de final de exercício, adotou-se o preço de mercado da ação Equatorial Energia S.A. na data, a volatilidade histórica (não foi adotada uma volatilidade esperada), o prazo médio de vencimento de cada lote das opções, o preço de exercício das opções ajustado por dividendos projetados para o exercício e a taxa livre de risco com base na curva dos títulos públicos federais futuro pré-fixado no prazo médio esperado de exercício de cada lote. Considerou-se ainda uma taxa de não subscrição de ações sobre as outorgadas, com base no histórico da Companhia como expectativa futura. **b) Método utilizado e as premissas assumidas para incorporar os efeitos esperados de exercício antecipado.** O preço de exercício foi calculado com base no preço de emissão das opções e ajustado pelos dividendos declarados no exercício. Como parâmetro de proventos, adotou-se o valor efetivamente declarado em 2022 e uma estimativa futura de acordo com parâmetros internos. **c) Forma de determinação da volatilidade esperada.** Para a volatilidade, utilizou-se a volatilidade histórica das ações para cada prazo médio de exercício de cada lote.

Em opções	Número de opções 2023	Valor justo ponderado do preço do exercício 2023	Número de opções 2022	Valor justo ponderado do preço do exercício 2022
Existentes em 1° de janeiro	1.985.000	–	1.935.000	–
Outorgadas durante exercício	225.000	27,85	50.000	23,59
Existentes ao fim do exercício 1ª Outorga	1.610.000	18,62	1.610.000	17,32
Existentes ao fim do exercício 3ª Outorga	325.000	23,90	325.000	24,11
Existentes ao fim do exercício 4ª Outorga	25.000	23,28	25.000	23,59
Existentes ao fim do exercício 5ª Outorga	25.000	23,27	25.000	23,58
Existentes ao fim do exercício 6ª Outorga	150.000	26,38	–	–
Existentes ao fim do exercício 7ª Outorga	75.000	30,79	–	–
Existentes ao fim do exercício	2.210.000	–	1.985.000	–

A despesa reconhecida no exercício findo em 31 de dezembro de 2023 foi de R$ 2.611 para a Companhia, (R$ 2.991 em 31 de dezembro de 2022) e refere-se ao valor justo reconhecido durante o *vesting period* que é avaliado em cada data base. **21.3.2. Plano de outorga de "*Phantom Shares*" - Contrato 2019.** Em 12 de dezembro de 2019, o Grupo criou o programa de pagamento baseado em ações com liquidação em caixa ("Programa"). O Programa visa atingir os seguintes objetivo: (a) alinhar os interesses dos acionistas da Companhia aos dos beneficiários contemplados pelo Programa; (b) reter os beneficiários; e (c) focar no longo prazo na valorização e potencial de crescimento da Companhia. O Programa concede aos beneficiários selecionados pelo Conselho de Administração da Equatorial Energia S.A. e suas subsidiárias adquirir direitos a "*Phantom Shares*", mediante o atendimento cumulativo das condições a seguir: (i) 50% (cinquenta por cento) das "*Phantom Shares*" outorgadas, o Beneficiário deverá permanecer continuamente vinculado como empregado ou administrador do Grupo durante o Período de Carência que se encerra em 1º de maio de 2025 e (ii) 50% (cinquenta por cento) das "*Phantom Shares*" outorgadas, o Beneficiário deverá permanecer continuamente vinculado como empregado ou administrador da Companhia ou de sociedade sob seu controle durante o Período de Carência que se encerra em 1º de maio de 2026; e (ii) o atingimento das Metas de *Performance* pela Companhia. **a) Dados e premissas utilizadas no modelo de precificação, incluindo o preço médio ponderado das ações, preço de exercício, volatilidade esperada, prazo de vida da opção, dividendos esperados e a taxa de juros livre de risco.** O Preço das "*Phantom Shares*" outorgadas nos termos do Plano será determinado pelo Comitê de Administração do Plano, com base na média da cotação das Ações da Equatorial Energia na B3, ponderada pelo volume de negociação, nos 60 pregões anteriores que antecederem a cada período de carência, ou seja, imediatamente anteriores a 1º de maio de 2025 e 1º de maio de 2026. **b) Forma de cálculo da despesa do programa.** O valor da ação foi calculado pelo preço dos 60 pregões anteriores ao término do exercício de 31 de dezembro de 2023, ponderado pelo volume negociado. Com base na apuração parcial das métricas de *performance* definidas, a Companhia, faz jus ao referido programa. Abaixo, encontra-se a quantidade de ações para Equatorial Energia, caso as métricas de *performance* fossem atingidas:

Em ações	Número de ações 2023	Valor justo ponderado do preço do exercício 2023	Número de ações 2022	Valor justo ponderado do preço do exercício 2022
Existentes em 1° de janeiro	100.000	24,77	–	–
Outorgadas durante o exercício	110.000	32,73	100.000	24,77
Existentes ao fim do exercício	210.000	32,73	100.000	24,77

A despesa reconhecida para o plano de "*Phantom shares*" no exercício findo em 31 de dezembro de 2023 foi de R$ 4.239 (R$ 2.113 em 31 de dezembro de 2022) e o valor justo ponderado do preço reconhecido no exercício findo em 31 de dezembro de 2023 foi de R$ 32,73 (R$ 24,77 em 31 de dezembro de 2022). Ressalta-se que este plano de opção é classificado como instrumento financeiro liquidável em caixa. As quantidades acima podem variar conforme a *performance* e serem multiplicadas por um percentual entre 90% e 110%. O plano de "*Phantom shares*" está atrelado ao percentual efetivo da quantidade de ações que os beneficiários terão direito de receber pelo plano, que depende da Taxa Interna de Retorno (TIR) obtida no projeto, ao qual suas metas de *performance* estão vinculadas. **21.3.3. Forma de cálculo da despesa do programa – Contrato Phantom 2023.** Em 09 de novembro de 2023, o Grupo criou o programa de pagamento baseado em ações com liquidação em caixa ("Programa"). O Programa visa atingir os seguintes objetivo: (a) o alinhamento dos interesses dos acionistas da Companhia aos dos Beneficiários contemplados pelo Programa; (b) a retenção dos Beneficiários, e (c) o foco de longo prazo na valorização e potencial de crescimento na Companhia. O Programa concede aos beneficiários selecionados pelo Conselho de Administração da Equatorial Energia S.A. e suas subsidiárias adquirir direitos a "*Phantom Shares*", mediante o atendimento cumulativo das condições a seguir: (i) 25% (vinte e cinco por cento) serão pagas no prazo de até 30 (trinta) dias contados da data de término do 1º Período de Carência; (ii) 25% (vinte e cinco por cento) serão pagas no prazo de até 30 (trinta) dias contados da data de término do 2º Período de Carência, desde que o Beneficiário cumpra a Condição de Serviço no 2º Período de Carência; (iii) 25% (vinte e cinco por cento) serão pagas no prazo de até 30 (trinta) dias contados da data de término do 3º Período de Carência, desde que o Beneficiário cumpra a Condição de Serviço no 3º Período de Carência; e (iv) 25% (vinte e cinco por cento) serão pagas no prazo de até 30 (trinta) dias contados da data de término do 4º Período de Carência, desde que o Beneficiário cumpra a Condição de Serviço no 4º Período de Carência. A Companhia deverá calcular o valor adicional a que o Beneficiário faz jus ao final de cada Período de Carência, correspondente ao valor dos Proventos Acumulados até então em relação à quantidade de *Phantom Shares Vestidas* a que o Beneficiário faz jus, após verificação das Metas de Performance sobre a Quantidade Alvo nos termos acima. **a. Dados e premissas utilizadas no modelo de precificação, incluindo o preço médio ponderado das ações, preço de exercício, volatilidade esperada, prazo de vida da opção, dividendos esperados e a taxa de juros livre de risco.** O Preço das "*Phantom Shares*" outorgadas nos termos do Plano será determinado pelo Comitê de Administração do Plano, com base na média da cotação das Ações da Equatorial Energia na B3, ponderada pelo volume de negociação, nos 60 pregões anteriores que antecederem a cada período de carência, ou seja, imediatamente anteriores a: (i) até o 1º (primeiro) aniversário da Data de Outorga ("1º Período de Carência"); (ii) até o 2º (segundo) aniversário da Data de Outorga ("2º Período de Carência"); (iii) até o 3º (terceiro) aniversário da Data de Outorga ("3º Período de Carência"); e (iv) até o 4º (quarto) aniversário da Data de Outorga ("4º Período de Carência"). **b. Forma de cálculo da despesa do programa.** O valor da ação foi calculado pelo preço dos 60 pregões anteriores ao término do exercício de 31 de dezembro de 2023, ponderado pelo volume negociado. Com base na apuração parcial das métricas de *performance* definidas, a Companhia, faz jus ao referido programa. Abaixo, encontra-se a quantidade de ações para Equatorial Energia, caso as métricas de *performance* fossem atingidas:

Em ações	Número de ações 2023	Valor justo ponderado do preço do exercício 2023
Existentes em 1° de janeiro	–	–
Outorgadas durante o exercício	124.950	33,28
Existentes ao fim do exercício	124.950	33,28

A despesa reconhecida para o plano de "*Phantom shares*" no exercício findo em 31 de dezembro de 2023 foi de R$ 1.468 (R$ 0 em 31 de dezembro de 2022) e o valor justo ponderado do preço reconhecido no exercício findo em 31 de dezembro de 2023, foi de R$ 33,28 (R$ 0 em 31 de dezembro de 2022). Ressalta-se que este plano de opção é classificado como instrumento financeiro passivo liquidável em caixa. As quantidades acima podem variar conforme a performance e serem multiplicadas por um percentual entre 0% (zero por cento) e 150% (cento e cinquenta por cento) da Quantidade Alvo. **22. Receita operacional líquida:** A conciliação da receita bruta para a receita líquida está conforme a seguir demonstrada:

	2023	2022
Receita de distribuição (a)	3.392.344	2.759.370
Remuneração financeira WACC (b)	6.630	6.763
Valores a receber/devolver de parcela A e outros itens financeiros (c)	102.411	198.239
Subvenção CDE – Outros	84.444	62.525
Fornecimento de energia elétrica	3.585.829	3.026.897
Suprimento de energia elétrica	32.016	27.696
Receita pela disponibilidade - uso da rede	130.397	96.126
Receita de construção – nota explicativa nº 24	826.100	732.174
Atualização do ativo financeiro (d)	19.057	1.129
Outras receitas	164.548	134.703
Receita operacional bruta	4.757.947	4.018.724
Deduções da receita		
ICMS sobre venda de energia elétrica (e)	(783.081)	(598.820)
PIS e COFINS	(262.297)	(226.306)
PIS/COFINS a serem restituídos a consumidores	–	(8.227)
Encargos do consumidor	(27.628)	(24.872)
ISS	(402)	(549)
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE	(199.438)	(194.015)
Penalidades DIC/FIC e outras	(26.274)	(22.258)
Deduções da receita operacional	(1.299.120)	(1.075.047)
Total	3.458.827	2.943.677

(a) Um dos fatores para o aumento na rubrica de receita de distribuição, deve-se ao aumento do consumo devido a questões climáticas no estado do Piauí. Teresina, capital do estado, representa 41% do consumo, onde a temperatura máxima média do ano apresentou a variação de 1,2ºC resultando em 3,7% de aumento e choveu 31% a menos que no ano anterior, o qual o causador principal foi o fenômeno *El Niño*; (b) Valor referente ao cálculo e contabilização da taxa regulatória de remuneração de capital (WACC) usada para revisão de tarifa ou receita de distribuidoras, conforme metodologia definida pela ANEEL; (c) A variação negativa de R$ 95.828 dos ativos e passivos regulatórios deve-se, principalmente, por: (i) variação negativa entre os valores amortizados do último reajuste no montante de R$ 9.252 em relação ao período anterior; (ii) efeito positivo da CVA da Bandeira Faturada de R$ 110.340; (iii) variação negativa pelo reconhecimento de despesa na tarifa dos recursos recebidos a título de repasse da Conta-Covid no montante de R$ 56.045 ; (iv) previsão dos custos de energia e encargos concedido pela ANEEL no reajuste foram superiores aos custos efetivamente pagos, gerando variação negativa de Parcela A de R$ 148.064 e; (v) variação positiva entre os valores da receita de ultrapassagem da demanda e reativo excedente pertencente a distribuidora, no montante de R$ 7.193; (d) Para maior detalhamento referente a variação na atualização do ativo financeiro, verificar nota explicativa nº 11 – Ativo financeiro da concessão; e (e) A variação refere-se ao reestabelecimento das alíquotas de ICMS pela lei complementar estadual 269 de dezembro de 2022, que haviam sido reduzidas em junho de 2022 através da lei estadual 7.846/2022. O aumento foi aplicado a partir de março de 2023.

23. Custo do serviço e despesas operacionais

	2023 Custo do serviço de energia elétrica	2023 Despesas com vendas	2023 Despesas administrativas	2023 PECLD	2023 Total	2022 Custo do serviço de energia elétrica	2022 Despesas com vendas	2022 Despesas administrativas	2022 PECLD	2022 Total
Pessoal	(19.361)	(16.199)	(59.600)	–	(95.160)	(20.537)	(19.582)	(46.787)	–	(86.906)
Material	(7.904)	(5.667)	707	–	(12.864)	(9.226)	(3.320)	(3.559)	–	(16.105)
Serviços de terceiros	(129.432)	(77.148)	(24.964)	–	(231.544)	(99.482)	(78.566)	(68.798)	–	(246.846)
Energia elétrica comprada para revenda (a)	(1.407.240)	–	–	–	(1.407.240)	(1.208.408)	–	–	–	(1.208.408)
Custo de construção (b)	(826.100)	–	–	–	(826.100)	(732.174)	–	–	–	(732.174)
Perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa - nota explicativa nº 7.2 (c)	–	–	–	(41.012)	(41.012)	–	–	–	(73.796)	(73.796)
Provisão para riscos judiciais	–	–	(6.694)	–	(6.694)	–	–	(3.859)	–	(3.859)
Depreciação e amortização	(109.897)	–	(23.579)	–	(133.476)	(93.794)	–	(17.131)	–	(110.925)
Outros	812	(2.315)	248	(288)	(1.543)	293	(2.670)	434	–	(1.943)
Total	(2.499.122)	(101.329)	(113.882)	(41.300)	(2.755.633)	(2.163.328)	(104.138)	(139.700)	(73.796)	(2.480.962)

continuação

EQUATORIAL PIAUÍ DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A. | CNPJ/MF nº 06.840.748/0001-89

(a) Para maior detalhamento, vide a abertura dos custos da energia elétrica comprada para revenda, conforme nota explicativa nº 24 – Energia elétrica comprada para revenda; (b) Esse custo foi impactado fortemente pelo processo de Revisão Tarifária Periódica (RTP), na qual ocorreu maior volume de capitalizações no período incremental e os investimentos foram significativos, garantindo assim a finalização das obras e o reconhecimento na Base de Remuneração da Companhia; e (c) Para maior detalhamento referente a variação de perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa, consultar nota explicativa nº 7.2 – Perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa.

23.1 Outras receitas (despesas) operacionais

	2023	2022
Outras receitas operacionais		
Reversão de provisão para perda de estoque	12.458	14.735
Outras receitas operacionais	482	2.050
Total de outras receitas operacionais	12.940	16.785
Outras despesas operacionais		
Perdas pela desativação de bens e direitos	(34.358)	(28.771)
Indenização por danos a terceiros	(1.118)	(1.819)
Provisão para perda de estoque (a)	(892)	(30.764)
Baixa de recebíveis incobráveis	(29.274)	–
Outras despesas operacionais	(3.946)	(5.958)
Total de outras despesas operacionais	(69.588)	(67.312)
Total outras despesas operacionais, líquidas	(56.648)	(50.527)

(b) Em 2023, ocorreu uma variação significativa por conta da revisão tarifária, onde as provisões para perda de estoque e obras tendem a diminuir devido ao maior volume de encerramento de obras. **24 Energia elétrica comprada para revenda**

	2023 GWh (*)	2023 R$	2022 GWh (*)	2022 R$
Energia de leilão (a)	**3.594**	**(769.111)**	3.484	(669.672)
Contratos Eletronuclear	**142**	**(48.951)**	130	(45.027)
Contratos cotas de garantias (b)	**828**	**(142.836)**	1.003	(121.394)
Encargo de Serviço do Sistema - ESS/ Energia reserva	–	**(101.577)**	–	(104.481)
Energia de curto prazo - CCEE (c)	–	**(68.653)**	–	(51.121)
Programa incentivo fontes alternativas energia (PROINFA)	**79**	**(36.754)**	84	(45.746)
(-) Parcela a compensar crédito PIS/COFINS não cumulativo	–	**125.024**	–	116.938
Outros	–	**(41.533)**	–	–
Subtotal	**4.643**	**(1.084.391)**	4.701	(920.503)
Encargos de uso do sistema de transmissão e distribuição (d)	–	**(322.849)**	–	(287.905)
Total	**4.643**	**(1.407.240)**	4.701	(1.208.408)

(a) A variação refere-se aos custos com contratos (CCEAR-Contrato de Comercialização de Energia Elétrica no ambiente regulado, MCSD - Mecanismo de Compensação de Sobras e Déficits) decorrentes de aumento de volume contratado em 2,9% em relação ao exercício anterior, acrescido de atualizações dos preços médios de pagamento que sofreram variação de 9,42%; (b) A variação refere-se às despesas com os Contratos de Cotas de Garantia Física decorrentes de aumento dos preços médios de pagamentos em 24% em relação ao exercício anterior, acrescido de aumento das despesas liquidadas no Mercado de Curto Prazo referente ao Efeito do Contratação de Cotas de Garantia Física (CCGF); (c) A energia de curto prazo apresentou uma variação de R$ 17.532, em virtude do aumento das despesas do mercado do curto prazo com efeito da contratação por disponibilidade e efeito de contratação de cotas de garantia física em relação ao mesmo exercício de 2022; e (d) Contempla os custos com encargos de uso e conexão do sistema de transmissão, os quais possuem tarifas ajustadas pela resolução Receita Anual Permitida (RAP). Para o ano de 2023, as tarifas praticadas foram aprovadas nas Resoluções Homologatória nº 3.066 de 12 de julho de 2022, com vigência a partir de julho/2022 até junho/2023 e Resolução Homologatória nº3.217 de 04 de julho de 2023 com vigência a partir de julho/2023 até junho/2024 as quais são relacionadas à Rede Básica e Conexão, assim como o aumento da contratação do MUST (Montante de Uso do Sistema de Transmissão). (*) não auditado.

25 Resultado financeiro

	2023	2022
Receitas financeiras		
Rendas de aplicações financeiras (a)	**65.472**	133.619
Valores a receber/devolver parcela A	**19.969**	70.212
Receita financeira de AVP	**6.415**	5.536
Variação monetária e cambial da dívida (b)	**238.305**	172.048
Operações com instrumentos financeiros derivativos (c)	**45.926**	60.255
Acréscimo moratório de energia vendida	**39.907**	88.319
PIS/COFINS sobre receita financeira	**(6.758)**	(15.740)
Outras receitas financeiras (h)	**17.976**	51.238
Total de receitas financeiras	**427.242**	565.487
Despesas financeiras		
Valores a receber/devolver parcela A	**(29.506)**	(38.889)
Operações com instrumentos financeiros derivativos (c)	**(167.311)**	(234.594)
Despesa financeira de AVP	**(22.435)**	(22.453)
Encargos da dívida	**(236.063)**	(280.278)
Variação monetária e cambial da dívida (b)	**(242.152)**	(114.016)
Atualização de eficientização e contingências	**(13.690)**	(5.467)
Multas	**(532)**	(49)
Juros, multas s/ operação de energia	**(3.625)**	(2.781)
Descontos concedidos	**(25.557)**	(8.843)
PIS/COFINS despesa operacional Lei n°14.385 (d)	–	(8.962)
Outras despesas financeiras (e)	**(39.128)**	(6.741)
Total de despesas financeiras	**(779.999)**	(723.073)
Resultado financeiro líquido	**(352.757)**	(157.586)

(a) A variação em rendimentos financeiros deu-se principalmente em função da queda das disponibilidades da Companhia, em 15,7%; (b) Em 2022, a receita foi originada principalmente pela variação cambial da dívida, devido à desvalorização do dólar em 6,5% frente ao real. Em 2023, a variação combinada alta do IPCA e a desvalorização do dólar em 7,21%, contribuiu para uma despesa líquida no exercício; (c) No exercício findo de 31 de dezembro de 2023 o principal efeito refere-se à variação cambial, que gerou despesa com a queda do dólar em 7,21%, saindo de R$ 5,21 em 31 de dezembro de 2022 para R$ 4,84 em 31 de dezembro de 2023; (d) Em 2022 foi registrado uma despesa complementar no montante de R$ 8.962 no resultado financeiro decorrente do impacto da Lei nº 14.385, editada em 27 de junho de 2022, que determinou a devolução integral do crédito acrescido da atualização monetária oriundos da exclusão do ICMS na Base de Cálculo do PIS e da COFINS, para o exercício findo em 31 de dezembro de 2023 o saldo foi totalmente devolvido, para maiores detalhes vide nota explicativa nº 19 - PIS/COFINS a serem restituídos a consumidores; e (e) O incremento na linha de outras despesas financeiras se deu, principalmente, em função do Instrumento Particular de Remuneração pela Prestação de Garantia Corporativa (fiança/aval), entre a Equatorial Piauí Distribuidora S.A. (Contratante) e a Equatorial Energia S.A. (Contratada), com o objetivo de remunerar as garantias prestadas sob forma de fiança/aval em contratos, conforme descrito na Nota Explicativa nº 9 (i) - Partes Relacionadas. **26 Benefício pós-emprego (Entidade de previdência privada). 26.1 Características do plano de aposentadoria.** A Companhia é patrocinadora da Fundação Equatorial de Previdência Complementar (EQTPREV), pessoa jurídica de direito privado sem fins lucrativos, que tem por finalidade, na qualidade de entidade fechada de previdência complementar, a administração e execução dos Planos de Benefícios de natureza previdenciária. No dia 04 de janeiro de 2021, ocorreu a efetiva incorporação da Fundação CEPISA de Seguridade Social (FACEPI) pela EQTPREV. A partir da referida data os órgãos estatutários das Fundações incorporadas foram extintos e toda a gestão dos Planos de Benefícios por elas anteriormente realizada passou a ser exercida pela EQTPREV. Para os participantes, assistidos e beneficiários não há impacto, pois os benefícios serão pagos de acordo com os Regulamentos de seus respectivos Planos. Os planos de benefícios previdenciários patrocinados pela Companhia estão descritos a seguir: **(a) Plano BD.** Plano de benefícios previdenciários organizado e administrado pela EQTPREV e patrocinado pela Companhia, sendo oferecido aos seus empregados e respectivos dependentes. O Plano Saldado é um plano contributivo com modalidade de "Benefício Definido" existindo compromisso pós-emprego com os participantes em atividade e com os assistidos. De acordo com o Regulamento do plano, os benefícios oferecidos aos empregados são os seguintes: • Aposentadoria por Tempo de Serviço/Contribuição: A complementação de aposentadoria por tempo de serviço/contribuição será devida ao participante durante o período que seja mantida a aposentadoria por tempo de serviço/contribuição pela Previdência Social, e só será suspensa por morte do participante, suspensão ou cancelamento dessa aposentadoria; • Aposentadoria por Invalidez: O benefício é concedido ao participante durante o período em que lhe seja mantida a aposentadoria pela Previdência Social; • Aposentadoria por Idade: O benefício é concedido aos beneficiários do participante durante o tempo em que seja mantida a aposentadoria por idade pela Previdência Social, e cancelada por sua morte, consistida numa renda mensal correspondente à diferença entre o Salário Real de Benefício e o valor da aposentadoria concedida pelo Instituto Nacional do Seguro Social (INSS); • Pensão por Morte: O benefício é concedido aos beneficiários do participante assistido que vier a falecer, durante o período que lhe seja mantida a pensão pela Previdência Social. O valor do benefício consiste na continuação da renda de 60% a 100% da aposentadoria paga ao participante assistido; • Auxílio-Doença: O benefício é concedido aos beneficiários do participante que estiver em gozo de Auxílio-Doença pela Previdência Social, consistida numa renda mensal correspondente à diferença entre o Salário Real de Benefício e o valor Auxílio-Doença fixado pelo INSS; e • Auxílio Funeral: O benefício é concedido em caso de morte do participante, após um mínimo de 60 (sessenta) contribuições mensais ao Plano, contadas a partir da última inscrição como participante EQTPREV, aos beneficiários ou, na falta destes, à pessoa que comprove ter sido executora do funeral. A ampliação do auxílio-funeral consistirá num pecúlio, de pagamento único, de valor igual a 1/5 (um quinto) do maior valor teto do Salário de Benefício da Previdência Social. **(b) Plano CV.** Plano de benefícios previdenciários administrado pela EQTPREV e patrocinado pela Companhia, sendo oferecido aos seus empregados e respectivos dependentes. O Plano CV é estruturado na modalidade de "Contribuição Variável", existindo compromisso no período de pós-emprego dos participantes. De acordo com o Regulamento do plano, os benefícios oferecidos aos empregados são os seguintes: • Aposentadoria Programada: O benefício será calculado atuarialmente em quotas com base, dentre outros parâmetros, no saldo da conta individual do participante, desdobrando-se esse benefício em duas fases: a de rendas a prazo certo de aposentadoria programada e a de rendas vitalícias de aposentadoria programada; • Aposentadoria por Invalidez: O benefício a ser concedido será calculado atuarialmente em quotas com base, dentre outros parâmetros, no saldo da conta individual existente na data da invalidez, acrescido esse saldo dos recursos provenientes do correspondente pecúlio por invalidez, desdobrando-se o benefício em duas fases: a de rendas a prazo certo de aposentadoria por invalidez e a de rendas vitalícias de aposentadoria por invalidez; • Pensão por Morte: O benefício a ser concedido será calculado atuarialmente em quotas, com base, dentre outros parâmetros, no saldo da conta individual existente na data da morte do participante ativo, acrescido esse saldo dos recursos provenientes do correspondente pecúlio por morte, desdobrando-se este benefício em duas fases: a de rendas a prazo certo de pensão de ativo e a de rendas vitalícias de pensão de ativo; • Auxílio-Enfermidade: O benefício equivale à vinte por cento (20%) da parcela do salário de participação corrente abaixo do teto - EQTPREV, acrescido de cem por cento (100%) da parcela desse salário de participação acima desse teto; e • Auxílio-Funeral: O benefício equivale à quarenta por cento (40%) do teto - EQTPREV em vigor no mês do óbito, independentemente do estágio previdenciário em que se encontrava o participante, do seu nível salarial e do nível de acumulação de poupanças laborais e patronais contabilizadas em seu nome. A Companhia realiza anualmente as avaliações atuariais por avaliadores independentes, considerando cotação de mercado ativo, análise de sensibilidade, taxa esperada global de retorno dos ativos com base nas expectativas de mercado vigentes e aplicáveis durante o período o qual a obrigação deve ser liquidada. Assim, as principais premissas atuariais utilizadas são: (i) taxa de inflação; (ii) taxa de desconto; (iii) futuros aumentos salariais; e (iv) futuros aumentos de pensão. **(c) Planos de saúde.** A Companhia oferece a seus empregados um plano de saúde administrado pela operadora Humana Assistência Médica Ltda. Este plano é oferecido para os empregados da Equatorial Piauí, bem como a seus dependentes. As contribuições são estabelecidas por faixas etárias dos beneficiários e são integralmente custeadas pela Equatorial Piauí, de forma que os seus empregados arcam somente com eventuais coparticipações. Por conta disso, não há previsão de permanência de inativos no plano de saúde. No entanto, há o compromisso de pós emprego decorrente da responsabilidade da empresa com 21 ex-empregados titulares inativos e seus respectivos grupos familiares que, conforme informado pela Equatorial Piauí, são exceções em que a empresa continua custeando integralmente as mensalidades do plano de saúde por consequência de decisões judiciais e/ou afastamentos por invalidez. Para estimativa da obrigação da companhia com esse grupo, parte se do pressuposto de que no ano zero a apólice está equilibrada, ou seja, as contribuições são suficientes para a cobertura de todas as despesas assistenciais e demais despesas inerentes à manutenção do plano de saúde. A partir disso, o custo assistencial dos beneficiários é apurado por meio da alocação por faixa etária conforme os percentuais da premissa de variação por idade (*Aging Factor*). • Plano odontológico (Odontoprev): A Companhia oferece um plano odontológico a seus empregados e ex-empregados, bem como para seus dependentes, cuja mensalidade vigente na data da avaliação é de R$ 18,66. A participação da Companhia no Plano Odontológico é de 70% do valor das mensalidades dos empregados e seus dependentes. **(d) Plano Equatorial CD.** Plano de benefícios previdenciários administrado pela EQTPREV, patrocinado pela Companhia, dentre outras patrocinadoras. O Equatorial CD é um plano contributivo com modalidade de "Contribuição Definida" para os benefícios programados e de "Benefício Definido" para os benefícios de risco. De acordo com o Regulamento do plano, os benefícios oferecidos aos empregados são os seguintes: • Aposentadoria Normal: É concedida ao participante que atender cumulativamente as seguintes condições: a. Ter 180 meses ininterruptos de vinculação empregatícia com a patrocinadora; b. Ter 60 meses de contribuição efetiva ao plano; c. Ter idade igual ou superior a 55 anos; e d. Não manter vínculo empregatício com a patrocinadora. O valor do benefício resulta da transformação do Saldo de Contas em uma renda certa, de 12 parcelas por ano, por "n" meses. • Aposentadoria de Incapacidade para o Trabalho: O benefício é concedido ao participante que estiver em gozo da aposentadoria por Invalidez da Previdência Social, desde que esteja no plano por, pelo menos, 12 meses. O valor do benefício resulta da conversão do Saldo de Contas em uma renda mensal. • Pensão por Morte de Ativo: O benefício é concedido aos beneficiários do participante ativo que vier a falecer, desde que este tenha se mantido no plano por, pelo menos, 12 meses. O valor do benefício resulta da conversão do Saldo de Contas em uma renda mensal. • Pensão por Morte de Assistido O benefício é concedido aos beneficiários do participante assistido que vier a falecer, desde que este tenha se mantido no plano por, pelo menos, 12 meses. O valor do benefício consiste na continuação da renda paga ao participante assistido. **26.2 Apuração do passivo (ativo) atuarial líquido.** A conciliação dos ativos e passivos demonstrará o excesso ou a insuficiência de recursos para cobertura do benefício pós-emprego, e que deve ser apresentado no balanço da Companhia. Os resultados da avaliação atuarial são apresentados a seguir:

	2023 Plano BD	2023 Plano CV	2023 Plano de Saúde	2023 Plano Equatorial CD	2022 Plano BD	2022 Plano CV	2022 Plano de Saúde	2022 Plano Equatorial CD
Apuração do passivo (ativo) líquido								
Déficit/(Superávit) apurado								
Obrigações atuariais apuradas na avaliação atuarial	453.491	3.243	4.093	63	417.543	2.366	4.093	109
Valor justo dos ativos do plano	(516.257)	(4.521)	–	(784)	(496.411)	(3.749)	–	(603)
Déficit/(Superávit) apurado	(62.766)	(1.278)	4.093	(721)	(78.868)	(1.383)	4.093	(494)
Efeito do Teto do Ativo e Passivos Adicionais								
Efeito do Teto de Ativo	62.766	1.278	–	507	78.868	1.383	–	313
Efeito do Teto do Ativo e Passivos Adicionais	62.766	1.278	–	507	78.868	1.383	–	313
Passivo/(Ativo) líquido resultante do disposto no CPC 33 (R1)								
Passivo/(Ativo) líquido apurado	–	–	4.093	(214)	–	–	4.093	(181)
Ativo não circulante				214				181
Passivo não circulante				4.093				4.093

26.3. Resultado da avaliação atuarial. Os resultados das avaliações atuariais apuraram o seguinte compromisso do plano com seus participantes:

Resultado do exercício 2023	Plano BD	Plano CV	Plano de saúde	Plano Equatorial CD	Total
Custo do serviço corrente líquido	–	–	–	14	14
Custo de juros sobre as obrigações atuariais	47.471	284	469	10	48.234
Rendimento esperado dos ativos do plano	(56.866)	(450)	–	(70)	(57.386)
Juros sobre o Efeito do Teto de Ativo e Passivos Adicionais	9.395	166	–	37	9.598
Total de despesa (receita) reconhecida no Resultado do Exercício	–	–	469	(9)	460
Outros Resultados Abrangentes (ORA), no exercício					
(Ganhos)/perdas nos ativos do plano	(3.866)	(322)	–	(90)	(4.278)
(Ganhos)/perdas nas obrigações atuariais	29.362	593	(383)	(70)	29.502
(Ganhos)/perdas no efeito do Teto do Ativo e nos Passivos Adicionais	(25.496)	(271)	–	157	(25.610)
(Ganhos)/perdas reconhecidos em ORA	–	–	(383)	(3)	(386)

Resultado do exercício 2022	Plano BD	Plano CV	Plano de saúde	Plano Equatorial CD	Total
Custo do serviço corrente líquido	–	–	–	8	8
Custo do serviço passado	–	–	332	–	332
Custo de juros sobre as obrigações atuariais	45.163	389	264	5	45.821
Rendimento esperado dos ativos do plano	(52.066)	(378)	–	(37)	(52.481)
Juros sobre o Efeito do Teto de Ativo e Passivos Adicionais	6.903	–	–	20	6.923
Total de despesa (receita) reconhecida no Resultado do Exercício	–	11	596	(4)	603
Outros Resultados Abrangentes (ORA), no exercício					
(Ganhos)/perdas nos ativos do plano	25.511	153	–	(186)	25.478
(Ganhos)/perdas nas obrigações atuariais	(32.655)	(1.646)	1.112	34	(33.155)
(Ganhos)/perdas no efeito do Teto do Ativo e nos Passivos Adicionais	7.144	1.383	–	96	8.623
(Ganhos)/perdas reconhecidos em ORA	–	(110)	1.112	(56)	946

26.4. Ativos do plano

Ativos do plano incluem:	2023 Plano BD	2023 Plano CV	2023 Plano Equatorial CD	2022 Plano Saldado	2022 Plano CV	2022 Plano Equatorial CD
Títulos Públicos	452.165	40.625	124.898	433.764	34.803	180.473
Fundos de Investimento:	51.882	29.437	229.798	48.012	26.510	151.919
Outros	39.831	4.272	70.640	40.341	3.853	49.004
Total	543.878	74.334	425.336	522.117	65.166	381.396

Os ativos dos planos são compostos por ativos financeiros com cotação de mercados ativos e, portanto, são classificados como Nível 1 e Nível 2 na hierarquia de avaliação do valor justo. A taxa esperada global de retorno dos ativos do plano é determinada com base nas expectativas de mercado vigentes nessa data, aplicáveis ao período durante o qual a obrigação deve ser liquidada. **26.5. Obrigação de benefícios. (a) As premissas atuariais utilizadas na data do balanço foram:**

Premissas em 31 de dezembro de 2023	Plano BD	Plano CV	Plano de saúde	Plano Equatorial CD
Taxa de inflação	3,93%	3,93%	3,93%	3,93%
Taxa de desconto	9,59%	9,71%	9,59%	9,41%
Futuros aumentos salariais	3,93%	3,93%	3,93%	3,93%
Futuros aumentos de pensão	3,93%	3,93%	3,93%	3,93%
Mortalidade geral	AT 2000 Suavizada em 10%	AT 2000 Suavizada em 10%	AT 2000 Suavizada em 10%	AT 2000 Suavizada em 10%

Premissas em 31 de dezembro de 2022	Plano BD	Plano CV	Plano de saúde	Plano Equatorial CD
Taxa de inflação	5,23%	5,23%	5,23%	5,23%
Taxa de desconto	11,91%	12,02%	11,78%	11,91%
Futuros aumentos salariais	5,23%	5,23%	Não Aplicável	5,23%
Futuros aumentos de pensão	5,23%	5,23%	5,23%	5,23%
Mortalidade geral	AT 2000 Suavizada em 10%	AT 2000 Suavizada em 10%	AT 2000 Suavizada em 10%	AT 2000 Suavizada em 10%

(b) Análise de sensibilidade. Mudanças razoavelmente possíveis na data do balanço em cada uma das premissas atuariais relevantes, mantendo as outras premissas constantes, teriam afetado a obrigação de benefício definido conforme demonstrado abaixo:

Premissa	Análise de sensibilidade	2023 Plano BD	2023 Plano CV	2023 Plano de saúde	2023 Plano Equatorial CD	2022 Plano Saldado	2022 Plano CV	2022 Plano de saúde	2022 Plano Equatorial CD
	Aumento de 0,5%	(18.949)	(335)	(247)	(1)	(16.724)	(247)	(243)	(3)
Taxa de desconto	Redução de 0,5%	20.496	379	275	2	18.046	280	270	3
	Aumento de 1 ano	10.653	215	187	(3)	8.745	153	145	(3)
Expectativa de Vida	Redução de 1 ano	(10.833)	(212)	(184)	4	(8.945)	(149)	(144)	3
	Aumento de 0,5%	–	–	288	–	–	–	–	–
HCCTR	Redução de 0,5%	–	–	(260)	–	–	–	–	–

Embora a análise não leve em conta a distribuição completa dos fluxos de caixa esperados no âmbito do plano, ela fornece uma aproximação da sensibilidade da premissa apresentada. O método de avaliação dessa análise de sensibilidade para 31 de dezembro de 2023 não foi alterado com relação ao que foi utilizado no exercício anterior.

26.6. Fluxo de caixa

	2023 Plano BD	2023 Plano CV	2023 Plano de Saúde	2023 Plano Equatorial CD	2022 Plano Saldado	2022 Plano CV	2022 Plano de Saúde	2022 Plano Equatorial CD
1 Fluxo de caixa no exercício								
Contribuições do empregador	–	–	87	21	–	–	193	15
Benefícios pagos utilizando os ativos do plano	40.885	–	87	–	37.052	1.924	193	–
2 Fluxo de caixa estimado para o exercício seguinte								
Contribuições do empregador	–	–	106	26	–	–	151	15
Benefícios pagos utilizando os ativos do plano	40.108	–	106	29	39.163	1.942	151	26

27. Instrumentos financeiros: 27.1. Considerações gerais. A Companhia efetuou análise dos instrumentos financeiros, que incluem caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes, valores a receber (devolver) da parcela A e outros itens financeiros, ativos financeiros da concessão, fornecedores, empréstimos e financiamentos, debêntures e instrumentos financeiros derivativos, procedendo as devidas adequações em sua contabilização, quando necessário. A Administração desses instrumentos financeiros é por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar liquidez, rentabilidade e segurança. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das condições contratadas versus condições vigentes no mercado. A Administração faz uso dos instrumentos financeiros visando remunerar ao máximo suas disponibilidades de caixa, manter a liquidez de seus ativos, proteger-se de variações de taxas de juros ou câmbio e obedecer aos índices financeiros constituídos em seus contratos de financiamento (covenants), conforme notas explicativas nº 15.5 – *Covenants* dos empréstimos e financiamentos e 16.4 – *Covenants* das debêntures. **27.2. Política de utilização de derivativos.** A Companhia poderá utilizar-se de operações com derivativos (swap), apenas para conferir proteção às oscilações de indexadores macroeconômicos e conferir proteção às oscilações de cotações de moedas estrangeiras. Estas operações não são realizadas em caráter especulativo. Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, a Companhia possuía operações de instrumentos financeiros derivativos contratados. **27.3. Categoria e valor justo dos instrumentos financeiros.** Os saldos contábeis e os valores de mercado dos instrumentos financeiros inclusos no balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e 2022 estão identificados conforme a seguir:

Ativo	Níveis	Categoria dos instrumentos financeiros	2023 Contábil	2023 Mercado	2022 Contábil	2022 Mercado
Caixa e equivalentes de caixa	–	Custo amortizado	24.256	24.256	12.447	12.447
Caixa e equivalentes de caixa (Fundo de investimentos)	–	Valor justo por meio do resultado	151.299	151.299	411.472	411.472
Aplicações financeiras	2	Valor justo por meio do resultado	600.697	600.697	477.064	477.064
Contas a receber de clientes	–	Custo amortizado	974.012	974.012	949.758	949.758
Valores a receber de parcela A e outros itens financeiros	–	Custo Amortizado	–	–	106.561	106.561
Ativo financeiro de concessão	2	Valor justo por meio do resultado	185.995	185.995	95.783	95.783
Total do ativo			1.936.259	1.936.259	2.053.085	2.053.085

Passivo	Níveis	Categoria dos instrumentos financeiros	2023 Contábil	2023 Mercado	2022 Contábil	2022 Mercado
Fornecedores	–	Custo amortizado	412.315	412.315	428.326	428.326
Fornecedores - risco sacado	–	Custo amortizado	52.639	52.639	–	–
Empréstimos e financiamentos	–	Custo amortizado	3.042.382	3.597.832	2.578.777	3.140.639
Debêntures	–	Custo amortizado	403.200	392.816	718.097	707.649
Passivo de arrendamento	–	Custo amortizado	2.547	2.547	520	520
Instrumentos financeiros derivativos	2	Financeiros ao valor justo	92.884	92.884	80.946	80.946
Valores a devolver de parcela A e outros itens financeiros	–	Custo amortizado	79.706	79.706	56.348	56.348
AICs ressarcíveis	2	Valor justo por meio de outros resultados abrangentes	10.502	10.502	9.406	9.406
Total do passivo			4.096.174	4.641.240	3.872.420	4.423.834

• **Caixa e equivalente de caixa** - são classificados como custo amortizado e estão registrados pelos seus valores originais. Para fundos de investimentos, são classificados como de valor justo por meio do resultado. Nível 2 na hierarquia de valor justo; • **Aplicações financeiras** - são classificados como de valor justo por meio do resultado. A hierarquia de valor justo dos investimentos de curto prazo é nível 2, pois em sua maioria, são aplicados em fundos exclusivos. Os fatores relevantes para avaliação ao valor justo são publicamente observáveis tais como CDI; • **Contas a receber de clientes** - decorrem diretamente das operações da Companhia, são classificados como custo amortizado, e estão registrados pelos seus valores originais, sujeitos a provisão para perdas e ajuste a valor presente, quando aplicável; • **Valores a receber (devolver) da parcela A e outros itens financeiros** - são decorrentes de custos não gerenciáveis a serem repassados integralmente ao consumidor ou suportados pelo Poder Concedente. Classificados como custo amortizado; • **Ativo financeiro de concessão** - são classificados como valor justo por meio do resultado, são ativos financeiros que representam o direito incondicional de receber uma determinada quantia ao final do prazo de concessão. Os fatores relevantes para avaliação ao valor justo são publicamente observáveis, como IPCA existentes em mercado ativo e a taxa de depreciação que é definida pela resolução da ANEEL, sendo sua classificação nível 2 na hierarquia do valor justo; • **Fornecedores** - decorrem diretamente da operação da Companhia e são classificados como passivo ao custo amortizado; • **Fornecedores - risco sacado** - decorrem de transações entre a Companhia e seus fornecedores de materiais e serviços e são classificados como passivo ao custo amortizado; • **Empréstimos e financiamentos** - tem o propósito de gerar recursos para financiar os programas de investimentos da Companhia e eventualmente gerenciar necessidades de curto prazo. São classificados como passivo ao custo amortizado. Para fins de divulgação, as operações com propósito de giro tiveram seus valores de mercado calculados com base em taxas de dívida equivalente, divulgadas pela B3 e Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais (ANBIMA); • **Debêntures** - são classificadas como passivo ao custo amortizado. Para fins de divulgação, as debêntures tiveram seus valores de mercado calculados com base em taxas de mercado, divulgadas pela B3 e ANBIMA; • **Instrumentos financeiros derivativos** - são classificados pelo valor justo através do resultado e de outros resultados abrangentes, tendo como objetivo a proteção às oscilações de taxa de juros e moeda estrangeira. Para as operações de swap, a determinação do valor de mercado foi realizada utilizando as informações de mercado disponíveis. Nível 2 na hierarquia de valor justo; • **Passivo de arrendamento** - composto pelas obrigações decorrentes de contratos de locações e *leasing* que se enquadram no escopo do CPC 06 (R2). Os saldos são trazidos a valor presente por meio de fluxo de caixa descontado para o exercício de vigência de cada contrato e são classificados como passivo ao custo amortizado; e • **AICs Ressarcíveis** - são classificados como nível 2 na hierarquia de valor justo através de outros resultados abrangentes, tendo em vista que a sensibilidade do valor justo está nos ativos em curso na base de remuneração líquida, dependendo de avaliação de especialista e homologação total ou parcial pela Eletrobrás. O montante do ressarcimento devido à Eletrobrás, a título de pagamento pelos AICs Ressarcíveis correspondente a 50% (cinquenta por cento) da contribuição de cada um dos ativos na base de remuneração líquida, conforme definição vigente nos Procedimentos de Regulação Tarifária - PRORET da ANEEL, desconsideradas eventuais contabilizações, posteriores à data-base do laudo de avaliação, de investimentos necessários à imobilização desses ativos em curso. Neste sentido, a Equatorial Piauí provisionou o montante de R$ 10.502 (R$ 9.406 em 31 de dezembro de 2022). Após a homologação pela ANEEL do resultado da revisão tarifária, a compradora se compromete a contratar consultor técnico para apuração do montante de ressarcimento devido à Eletrobrás. **27.4. Instrumentos financeiros derivativos.** Apresentamos abaixo os valores dos instrumentos derivativos da Companhia, vigentes em 31 de dezembro de 2023 e 2022, que podem ser assim resumidos:

Instituição financeira	Ingresso	Vencimento	Valor contratado (USD)	Valor contratado (BRL)	Amortização	Tipo	Juros	Indexadores	Valor justo 2023 Ponta Ativa	2023 Ponta Passiva	2023 Total	2022 Ponta Ativa	2022 Ponta Passiva	2022 Total
Scotiabank	10/10/2020	16/10/2023	35.778	200.000	*Bullet*	Câmbio	Semestral	US$ + 1,68% a.a. / CDI + 1,58% a.a.	–	–	–	183.656	(208.458)	(24.802)
Scotiabank	26/04/2021	26/04/2026	53.571	300.000	Anual	Câmbio	Semestral	US$ + 2,27% a.a. / CDI + 1,77% a.a.	247.435	(315.807)	(68.372)	262.952	(320.826)	(57.874)
Santander	07/12/2022	16/11/2026	28.184	146.000	*Bullet*	Câmbio	Trimestrais	IPCA + 6,24% a.a. / CDI + 1,62% a.a.	142.411	(153.329)	(10.918)	156.532	(154.802)	1.730
Bank of America	27/10/2023	25/10/2024	50.000	250.000	*Bullet*	Câmbio	*Bullet*	US$ + 7,5059% a.a./ CDI + 1,25% a.a.	248.558	(257.876)	(9.318)	–	–	–
Bank of America	27/12/2023	27/01/2025	70.000	342.300	*Bullet*	Câmbio	*Bullet*	US$ + 7,0235% a.a./ CDI + 1,38% a.a.	343.448	(347.724)	(4.276)	–	–	–
Total									981.852	(1.074.736)	(92.884)	603.140	(684.086)	(80.946)
								Passivo circulante			(9.639)			(25.034)
								Passivo não circulante			(83.245)			(55.912)
								Efeito líquido total			(92.884)			(80.946)

Técnicas de avaliação específicas utilizadas para instrumentos financeiros derivativos: Preços de mercado das instituições financeiras. O valor justo de *swap* de taxa de juros é calculado pelo valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados com base nas curvas de rendimento adotadas pelo mercado. Destaca-se que, como as regras contábeis que tratam do assunto exigem que o *swap* seja contabilizado a valor de mercado, por mais que a proteção seja perfeita do ponto de vista de caixa, podem ocorrer oscilações nos resultados. Os valores relativos aos itens designados como instrumentos de *hedge* e a inefetividade de *hedge* foram os seguintes:

Risco Cambial	Rubrica no balanço patrimonial em que instrumento de *hedge* está incluído	Valor Nominal	Valor contábil 2023 Ativo	2023 Passivo	2022 Ativo	2022 Passivo	Alterações no valor do instrumento de *hedge* reconhecidas em ORA 2023	2022
Contrato de *swap hedge* para empréstimos em moeda estrangeira	Instrumentos financeiros derivativos	1.038.300	–	**(92.884)**	–	(80.946)	**14.061**	(19.614)

27.5 Gerenciamento dos riscos financeiros: O Conselho de Administração da Companhia tem a responsabilidade global sobre o estabelecimento e supervisão da estrutura de gerenciamento de risco da Companhia. A Administração da Companhia define a forma de tratamento e os responsáveis por acompanhar cada um dos riscos levantados, para sua prevenção e controle. As políticas de gerenciamento de risco da Companhia são estabelecidas para identificar e analisar os riscos aos quais está exposta, para definir limites de riscos e controles apropriados, e para monitorar os riscos e a aderência aos limites definidos. As políticas de gerenciamento de risco e os sistemas são revisados regularmente para refletir mudanças nas condições de mercado e nas suas atividades. A Companhia através de suas normas e procedimentos de treinamento e gerenciamento, busca manter um ambiente de disciplina e controle no qual todos os funcionários tenham consciência de suas atribuições e obrigações. O Comitê de Auditoria da Controladora Equatorial Energia S.A., supervisiona a forma como a Administração da Companhia monitora a aderência aos procedimentos de gerenciamento de risco, e revisa a adequação da estrutura de gerenciamento de risco em relação aos riscos aos quais está exposta. O Comitê de Auditoria é auxiliado pelo time de auditoria interna na execução de suas atribuições. A auditoria interna realiza revisões regulares e esporádicas nos procedimentos de gerenciamento de risco, e o resultado é reportado para o Comitê de Auditoria. Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2023, não houve mudança nas políticas de gerenciamento de risco em relação ao exercício anterior, findo em 31 de dezembro de 2022. **(a) Risco de crédito:** Risco de crédito é o risco da Companhia em incorrer em perdas financeiras caso um cliente ou uma contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais. Esse risco é principalmente proveniente das contas a receber de clientes e de instrumentos financeiros. A Administração acompanha a evolução do contas a receber, e reforça os direcionamentos estratégicos para potencializar a gestão e o desempenho operacional das ações de cobrança envidadas para mitigar o risco de inadimplência. A Companhia adota uma política de cobrança cujas diretrizes estão em consonância com legislação e regulamentação específicas. **(i) Caixa e equivalente de caixa:** A Companhia detém caixa e equivalentes de caixa no exercício findo em 31 de dezembro de 2023, no montante de R$ 261.904 (R$ 423.919 em 31 de dezembro de 2022). O caixa e equivalentes de caixa são mantidos com bancos e instituições financeiras que possuem *rating* entre AA- e AA+, baseado nas agências de *rating Fitch Ratings e Standard & Poors*. A Companhia considera que o seu caixa e equivalentes de caixa têm baixo risco de crédito com base nos *ratings* de crédito externos das contrapartes. Quando da aplicação inicial do CPC 48 – Instrumentos Financeiros, a Companhia julgou não ser necessário a constituição de provisão. **(ii) Contas a receber:** As contas a receber são compostas pelas faturas de energia elétrica, de consumidores não faturados e pelos parcelamentos de débitos de faturas de fornecimento de energia vencidos de consumidores inadimplentes, e a representatividade é influenciada pelas características da área de concessão. A Companhia estabelece as políticas de cobrança para as classes de clientes para reduzir os níveis de inadimplência, e consequentemente, a recuperação dos valores recebíveis. Todas as políticas de cobrança estabelecidas estão em consonância com a legislação e regulamentação específicas, no caso do setor de energia elétrica a Resolução Normativa nº 1.000/2021, emitida pela ANEEL. Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022, a exposição máxima ao risco de crédito para contas a receber de clientes por classe consumidora estava assim apresentada:

2023 Classe consumidora	Consumidores faturados	Consumidores não faturados	Parcelamentos	Total
Residencial	558.994	81.258	244.095	884.347
Industrial	41.764	507	10.676	52.947
Comercial	123.968	15.435	39.737	179.140
Rural	39.900	6.271	13.449	59.620
Poder público	52.490	5.658	116.828	174.976
Iluminação pública	21.739	132	35.145	57.016
Serviço público	32.823	3.727	17.236	53.786
Total	871.678	112.988	477.166	1.461.832

2022 Classe consumidora	Consumidores faturados	Consumidores não faturados	Parcelamentos	Total
Residencial	487.447	55.194	274.216	816.857
Industrial	38.171	361	12.241	50.773
Comercial	105.205	9.743	49.721	164.669
Rural	28.489	4.744	14.803	48.036
Poder público	34.180	3.969	133.140	171.289
Iluminação pública	20.143	81	37.799	58.023
Serviço público	25.934	2.855	17.110	45.899
Total	739.569	76.947	539.030	1.355.546

A Companhia registrou uma provisão para perda que representa sua melhor estimativa de perdas esperadas referentes às contas a receber de clientes, conforme apresentado na nota explicativa nº 7.2 – Contas a receber de clientes e procedimentos descritos na nota explicativa nº 3.14.2.1 – Perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa.

Perda esperada de crédito de liquidação duvidosa

Faixa (em dias)	Saldo contábil bruto Parcelamentos	%Taxa média ponderada da perda média do Parcelado	Saldo	Saldo contábil bruto Faturado	%Taxa média ponderada da perda média do Faturado	Saldo
A Vencer	295.595	13,55%	40.053	213.667	2,05%	4.380
Vencido 1 a 30	6.947	16,12%	1.120	95.669	6,68%	6.391
Vencido 31 a 60	4.244	26,03%	1.105	30.051	15,69%	4.715
Vencido 61 a 90	2.852	40,76%	1.162	14.187	27,71%	3.931
Vencido 91 a 120	3.282	48,29%	1.585	9.660	34,33%	3.316
Vencido 121 a 150	3.430	55,24%	1.895	7.905	40,62%	3.211
Vencido 151 a 180	3.509	55,62%	1.952	7.559	44,18%	3.340
Vencido 181 a 210	3.280	59,02%	1.936	6.966	47,08%	3.280
Vencido 211 a 240	3.047	59,02%	1.798	7.096	48,83%	3.465
Vencido 241 a 270	2.609	59,62%	1.555	6.160	50,11%	3.087
Vencido 271 a 300	2.686	62,01%	1.666	6.131	51,06%	3.130
Vencido 301 a 330	2.852	65,82%	1.877	5.529	53,08%	2.935
Vencido 331 a 360	2.955	66,78%	1.973	6.021	53,08%	3.196
Vencido 361 a 390	2.743	66,78%	1.832	5.740	53,09%	3.047
Vencido 391 a 420	2.840	66,78%	1.897	5.467	53,09%	2.902
Vencido 421 a 450	2.285	66,78%	1.526	5.037	53,09%	2.674
Vencido 451 a 630	18.802	67,80%	12.748	29.568	53,09%	15.698
Vencido 631 a 720	9.127	69,35%	6.330	16.425	53,09%	8.720
Vencido 721 a 810	8.174	71,55%	5.848	18.759	55,78%	10.464
Vencido 811 a 990	14.910	75,06%	11.191	30.602	59,12%	18.092
Vencido 991 a 1080	7.257	76,80%	5.573	17.033	62,63%	10.668
Vencido 1081 a 1170	6.031	78,69%	4.746	15.225	64,59%	9.834
Vencido 1171 a 1350	9.430	79,60%	7.506	22.343	66,94%	14.956
Vencido 1351 a 1530	8.430	79,60%	6.710	28.691	66,94%	19.206
Vencido 1531 a 1710	6.459	81,63%	5.272	28.742	66,94%	19.240
Vencido 1711 a 1890	5.578	82,33%	4.592	30.219	66,94%	20.229
Maior 1891	37.812	90,67%	34.285	201.226	79,99%	160.960
Total	477.166		169.733	871.678		365.067

***Aging* de parcelamentos saldos a vencer**

2023	2024	2025	2026	Após 2026	Total
Residencial	55.660	29.735	17.812	17.004	120.211
Industrial	2.487	1.418	1.247	1.223	6.375
Comercial	8.319	3.352	2.372	1.973	16.016
Rural	3.077	1.382	725	526	5.710
Poder público	18.380	14.652	13.431	53.342	99.805
Iluminação pública	7.777	5.483	4.550	14.866	32.676
Serviço público	3.214	1.933	1.894	7.761	14.802
Total a vencer	98.914	57.955	42.031	96.695	295.595

***Aging* de parcelamentos vencidos há mais de 90 dias**

2023	Venc. 91 à 360 dias	Venc. de 361 à 720 dias	Venc. de 721 à 1080 dias	Venc. de 1081 à 1530 dias	Venc. à mais de 1530 dias	Total
Residencial	20.743	27.553	23.218	16.767	26.035	114.316
Industrial	294	237	165	460	2.950	4.106
Comercial	2.430	3.604	3.084	3.420	10.127	22.665
Rural	1.012	1.085	1.173	832	3.073	7.175
Poder Público	2.409	2.510	2.189	1.817	6.463	15.388
Iluminação Pública	295	348	260	305	680	1.888
Serviço Público	467	461	253	289	520	1.990
Total de parcelamentos	27.650	35.798	30.342	23.890	49.848	167.528

PECLD não faturados

Faixa	Saldo contábil bruto não faturados	% Taxa média ponderada da perda média não faturados	Saldo
A vencer	112.988	2,05%	2.316
Total	112.988		2.316

(iii) Valores a receber da parcela A e outros itens financeiros e Ativo financeiro da concessão: A Administração da Companhia considera reduzido o risco desses créditos, visto que os contratos firmados asseguram o direito incondicional de receber caixa ao final da concessão a ser pago pelo Poder Concedente: (i) referente a custos não recuperados por meio de tarifa (ativo financeiro setorial); e (ii) referente aos investimentos em curso e efetuados em infraestrutura e que não foram amortizados até o vencimento da concessão (ativos de contrato e ativo financeiro da concessão). **(iv) Instrumentos financeiros derivativos:** Os derivativos são contratados com bancos e instituições financeiras que possuem *rating* entre AA- e AA+, baseado nas agências de *rating Fitch Ratings* e *Standard & Poors*. **(b) Risco de liquidez:** Risco de liquidez é o risco de que a Companhia irá encontrar dificuldades em cumprir as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos em caixa ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Companhia na Administração da liquidez é de garantir, na medida do possível, que sempre terá liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações no vencimento, tanto em condições normais como de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou risco de prejudicar a reputação da Companhia. Para determinar a capacidade financeira da Companhia em cumprir adequadamente os compromissos assumidos, os fluxos de vencimentos dos recursos captados e de outras obrigações fazem parte das divulgações. Informações com maior detalhamento sobre os empréstimos captados pela Companhia são apresentadas nas notas explicativas nº 15 - Empréstimos e financiamentos e nº 16 - Debêntures. A Companhia tem obtido recursos a partir da sua atividade comercial e do mercado financeiro, destinando-os principalmente ao seu programa de investimentos e à administração de seu caixa para capital de giro e compromissos financeiros. A gestão dos investimentos financeiros tem foco em instrumentos de curto prazo, de modo a promover máxima liquidez e fazer frente aos desembolsos. A geração de caixa da Companhia e sua pouca volatilidade nos recebimentos e obrigações de pagamentos ao longo dos meses do ano, prestam à Companhia estabilidade nos seus fluxos, reduzindo o seu risco de liquidez. A Companhia busca manter o nível de seu caixa e equivalentes de caixa e outros investimentos com mercado ativo em um montante superior às saídas de caixa para liquidação de endividamento para os próximos 12 meses (índice de disponibilidade). O índice de disponibilidade por dívida de curto prazo no exercício findo em 31 de dezembro de 2023 é de 1,3 (1,6 em 31 de dezembro de 2022). **(i) Exposição ao risco de liquidez:** A seguir, estão os vencimentos contratuais de passivos financeiros na data da demonstração contábil. Esses valores são brutos e não descontados, e incluem pagamentos de juros contratuais e excluem o impacto dos acordos de compensação:

Passivos financeiros não derivativos	Valor Contábil	Fluxo de caixa contratual total	2 meses ou menos	2-12 meses	1-2 anos	2-5 anos	Mais que 5 anos
Empréstimos bancários com garantia	2.165.762	4.732.727	41.426	435.502	386.557	913.582	2.955.660
Empréstimos bancários sem garantia	876.621	845.770	–	291.816	396.654	157.300	–
Subtotal - Empréstimos e Financiamentos	3.042.383	5.578.497	41.426	727.318	783.211	1.070.882	2.955.660
Títulos de dívida emitidos com garantia (Debêntures)	403.200	525.849	–	47.385	39.978	438.486	–
Subtotal - Debêntures	403.200	525.849	–	47.385	39.978	438.486	–
Fornecedores	412.315	412.315	228.254	184.061	–	–	–
Fornecedores – risco sacado	52.639	52.639	52.639	16.289	–	–	–
Subtotal – Fornecedores	464.954	464.954	264.604	200.350	–	–	–
Passivo de arrendamento	2.547	2.547	105	439	468	1.535	–
Subtotal – Passivo de arrendamento	2.547	2.547	105	439	468	1.535	–
Total	3.913.083	6.571.847	306.135	975.492	823.657	1.510.903	2.955.660

Os fluxos de saídas, divulgados na tabela acima, representam os fluxos de caixa contratuais não descontados relacionados aos passivos financeiros mantidos para fins de gerenciamento de risco e que normalmente não são encerrados antes do vencimento contratual. Adicionalmente, conforme divulgado nas notas explicativas n° 15 – Empréstimos e financiamentos e nº 16 – Debêntures, a Companhia possui operações financeiras com cláusulas contratuais restritivas (covenants). O não cumprimento futuro desta cláusula contratual restritiva pode exigir que a Companhia liquide a dívida antes da data prevista. Estas cláusulas contratuais restritivas são monitoradas regularmente pela Diretoria Financeira e reportada periodicamente para a Administração para garantir que o contrato esteja sendo cumprido, não gerando qualquer expectativa futura de que as condições acordadas não sejam cumpridas. **(c) Riscos de mercado:** Risco de mercado é o risco de que alterações nos preços de mercado - tais como taxas de câmbio, taxas de juros e preços de ações - irão afetar os ganhos da Companhia ou o valor de seus instrumentos financeiros, compreendendo ainda os limitadores de endividamento definidos em contratos, cujo descumprimento pode implicar em vencimento antecipado, conforme descritos a diante desta nota explicativa. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercado, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno. A Companhia utiliza derivativos para gerenciar riscos de mercado. Todas essas operações são conduzidas dentro das orientações estabelecidas pelo Comitê de Gerenciamento de Risco. Geralmente, a Companhia busca aplicar *hedge accounting* para gerenciar a volatilidade no resultado. **(d) Risco de taxa de câmbio:** Este risco é oriundo da possibilidade de a Companhia vir a incorrer em perdas por conta das flutuações no câmbio. Determinados passivos financeiros estão suscetíveis a variações cambiais, em função dos efeitos da volatilidade da taxa de câmbio sobre aqueles saldos atrelados a moedas estrangeiras, principalmente o dólar. Em 31 de dezembro de 2023 a exposição ao câmbio é de 28,5% (18,7% em 31 de dezembro de 2022) de sua dívida (respectivo a empréstimos e financiamentos em moeda estrangeira). A Companhia monitora continuamente as taxas de câmbio e de juros de mercado com o objetivo de avaliar a eventual necessidade da contratação de derivativos para se proteger contra o risco de volatilidade dessas taxas. A Companhia possui três dívidas em moeda estrangeira, e possui swap para proteção contra as oscilações de câmbio, conforme nota explicativa nº 27.4 – Instrumentos financeiros derivativos. A sensibilidade dos ativos e passivos financeiros da Companhia foi demonstrada com base nos seguintes cenários: um cenário com as taxas projetadas para 12 meses (Cenário Provável) e outros dois cenários com 25% (Cenário II) e 50% (Cenário III) considerando a exposição da moeda estrangeira relevante. O método de avaliação dessa análise de sensibilidade para 31 de dezembro de 2023 não foi alterado com relação ao que foi utilizado no exercício anterior. A moeda utilizada na análise de sensibilidade e os seus respectivos cenários estão demonstrados conforme a seguir:

Risco do fluxo de caixa ou valor justo associado à variação cambial — Impacto no resultado

Operação	Risco	Saldo em R$ (exposição)	Cenário Provável	Cenário II +25%	Cenário III +50%	Cenário IV -25%	Cenário V -50%
Passivos financeiros							
Empréstimos, financiamentos e debêntures	US$	(980.418)	(1.018.905)	(1.273.631)	(1.528.358)	(764.179)	(509.452)
Impacto no resultado do exercício				(254.726)	(509.453)	254.726	509.453
Swap - Ponta Ativa	US$	981.852	1.020.396	1.275.495	1.530.594	765.297	510.198
Impacto em outros resultados abrangentes				373	745	(373)	(745)
Impacto no resultado do exercício				254.726	509.453	(254.726)	(509.453)
Impacto líquido no resultado do exercício total				–	–	–	–

Referência para ativos e passivos financeiros	Taxa projetada	Taxa em 2023	+25%	+50%	-25%	-50%
Dólar US$ R$ (% 12 meses)	5,03	4,84	6,29	7,55	3,77	2,52

Fonte: *B3*

(e) Risco de taxa de juros: Este risco é oriundo da possibilidade de a Companhia vir a incorrer em perdas por conta das variações das taxas de juros da economia, que afetam os empréstimos e financiamentos e as aplicações financeiras. A Companhia monitora continuamente as variações dos indexadores com o objetivo de avaliar a eventual necessidade da contratação de derivativos para se proteger contra o risco de volatilidade dessas taxas. A seguir são demonstrados os impactos dessas variações na rentabilidade dos investimentos financeiros e no endividamento em moeda nacional da Companhia. A sensibilidade dos ativos e passivos financeiros da Companhia foi demonstrada com base nos seguintes cenários: um cenário com as taxas projetadas para 12 meses (Cenário Provável) e outros dois cenários com 25% (Cenário II) e 50% (Cenário III) considerando a exposição da moeda estrangeira relevante. O método de avaliação dessa análise de sensibilidade para 31 de dezembro de 2023 não foi alterado com relação ao que foi utilizado no exercício anterior. Foram incluídos, ainda, mais dois cenários com o efeito inverso ao determinado na instrução para demonstrar os efeitos com a redução de 25% (Cenário IV) e 50% (Cenário V) desses indexadores.

Risco do fluxo de caixa ou valor justo associado à taxa de juros — Impacto no resultado

Operação	Risco	Saldo em R$ (exposição)	Cenário Provável	Cenário II +25%	Cenário III +50%	Cenário IV -25%	Cenário V -50%
Ativos Financeiros							
Aplicações financeiras	CDI	751.996	827.496	846.371	865.246	808.621	789.746
Impacto no resultado do exercício				18.875	37.750	(18.875)	(37.750)
Passivos financeiros							
Empréstimos, financiamentos e debêntures	CDI	(765.188)	(842.013)	(861.219)	(880.425)	(822.807)	(803.601)
	IPCA	(1.149.565)	(1.222.218)	(1.240.381)	(1.258.544)	(1.204.055)	(1.185.892)
Total passivos financeiros		(1.914.753)	(2.064.231)	(2.101.600)	(2.138.969)	(2.026.862)	(1.989.493)
Impacto no resultado do exercício				(37.369)	(74.739)	37.369	74.739
Swap - Ponta Passiva	CDI	(1.074.736)	(1.182.640)	(1.101.712)	(1.128.688)	(1.047.760)	(1.020.785)
Impacto em outros resultados abrangentes				(568)	(1.135)	568	1.135
Impacto no resultado do exercício				(26.408)	(52.817)	26.408	52.817
Impacto líquido no resultado do exercício total				(44.902)	(89.806)	44.902	89.806

Referência para ativos e passivos financeiros[1]	Taxa projetada	Taxa em 2022	+25%	+50%	-25%	-50%
CDI (% 12 meses)	10,04%	13,04%	12,55%	15,06%	7,53%	5,02%
IPCA (%12 meses)	6,32%	4,68%	7,90%	9,48%	4,74%	3,16%

Fonte: *B3.*

(f) Risco de vencimento antecipado: A Companhia possui contratos de empréstimos, financiamentos e debêntures com covenants que, em geral, requerem a manutenção de índices econômico-financeiros em determinados níveis. O descumprimento desses índices pode implicar em vencimento antecipado das dívidas. A Administração acompanha suas posições, bem como projeta seu endividamento futuro para atuar preventivamente aos limites de endividamento mencionados nas notas explicativas nº 16 – Empréstimos e financiamentos e 17 – Debêntures. **(g) Risco de escassez de energia (Risco hidrológico):** O sistema de produção e transmissão de energia elétrica do Brasil é um sistema hidro-termo-eólico de grande porte, com predominância de usinas hidrelétricas, o que o torna suscetível às variações nos reservatórios em função das chuvas. Um período prolongado de escassez de chuva, por exemplo, reduzirá o volume de água nos reservatórios dessas usinas, trazendo como consequência o aumento no custo na aquisição de energia no mercado de curto prazo e na elevação dos valores de Encargos de Sistema em decorrência do despacho das usinas termelétricas. Dessa maneira, com a finalidade de incentivar o uso racional da energia, o governo através do Decreto nº 8.401/2015, criou a Conta Centralizadora dos Recursos de Bandeiras Tarifárias (CCRBT - conta bandeiras) visando repassar mais adequadamente aos consumidores finais o custo associado às condições de geração de eletricidade. Como consequência da situação hidrológica desfavorável de 2021, foi criada a Câmara de Regras Excepcionais para Gestão Hidroenergética (CREG) (Medida Provisória nº 1.055/2021), com competência definir diretrizes obrigatórias relativas ao estabelecimento de condições excepcionais e temporárias para enfrentamento da situação hidrológica. Mensalmente, a CREG realiza reuniões de acompanhamento, sendo respaldada pelos estudos elaborados por diversos entes do setor elétrico brasileiro, como a ANEEL, Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE), Operador Nacional do Sistema (ONS) e Ministério de Minas e Energia (MME). Conforme informações do Operador Nacional do Sistema (ONS), o sistema atravessou um período de deplecionamento acentuado dos reservatórios, com início em julho de 2012 e término em novembro de 2021, com duração de 113 meses retornando ao aumento dos reservatórios a partir de então. Em 2023, as condições foram favoráveis com previsão de

continuação

EQUATORIAL PIAUÍ DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A. | CNPJ/MF nº 06.840.748/0001-89

continuidade no ano de 2024. **(h) Risco da revisão e do reajuste das tarifas de fornecimento:** Os Processos de Revisão e Reajuste Tarifários são garantidos por contrato e empregam metodologias previamente definidas. Alterações na metodologia vigente devem ser amplamente discutidas e contarão com contribuições da Companhia, concessionárias e demais agentes do Setor. Em caso de evento imprevisível que venha a afetar o equilíbrio econômico-financeiro da concessão, poderá a Companhia justificar e requerer ao regulador a abertura de uma Revisão Tarifária Extraordinária, ficando a realização desta a critério do regulador. A própria ANEEL também poderá proceder com Revisões Extraordinárias caso haja criação, alteração ou exclusão de encargos e/ou tributos, para seu repasse às tarifas. **(i) Risco ambiental:** A Companhia baliza suas ações em sua Política de Sustentabilidade, que prevê, em suas Concessões, o atendimento aos requisitos legais ambientais nas 3 esferas de governo (Federal, Estaduais e Municipais), visando a preservação ambiental e o respeito à sociedade, em especial, às populações tradicionais. Para controle dos processos e atividades com impactos ambientais, utilizamos um Sistema de Gestão Ambiental balizado na ISO 14001, que vincula os processos e atividades a seus possíveis impactos, bem como o correlaciona à Legislação vigente. Para tais processos, temos procedimentos específicos, que visam o controle preventivo quanto aos impactos ambientais, que envolvem os colaboradores próprios e terceiros, bem como os demais *Stakeholders*. O Controle do Sistema de Gestão Ambiental tem como principais macroprocessos: • Licenciamento Ambiental; • Gestão de Limpeza de Faixa, Podas e Supressão de Vegetação; • Gestão de Resíduos, Educação e Conscientização Ambiental; • Gestão de Requisitos Legais; • Gestão de Recursos Hídricos; e • Normatização e Controle do Sistema de Gestão Ambiental (SGA). Dentro destes macroprocessos, fazemos gestão de centenas de processos de licenças e autorizações ambientais para implantação, manutenção e operação de ativos e processos, em especial, no que se refere a implantação de Subestações, Linhas e Redes de Distribuição de Energia. Também trabalhamos com os órgãos ambientais competentes na obtenção de autorizações de poda, limpeza de faixa e supressão de vegetação, atendendo a legislação e evitando riscos ao sistema elétrico. Em nosso SGA, temos a etapa de Integração Ambiental para implantação de obras. Este processo consiste em alinhamento com os fornecedores/executores de obras, quanto ao licenciamento e autorizações recebidas dos órgãos ambientais. Nas reuniões de Integração Ambiental são repassados aos gestores e executores das obras, todo processo que foi ambientalmente licenciado, bem como as obrigações legais relacionadas ao cumprimento das condicionantes e da legislação vigente, visando assim minimizar os riscos ambientais associados a implantação das obras. Também visando reduzir impactos ambientais, utilizamos em nossas áreas de concessão cabos protegidos ou compactos que minimizam as ações e intensidades de podas, em especial, em áreas urbanas com alta densidade de árvores de grande porte. **27.6 Gestão de capital:** A política da Administração da Companhia é manter uma base sólida de capital para manter a confiança do investidor, dos credores e do mercado e o desenvolvimento futuro do negócio. A Administração monitora o retorno de capital e o nível de dividendos para os acionistas. A Administração procura manter um equilíbrio entre os mais altos retornos possíveis com níveis adequados de alavancagem e as vantagens e a segurança proporcionada por uma posição de capital saudável, estabelecendo e acompanhando as diretrizes dos níveis de endividamento e liquidez, assim como as condições de custo e prazo dos financiamentos contratados. **28 Demonstração dos fluxos de caixa: 28.1 Transações que não afetam caixa:** O CPC 03 (R2) – Demonstrações de Fluxo de Caixa, em sua revisão, trouxe que as transações de investimento e financiamento que não envolvem o uso de caixa ou equivalente de caixa devem ser excluídas das demonstrações de fluxo de caixa e apresentadas separadamente em nota explicativa. Todas as demonstrações que não envolveram o uso de caixa ou equivalente de caixa, ou seja, que não estão demonstradas nas demonstrações de fluxo de caixa, estão demonstradas na tabela abaixo:

	Efeito não caixa
Atividades de investimento	
Transferências entre ativo financeiro e ativo contratual	71.155
Transferências entre ativo contratual e intangível	846.638
Adição de ativo contratual em contrapartida de fornecedor	23.023
Adição de ativo contratual em contrapartida de obrigações sociais e trabalhistas	45.081
Total de atividades de investimento	**985.897**
Atividades de financiamento	
Dividendos mínimos obrigatórios	45.760
Dividendos distribuídos 2022	5
Realização da reserva de lucro a realizar	9.747
Capitalização de juros de empréstimos (a)	10.855
Resultado de *hedge accounting* de fluxo de caixa (b)	14.061
Reconhecimento de ativo e passivo de arrendamento	2.681
Total de atividades de financiamento	**83.109**
Total	**1.069.006**

(a) Capitalização de juros de empréstimos ligados à aquisição ou construção de ativos qualificáveis registrados no ativo contratual de acordo com as regras do CPC 20 (R1) - Custos de Empréstimos; e (b) Proteção contra exposições a variações de fluxos de caixa que sejam atribuíveis a riscos específicos associados com ativos ou passivos ou que possa afetar o resultado.

28.2 Mudanças nos passivos de atividades de financiamento

	2022	Fluxo de caixa	Pagamento de juros (*)	Novos arrendamentos	Mudança no valor justo	Outros (**)	2023
Empréstimos e financiamentos	2.578.777	383.842	(116.929)	–	22.435	174.257	3.042.382
Debêntures	718.097	(310.000)	(81.405)	–	–	76.508	403.200
Passivos de arrendamento	520	(654)	(115)	2.681	–	115	2.547
Instrumentos financeiros derivativos	80.946	–	–	–	(14.061)	25.999	92.884
Dividendos a pagar	130.636	(130.617)	–	–	–	55.512	55.531
Totais	3.508.976	(57.429)	(198.449)	2.681	8.374	332.391	3.596.544

(*) A Companhia classifica juros pagos como fluxos de caixa das atividades operacionais. (**) As movimentações incluídas na coluna de "Outros" incluem os efeitos das apropriações de encargos de dívidas, juros, variações monetárias e cambiais líquidas, capitalização de juros e o reconhecimento de dividendos a pagar. **29. Compromissos futuros:** Os compromissos relacionados a contratos de longo prazo são os seguintes:

	Vigência	2024	2025	2026	Após 2026 (*)
Energia contratada (em R$)	2024 a 2034	972.360	1.023.760	1.060.907	12.158.801
Energia contratada (em MhW)	2024 a 2034	4.490.490	4.536.780	4.517.654	42.858.481

(*) estimado 9 anos após 2026. Os valores relativos aos contratos de compra de energia, cuja vigência varia de 2 a 30 anos, representam o volume total contratado pelo preço atualizado de acordo com a cláusula do Contrato de Comercialização de Energia Elétrica no Ambiente Regulado (CCEAR), e foram homologados pela ANEEL.

	Vigência	2024	2025	2026	Após 2026
Arrendamentos e aluguéis (R$ Mil)	2024 a 2026	148	510	478	1.411

30. Eventos subsequentes: Aumento de capital social: Em 25 de março de 2024, conforme ata de Reunião do Conselho de Administração, houve a aprovação do aumento de capital no valor de R$ 71.732, mediante a integralização da Reserva Legal no valor de R$ 9.634, da Reserva de Incentivos Fiscais no valor de R$ 62.098, sem emissão de novas ações, com a consequente alteração do Art. 5º do Estatuto Social da Companhia, a ser submetida à apreciação da Assembleia Geral da Companhia. **Distribuição de dividendos adicionais:** Em 25 de março de 2024, conforme a ata de Reunião do Conselho da Administração, houve a aprovação da proposta de distribuição de dividendos adicionais de R$ 117.806, decorrentes do resultado do exercício.

Conselho de Administração

Augusto Miranda da Paz Júnior - (Presidente)

Leonardo da Silva Lucas Tavares de Lima - (Vice-Presidente)

Sérvio Túlio dos Santos | Adjar Vieira Barbosa

Diretoria Executiva

Humberto Soares Filho - Diretor Presidente

Lener Silva Jayme - Diretor | Leonardo da Silva Lucas Tavares de Lima - Diretor

Cristiano de Lima Lograde - Diretor | José Silva Sobral Neto - Diretor

Armando de Souza Nascimento - Diretor | Joe Louis Tavares Morra - Diretor

Geovane Ximenes de Lira - Superintendente de Contabilidade e Tributos

Contador - CRC PE 012996-O-3 S-PI

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Ao Conselho de Administração e Diretoria da **Equatorial Piauí Distribuidora de Energia S.A.** Teresina - PI. **Opinião:** Examinamos as demonstrações contábeis da Equatorial Piauí Distribuidora de Energia S.A. (Companhia), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Principais assuntos de auditoria:** Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Para cada assunto abaixo, a descrição de como nossa auditoria tratou o assunto, incluindo quaisquer comentários sobre os resultados de nossos procedimentos, é apresentado no contexto das demonstrações contábeis tomadas em conjunto. Nós cumprimos as responsabilidades descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis", incluindo aquelas em relação a esses principais assuntos de auditoria. Dessa forma, nossa auditoria incluiu a condução de procedimentos planejados para responder a nossa avaliação de riscos de distorções significativas nas demonstrações contábeis. Os resultados de nossos procedimentos, incluindo aqueles executados para tratar os assuntos abaixo, fornecem a base para nossa opinião de auditoria sobre as demonstrações contábeis da Companhia. Reconhecimento da receita de energia distribuída, mas não faturada: As receitas da Companhia são oriundas, principalmente, do fornecimento de energia elétrica, sendo reconhecidas quando do consumo da energia, conforme regime de competência, independente do seu faturamento, uma vez que o faturamento é efetuado tomando como base ciclos de leitura que em alguns casos se sucedem ao período de encerramento contábil. O saldo de contas a receber derivado do fornecimento não faturado totaliza R$ 112.988 em 31 de dezembro de 2023 e está divulgado na nota explicativa nº 7 às demonstrações contábeis. A mensuração da receita não faturada foi considerada um assunto significativo para a nossa auditoria devido à relevância dos valores envolvidos e às especificidades atreladas ao processo de estimativa, o qual leva em consideração dados históricos, parametrização de sistemas, além de julgamentos por parte da Administração Diretoria acerca da estimativa de consumo por parte dos consumidores, a fim de garantir que a receita seja. Estimada de forma precisa. Como nossa auditoria conduziu esse assunto: Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros: (i) a compreensão e documentação do processo de estimativa, com revisão das premissas adotadas por parte da Diretoria; (ii) teste com base amostral dos dados e relatórios extraídos do sistema de faturamento, que são utilizados na realização dos cálculos da estimativa de receita não faturada; e (iii) recálculo da estimativa da receita de fornecimento não faturado. Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados sobre a receita não faturada, que está consistente com a avaliação da Diretoria consideramos que as políticas de mensuração e reconhecimento adotadas pela Diretoria assim como as respectivas divulgações são aceitáveis, no contexto das demonstrações contábeis tomadas em conjunto. Controles gerais de tecnologia de informação: A Companhia, impactada pelos seus elevados números de transações, utiliza-se de uma complexa estrutura de controles de tecnologia da informação, sejam eles manuais, automatizados e dependentes dos sistemas integrados de gestão. Dessa forma, a eficácia no desenho e na operação destes controles é de suma importância para que os registros contábeis e, por consequência, as demonstrações contábeis estejam livres de erros significativos. Essa estrutura complexa, que envolve serviço público de distribuição de energia elétrica, encontra-se com diferentes níveis de maturação e os riscos relacionados aos processos de tecnologia da informação relevantes para as transações processadas nos diferentes sistemas podem resultar em informações críticas incorretas, inclusive as utilizadas na elaboração das demonstrações contábeis. Devido à importância dos controles gerais de tecnologia da informação, consideramos essa área como relevante para a nossa auditoria. Como nossa auditoria conduziu esse assunto: Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros, a avaliação do desenho e da eficácia operacional dos controles gerais de TI ("ITGCs") implementados pela Companhia para os sistemas considerados relevantes para o processo de auditoria. A avaliação dos ITGCs incluiu procedimentos de auditoria para avaliar os controles sobre os acessos lógicos, gestão de mudanças e outros aspectos de tecnologia. No que se refere à auditoria dos acessos lógicos, analisamos, em bases amostrais, o processo de autorização e concessão de novos usuários, de revogação tempestiva de acesso a colaboradores transferidos ou desligados e de revisão periódica de usuários. Além disso, avaliamos as políticas de senhas, configurações de segurança e acesso aos recursos de tecnologia. No que se refere ao processo de gestão de mudanças, avaliamos se as mudanças nos sistemas foram devidamente autorizadas e aprovadas pela Diretoria da Companhia. Também analisamos o processo de gestão das operações, com foco nas políticas para realização de salvaguarda de informações e a tempestividade no tratamento de incidentes. Envolvemos nossos profissionais de tecnologia para nos auxiliar na execução desses procedimentos. A combinação das deficiências dos controles internos encontradas no processo de gestão de acessos e mudanças representou uma deficiência significativa e, portanto, alteraram a nossa avaliação quanto à natureza, época e ampliou a extensão de nossos procedimentos substantivos planejados para obtermos evidências de auditoria suficientes e adequadas no tocante às contas contábeis envolvidas. Os nossos procedimentos adicionais incluíram, dentre outros, a realização de testes para controles compensatórios, complementados quando de sua ausência ou ineficácia por avaliação substantiva da integridade dos relatórios produzidos pelos sistemas relacionados e utilizados em nossos procedimentos de auditoria. Com base nos resultados dos procedimentos acima, consideramos aceitáveis as informações extraídas dos sistemas da Companhia para planejamento e execução dos nossos testes no contexto das demonstrações contábeis tomadas em conjunto. Tributos diferidos: Conforme descrito na nota explicativa nº 17, a Companhia apresenta, no ativo não circulante, o montante de R$ 647.397 mil referente a créditos tributários diferidos provenientes de prejuízos fiscais, bases negativas de contribuição social e de diferenças temporárias dedutíveis, cujo reconhecimento e recuperabilidade estão fundamentados em estudo elaborado pela diretoria sobre a geração de lucros tributáveis futuros. A estimativa de geração de lucros tributáveis futuros requer julgamento e interpretação de leis tributárias, bem como a projeção de resultados futuros. O monitoramento desse assunto foi considerado significativo para a nossa auditoria devido à relevância dos valores em relação ao total de ativo, bem como em relação aos efeitos no resultado do exercício, e grau de julgamento utilizado nas projeções de lucros tributáveis futuros, suas estimativas e premissas, e do impacto que eventuais alterações nessas premissas e estimativas poderiam trazer às demonstrações contábeis. Como nossa auditoria conduziu esse assunto: Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros: (i) utilização de profissionais especializados em tributos para a análise das bases que deram origem aos créditos tributários sob a legislação tributária vigente, (ii) revisão do modelo utilizado para mensurar as projeções de lucros tributários futuros e as expectativas de reversão dos créditos tributários ao longo do tempo, envolvendo as premissas e metodologias utilizadas pela Companhia, em particular aquelas relacionadas às projeções de receitas futuras, taxa de crescimento, alíquotas dos tributos, margem de lucro da Companhia, bem como alinhamento dessas premissas com os estudos deliberados pelos órgãos competentes da Companhia; (iii) análise da adequação das divulgações efetuadas nas demonstrações contábeis da Companhia. Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados sobre os tributos diferidos, que está consistente com a avaliação da Companhia, consideramos que o mecanismo de mensuração e registro, assim como as respectivas divulgações, são aceitáveis no contexto das demonstrações contábeis tomadas em conjunto. **Outros assuntos:** *Demonstração do valor adicionado:* A demonstração do valor adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023, elaborada sob a responsabilidade da diretoria da Companhia, e apresentada como informação suplementar, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações contábeis da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações contábeis e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo está de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico NBC TG 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e é consistente em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto. **Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor:** A diretoria da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da administração. Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. **Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações contábeis:** A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações contábeis do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Fortaleza, 25 de março de 2024.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S/S Ltda.
CRC CE-001042/F
Carlos Santos Mota Filho
Contador CRC PE020728/O